

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**TIAGO MALAGUEZ PEREZ**

**ANÁLISE DOS INDICADORES DE QUALIDADE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO  
DA UNIPAMPA: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA**

**Bagé, RS**

**2025**

**TIAGO MALAGUEZ PEREZ**

**ANÁLISE DOS INDICADORES DE QUALIDADE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO  
DA UNIPAMPA: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ensino da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Orientadora: Profa. Fernanda Gobbi de Boer Garbin

**Bagé, RS**

**2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

P438a	<p>Perez, Tiago Malaguez</p> <p>ANÁLISE DOS INDICADORES DE QUALIDADE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIPAMPA: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA / Tiago Malaguez Perez.</p> <p>255 p.</p> <p>Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa, MESTRADO EM ENSINO, 2026.</p> <p>"Orientação: Fernanda Gobbi de Boer Garbin Garbin".</p> <p>1. IACG. 2. Avaliação Externa. 3. SINAES. 4. Avaliação da Educação Superior. 5. PDI. I. Título.</p>
-------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Tiago Malaguez Perez**

**ANÁLISE DOS INDICADORES DE QUALIDADE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIPAMPA: UMA  
ABORDAGEM METODOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Dissertação defendida e aprovada: 26 de fevereiro de 2026.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Gobbi de Boer Garbin  
Orientadora  
(Unipampa)

---

Prof. Dr. Rodrigo Serpa Pinto  
(UFPel)

---

Prof. Dr. Evandro Ricardo Guindani  
(Unipampa)



---

Assinado eletronicamente por **EVANDRO RICARDO GUINDANI, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 26/02/2026, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

---



Assinado eletronicamente por **FERNANDA GOBBI DE BOER GARBIN , PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 26/02/2026, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

---



Assinado eletronicamente por **Rodrigo Serpa Pinto, Usuário Externo**, em 26/02/2026, às 13:23, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1969576** e o código CRC **4F4F95FB**.

---

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, por sustentar-me em cada provação e pelas conquistas ao longo deste período de estudos.

Minha gratidão estende-se a todos que, com apoio e torcida, auxiliaram-me nesta caminhada; que as bênçãos recebidas alcancem a cada um de vocês.

Por fim, manifesto meu profundo agradecimento ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, fazendo votos de que este continue a prosperar e a exercer seu papel fundamental de contribuição e desenvolvimento junto à sociedade.

“Quanto vale uma pessoa? A riqueza não se mede só pelo dinheiro, mas pelo amor que tem por si no final do dia, por que será este amor que lhe dará força para lutar, lutar por algo melhor, superior a tudo que já teve desde o dia em que nasceu.”

Do filme *From Mexico with Love* (2009),  
autor desconhecido

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo principal ranquear os desafios enfrentados pelos cursos de graduação da Unipampa, por meio da análise dos indicadores de avaliação baseada em seus documentos institucionais e do INEP. Historicamente, a avaliação externa universitária no Brasil emergiu como um diagnóstico dos reflexos normativos da ditadura militar, iniciando com o PARU na década de 1980 e consolidando-se com o SINAES em 2004, em um contexto de reforma administrativa e da obrigação estabelecida pela LDB. O objetivo geral foi propor um método de análise dos indicadores de avaliação *in loco*, visando identificar os resultados que impactam negativamente os conceitos finais dos cursos de graduação da Unipampa, em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número quatro, que prevê a universalização dos diferentes níveis de ensino com qualidade. Como objetivos específicos, buscou-se descrever a evolução histórica do processo de avaliação *in loco* dos cursos de graduação com a apropriação do atual processo, ordenar os resultados dos indicadores de avaliação dos cursos em ordem decrescente, verificar se existem similaridades entre a ordenação dos indicadores com os resultados da autoavaliação institucional e com os resultados dos Planos de Desenvolvimento Institucional da Unipampa. Diante disso, foram evidenciados os desafios dos cursos de licenciatura, bacharelado, tecnólogo, os cursos da modalidade a distância e presencial, por campus e por ato regulatório que compõem a comunidade acadêmica da referida instituição com avaliações entre os anos 2016 e 2024. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se por uma abordagem mista e pesquisa documental, analisando as temáticas dos indicadores situados nas dez primeiras posições como os maiores desafios elencados pelos relatórios de avaliação dos cursos. A amostra considerou 39 relatórios de avaliação dos cursos, três planos de desenvolvimento institucional e dez relatórios de autoavaliação institucional. Os resultados apontam dificuldades no dimensionamento de vagas frente às demandas sociais e aos desafios dos cursos presenciais em atender critérios que propiciam o ensino-aprendizagem na modalidade a distância a partir da inclusão de componentes curriculares EaD em um contexto pós-pandemia. Nos cursos da modalidade a distância, as dificuldades concentram-se no referenciamento de políticas institucionais e no desenvolvimento dos estágios curriculares. Ademais, há desafios na relação dos cursos de licenciatura com as redes de escolas da

educação básica e, dos bacharelados, em relação às normas institucionais de estágios curriculares. Conclui-se que os resultados comprovam a correlação entre os PDIs, a evolução dos indicadores de avaliação dos cursos e a possibilidade de predição de problemas, nas avaliações externas, por meio dos apontamentos dos entrevistados na autoavaliação institucional no contexto da Unipampa.

Palavras-chave: IACG; Avaliação Externa; SINAES; Avaliação da Educação Superior; PDI; Autoavaliação.

## RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo principal clasificar los retos enfrentados por las carreras de grado de Unipampa, a través del análisis de indicativos de evaluación basado en sus documentos institucionales y del INEP. Históricamente, la evaluación externa universitaria en Brasil surgió como un diagnóstico de los reflejos normativos de la dictadura militar, iniciando con el PARU en la década de 1980 y consolidándose con el SINAES en 2004, en un contexto de reforma administrativa y de la obligación establecida por la LDB. El objetivo general ha sido proponer un método de análisis de los indicadores de evaluación *in loco*, con enfoque en identificar los resultados que impactan negativamente los conceptos finales de las carreras de grado de Unipampa, en acuerdo con el Objetivo de Desarrollo Sostenible número cuatro, que prevé la universalización de los diferentes niveles de enseñanza con calidad. Como objetivos específicos, se ha buscado describir la evolución histórica del proceso de evaluación *in loco* con la apropiación del actual proceso, ordenar los resultados de los indicadores de evaluación de las carreras en orden decreciente, verificar si hay similitudes entre la ordenación de los indicadores con los resultados de la autoevaluación institucional y con los resultados de los Planes de Desarrollo Institucional de Unipampa. Delante eso, se evidenciaron los retos de las carreras de licenciatura, bachillerato, tecnólogo, las carreras de modalidad a distancia y presencial, por campus y por acto regulatorio, que componen la comunidad académica de la referida institución con evaluaciones entre los años de 2016 y 2024. Metodológicamente, el estudio se caracteriza por un abordaje mixto e investigación documental, analizando las temáticas de los indicadores ubicados en las diez primeras posiciones como los mayores retos elencados por los informes de las carreras. La muestra consideró 39 informes de evaluación de las carreras, tres planes de desarrollo institucional y diez informes de autoevaluación institucional. Los resultados apuntan dificultades en el dimensionamiento de vacancias frente a las demandas sociales y a los retos de las carreras presenciales al atender criterios que propicien la enseñanza aprendizaje en la modalidad a distancia a partir de la inclusión de componentes curriculares EaD en un contexto post pandémico. En las carreras de modalidad a distancia, las dificultades se concentran en el referenciamiento de políticas institucionales y en el desarrollo de las prácticas curriculares. Además, hay retos en la relación de las carreras de licenciatura con las

redes de escuelas de la educación básica y de los bachilleratos, con relación a las normas institucionales de prácticas curriculares. Se concluye que los resultados comprueban la correlación entre los PDI, la evolución de los indicadores de evaluación de las carreras y la posibilidad de predicción de problemas, en las evaluaciones externas, por medio de los apuntes de los entrevistados en la autoevaluación institucional en el contexto de Unipampa.

Palabras claves: IACG, Evaluación Externa, SINAES, Evaluación de la Educación Superior; PDI; Autoevaluación.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem dos <i>campi</i> .....	24
Figura 2 - Distribuição de <i>campi</i> e polos da Unipampa .....	24
Figura 3 - Hierarquia entre dados, informação e conhecimento.....	29
Figura 4 - Linha do Tempo dos Marcos Regulatórios até o SINAES .....	33
Figura 5 - Instrumentos que compõem o SINAES.....	35
Figura 6 - Mapa conceitual com o foco da pesquisa .....	55
Figura 7 - Totais de indicadores dos Instrumentos INEP 2015 e 2017 abordados no PDI 2014-2018 e PDI 2019-2024 .....	63
Figura 8 - Número de convênios de estágios firmados por ano .....	65
Figura 9 - Percentuais de doutores em relação ao total de docentes da Unipampa ..	67
Figura 10 - Resultados alcançados por campus no Indicador 3.2.....	72
Figura 11 - Histórico dos recursos orçamentários disponíveis à UNIPAMPA .....	76
Figura 12 - Número de ocorrência de indicadores nas 10 primeiras posições por campus.....	130

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Marco Regulatório e principais mudanças ocorridas após o SINAES .....	36
Quadro 2 - Comparativo de pesos e indicadores .....	40
Quadro 3 - Resumo dos critérios apresentados .....	43
Quadro 4 - Trabalhos selecionados.....	44
Quadro 5 - Conceitos, legendas e seus significados.....	59
Quadro 6 - Principais documentos analisados no período .....	61
Quadro 7 - Número de vagas ofertadas, ingressantes por ano e o percentual de ocupação de vagas nos cursos de graduação .....	66
Quadro 8 - Percentual de avaliações com conceitos 4 e 5 - produção científica dos docentes.....	67
Quadro 9 - Resultados por ano da questão do atendimento das coordenações de curso .....	88
Quadro 10 - Resultados por ano da questão da oferta de componentes curriculares .....	90
Quadro 11 - Média dos conceitos atribuídos pelos entrevistados .....	96
Quadro 12 - Resultados da autoavaliação das políticas de ensino .....	98
Quadro 13 - Resultados da autoavaliação das políticas de assistência estudantil ...	98
Quadro 14 - Resultados da autoavaliação institucional sobre o acervo físico e digital .....	104
Quadro 15 - Resultado da autoavaliação sobre a capacitação ofertada ao docente .....	111
Quadro 16 - Resultados de servidores que passaram por formação no ano .....	112
Quadro 17 - Resultado da autoavaliação sobre o estímulo institucional à participação em estágios.....	114
Quadro 18 - Evolução dos conceitos obtidos no indicador I8 por número de cursos avaliados .....	115
Quadro 19 - Resultado da autoavaliação sobre a política de capacitação e formação continuada dos tutores .....	117
Quadro 20 - Resultado da autoavaliação sobre a qualidade do Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem .....	117
Quadro 21 - Resultado da autoavaliação sobre a interação entre tutores e docentes no desenvolvimento das atividades.....	119

Quadro 22 - Resultado da autoavaliação atendimento às demandas docentes e espaços de convivência e alimentação .....	124
Quadro 23 - Conceitos por dimensão dos cursos avaliados no período escolhido .	159
Quadro 24 - Padronização dos indicadores .....	163
Quadro 25 - Referência dos quantitativos a partir do Instrumento INEP 2017 .....	167
Quadro 26 - Quadro de apuração (exemplo do quadro de apuração do resultado institucional baseado no Instrumento INEP 2017).....	167
Quadro 27 - Matriz de todos os cursos avaliados pelo Instrumento INEP 2015.....	177
Quadro 28 - Indicadores comuns a todos os cursos .....	180
Quadro 29 - Indicadores respondidos por pelo menos 20 cursos .....	181
Quadro 30 - Indicadores respondidos por pelo menos 10 cursos .....	182
Quadro 31 - Indicadores respondidos por pelo menos 5 cursos .....	185
Quadro 32 - Indicadores respondidos por pelo menos 1 curso .....	188
Quadro 33 - Indicadores das avaliações do Campus Alegrete.....	191
Quadro 34 - Indicadores das avaliações do Campus Caçapava do Sul.....	194
Quadro 35 - Indicadores das avaliações do Campus Dom Pedrito .....	197
Quadro 36 - Indicadores da avaliação do Campus Itaqui.....	201
Quadro 37 - Indicadores das avaliações do Campus Jaguarão .....	205
Quadro 38 - Indicadores das avaliações do Campus Santana do Livramento .....	208
Quadro 39 - Indicadores das avaliações do Campus São Borja .....	214
Quadro 40 - Indicadores das avaliações do Campus São Gabriel .....	218
Quadro 41 - Indicadores das avaliações do Campus Uruguaiana .....	223
Quadro 42 - Indicadores das avaliações dos cursos na modalidade presencial .....	228
Quadro 43 - Indicadores das avaliações para os cursos na modalidade da Educação a Distância.....	231
Quadro 44 - Indicadores dos Atos de Autorização de Curso .....	234
Quadro 45 - Indicadores dos Atos de Reconhecimento dos Cursos .....	237
Quadro 46 - Indicadores dos Atos de Renovação de Reconhecimento dos Cursos .....	240
Quadro 47 - Indicadores referentes às avaliações das licenciaturas .....	244
Quadro 48 - Indicadores das avaliações dos bacharelados .....	247
Quadro 49 - Indicadores da avaliação do curso de tecnólogo (curso único).....	250

## LISTA DE SIGLAS

ACG - Atividades Complementares de Graduação

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

BAP - Curso de Bacharelado em Administração Pública da IFPB

BASIs - Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

BNI - Banco Nacional de Itens

BPMN - *Business Process Model and Notation* - Notação de Modelagem de Processos de Negócios

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CC - Conceito de Curso

CEI - Coordenação-Geral de Estudos e Indicadores.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CGACGIES - Coordenação-Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e das Instituições de Ensino Superior

CGARCES - Coordenação-Geral de Acompanhamento e Regulação de Cursos

CGGI - Coordenação-Geral de Gestão de Exames e Indicadores da Educação Superior.

CGLNRS - Coordenação-Geral de Legislação e Normas de Regulação e Supervisão da Educação Superior

CI - Conceito Institucional

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNRES - Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior

CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CPA - Comissão Própria de Avaliação

CPC - Conceito Preliminar de Curso

CTAA - Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação

DAES - Diretoria de Avaliação da Educação Superior

DIREG - Diretoria de Regulação

DPR - Diretoria de Política Regulatória

ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENC - Exame Nacional de Cursos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

GERES - Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior  
IACG - Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação  
IAIE - Instrumentos de Avaliação Institucional Externa  
IES - Instituições de Ensino Superior  
IFMS - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul  
IFNMG - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais  
IFPB - Instituto Federal de Educação da Paraíba  
IGC - Índice Geral de Cursos  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases  
MEC - Ministério da Educação  
Moodle - Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem  
NDE - Núcleo Docente Estruturante  
NuDE - Núcleo de Desenvolvimento Educacional  
NSA - Não se aplica  
OMC - Organização Mundial do Comércio  
ONU - Organização das Nações Unidas  
Pace - Programa de acompanhamento de egressos  
PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras  
PARU - Programa de Reforma Universitária  
PDCA - *Plan* (planejar), *Do* (executar), *Check* (checar) e *Act* (agir)  
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional  
PEI - Procuradoria Educacional Institucional  
PET - Programa de Educação Tutorial  
PPC - Projeto Pedagógico de Curso  
PRODAE - Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Assistência Estudantil  
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação  
RSL - Revisão Sistemática da Literatura  
SEI - Sistema Eletrônico de Informações  
SERES - Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior  
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
SQL - Linguagem de Consulta Estruturada  
SWOT - *Strengths* (pontos fortes), *Weaknesses* (pontos fracos), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças)  
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TCE - Termos de Compromisso de Estágio

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicações

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

UFPB - Universidade Federal de Pernambuco

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unipampa - Universidade Federal do Pampa

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
1.1 Contexto da pesquisa .....	23
1.2 Justificativa da pesquisa .....	25
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>27</b>
2.1 Avaliação .....	27
2.2 Avaliação externa .....	29
2.3 Resumo da evolução do processo regulatório e avaliativo da educação superior até o SINAES .....	31
2.4 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.....	34
2.5 Revisão de literatura .....	42
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>54</b>
3.1 Categorias de análise.....	59
3.2 Ressalva da pesquisa .....	60
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>61</b>
4.1 Resultados institucionais por dimensão.....	62
4.2 Resultado institucional com base no Instrumento INEP 2015 .....	68
4.3 Resultados institucionais com base no Instrumento INEP 2017 .....	82
4.3.1 Resultados dos indicadores respondidos por todos os cursos.....	83
4.3.2 Resumo dos resultados das análises com base nos indicadores respondidos por todos os cursos .....	107
4.3.3 Resultados dos indicadores respondidos por pelo menos 5 cursos .....	109
4.3.4 Resumo dos resultados das análises com base nos indicadores respondidos ao menos por 5 cursos .....	126
4.4 Outras possibilidades de análise a partir das matrizes .....	127
4.5 Descrição do método de análise.....	131
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	<b>135</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>142</b>
<b>APÊNDICE A – Conceitos por dimensão e Conceitos finais .....</b>	<b>159</b>
<b>APÊNDICE B - Mapeamento e equivalência dos cadernos do Instrumento INEP 2017 - Portaria MEC n.º 1.383/2025 .....</b>	<b>163</b>
<b>APÊNDICE C - Modelo das variáveis .....</b>	<b>167</b>
<b>APÊNDICE D - Matrizes de resultado Institucional com o Instrumento INEP 2015 .....</b>	<b>177</b>
<b>APÊNDICE E - Matrizes de resultado Institucional com o Instrumento INEP 2017 .....</b>	<b>180</b>
<b>APÊNDICE F - Matrizes de resultado dos <i>campi</i> com o Instrumento INEP 2017 .....</b>	<b>191</b>
<b>APÊNDICE G - Matrizes de resultado por modalidade de ensino com o Instrumento INEP 2017 .....</b>	<b>228</b>
<b>APÊNDICE H - Matrizes de resultado por ato regulatório com o Instrumento INEP 2017 .....</b>	<b>234</b>
<b>APÊNDICE I - Matrizes de resultado por tipo de graduação com o Instrumento INEP 2017 .....</b>	<b>244</b>
<b>ANEXO A - Indicadores de Avaliação <i>in loco</i> dos cursos de graduação - Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de 2015.....</b>	<b>254</b>
<b>ANEXO B - Indicadores de Avaliação <i>in loco</i> dos cursos de graduação - Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de 2017. ....</b>	<b>255</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A partir da ampliação da Educação Superior nos anos 2000, ficou cada vez mais evidente a necessidade de mecanismos de avaliação (Tenório; Andrade, 2009), cujos processos passaram por várias mudanças e reformas ao longo do século XX até a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) em 2004.

O SINAES busca a produtividade visando a melhoria da qualidade em um contexto econômico, social e cultural. Este é um dos reflexos da reforma administrativa mediante novas posturas de gestão (Brasil, 1998b) e da necessidade trazida pela Lei n.º 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de consolidar a avaliação da Educação Superior (Verhine, 2015).

Nesse sentido, os processos avaliativos mudam conforme a sociedade, considerando os desafios impostos no momento histórico das transformações sociais e a base de conhecimento disponível. Assim, adquire-se a possibilidade de entender os valores imbuídos em uma avaliação e com um olhar sociológico emancipatório<sup>1</sup> promovendo transformações necessárias ao desenvolvimento escolar (Afonso, 1999). Para isso, torna-se imprescindível reconhecer a importância de uma educação que considere as condições sociais e culturais dos alunos, e que inclua, dentre outras, as questões de infraestrutura, a organização didático-pedagógica e a formação docente – elementos apresentados neste estudo e que exercem influência no ensino-aprendizagem (Freire, 1968; Giroto, 2019; Guindani; Koga; Nascimento, 2017; Tardif, 2002). Afinal, como reiteram Guindani, Koga e Nascimento (2017, p. 184), “a questão da qualidade educacional está imersa em um contexto de múltiplos fatores determinantes”.

Criado há mais de 20 anos pela Lei n.º 10.861/2004, o SINAES é expresso, dentre outros elementos, pelos conceitos que também são levados em consideração no financiamento universitário. Isso ampliou as disputas e serviu de referência de qualidade do trabalho desenvolvido pelas Instituições de Ensino Superior (IES), integrando a avaliação e a regulação (Dias Sobrinho, 2010). Nesse contexto, a qualidade de uma instituição está diretamente relacionada aos processos externos e internos de avaliação, por isso compreender o funcionamento desses processos e

---

<sup>1</sup> Segundo Silva (2013), a emancipação social ocorre quando os sujeitos constroem suas próprias formas de ser e permanecer no mundo, sem as influências dos desejos das outras pessoas.

os determinantes que influenciam os resultados se constitui como um dos principais saberes das universidades, sendo o saber entendido como a construção e a organização do conhecimento (Werneck, 2006). Esses resultados repercutem nas metas institucionais a serem previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional por determinação do inciso I, art. 21 do Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Tais metas devem se comunicar com as políticas de ensino, pesquisa e extensão, e serem transversais a todos os cursos, conforme Instrumentos de Avaliação Institucional (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017a, 2017b), e, de maneira estratégica, em como a sociedade enxerga as IES (Valerio; Pizzinatto, 2003).

Assim, é possível observar que o referido sistema de avaliação preza pela evolução da Educação Superior (Brasil, 2004). Nesse sentido, os indicadores de qualidade criados em 2008 (INEP, 2008), com a última atualização em 2017, são um dos elementos usados para avaliar o grau de implementação do PDI e de desenvolvimento das instituições (Griboski; Peixoto; Hora, 2018).

Para Fernandes, Peña e Gomes (2024, p. 54), “o Sinaes é apresentado como um sistema de avaliação construído numa concepção emancipatória e regulatória em busca do fortalecimento da autonomia universitária”. Entre suas intenções (Brasil, 2004) constam a melhoria da qualidade da Educação Superior com uma orientação para expandir sua oferta, a promoção do aumento permanente da eficácia institucional, a efetividade acadêmica e social da Educação Superior e o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das IES. Também, a partir do SINAES (Brasil, 2004), o processo avaliativo de uma IES é composto por vários mecanismos, sendo eles a avaliação *in loco* dos cursos de graduação ou conceito preliminar de curso (CPC), o desempenho dos estudantes e a avaliação institucional subdividida em avaliação externa e interna.

A avaliação *in loco* dos cursos de graduação é um dos mecanismos que compõem o SINAES, o qual contém elementos quantitativos e qualitativos que podem servir de base às políticas públicas e aos instrumentos de gestão (Dias Sobrinho, 2003b). Assim, ao se olhar para esse mecanismo, observa-se a geração de um relatório de avaliação do curso com os resultados dos indicadores e justificativas para adoção do valor. De forma concomitante, a Universidade Federal do Pampa (Unipampa), conforme será apresentado na Subseção 1.1, tem a intenção de melhorar os conceitos dos cursos, expressos no Objetivo Estratégico 3.1.1 do

PDI 2025-2029 (Universidade Federal do Pampa, 2024a).

Assim, surgiu a pergunta de pesquisa: quais os indicadores cujos resultados influenciam negativamente a avaliação dos cursos de graduação da Unipampa, sob a ótica da avaliação *in loco*, avaliados pelos instrumentos INEP 2015 e 2017?

A partir dessa questão norteadora, elencaram-se outras questões a serem respondidas.

- a) Existem diferenças entre os resultados dos indicadores por campus e modalidade de ensino?
- b) Há diferenças entre os resultados dos indicadores nos diferentes estágios de funcionamento dos cursos, como autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento?
- c) Há dificuldades específicas das licenciaturas, bacharelados e do tecnólogo?

A partir dessas perguntas, notou-se que não bastará elencar os indicadores e cursos com conceitos iguais ou inferiores a 3 de acordo com uma medida pré-determinada. É fundamental considerar todas as variáveis que influenciam os resultados de uma avaliação dos cursos de graduação, as quais serão apresentadas ao longo deste estudo.

Além disso, as perguntas de pesquisa delimitam os objetivos geral e específicos. O objetivo geral da investigação propõe um método de análise dos indicadores de avaliação *in loco* de forma a evidenciar os resultados em comum que mais afetam os conceitos finais dos cursos de graduação da Unipampa. Tal objetivo seria alcançado por meio do histórico das avaliações dos cursos de graduação da Unipampa e de procedimentos metodológicos que possibilitem a referida organização dos indicadores.

Os objetivos específicos são:

- a) descrever a evolução histórica do processo de avaliação *in loco* dos cursos de graduação com a apropriação do atual processo;
- b) elaborar um estudo ordenando os indicadores de avaliação dos cursos por meio de matrizes em ordem decrescente a partir dos relatórios das avaliações INEP/MEC;
- c) pesquisar se existem similaridades entre os resultados dos maiores desafios encontrados a partir da ordenação dos indicadores e os resultados dos relatórios da autoavaliação institucional;
- d) analisar as possíveis influências entre os resultados das matrizes e os

resultados dos objetivos estratégicos previstos nos PDI.

Fundamentado nesse trabalho, foi possível perceber que os dados trazem mais informações quando analisados, os quais poderão causar repercussões importantes nas políticas públicas implementadas, tanto pelas instituições públicas quanto pelo ensino privado (Dias Sobrinho, 2003b).

O recorte temporal abrange os relatórios emitidos entre 2017 e 2024, referentes aos cursos avaliados com base no Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação (IACG) (INEP, 2017b). Tais documentos, que reúnem indicadores estruturados nas dimensões de Organização didático-pedagógica, Corpo docente e tutorial e Infraestrutura, foram cedidos pela Procuradoria Educacional Institucional (PEI) e pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) para as referidas análises, não estando disponíveis ao público em geral.

O presente estudo está organizado em cinco seções. A primeira é a “Introdução”, que contempla os objetivos (geral e específicos), o “Contexto da Pesquisa” e a “Justificativa” desta investigação. A presente introdução aborda a legislação do sistema do SINAES e precisa, com clareza, as medidas que serão objeto deste estudo, além de enfatizar as relações entre as transformações sociais e as mudanças nas avaliações da Educação Superior das IES.

A segunda seção traz a fundamentação teórica da concepção avaliativa, diferenciando a avaliação interna da externa, o que ressalta o papel transformador da avaliação a partir de vários significados para além do controle e do caráter punitivo. Também dá ênfase à necessidade de se trabalhar com os dados concretos a fim de gerar evidências ou informações para serem utilizadas na tomada de decisão, o que gera, assim, o conhecimento e a difusão das informações. Sobre o processo de avaliação externa, é evidente que a evolução da avaliação das IES é resultado dos inúmeros experimentos realizados, no decorrer dos anos, e do poder econômico exercido por organizações internacionais frente às demandas educacionais.

Nas Subseções 2.3 e 2.4 é realizada uma retrospectiva histórica da avaliação da Educação Superior brasileira, dividindo o conteúdo em antes e depois da criação do SINAES, respectivamente. O percurso histórico inicia na criação do primeiro curso superior pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1808, até o ano de 2024. Por fim, como parte da fundamentação teórica, é realizada uma revisão sistemática da literatura a fim de compreender a lacuna de pesquisa existente nos

estudos fundamentados no IACG.

Na terceira seção é detalhada a operacionalização da pesquisa por meio de procedimentos e dos recortes metodológicos. Como procedimento utilizado, a pesquisa documental tem uma abordagem mista e exploratória.

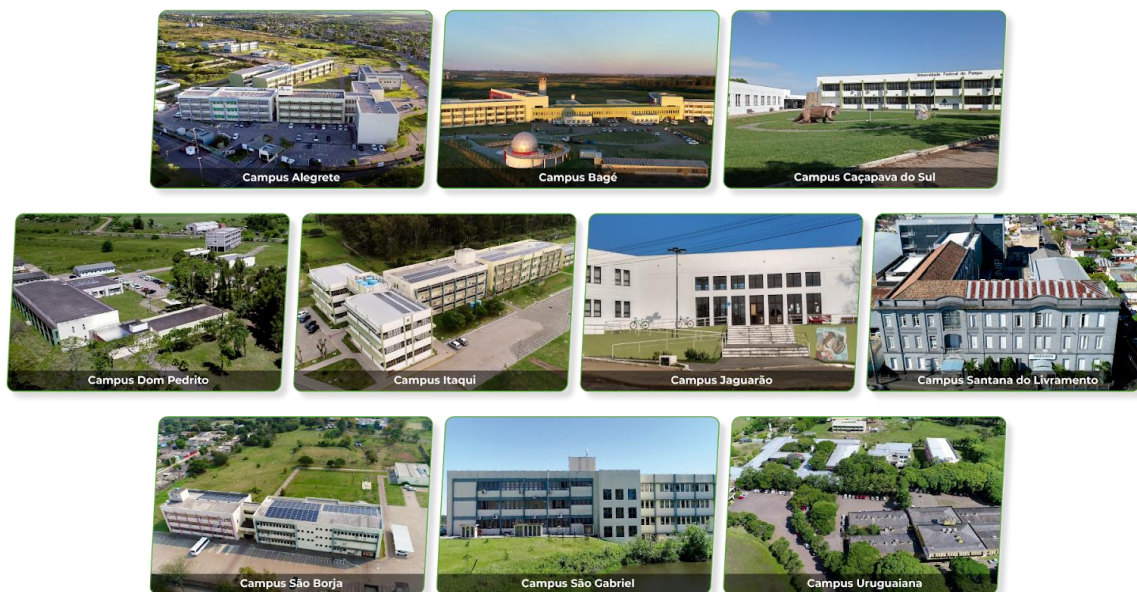
Por fim, nas Seções 4 e 5, são apresentadas a análise dos resultados e as considerações finais, respectivamente.

## 1.1 Contexto da pesquisa

Nos anos que antecederam a promulgação do Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), já havia ações que demonstravam o interesse do governo federal na ampliação do acesso e da permanência na educação superior por meio do aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Nesse sentido, em 27 de junho de 2005, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciava, em ato público na cidade de Bagé, a criação de uma universidade federal (Unipampa, 2024a). O objetivo era ofertar uma educação superior gratuita e de qualidade por reivindicação dos cidadãos dos municípios de abrangência da Unipampa.

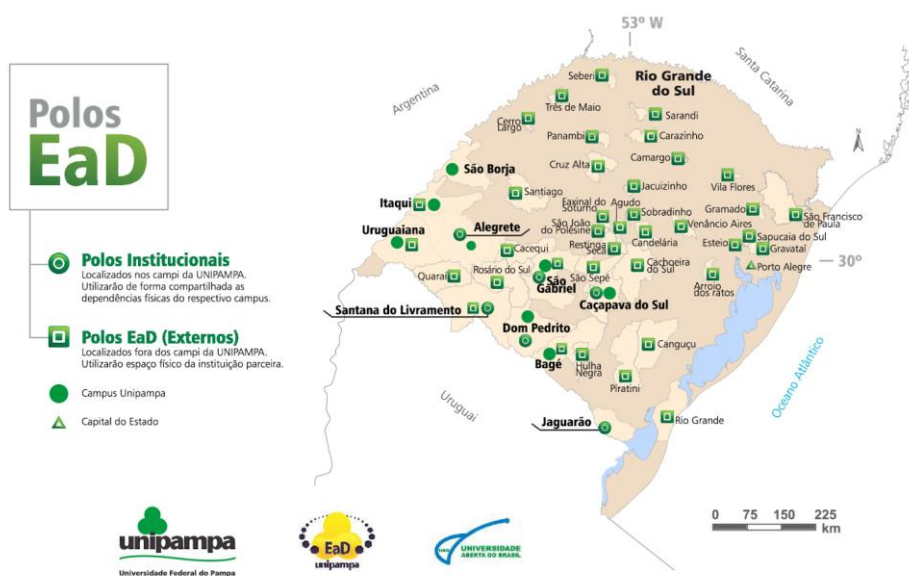
Nesse contexto, a Universidade Federal do Pampa (Unipampa) nasceu do consórcio assinado em 22 de novembro de 2005 entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEl). Embora a Unipampa tenha iniciado suas atividades nos primeiros meses de 2006, ela foi criada oficialmente pela Lei n.º 11.640/2008 (Brasil, 2008a). Hoje conta com dez *campi*, situados nas cidades da Campanha Gaúcha e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. As cidades que sediam os *campi* são: Bagé, Jaguarão, São Gabriel, Santana do Livramento, Uruguaiana, Alegrete, São Borja, Itaqui, Caçapava do Sul e Dom Pedrito, conforme Figura 1.

Figura 1 - Imagem dos campi



Fonte: Universidade Federal do Pampa (2025c, p. 18).

A Universidade ainda conta com polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e polos institucionais, distribuídos em 38 cidades gaúchas, conforme pode ser visualizado na Figura 2.

Figura 2 - Distribuição de *campi* e polos da Unipampa

Fonte: Núcleo de Educação a Distância (Unipampa, 2025a, p. 28).

Segundo a Unipampa em Números (2025d), a Universidade contém 10.046 discentes distribuídos em 78 cursos de graduação e 43 cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*, com um número total de 960 docentes e 873 técnicos-administrativos em educação.

Além disso, a Unipampa traz em seu Perfil Institucional, descrito no atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025-2029, e na Missão, na Visão e nos Valores a qualidade como uma premissa para promover a igualdade de acesso à Educação Superior (Unipampa, 2024a). A qualidade, conforme se verificará, deve ser alcançada pela organização por meio do tratamento e análise dos dados concretos e não em algo fictício.

Não obstante, a busca pela qualidade da educação está no escopo do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação de Qualidade, da Agenda 2030 (Organização das Nações Unidas, 2015): “4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.”

## **1.2 Justificativa da pesquisa**

Neste contexto, iniciei a minha vida acadêmica, pois sou egresso do curso de Licenciatura em Matemática no Campus Bagé, formado em 2013. Também sou servidor da referida Universidade desde 2010 e, atualmente, estou lotado na Divisão de Planejamento Estratégico da Pró-Reitoria de Planejamento, Administração e Infraestrutura da Unipampa, por isso participei e respondi aos indicadores do Processo de Recredenciamento Institucional no ano de 2023, os quais resultaram no Conceito 5.

Acompanhando o processo de avaliação dos cursos de graduação e de pós-graduação, percebi a possibilidade de um trabalho sistemático com os resultados da aplicação do IACG (INEP, 2017c) que promovesse um impacto positivo e de longo prazo.

A partir da possibilidade de evidenciar os indicadores que mais comprometem negativamente a avaliação dos cursos de graduação, acredito que este estudo possa contribuir de maneira efetiva para qualificar os processos, por meio da análise das diferenças entre as unidades acadêmicas, visualizando algumas necessidades dos *campi* que interferem negativamente nas avaliações de seus cursos. Assim, é

possível olhar as diferenças entre as unidades universitárias e as especificidades de um campus para o outro sobre a ótica do IACG.

Também é possível analisar os indicadores das diferentes etapas de funcionamento de um curso de graduação, tais como autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, conforme será mostrado ao longo do estudo. Sob um foco institucional, tal análise permite rastrear os cursos com desafios em comum, o que possibilitaria a realização de um trabalho específico com as coordenações de curso por parte da gestão de ensino da Universidade.

Por conseguinte, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Unipampa disponibiliza os **dados da autoavaliação institucional** para os cursos, o que facilita, em muito, a gestão pautada **na avaliação interna**. De forma complementar e a partir de uma adequada organização metodológica, o presente trabalho poderá inspirar ou facilitar a gestão dos resultados provenientes na **avaliação externa** dos cursos de graduação, contribuindo para a redução do trabalho das coordenações na consecução de respostas dos próprios indicadores. Além disso, o método de análise proposto poderá ser replicado em outras universidades, o que demonstra sua aplicabilidade e justificativa social ao contribuir para a Agenda 2030 (ONU, 2015).

Entretanto, no contexto de uma Universidade multicampi, o processo de reconhecimento das necessidades e das especificidades é mais difícil em relação a outras que não dispõem da mesma característica, pois as unidades acadêmicas na Unipampa têm, além de cursos e gestões diferentes entre si, uma infraestrutura geograficamente distante, conforme demonstrado na Figura 2. Cada campus contém características próprias, por isso a estruturação de metodologias de análise dos indicadores que reconheçam as diferenças pode ser fundamental para a melhoria da qualidade geral dos cursos de graduação, conforme preconiza o referido PDI.

Por fim, o estudo poderá contribuir para o debate sobre a utilização dos resultados das avaliações em universidades, especialmente no contexto do SINAES. Este tem enfrentado desafios relacionados ao descrédito da avaliação institucional interna e o protagonismo das meta-avaliações pouco atentas às transformações formativas que os processos avaliativos podem prover (Nascimento *et al.*, 2023).

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta Seção será apresentada a concepção avaliativa na Educação Superior brasileira, estando organizada em duas Subseções: 2.1 Avaliação e 2.2 Avaliação Externa.

### 2.1 Avaliação

Segundo o Dicionário Michaelis online (Avaliação, 2024), a palavra avaliação significa apreciação ou estimativa da qualidade de algo, ou alguém. Na educação, Balzan e Dias Sobrinho (1995, p. 33) definem avaliação como o exercício contínuo de atribuição de valor, com potente sentido pedagógico, sobre um trabalho sistemático e de suas relações no ambiente escolar.

Para Luckesi (2011), a avaliação é um processo contínuo e formativo, voltado para o desenvolvimento do aluno e a melhoria do ensino. Assim, a avaliação deve auxiliar os avaliadores a identificar as dificuldades e as oportunidades de aprendizado à medida que os avaliados aprendem. Segundo Magalhães e Belloni (2021), o ato de avaliar é natural e está no cotidiano das pessoas, principalmente a posteriori a fim de compreender se as decisões tomadas no passado foram as corretas.

Considerando algumas obras de Dias Sobrinho (2003a, 2008a), a avaliação deveria ter alguns sentidos para além do processo de controle, bem como fornecer um grau de autonomia para os avaliados de modo a contribuir para a construção de conhecimentos próprios. Por conseguinte, deve-se ir além da exposição dos resultados e envolver uma reflexão crítica sobre os processos de ensino e aprendizagem; ou seja, a avaliação não pode se limitar a números e notas, mas buscar compreender os significados que os avaliados atribuem ao processo de aprendizagem.

No contexto social, deve-se considerar o papel transformador da avaliação a partir do desenvolvimento da sociedade e das questões sociais, bem como a função pública que poderá vir a ter através de um processo democrático e colaborativo. O intuito é melhorar a qualidade da educação por meio da valorização da diversidade e das diferentes formas de aprendizado (Dias Sobrinho, 2003a, 2008a).

A avaliação, nas universidades públicas, surgiu pela necessidade de justificar a existência dessas instituições. Num primeiro momento, a finalidade era prestar contas à sociedade e fortalecê-las frente às contínuas ameaças de privatização. Por isso, a avaliação parece estar ligada a uma exigência constante de responder ao enorme leque de demandas sociais (Balzan; Dias Sobrinho, 1995).

Na avaliação da Educação Superior, a qualidade assume um papel de protagonista embora o conceito em si não seja discutido com a devida atenção (Dias Sobrinho, 2008b). Enquanto produção social, a qualidade da educação deve ser entendida como dinâmica, jamais pronta e analisada em nível de processos e relações que muitas vezes são intersubjetivas (Balzan; Dias Sobrinho, 1995).

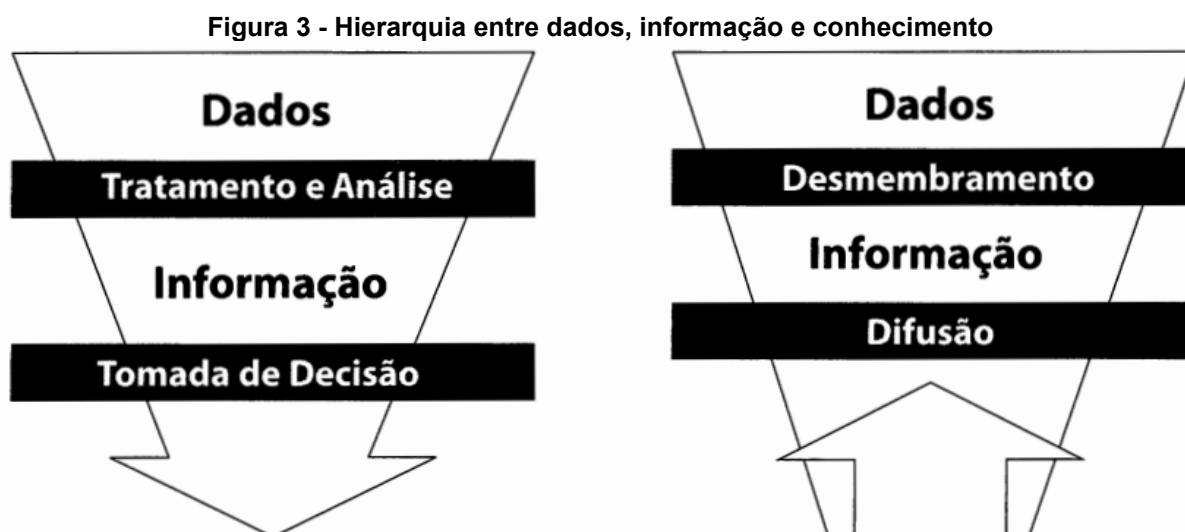
Essa qualidade, muitas vezes associada somente a processos regulatórios, não deveria limitar a avaliação a um modelo de certificação e regulação, mas direcionar para uma avaliação formativa entendida como um instrumento social. Nesse sentido, esse instrumento poderá impulsionar a comunidade acadêmica a participar ativamente, criando um ambiente democrático e plural, onde não haja adversários, vencedores ou perdedores, cujos direitos serão exercidos de forma consciente e crítica (Dias Sobrinho; Ristoff, 2003; Koga; Guindani, 2022; Sguissardi, 2008). Para que isso ocorra, Dias Sobrinho (2000) descreve a necessidade de haver uma interação entre os processos avaliativos, internos e externos, em que um forneça informações e evidências para o outro, de modo que repercuta na melhoria dos processos institucionais.

Nesse sentido, para avaliar é preciso ter critérios como os indicadores que, segundo Ferreira, Cassiolato e Gonzalez (2009), são vistos como uma ferramenta, de natureza quantitativa ou qualitativa. Esses indicadores englobam um significado específico e são empregados para captar e organizar as informações pertinentes aos elementos observados. Trata-se de um recurso metodológico que fornece dados empíricos sobre a evolução dos aspectos analisados. Dias Sobrinho (2000) também ressalta a importância e o cuidado que se deve ter ao trabalhar com muitos dados nas avaliações, pois as medições não devem se confundir com o próprio processo avaliativo.

De maneira análoga, Morosini (2001) afirma que os indicadores, apesar de permitirem análises objetivas e interessantes, não garantem necessariamente a qualidade. Isso, por si só, não gera contribuições para seu aperfeiçoamento, ou seja, os indicadores precisam ser analisados de uma maneira que possibilite a geração de

evidências. Para Dias Sobrinho e Ristoff (2003), é indispensável que a avaliação seja baseada em evidências e não em algo “inventado”.

Segundo Fávero e Belfiore (2017, p. 16), que esquematiza a hierarquia entre dados, informação e conhecimento (Figura 3), o tratamento dos dados os transformam em informações a partir de análises. O conhecimento é gerado quando se reconhece tais informações e as utiliza na tomada de decisão. O contrário também é válido, pois o conhecimento, ao ser compartilhado ou detalhado, transforma-se em informação que, por sua vez, pode ser dividida em partes menores, formando um conjunto de dados.



Fonte: Fávero e Belfiore (2017).

Na próxima subseção, serão abordados os conceitos relacionados à avaliação externa.

## 2.2 Avaliação externa

A avaliação externa, como o próprio nome descreve, tem como preceito ser planejada, construída e executada por membros externos à comunidade acadêmica que está sendo avaliada (Machado, 2017); ao passo que a interna pode ser estabelecida fora dos muros da instituição de ensino, mas necessariamente executada pela mesma comunidade acadêmica. Segundo Freitas (2009), a avaliação é um meio de obter um histórico para medir o desempenho de uma ou várias organizações educacionais para orientar as políticas públicas.

Nesse contexto, Dias Sobrinho (2010) afirma que a mera comparação de instituições e cursos por meio de rankings deturpa os preceitos de uma avaliação democrática. A pesquisa, em termos de avaliação externa, deverá se concentrar nas instituições de ensino e em sua compreensão sobre a formação dos alunos, a promoção da qualidade científica e a responsabilidade social. Essa abordagem contrapõe-se à lógica de mercado neoliberal que, embora tenha influenciado a evolução do sistema com a inclusão de indicadores, não era prevista originalmente pela Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004. A lógica de que o instrumentalismo ganhou importância a partir de um pensamento individualista e produtivista (Dias Sobrinho, 2012; Koga; Guindani, 2016; Rothen; Oliveira, 2024) preteriu pesquisas de base e influenciou, por exemplo, a expansão de avaliações em larga escala.

Importante dizer que, conforme se verifica nas Subseções 2.3 e 2.4, a avaliação externa no Brasil também considera os processos pedagógicos de ensino-aprendizagem, seja por meio de indicadores específicos da avaliação *in loco*, seja pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

Por outro lado, segundo Ferreira e Calderón (2019), mesmo com esforços para desqualificar os rankings como indicadores de qualidade, promovidos pelos defensores do SINAES, o tempo comprovou a predominância dos princípios da Administração Pública Gerencial e a importância dos rankings na Educação Superior. Eles são utilizados na avaliação regulatória como instrumentos de transparência, prestação de contas e controle social, especialmente em contextos de mercado ou quase-mercado educacional<sup>2</sup>.

Independentemente do viés observado, todos buscam a melhoria das condições educacionais no Brasil. Esta pode se dar tanto por meio de uma qualidade objetivada, medida, suscetível a comparações e classificações, quanto na busca constante por um método diferente que considere as realidades e os contextos específicos das comunidades acadêmicas e científicas, levando-se em conta as demandas da população à qual a universidade atende (Dias Sobrinho, 2018). De acordo com alguns estudos realizados (Ferreira, 2019; Gomes, 2021; Moraes *et al.*, 2016), isso não acontece em todos os lugares, especialmente no âmbito dos Institutos Federais de Educação que contêm os mesmos instrumentos

---

<sup>2</sup>Segundo Souza e Oliveira (2003), o conceito de quase-mercado é a aplicação de princípios e valores nos sistemas educacionais públicos advindos da iniciativa privada.

avaliativos das universidades a partir da oferta de cursos de graduação (SINAES) e de pós-graduação (Avaliação Quadrienal da CAPES).

A partir disso, Dias Sobrinho (2008b) afirma que a acreditação – um dos meios de avaliação externa – busca um controle legal-burocrático-formal da qualidade a ser conquistada por instituições, cursos e programas por meio de um testemunho formal de fé pública mediante critérios preestabelecidos por um regulador externo. Além disso, para o autor, há aqueles que ditam o que é qualidade por meio de círculos hegemônicos internacionais e neoliberais. Esses círculos influenciam as políticas dos países a fim de que adotem sistemas mensuráveis, objetivos, livres da subjetividade e dos contextos; por isso, a necessidade de os processos avaliativos serem amplamente conhecidos dentro de cada contexto a fim de serem organizados e respondidos de forma democrática.

Ainda falando sobre a influência de organismos internacionais sobre os processos educacionais brasileiros, Guindani e Koga (2016) descrevem que as ideias se originam no campo econômico a fim de atender interesses privados para serem impostos no campo educacional. A epistemologia de políticas educacionais advém de determinações de organismos econômicos focados no produtivismo, como o Banco Mundial, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). As diretrizes estabelecidas estão relacionadas à adaptabilidade, à versatilidade e à motivação dos indivíduos com o respaldo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Na subseção seguinte, será apresentada a evolução do processo avaliativo e regulatório da Educação Superior.

### **2.3 Resumo da evolução do processo regulatório e avaliativo da educação superior até o SINAES**

Segundo Guerra e Cavalcanti (2020), as reformas da Educação Superior aconteceram a partir de reformas do Estado brasileiro desde a vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808 – ano em que foi criado o primeiro curso superior na Escola de Cirurgia da Bahia, atual Universidade Federal da Bahia (UFBA). A partir disso, alguns momentos foram importantes ao longo da história da educação no Brasil e desempenharam um papel relevante na organização de uma universidade

na forma como se conhece hoje. Dentre outros, pode-se citar a Constituição de 1934, que previa a elaboração de um plano nacional de educação (Brasil, 1934) e a Constituição de 1946, que incumbiu a União de estabelecer diretrizes e bases da educação nacional (Brasil, 1946). A partir dessa incumbência legal, foi promulgada as Diretrizes e Bases da Educação Nacional por meio da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro 1961. Esta lei, apesar de ter sofrido modificações substanciais ao longo dos anos, foi substituída pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Em 1967, em plena ditadura militar, as instituições de ensino superior modernizaram sua organização acadêmica e administrativa, conforme descreve Cunha (2014, p. 362):

Embora defendida por professores e estudantes, desde o princípio da década de 1960, a reforma universitária foi possibilitada justamente pela repressão político-ideológica. Os atos institucionais baixados pelos governos militares, seus decretos-leis e a Constituição de 1967 abriram caminho para a extinção do regime de cátedras e a modernização da organização administrativa e acadêmica nas instituições federais de ensino superior, segundo o princípio da eliminação da duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes.

No ano seguinte, por força da Lei n.º 5.540/1968, as novas universidades públicas seriam autarquias ou fundações de direito público com gozo de “autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos” (Brasil, 1968, art. 3º).

Segundo Barreyro e Rothen (2008), inicialmente o Estado criou dois processos de avaliação e regulação do Ensino Superior: o Programa de Reforma Universitária (PARU) em 1983 e o Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior (GERES) em 1985.

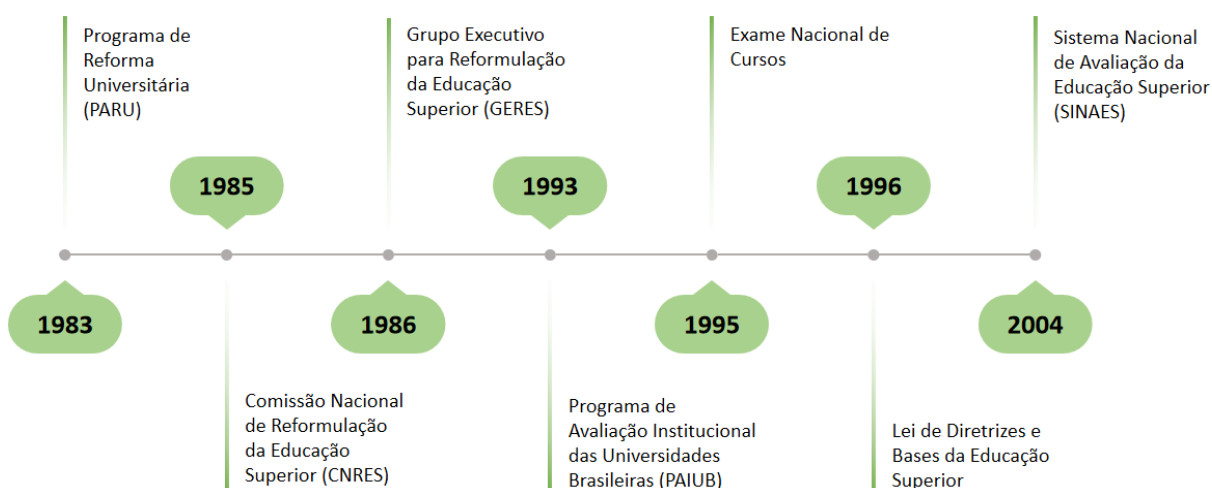
O PARU teve por objetivo averiguar as repercussões e o impacto da já referida Lei n.º 5.540/1968 por meio de questionários aplicados a discentes, dirigentes e docentes sobre a estrutura administrativa, a expansão das matrículas, a relação entre ensino, pesquisa e extensão. Por conseguinte, a GERES propôs uma avaliação com foco nas instituições públicas, pautada em dimensões individuais e enfoque nos alunos, nos cursos e nas instituições. Ademais foi a primeira iniciativa a associar os resultados da avaliação à distribuição de recursos públicos.

O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) surgiu no início da década de 1990 ao introduzir a ideia de autoavaliação como parte do processo avaliativo até a avaliação externa. A adesão das universidades era voluntária, por isso o Ministério da Educação (MEC) não conseguiu dar o suporte necessário para todos os processos avaliativos, e o programa ficou limitado a uma avaliação interna realizada pelas universidades.

Em 1995, a partir da alteração da Lei de Diretrizes e Bases de 1961, foi imposto ao antigo Ministério de Educação e do Desporto a necessidade de avaliação periódica das instituições e dos cursos de graduação, operacionalizado por meio do Provão, a partir da Portaria MEC n.º 249/1996. Nesse sentido, instituiu-se o formato de um exame nacional de avaliação, estabelecidos em conteúdos mínimos para cada curso e com o objetivo de aferir os conhecimentos dos discentes em fase de conclusão de curso (Brasil, 1995, 1996). Cada marco histórico apresentado até o momento repercutiu na elaboração de instrumentos que compõem o SINAES, sendo que o antigo Provão evoluiu para o Enade, o qual avalia o desempenho dos estudantes no ciclo de formação.

A seguir, a Figura 4 representa uma linha do tempo com a evolução do marco regulatório da Educação Superior até o SINAES.

**Figura 4 - Linha do Tempo dos Marcos Regulatórios até o SINAES**



Fonte: Guerra e Cavalcanti (2020) adaptado pelo autor.

Segundo Guerra e Cavalcanti (2020), a partir de um contexto de reformas administrativas e gerenciais, norteadas na Constituição Federal (Brasil, 1988),

implementada pela Emenda Constitucional n.º 19, de 4 de junho de 1998 (Brasil, 1998a), o Estado brasileiro teve a função regulatória como uma das principais prerrogativas. No caso da Educação Superior, significa tanto a fiscalização do ensino privado quanto do público diferentemente dos primeiros processos avaliativos.

Segundo Verhine (2015), as funções de avaliação e regulação andam juntas e se inter-relacionam para fins de atestar a qualidade institucional e a dos cursos de graduação. Sob essa perspectiva, é pertinente mencionar que o conceito de qualidade se alinha à seara educacional, tendo em vista que a tomada de decisão sobre algo é entendida como o ponto de intersecção entre a avaliação, que vai indicar as informações necessárias, e a regulação governamental, que terá a finalidade de assegurar o oferecimento de bens e serviços de qualidade à sociedade.

Na próxima subseção serão apresentadas as mudanças ocorridas no SINAES a partir da sua criação em 2004.

## **2.4 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**

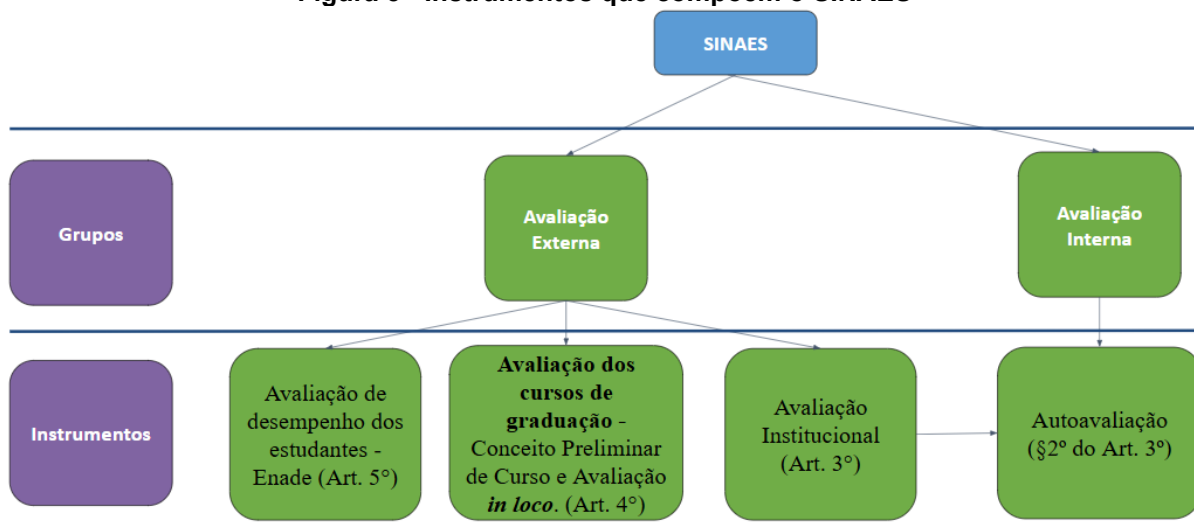
É no mínimo curioso que o SINAES, um dos maiores e mais complexos sistemas de avaliação do Brasil voltado ao Ensino Superior, tenha surgido de uma proposta política assumida pelo Programa de Governo, no contexto do pleito eleitoral de 2002, do então candidato à presidência do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que não possui um diploma de graduação.

A Proposta 12 (Coligação Lula Presidente, 2002, p. 30) para a educação superior, descreve:

Rever o atual sistema de avaliação que inclui o Exame Nacional de Cursos – ENC ou Provão – e implantar um sistema nacional de avaliação institucional a partir, entre outras, da experiência do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

Após a vitória do Partido dos Trabalhadores no pleito de 2002, o SINAES surgiu por meio da Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, sendo constituído pelos instrumentos de avaliação que compõem o diagrama da Figura 5 a seguir.

Figura 5 - Instrumentos que compõem o SINAES



Fonte: Autoria própria (2025).

Alguns desses instrumentos foram influenciados direta ou indiretamente por vários aspectos, tais como: a infraestrutura física e de pessoal, o desenvolvimento institucional, a responsabilidade social e, principalmente, as políticas e as ações voltadas ao ensino, pesquisa e extensão. Com isso, as informações ganham relevância e são úteis para os estudantes e para a sociedade, pois refletem o trabalho desenvolvido por cursos e pelas IES. O SINAES assume um grau de importância maior por expor as forças e os desafios da educação brasileira (Griboski; Funghetto, 2013).

Os processos de avaliação do referido sistema trazem como objetivos (Brasil, 2004):

- a) aferir as condições dos cursos de graduação visando identificar a realidade do ensino ofertada aos discentes;
- b) mensurar, mediante o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o desempenho dos estudantes universitários em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento, bem como suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico da profissão que estejam ligados à realidade brasileira e mundial. A prova acontece todos os anos e é aplicada no início e no final do curso para os alunos da mesma turma.

Assim, o SINAES, segundo Ristoff e Giolo (2006), vale-se de diferentes instrumentos utilizados em momentos distintos do processo avaliativo sobre cada uma das perspectivas: discentes, cursos e IES.

Na sua concepção, o referido sistema passou por uma série de transformações. De acordo com Gomes (2021), o contexto excepcional da pandemia da covid-19 impôs desafios inéditos à avaliação e à regulação das IES. No Quadro 1 são elencados os principais normativos e atualizações relacionados aos processos de avaliação externa.

**Quadro 1 - Marco Regulatório e principais mudanças ocorridas após o SINAES**

<b>Ano</b>	<b>Evento</b>
2004	Criação do SINAES
2005	É regulamentado e criado o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIs).
2008	É instruído o CPC, para fins de renovação e reconhecimento de cursos de graduação. Por meio da Portaria MEC n.º 1.264, é aprovado um novo Instrumento de Avaliação Institucional Externa, contendo 10 dimensões.
2009	O ENADE passou a ser censitário
2010	É criado do Banco Nacional de Itens (BNI), que tem por objetivo armazenar questões que possibilitem estimar com maior precisão a proficiência dos estudantes com relação a conteúdos programáticos, habilidades e competências, de acordo com o previsto nas diretrizes curriculares nacionais dos respectivos cursos de graduação.
2011	Os dados do Enem substituem a aplicação do ENADE aos ingressantes e a aplicação do exame ENADE para concluintes de cursos de graduação.
2012	Ocorre a homologação do Novo Instrumento de Avaliação de Cursos.
2013	Acontece a Revisão dos questionários do Estudante e do Coordenador com base no instrumento de avaliação de cursos.
2014	Ocorre a Produção do Manual do Estudante.
2015	Há um novo Instrumento de Avaliação Institucional dividido em cinco eixos: Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional; Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional; Eixo 3 - Políticas Acadêmicas; Eixo 4 - Políticas de Gestão; Eixo 5 - Infraestrutura.
2017	É emitida as Portarias MEC n.º 1.382 (indicadores de avaliação externa institucional) e 1.383 (indicadores de avaliação <i>in loco</i> dos cursos) com posterior emissão da Nota Técnica n.º 16/2017/CGACGIES/DAES - os instrumentos de avaliação recebem nova denominação: IACG - Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância - Autorização, Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento; IAIE - Instrumento de

Ano	Evento
	Avaliação Institucional Externa - Credenciamento e Recredenciamento; separação dos instrumentos por ato autorizativo; alteração de informações da seção de análise preliminar e considerações finais dos instrumentos; inserção e modificação de indicadores; criação dos conceitos: Conceito de Curso faixa (CCfaixa); Conceito Institucional faixa (CIfaixa); Conceito de Curso contínuo (CCcontínuo); Conceito Institucional contínuo (CIcontínuo).
2018	É instituída a Portaria normativa MEC n.º 840 - que dispõe sobre os procedimentos de competência do INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.
2020	Portaria MEC n.º 96 - recria a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação (CTAA) do SINAES e do Sistema de Avaliação das Escolas de Governo (Saeg), totalmente atualizada pela Portaria MEC n.º 488/2021. Em 2 de outubro de 2020 foi publicada a Portaria MEC n.º 796 sobrestando, em caráter excepcional, os processos de avaliação <i>in loco</i> das IES e dos cursos em trâmite no e-MEC, nas modalidades Presencial e a Distância, devido a pandemia de covid-19.
2021	Portaria MEC n.º 165 - Institui a Avaliação Externa Virtual <i>in Loco</i> no âmbito das visitas por comissões de especialistas para avaliação externa de Instituições de Educação Superior e cursos de graduação, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e da avaliação das Escolas de Governo.
2022	Lei n.º 14.375 - estabelece a possibilidade de avaliação <i>in loco</i> na modalidade virtual das instituições e de seus cursos de graduação. Já a Portaria MEC n.º 265/2022 regulamenta as visitas virtuais para avaliar cursos de graduação, exceto medicina, psicologia, odontologia e enfermagem, que seguem o modelo presencial.
2023	Decreto n.º 11.651 - que atualiza o auxílio aos colaboradores eventuais que participem do processo de avaliação educacional de instituições, de cursos, de projetos ou de desempenho de estudantes executado, de forma presencial ou remota, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES ou pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Os valores estavam desatualizados desde 2007.
2024	Portaria MEC n.º 610 - Institui o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes para os cursos de licenciatura - Enade das Licenciaturas. A área de Educação passou a fazer parte de todos os ciclos trienais e além da avaliação teórica (AT) passou a ser regulamentada a avaliação prática (AP) destinado à avaliação de conhecimentos, competências e habilidades práticas, aplicado durante os estágios supervisionados obrigatórios previstos nas diretrizes curriculares nacionais, a ser preenchido pelo estudante;

Fonte: Cavalcanti e Guerra (2020) atualizado pelo autor (2024).

Ao observar o Quadro 1, sobressai o fato de o legislador ter voltado sua atenção, em 2022, para os processos avaliativos de graduação – função anteriormente exercida pelo Poder Executivo mediante portarias e decretos. É importante destacar que as dúvidas geradas nos processos de avaliação de

alguns cursos, como o de medicina, contribuíram para a aprovação da Lei n.º 14.375/2022. Tal medida ocorreu a despeito da Portaria MEC n.º 165/2021, que já havia excluído os cursos de Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem da avaliação virtual *in loco*.

Em relação aos procedimentos, é no âmbito da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), órgão colegiado do SINAES, que são estabelecidas as regras gerais dos processos de avaliação, as quais o Inep executa. Em uma dessas regras, a Portaria MEC n.º 840/2018 determina que as Instituições de Ensino Superior e seus cursos de graduação sejam avaliados periodicamente segundo os ciclos avaliativos. Nesse sentido, os cursos de graduação devem ser avaliados pelos três instrumentos regulatórios para o pleno funcionamento: autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento.

A Autorização é o instrumento pelo qual as instituições devem realizar o pedido formal de abertura de curso junto ao MEC. Isso inclui os centros universitários e as universidades com autonomia para criar seus próprios cursos quando da criação do curso fora da sede<sup>3</sup>, conforme estabelece a Nota Técnica n.º 732/2015/CGLNRS/DPR/SERES/MEC. O MEC estabelece as diretrizes e os instrumentos de avaliação para a autorização dos cursos superiores presenciais e a distância.

No Reconhecimento de Curso, a instituição de ensino deve requerer a avaliação *in loco* após completado 50% da carga horária para obter a validade do diploma em nível nacional. A Renovação de Reconhecimento é iniciada de ofício pelo Ministério da Educação conforme dispõe a Nota Técnica MEC n.º 13/2017/CGARCES/DIREG/SERES. As instituições de ensino são responsáveis por preencher corretamente os formulários e receber a comissão de avaliação *in loco*. Esses processos podem ocorrer em dois momentos:

- a) obrigatoriamente, através dos ciclos trienais que dividem os cursos por área de conhecimento;
- b) eventualmente, nos cursos com baixo desempenho no Conceito Preliminar de Curso (CPC). O CPC advém do desempenho de estudantes no ENADE, da

---

<sup>3</sup> Na Unipampa, a autonomia universitária está delimitada geograficamente na cidade de Bagé onde fica a sede e pode variar de universidade para universidade. Esta regra de autonomia não se aplica aos seguintes cursos:

- Direito, Medicina, Psicologia, Odontologia e Enfermagem;
- Cursos em caráter experimental e com denominações ou matrizes curriculares inovadoras.

infraestrutura, do corpo docente e dos recursos didático-pedagógicos, conforme Nota Técnica n.º 04/2023/CEI/CGGI/DAES. Segundo o Ministério da Educação, os cursos que obtiverem CPC 1 e 2 serão automaticamente incluídos no cronograma de visitas dos avaliadores do Inep. Os demais casos – ou seja, cursos com conceito igual ou maior que 3 – podem optar por não receber a visita dos avaliadores e, assim, transformar o CPC em conceito permanente (conceito de curso) durante o ciclo trienal.

Ainda hoje é verdadeira a colocação de Griboski (2012, p. 182):

Tudo se inicia com a avaliação do estudante no ENADE, que possibilita o cálculo dos insumos para compor o conceito preliminar de curso (CPC). Com a média dos CPCs, realiza-se o cálculo do indicador de qualidade da instituição (IGC) e, em seguida, realizam-se as avaliações *in loco*, que podem ou não confirmar os resultados alcançados na avaliação e dar uma visão plena do padrão de qualidade da oferta da Educação Superior. Trata-se de um ciclo avaliativo que permite ao avaliador e ao avaliado traçarem rumos, metas e inovação na busca da qualidade.

Na avaliação *in loco* dos cursos das IES, são atribuídos conceitos de 1 a 5 para cada indicador reunidos em dimensões com a atribuição de pesos. O conceito é resultante de uma média ponderada e de arredondamentos dos resultados obtidos nos indicadores. A avaliação é realizada por, no mínimo, dois avaliadores externos integrantes do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIs) e de estados diferentes da instituição de ensino avaliada, com experiência em gestão acadêmica e formação na área de conhecimento do curso avaliado (Brasil, 2018).

O extrato de indicadores utilizado para os atos de avaliação *in loco* dos cursos está especificado através dos cadernos do INEP (2017a, 2017b). O caderno que tem o maior número de indicadores é o relacionado aos *atos de reconhecimento e renovação de reconhecimento* constante no Anexo I desta dissertação. O Quadro 2 apresenta um comparativo dos indicadores por ato avaliativo das mudanças para atuais cadernos de avaliação em relação ao único caderno de 2015 (INEP, 2015).

**Quadro 2 - Comparativo de pesos e indicadores**

Dimensão	Tipo de ato	Número de indicadores em 2015	Número de indicadores em 2017	Pesos em 2015	Pesos em 2017
Organização didático-pedagógica	Autorização	27	24	30	40
Corpo docente e tutorial		20	15	30	20
Infraestrutura		22	16	40	40
Organização didático-pedagógica	Reconhecimento e renovação de reconhecimento	27	24	40	30
Corpo docente e tutorial		20	16	30	40
Infraestrutura		22	18	30	30

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2015, 2017a, 2017b).

Por meio do Quadro 2, é possível observar que eram utilizados os mesmos indicadores para atos regulatórios diferentes, o que mudou em 2017. Nessa perspectiva, não se espera que um curso de graduação, ao iniciar suas atividades, seja capaz de responder por todos os indicadores dos atos de reconhecimento e sua renovação. Por conseguinte, Cavalcanti e Guerra (2020) refletem sobre a atribuição dos pesos conforme o estágio regulatório dos cursos de graduação que iniciaram recentemente, e devem dispor de uma Infraestrutura (Dimensão 3) e uma Organização Didático-Pedagógica (Dimensão 1) condizentes com o previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Contudo, a contratação dos professores relacionados aos indicadores do Corpo Docente e Tutorial (Dimensão 2) tende a ocorrer somente após o ato autorizativo.

A partir disso, os dois cadernos de avaliação se diferenciam no número de indicadores, pois, enquanto o caderno de reconhecimento e renovação de reconhecimento contém 58 indicadores, o caderno de autorização tem um número menor, 55 indicadores. O primeiro caderno citado contempla todos os indicadores do segundo. A fim de não gerar equívoco sobre a numeração dos indicadores utilizados neste estudo, foi realizada a sua padronização constante no Apêndice B. Vale dizer que, essencialmente, os indicadores de ambos os cadernos tratam do mesmo

assunto, mas a diferença nos indicadores se denota pelas palavras que enfatizam a existência ou não de ações já realizadas de acordo com a maturidade do curso, como “pressupõem práticas” e “adotam-se práticas”, “estão previstos” e “estão implementados”. Assim sendo, os indicadores dos três autos regulatórios de avaliação trabalham com os mesmos critérios entre as diferentes áreas, diferenciando-se do processo avaliativo dos programas de pós-graduação que o interior do quesito (indicador) diversifica de área para área de avaliação da CAPES.

Para Ristoff e Giolo (2006), é igualmente desafiador avaliar metas de quantidade e qualidade. A partir de uma política de estado por meio da Lei n.º 10.861/2004, o SINAES simbolizou a retomada de objetivos, metas e aprendizados anteriores que foram relevantes para a avaliação do ensino superior. Dessa forma, as visitas *in loco* passaram a ser organizadas de três em três anos para todas as IES. No entanto, a proposta se tornou inviável devido à falta de estrutura do INEP, órgão que organizava as visitas conforme o ciclo avaliativo do Enade e, em um segundo momento, de ofício pelo MEC, conforme já foi descrito. Segundo Verhine (2015), a opção foi visitar os cursos mais “problemáticos”, por isso o CPC foi criado, indicando a qualidade dos cursos e utilizando-se de informações existentes.

De maneira complementar à discussão apresentada, Pillatt e Araújo (2020) evidenciam a tendência de conceder maior importância aos indicadores de qualidade do que aos conceitos de avaliação, a qual tem sido seguida pelo próprio MEC. Os autores embasam essa afirmação tendo como referência os processos de regulação, já que o CPC e o IGC são considerados suficientes para a adoção de medidas regulatórias que deveriam ser efetivadas somente após análise dos conceitos de avaliação de cursos e das instituições: o CC e o CI.

Nesse sentido, deve-se ressaltar a contribuição da avaliação *in loco* como fator de consolidação dos princípios estruturantes do SINAES. Tal modalidade deveria ser preponderante sobre os demais instrumentos de avaliação dos cursos, como o IGC, calcados principalmente em aspectos objetivistas, sem uma reflexão interna e um processo avaliativo democrático que destaque o compromisso assumido pela instituição e seus cursos (Francisco *et al.*, 2012).

Não obstante, o SINAES passou e ainda passa por muitas modificações, o que coloca em dúvida sua concepção inicial de avaliação formativa. Dentre as mudanças mais recentes, pode-se citar:

- a) Portaria MEC n.º 528/2024, que estabeleceu o prazo de 31 de dezembro de

- 2024 para a criação de novos referenciais de qualidade e de regulação para os cursos de graduação a distância. Esse prazo já foi estendido duas vezes;
- b) o extrato dos indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação que está para ser modificado (Sinaes, 2024) a fim de incluir 2 novos eixos vinculados a aspectos sociais, sem grandes mudanças nos atuais eixos (Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura);
  - c) as atividades práticas serão consideradas no processo de avaliação dos cursos de licenciatura, conforme Resolução CNE/CP n.º 4, de 29 de maio de 2024, para fins de desempenho dos estudantes;
  - d) os cursos de licenciatura serão avaliados por meio do desempenho dos estudantes em todos os ciclos trienais, conforme Portaria MEC n.º 610/2024.

## 2.5 Revisão de literatura

A partir de uma revisão sistemática da literatura (Koller; Couto; Hohendorff, 2014), este estudo se alinha à lacuna de pesquisa que será apresentada no final desta subseção.

Por conseguinte, foram realizadas buscas nas bases de dados SciELO e Oasisbr, visando compreender quais são os principais resultados das pesquisas ao trabalhar com o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação, elaborado pelo INEP em 2017.

A metodologia de revisão escolhida foi a de Koller, Couto e Hohendorff (2014), a qual se constituiu nos seguintes passos:

- a) delimitação da questão a ser pesquisada;
- b) escolha das fontes de dados;
- c) eleição das palavras-chave para a busca;
- d) busca e armazenamento dos resultados;
- e) seleção de publicações, de acordo com critérios de inclusão e exclusão;
- f) extração dos dados das publicações selecionadas;
- g) avaliação das publicações;
- h) síntese e interpretação dos dados.

A escolha por bases de dados nacionais se deve ao próprio SINAES e à emissão da Portaria MEC n.º 1.383/2017 e da Nota Técnica INEP n.º 16/2017, sendo

todos esses emitidos pelo Estado brasileiro. Além disso, de modo a responder à questão de pesquisa, foi utilizada a *string* [(IACG) OR (Avaliação Externa AND SINAES)]. Os descritores escolhidos visam garantir que apareçam estudos relacionados à temática por meio da utilização de termos abrangentes como o SINAES e a Avaliação Externa.

Ademais foram elaborados critérios em cada uma das bases, conforme as características da temática. Dentre os utilizados, destacou-se o levantamento realizado a partir do início da vigência do IACG em 2017 e publicações em português. Assim, chegou-se a 35 artigos, 4 Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC), 45 dissertações e 24 teses, somando um total de 108 publicações. Nesse momento, foi realizada uma leitura superficial dos resumos e dos trabalhos para identificar o uso em todo ou em parte do IACG. No armazenamento dos resultados foram transcritos os títulos das publicações para arquivos separados a fim de realizar a triagem, conforme os critérios de inclusão e exclusão. Nesse aspecto, foram identificados 48 resultados duplicados que foram desconsiderados para fins de leitura.

Nos critérios de inclusão, estabeleceu-se a abordagem dos indicadores definidos no IACG. Já os critérios de exclusão foram definidos da seguinte forma:

- a) não abordar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
- b) trabalhos publicados após 2017, mas que utilizam dados dos cursos de anos anteriores à Nota Técnica INEP n.º 16/2017/CGACGIES/DAES.

No Quadro 3, consta a aplicação dos filtros por critérios apresentados conforme cada etapa.

**Quadro 3 - Resumo dos critérios apresentados**

Fases	Cr�terios	Quantidade de resultados
1	Busca pelo termo SINAES nas bases Oasisbr e SciELO a partir de 2004.	1351
2	Utilizando a <i>String</i> : [(IACG) OR (Avalia�o Externa AND SINAES)] + idioma portugu�s + publica�es a partir de 2017.	108
3	Publica�es repetidas (48)	60
4	Utilizar dados anteriores � Nota t�cnica INEP n.� 16/2017/CGACGIES/DAES, e realizar a abordagem dos indicadores de avalia�o <i>in loco</i> dos cursos anterior 2017.	14

Fonte: Adaptado de Garbin e Kampff (2020).

No Quadro 4, pode-se observar os estudos selecionados entre os códigos D (dissertação), T (tese), A (artigo).

**Quadro 4 - Trabalhos selecionados**

<b>Identificação Acadêmica</b>	<b>Título</b>
<b>Oasisbr</b>	
T1 - (Batista, 2020) - IND	Possibilidades de (des)articulações entre autoavaliação e avaliação institucional externa no marco do Sinaes.
T2 - (Gomes, 2021) - IND	SINAES no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG): políticas, práticas institucionais e a visão de gestores e membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA).
T3 - (Ribeiro, 2023) - IND	Desvelando a autoavaliação institucional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) a partir da visão dos gestores.
D7 - (Ferreira, 2019) - IND	Política de acompanhamento de egressos no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul: um estudo de caso.
D1 - (Vieira, 2022) - DIR	Avaliação externa dos cursos de graduação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba: da análise dos relatórios às propostas de melhoria dos cursos.
D2 - (Almeida, 2018) - DIR	Proposta de padronização dos processos regulatórios de cursos de graduação no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria.
D3 - (Cavalcanti, 2019) - DIR	Guia prático de procedimentos técnicos para avaliação de cursos de graduação no Centro de Informática da UFPB, a partir do SINAES.
D4 - (Ribeiro, 2022) - DIR	Processo de reconhecimento do curso de graduação em Direito da UFPB - Campus Santa Rita: uma análise a partir do sistema nacional de avaliação da educação superior.
D5 - (Paiva, 2020) - DIR	Sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES): contribuições ao bacharelado em administração pública do Instituto Federal da Paraíba com vistas à melhoria do processo avaliativo.
D6 - (Soares, 2020) - DIR	Planejamento para o desenvolvimento do simulador de avaliação externa, à luz do instrumento de avaliação de curso de graduação (IACG) no contexto do novo marco legal regulatório.
D8 - (Marinho, 2018) - DIR	Política Educacional e Instrumentos de Avaliação: contribuições para a reforma dos projetos pedagógicos da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Identificação Acadêmica	Título
<b>Oasisbr</b>	
A1 - (Brasil; Ribeiro, 2024) - IND	Avaliação do Sinaes para as bibliotecas universitárias: O sentido das pesquisas.
<b>SciELO Brasil</b>	
A2 - (Cavalcanti; Guerra, 2022) - DIR	Uso de modelo de utilidade para avaliação de cursos de graduação.
A3 - (Rothen; Oliveira, 2024) - IND	Vinte anos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES no Brasil: trajetória, princípios, dilemas e tendências.

Fonte: Adaptado de Garcés Silva e Funari Dias (2022).

Na perspectiva de utilização do IACG, expõe-se a seguir os resultados dos trabalhos e as diferenças entre as pesquisas.

A pesquisadora Batista (2020) demonstrou os vínculos entre as avaliações internas e externas e o comparativo entre o instrumento de avaliação de curso e o institucional, considerando as mudanças que ocorreram em ambos os instrumentos. O referido trabalho ressalta as incoerências, a relatividade de alguns indicadores e a influência do setor privado na alteração dos pesos de cada eixo avaliativo. Ao analisar 16 instituições de Ensino Superior pesquisadas – das quais cinco são universidades privadas e onze públicas – foi comparada a legislação, o posicionamento dos principais autores e os processos da autoavaliação das instituições. Nesse sentido, constatou-se uma divergência entre o que deveria ser realizado e a realidade, abrangendo as avaliações *in loco* dos cursos de graduação.

O trabalho de Gomes (2021) analisou as repercussões dos instrumentos do SINAES na melhoria da gestão do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Em relação ao instrumento foco dessa Revisão Sistemática da Literatura (RSL), a partir da página 212 do trabalho, foi realizada a descrição dos relatórios de avaliação *in loco* dos cursos de graduação e a visão dos gestores sobre o referido processo de avaliação. Desse momento em diante, há relatos de desconhecimento do atual instrumento de avaliação e críticas sobre a própria organização acadêmica do IFNMG, o qual não contém departamentos específicos para lidar com as avaliações dos cursos. Os entrevistados fizeram várias críticas ao sistema de avaliação por não considerar as especificidades dos institutos federais, aplicando-o

a todas as IES. Contudo, constatou-se uma evolução importante dos conceitos obtidos pelos cursos mediante várias ações empregadas, tais como: seminários de capacitação das coordenações, aperfeiçoamento dos regulamentos institucionais, simulados internos de avaliação dos cursos alinhados ao IACG. Essa evolução ocorreu a despeito das mudanças operacionais advindas da pandemia e dos problemas de gerenciamento dos cursos EaD-UAB no Sistema do MEC (e-MEC).

A pesquisa de W. L. Ribeiro (2023) assemelha-se à de Gomes (2021) no que se refere às consequências da avaliação externa na Universidade. Entretanto, a pesquisa de Ribeiro diferencia-se pelo contexto, a UFPB, e pela metodologia ao aplicar a Análise SWOT – *Strengths* (pontos fortes), *Weaknesses* (pontos fracos), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças) (Guerra; Cavalcanti, 2020) na perspectiva e contexto da autoavaliação institucional. O IACG foi citado entre as páginas 115 e 125 na parte descritiva dos conceitos da pesquisa e, a partir da página 166, quando das informações das avaliações de cursos no Relatório de (Auto)Avaliação Institucional. Na consignação dos objetivos institucionais relacionados aos indicadores, o PDI/UFPB (2019 - 2023) foi planejado como meta de Gestão Administrativa na implantação do projeto de autoavaliação em 100% (cem por cento) dos cursos da UFPB. Por fim, os indicadores também influenciaram na estruturação da Comissão Própria de Avaliação com vários segmentos da comunidade acadêmica, como os bibliotecários, para responder a itens de bibliografia básica e complementar dos cursos de graduação.

Ainda sobre o trabalho de W. L. Ribeiro (2023), destacou-se a utilização do termo cultura de avaliação de maneira clara e conceituada. Certa vez, os professores Cesar Newton Balzan e José Dias Sobrinho (1995) escreveram sobre a cultura de avaliação por meio de uma perspectiva da avaliação educativa que levava em conta o contexto institucional e a realidade cultural, democrática e coletiva. Assim o termo se consolidou sendo cada vez mais utilizado nos trabalhos acadêmicos.

A pesquisadora Ferreira (2019) utilizou-se do IACG com a finalidade de averiguar se o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) atende ao preconizado pelo SINAES em relação à política de egressos. A autora fez referência a isso de forma indireta:

Em decorrência, observando-se o problema elencado nesta pesquisa que visa investigar se o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul possui condições de atender ao desafio do Sinaes quanto à sua política de

egressos, conclui-se, face à análise realizada aos instrumentos de avaliação da educação superior, que o nosso foco se deve centrar neste último indicador 'política institucional de acompanhamento dos egressos', pois é este que afere o contributo dos egressos na avaliação das IES (Instituições de Ensino Superior). (Ferreira, 2019, p. 42).

A pesquisa utilizou uma amostra relevante, conforme o método proposto por Barbeta (2014), de 124 respondentes em um universo de 441 egressos dos cursos técnicos integrados de nível médio e graduações (superiores de tecnologia e licenciatura) do IFMS, formados entre os anos 2013 e 2017. Numa triangulação clara entre questionários, entrevistas e análise documental (Oliveira, 2010), aumentou a credibilidade e a validade dos resultados. Dessa maneira, foi possível aferir, dentre outros resultados, que não há uma definição das competências e habilidades desejadas na política de egressos e no Pace (Programa de Acompanhamento de Egressos) do IFMS, nem a institucionalização de um estudo comparativo entre a atuação dos egressos e a formação recebida. Contudo, segundo os respondentes da pesquisa, as habilidades e as competências mais importantes foram ensinadas durante seus aprendizados no IFMS.

Não obstante as abordagens anteriores, o estudo de Vieira (2022) detém uma relação direta em relação ao IACG, verificada quando analisou os cursos de graduação do Centro de Educação da UFPB. Já em relação às semelhanças com as teses anteriores, observou-se o uso da Análise SWOT (Guerra; Cavalcanti, 2020) e um estudo que visa a melhoria das avaliações dos cursos a partir dos elementos analisados, ou seja, uma pesquisa de natureza aplicada. Como resultados alcançados foram elencadas algumas potencialidades, em geral associadas à Estrutura Curricular e o Corpo docente das dimensões 1 e 2. Em relação às fragilidades, observou-se estarem associadas preponderantemente à infraestrutura que é compartilhada entre os cursos do Centro de Educação da UFPB. Assim, precisam ser superadas por ações conjuntas oriundas das Coordenações de Curso/Direção de Centro.

O estudo de Almeida (2018) envolveu a utilização da Análise de Conteúdo, proposto por Bardin (1977), para analisar os dados e apurar as dificuldades percebidas no processo de avaliação *in loco* de oito cursos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), avaliados no período de março de 2017 a abril de 2018. Os coordenadores dos cursos participaram de entrevistas semiestruturadas e, para a completude das evidências, foram analisados os sites de universidades públicas

federais, documentos institucionais e legislações vigentes mediante pesquisa documental e bibliográfica. A perspectiva do referencial teórico utilizada foi a da gestão por processos ou *Business Process Management Modeler* (BPMN) embasado em autores como Carvalho e Paladini (2012) e Pavani e Scruglia (2011), demonstrando a diversidade de maneiras que se pode gerir o conhecimento na busca por melhorias dos resultados das avaliações dos cursos (Bandeira; Sartori; Menegassi, 2021). Dentre as principais dificuldades relatadas pelos coordenadores dos cursos estão o desconhecimento sobre o SINAES, dificuldades operacionais, como o preenchimento do formulário eletrônico (quantidade de dados e tempo para envio do formulário), e adversidades relacionadas ao atendimento da comissão de avaliadores (engajamento dos colegas docentes e preparação dos documentos necessários à avaliação *in loco*). Na pesquisa foi realizado o mapeamento do processo de avaliação dos cursos na UFSM, por meio do software *Bizagi Process Modeler*. Além disso, foi gerado o manual de processos regulatórios dos cursos, tendo como base, inclusive, os procedimentos realizados em outras universidades federais. Para tal fim, os indicadores foram descritos e esmiuçados nesta dissertação.

O trabalho de Cavalcanti (2019) resultou em um bem-sucedido guia prático que posteriormente gerou um livro (Guerra; Cavalcanti, 2020) e uma patente (Cavalcanti; Guerra, 2022). Este último faz parte dos resultados desta RSL e será analisado nos próximos parágrafos. Ademais, o modelo de utilidade baseado na Análise SWOT para os indicadores dos cursos de graduação serviu de subsídio teórico para outros trabalhos realizados no âmbito da UFPB, também constantes nesta RSL. Entretanto, não foram observados estudos recentes fora da Universidade Federal da Paraíba utilizando-se do modelo de utilidade criado, limitando o impacto social da pesquisa de Cavalcanti. O contexto analisado englobou os três cursos do Centro de Informática, para os quais foram sugeridas ações de melhoria, classificando-as conforme a complexidade de implementação.

A dissertação de I. L. Ribeiro (2022) teve como contexto o Curso de Direito do Campus Santa Rita da UFPB, em que foi utilizada a Análise SWOT. Os principais resultados identificados foram os indicadores de forças relacionadas à Dimensão 1, Dimensões 2 e 3, impactando positivamente no conceito do curso. Como pontos fracos detectados estão os indicadores: a) Dimensão 1: 1.14 Tecnologias de informação e comunicação, 1.18 Número de vagas; b) Dimensão 2: 2.10 Experiência

profissional do corpo docente, 2.15 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica; e, c) Dimensão 3: 3.1 Gabinetes de trabalho para docentes em Tempo Integral, 3.2 Espaço de trabalho para o coordenador e serviços acadêmicos, 3.3 Sala de professores e 3.4 Sala de aula. Além disso, referente à Dimensão 3, foram citadas oportunidades como a bibliografia complementar e periódicos (3.7 e 3.8), assim como os indicadores relacionados aos laboratórios (3.9 a 3.11), possibilitando aos alunos adquirirem novos conhecimentos e habilidades. Os indicadores de infraestrutura (3.1 a 3.4) foram considerados ameaças e fraquezas, concomitantemente, pela incapacidade de investimento na Educação, segundo o estudo. Por fim, foi sugerido um conjunto de ações visando sanar as fragilidades e rechaçar as ameaças: a disponibilização de um número adequado de salas de aula para o curso, a ampliação do acervo e do espaço da Biblioteca do Campus Santa Rita, a criação de programas de apoio extraclasse, dentre outras.

A pesquisa de Paiva (2020) teve como contexto o Curso de Bacharelado em Administração Pública (BAP) da IFPB, ofertado na Modalidade de Educação a Distância (EaD). Esse estudo contém, como principal diferença em relação aos demais trabalhos, a análise de indicadores próprios de cursos EaD ou de cursos presenciais que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância, através do relatório de avaliação *in loco* de reconhecimento no contexto do BAP. Os indicadores EaD que foram analisados no estudo são: 1.14 - atividades de tutoria; 1.15 - Conhecimentos habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria; 1.17 - Ambiente virtual de aprendizagem; 2.2 - Equipe multidisciplinar; 2.10 - Experiência no exercício da docência na Educação a Distância; 2.13 - Titulação e formação do corpo de tutores do curso; 2.15 - Interação entre tutores, docentes e coordenadores de curso à distância; 3.18 - Ambientes profissionais vinculados ao curso. A pesquisa apresentou como resultado as seguintes recomendações ao BAP:

- a) a impressão e distribuição dos materiais didáticos, pois não é pelo fato de ser um curso a distância que haverá somente materiais didáticos no formato digital;
- b) a utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para uma maior interação online entre discentes e docentes;
- c) a destinação de espaços adequados para os tutores, docentes e coordenação de curso, além de capacitação deles.

A dissertação de Soares (2020) consistiu em planejar o desenvolvimento de

um simulador à luz do IACG, criado em 2017. Importante atribuir que a mesma pesquisadora desenvolveu o software *Bizagi Process Modeler* como proposta de doutorado em 2022, mas não aparece nos resultados desta RSL, pois as palavras-chave (Simulador. Avaliação Externa. Indicadores. Regulação.) eram muito diferentes dos descritores utilizados na sua dissertação – a grande variância dos descritores utilizados será comentada mais adiante. O uso de um simulador evidencia a natureza aplicada da pesquisa, sendo que a simulação permite antever problemas que somente após um exercício prático poderiam ser percebidos (Medeiros; Moser; Santos, 2014; Soares, 2020). Nesse sentido, o planejamento do referido software procurou abarcar todos os aspectos das avaliações e da regulação dos cursos nas Modalidades Presencial e à Distância. Assim, informações detalhadas foram apuradas no interior de cada indicador que estrutura os instrumentos avaliativos. Isso possibilitou a criação de um *front-end* (interface do sistema com o usuário) no qual se pôde selecionar itens, como o tipo do curso (bacharelado, licenciatura ou tecnólogo), a modalidade (ensino presencial ou a distância) e o ato regulatório (autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento). Por fim, a autora optou pela escolha do software de desenvolvimento PHPMyAdmin®, em conjunto com o Sistema MySQL, de Gerenciamento de Banco de Dados, e a Linguagem SQL - Linguagem de Consulta Estruturada, do inglês Structured Query Language, como interface.

O trabalho de Marinho (2018) analisou os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) para fins de atendimento do Formulário de Avaliação de Cursos de Graduação, que elenca o IACG, elaborado pelo INEP. Os cursos foram separados por tipo (bacharelado, licenciatura ou tecnólogo). Nos PPCs foram verificados itens como a carga horária e o tempo mínimo de integralização; adoção de Libras como disciplina; uso de TICs, Educação em Direitos Humanos e a adoção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Assim, verificou-se a necessidade de atualização urgente dos PPCs para o atendimento das resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) relacionados ao IACG. Como resultado, quatro instrumentos de análise de projetos pedagógicos de curso foram produzidos (Anexos B, C, D e E da citada dissertação), um para cada tipo de curso: licenciatura, bacharelado, bacharelados para área da saúde e tecnólogos, respectivamente.

O Artigo de Cavalcanti e Guerra (2022) teve abordagem qualitativa, cujo

processo visava descrever o modelo de utilidade para a gestão educacional do Ensino Superior baseado na aplicabilidade da Análise SWOT e do Ciclo PDCA - *Plan* (planejar), *Do* (executar), *Check* (checar) e *Act* (agir), como ferramenta complementar, sobre o IACG. O modelo serviu de base para os já mencionados trabalhos no contexto da IFPB e a Patente registrada no Instituto Nacional de Patentes Industrial (INPI) sob o código BR20190170510. O modelo estabeleceu uma classificação para os indicadores: os indicadores com pontuação 4 e 5, considerado uma Força, correspondem aos conceitos “Boa” e “Muito Boa”, respectivamente; indicadores com pontuação 1 e 2, considerados uma Fraqueza, correspondem aos conceitos “Insuficiente” e “Parcialmente Insuficiente”. Ambas as Forças e as Fraquezas são consideradas inerentes ao ambiente interno das Instituições de Ensino Superior (IES), diferentemente das Ameaças e Oportunidades que são componentes do ambiente externo à IES. A pontuação 3 corresponde ao conceito “Suficiente” e não se relaciona a nenhum dos componentes da Matriz SWOT.

As Ameaças são possíveis mudanças no cenário externo, colocando em risco a existência da IES, geralmente vinculadas às questões de sustentabilidade financeira; enquanto as Oportunidades devem considerar os aspectos descritos no Plano de Desenvolvimento Institucional relacionados às chances de crescimento e fortalecimento. Apesar de fácil utilização e compreensão, o modelo não pode ser usado por outras universidades sem anuência ou licenciamento da UFPB, o que restringe o impacto social da ferramenta. Isso acontece em um contexto de monetização e comercialização da pesquisa científica produzida pelas universidades (Caviggioli *et al.*, 2020) e podem afetar as pesquisas de base (Cohen; Florida; John, 1998; Verspagen, 2006).

No artigo de Rothen e Oliveira (2024), os autores trazem evidências da desconfiguração do SINAES desde sua criação em 2004, afastando-o do caráter emancipatório e formativo previsto inicialmente. Entre as evidências, pode-se citar:

- a) a avaliação virtual *in loco*, implementada no período pandêmico em caráter emergencial, foi posteriormente incorporada ao SINAES pela Lei n.º 14.375, de 21 de junho de 2022, com forte influência das instituições de ensino privadas;
- b) crítica a evolução e a utilização dos indicadores de qualidade que, segundo Rothen e Oliveira (2024), “corroem os princípios e valores da avaliação formativo-emancipatória que fundamentam a proposta original para o

SINAES”;

- c) enfraquecimento sistemático do INEP com transformações nos métodos de avaliação em larga escala, além de interrupção de estudos e resultados que vão de encontro à postura ideológica dos governos de direita;
- d) inclusão de mais uma instância recursal, por meio da Portaria n.º 840, de 24 de agosto de 2018, sobre o resultado das avaliações – o Presidente do INEP – que na prática enfraquece a Comissão Técnica de Acompanhamento e Avaliação (CTAA) e a Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES).

A Revisão Sistemática da Literatura, de H. Brasil e M. Ribeiro (2024), investigou as relações entre o SINAES e as bibliotecas das universidades federais nas pesquisas realizadas entre 2004 e 2024. O estudo revelou que os indicadores de avaliação dos cursos contemplam aspectos voltados à infraestrutura (acervo bibliográfico) e não à gestão dos serviços que as bibliotecas podem oferecer, como consultas online, treinamento de usuários, orientação na elaboração de currículos (em especial o Lattes) e auxílio na consulta às bases de periódicos científicos, dentre outros. A mencionada revisão demonstrou que a maioria dos estudos – 21 de um total de 31 pesquisas selecionadas – procuram formas de enquadramento das bibliotecas nos padrões previstos pelos indicadores de avaliação.

Assim, foram contemplados todos os itens da pergunta de pesquisa descrita no início desta seção: quais são os principais resultados das pesquisas ao trabalhar com o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação, elaborado pelo INEP em 2017?

Por fim, identificou-se alguns obstáculos, como o uso indiscriminado de descritores poluindo as bases de dados ao mencionar todos os instrumentos previstos pelo SINAES, ao invés de somente o instrumento foco da pesquisa. Além disso, ao lembrar e retomar o estudo de Batista (2020), que analisou diversas IES, observou-se que não existe um sistema privado ou governamental que proporcione acesso às informações das comissões próprias de avaliação. Ademais, os relatórios das avaliações *in loco* não estão disponíveis, o que se constitui num obstáculo ao desenvolvimento de estudos que tenham como perspectiva a própria instituição. Por não haver uma obrigatoriedade firmada na regulação, algumas universidades disponibilizam, em seus sites, os documentos de avaliação e autoavaliação que atendem aos próprios interesses para a autopromoção (Batista, 2020).

Atualmente, os trabalhos somente expõem os indicadores com os conceitos mais baixos, e 7 dos 14 estudos sugerem ou trabalham com ferramentas de gestão do conhecimento – sistemas de informação, Análise SWOT, Ciclo PDCA, BPMN. Não foram encontrados trabalhos que possibilitem, posteriormente ao processo avaliativo, reconstituir as ponderações conforme os pesos estabelecidos. Essa carência de estratificações estatísticas impede a geração de informações sobre as avaliações *in loco* dos cursos de graduação, configurando uma lacuna de pesquisa a ser preenchida. Tal lacuna se torna mais evidente ao se considerar a dificuldade de gerar informações sobre múltiplos cursos que serão avaliados de acordo com cada projeto pedagógico, os quais podem variar conforme o contexto que os respectivos cursos estão inseridos.

Na próxima seção, serão abordados os procedimentos metodológicos da pesquisa.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando os processos avaliativos e regulatórios descritos nas seções anteriores, bem como a questão de pesquisa e o objetivo geral deste estudo, adotou-se uma abordagem metodológica mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos. Segundo Minayo (2002), a pesquisa qualitativa configura-se como um elemento fundamental no campo das Ciências Sociais, abrangendo também a Educação, concebida em sentido amplo e articulada às humanidades. Seu propósito é produzir conhecimento por meio da interpretação e da compreensão dos dados relativos ao fenômeno investigado. O método quantitativo, por sua vez, teve a finalidade de comparar e analisar estatisticamente os dados registrados nos relatórios de avaliação, buscando uma compreensão mais profunda dos diferentes contextos (Gil, 2008) dos *campi* e do âmbito institucional.

Além disso, foi realizada uma padronização (Apêndice B) devido à diferença do número de indicadores entre os processos regulatórios de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento, conforme demonstrado no Quadro 2.

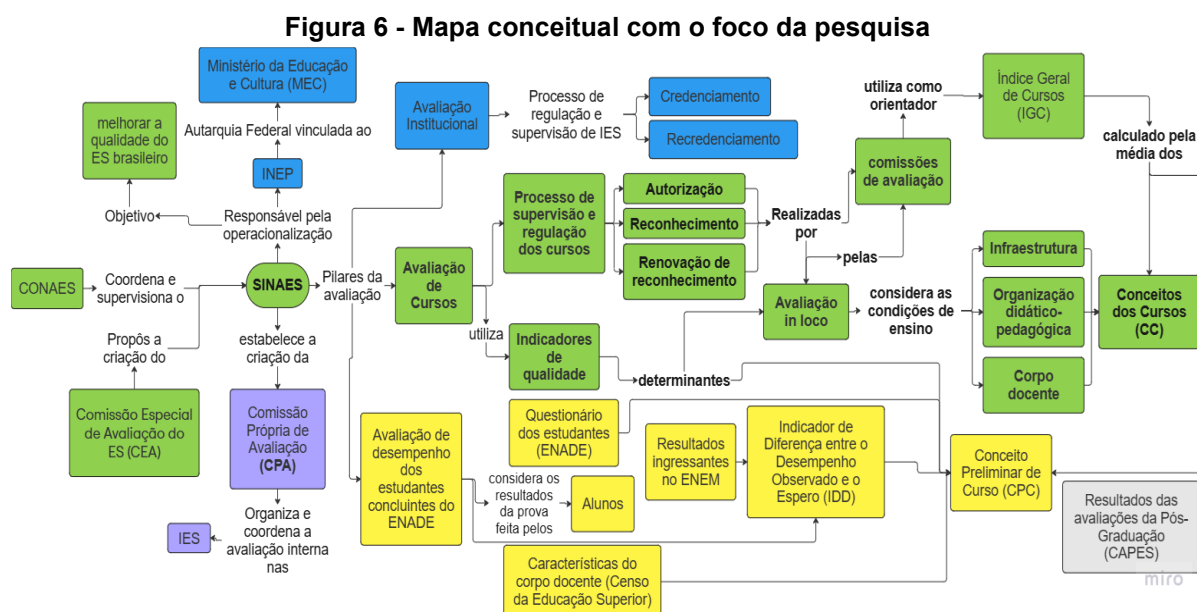
Em relação aos objetivos, a pesquisa se caracteriza como exploratória, pois se busca mais informações sobre a temática que se pretende investigar, possibilitando a análise e os delineamentos necessários para um novo enfoque (Prodanov; Freitas, 2012). Também se pode definir a pesquisa como bibliográfica, pois traz o caminho percorrido por outros pesquisadores a partir de estudos que acompanharam o surgimento da avaliação externa do ensino superior – constantes nas Subseções 2.3, 2.4 e 2.5 –, e documental, ao analisar diferentes documentos gerados pela Unipampa ou pelo INEP.

Segundo André e Lüdke (1986), a análise documental configura-se como um recurso relevante para o tratamento de dados, pois tanto pode complementar informações oriundas de outras técnicas quanto revelar dimensões inéditas de determinado tema ou problema, o que sustenta sua utilização em diferentes contextos investigativos. Entre os aspectos que caracterizam esse tipo de pesquisa, destaca-se a necessidade de realizar uma análise pautada na interpretação adequada dos dados coletados, sem perder de vista o objeto de estudo e a questão central que orienta a investigação.

Em relação às informações coletadas, obtiveram-se os dados dos relatórios

de avaliação *in loco* dos cursos de graduação: nome do curso avaliado, campus do curso, ano em que a avaliação ocorreu, conceito recebido pelo curso e em cada indicador, assim como qual foi o processo regulatório.

Na Figura 6 é possível observar graficamente o foco principal da pesquisa com realce em negrito ante os diferentes instrumentos que integram o SINAES.



Fonte: Pereira, Araujo e Machado Taylor (2020) atualizado pelo autor (2024).

Percebe-se, por meio da leitura da Figura 6, que a avaliação *in loco* é o processo principal da pesquisa, e o seu resultado é o relatório de avaliação que será utilizado.

O procedimento de amostragem dos relatórios, definido como a escolha de uma parte da população (número total de relatórios) a ser observada (Barbetta, 2014), foi delineado entre a emissão da Portaria MEC n.º 1.383, de 31 de outubro de 2017 (Brasil, 2017b), e a emissão da Portaria Conjunta SERES/MEC/INEP n.º 1, de 20 de maio de 2024 (Brasil, 2024a). Esta última interrompeu os processos de avaliação *in loco* dos cursos de graduação no Rio Grande do Sul devido à catástrofe climática ocorrida entre os meses de abril e maio de 2024 no referido estado.

Entre maio de 2016, período em que ocorreu a primeira avaliação baseada no caderno INEP (2015), e abril de 2024 foram realizadas 41 visitas *in loco* na Unipampa por avaliadores do INEP, sendo 2 de avaliação institucional e 39 de avaliação dos cursos de graduação. Vale dizer que, mesmo nos anos 2018 e 2019, houve avaliações pautadas no caderno de avaliação antigo (INEP, 2015). Todas as

avaliações fundamentadas no referido caderno geraram uma amostra de 12 relatórios, sendo 6 atos de reconhecimento e outras 6 renovações de reconhecimento que também geraram uma matriz de resultados institucionais constante no Apêndice D e descrita na Seção 4 - Análise de Resultados.

As avaliações aplicadas, pautadas pelos cadernos de avaliação do INEP, publicados em 2017 (2017a, 2017b), configuram a amostra de 27 relatórios, sendo 3 relatórios de autorização, 12 de reconhecimento e 12 de renovação de reconhecimento. Além disso, conforme o instrumento de avaliação de 2017, foram avaliados 21 cursos presenciais, 6 cursos EaD; bem como, em relação ao tipo de graduação (grau), listam-se 16 cursos de bacharelado, 1 curso de tecnólogo (de gestão de turismo do Campus Jaguarão) e 10 cursos de licenciatura avaliados. A lista de todos os cursos avaliados por instrumento INEP consta no Apêndice A. O Campus Bagé foi o único que não passou por nenhuma avaliação *in loco* de seus cursos dentro dos acontecimentos sociais que delimitaram temporalmente os dados que foram utilizados na pesquisa. Assim, atribuíram-se os conceitos aos cursos do mencionado campus apenas por meio de avaliações em larga escala.

Para responder às perguntas de pesquisa, listam-se a seguir quais dados foram organizados e quais informações foram produzidas:

- a) o total de cursos avaliados por ato regulatório (dados coletados);
- b) quantos cursos responderam a um determinado indicador (informações produzidas);
- c) os conceitos alcançados por curso em cada indicador (dados coletados);
- d) qual é o somatório dos conceitos alcançados pelos referidos cursos em um determinado indicador (informações produzidas); e
- e) qual é o valor máximo alcançado por indicador, caso todos os cursos respondentes atingissem o conceito máximo (informações produzidas).

A produção das informações e a organização dos dados coletados supracitados foram realizadas por meio do preenchimento do Quadro 26 de Apuração, necessárias à geração de conhecimentos constantes na Seção 4 - Análise dos Resultados. Além disso, adotou-se o Não Se Aplica (NSA) para os indicadores do caderno de reconhecimento e a renovação de reconhecimento não contemplados pelo caderno de autorização.

A partir dos dados e informações produzidos, elaborou-se uma sistemática de contabilização de pontos, em que 1 ponto corresponde ao conceito 1, 2 pontos

equivalem ao conceito 2, e assim sucessivamente. O objetivo é mensurar quantos pontos (contabilização dos conceitos) são possíveis de alcançar por indicador, e quantos pontos foram efetivamente alcançados, sendo que, em ambos os casos, se considerou os pesos descritos no Quadro 2 desta dissertação.

Os pontos alcançáveis são mensurados a partir da subtração entre o valor máximo a ser atingido por indicador ou o “Total de Pontos Possíveis com os Pesos”. Este último é obtido pela soma das multiplicações do número de cursos avaliados e o valor do conceito máximo (5) com os respectivos pesos, com o “Valor do Desconto Considerando os Pesos” definido na sequência. Já o “Valor do Desconto Considerando os Pesos” é dado pela multiplicação do valor do conceito máximo (5), do respectivo peso e da soma de itens NSA por indicador.

Já os pontos efetivamente alcançados ou o “Total de Pontos Alcançados com os Pesos” foi obtido pela soma das multiplicações entre os pesos e os valores dos pontos alcançados nos relatórios por indicador. A razão entre o “Total de Pontos Alcançados com os Pesos” e o “Total de Pontos Possíveis com os Pesos” foi o percentual alcançado em cada indicador utilizado para classificá-los ordinalmente nas matrizes apresentadas nos Apêndices D até I conforme o enfoque. No Apêndice C, há um quadro modelo de exemplo com todas as variáveis juntas preenchidas com os resultados institucionais.

O método descrito calcula o diferencial entre os pontos alcançáveis pelos indicadores e os pontos efetivamente alcançados, por isso fez-se necessário filtrar indicadores respondidos por um número maior de cursos, não focando somente no diferencial. Isso gerou os resultados constantes nos Apêndices D, E, F, G, H e I com base em cada uma das amostras elencadas nas perguntas de pesquisa. Assim, os resultados das matrizes aproximam-se mais da realidade dos cursos no momento da avaliação e dos enfoques pretendidos pelo estudo.

A coleta documental dos relatórios de avaliação *in loco* traz como características ser estável e ser exata. A primeira se refere à possibilidade de mudança dos dados ao longo do tempo, o que somente acontece com a interposição de recurso realizada no âmbito da Unipampa pela Procuradoria Educacional Institucional, o que é publicizado pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). A exatidão significa que o *rol* é exaustivo, ou seja, foram analisados todos os relatórios de avaliação dos cursos definidos no procedimento de amostragem, cujas fontes foram a Procuradoria Educacional Institucional e a Pró-Reitoria de Graduação para a

execução deste estudo. Cabe salientar que esses relatórios de avaliação não podem ser publicados, pois retém o número de cadastro de pessoa física dos avaliadores.

Outras fontes documentais foram utilizadas, dentre elas os PDIs 2014-2018 e 2019-2024 (Unipampa, 2013, 2019c), os Relatórios de Gestão da Universidade (Unipampa, 2016b, 2017b, 2018b, 2019b, 2020d, 2021b, 2022c, 2023b, 2024c, 2025c) e os Relatórios da Autoavaliação Institucional (Unipampa, 2017a, 2018a, 2019a, 2020a, 2021a, 2022a, 2022b, 2024b, 2025b). Estes documentos são públicos nas páginas de internet da Unipampa. A operacionalização da pesquisa e a análise dos dados oriundos dos relatórios basearam-se em proposições teóricas de Barbeta (2014) e Fávero e Belfiore (2017) dos atos regulatórios de avaliação de cursos juntos ou separados e em um ou mais *campi*, dependendo do enfoque.

Dentre os softwares utilizados estão o RStudio e o Google *Sheets* (Planilhas), pois os cursos não respondem ao IACG da mesma forma, variando conforme o previsto no Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Assim, gerou-se muitas exceções na análise dos dados, por isso, de maneira complementar, foi utilizada a aplicação do Google para organização dos dados.

Por conseguinte, o percentual alcançado por indicador em relação ao total de pontos possíveis determina um único resultado relacionado ao número de cursos que responderam aos indicadores. Dessa maneira, as matrizes foram formadas por resultados a partir de um mínimo de indicadores respondidos pelos cursos, ou seja, montaram-se as matrizes de resultados com 1, 5, 10, 20 cursos e com todos os 27 cursos de graduação avaliados que responderam aos mesmos indicadores. Para figurar como exemplo, mais de 5 cursos responderam a um indicador, este constará, em alguma posição, na matriz de indicadores respondidos por ao menos 5 cursos e na matriz de indicadores respondidos por ao menos 1 curso. Se o indicador teve conceito atribuído nos processos de avaliação *in loco* de 10 cursos, ele constará nas matrizes de indicadores respondidos por pelo menos 10 cursos, na matriz de indicadores respondidos por pelo menos 5 cursos e na matriz de indicadores respondidos por pelo menos 1 curso, e assim sucessivamente.

A partir disso, os resultados poderão ser incorporados por gestores em suas capacitações e por setores da universidade, além da continuidade da coleta dos dados das avaliações dos cursos adaptando as análises às mudanças dos processos avaliativos.

### 3.1 Categorias de análise

A partir da Seção 4 - Análise dos Resultados, as informações foram organizadas conforme a seleção do enfoque com vistas a responder às perguntas de pesquisa: 1. com foco institucional baseado nos instrumentos INEP 2015 e 2017; 2. foco por modalidade de ensino; 3. foco nos atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento; 4. foco por *tipo de graduação*. Diante disso, foram analisadas as temáticas dos indicadores das 10 primeiras posições, constantes em cada uma das matrizes de resultado geradas a partir de cada enfoque com vistas a descrever as relações existentes com outros documentos gerados pela Universidade, como os relatórios da autoavaliação institucional e os PDIs.

Vale dizer que, a partir do instrumento de avaliação dos cursos do INEP de 2017, a descrição dos indicadores (Anexo II) diminuiu a subjetividade do processo avaliativo em relação ao instrumento de 2012 e de 2015. Nesse sentido, o INEP traduz, com a Nota Técnica n.º 16/2017, essa relação de conceitos que é válida tanto para o IAIE quanto para o IACG, conforme detalhado no Quadro 5:

**Quadro 5 - Conceitos, legendas e seus significados**

IAIE/IACG		
Conceito	Legenda	Significado
1	Insatisfatório	Ausência crítica do objeto de avaliação ou de evidência dos atributos descritos no conceito 2.
2	Parcialmente satisfatório	Ausência de evidências dos atributos descritos no conceito 3.
3	Satisfatório	Evidências para os atributos apresentados nos descritores do conceito 3.
4	Bom	Evidências para os atributos apresentados nos critérios de análise do conceito 3 e do(s) critério(s) aditivo(s) do conceito 4.
5	Muito bom	Evidências para os atributos apresentados nos critérios de análise do conceito 3 e do(s) critério(s) aditivo(s) dos conceitos 4 e 5.

Fonte: Brasil (2017c).

Notou-se pela leitura do Quadro 5 a diferença em relação ao instrumento de avaliação anterior que partia do Inexistente (conceito 1) para o Excelente (conceito 5).

Já a escala de conceitos da autoavaliação das temáticas atribuídas pelos entrevistados parte do conceito Inexistente com médias de pontuação até 1,5; conceito Insuficiente para médias de pontuação até 2,5; conceito Suficiente para

médias de pontuação até 3,5; conceito Muito Bom/Muito Bem para médias de pontuação até 4,5; e conceito Excelente para médias de pontuação entre 4,51 e 5.

### **3.2 Ressalva da pesquisa**

Os conceitos representam as notas obtidas pelos cursos quando foi realizada a visita *in loco*, mas não representam, necessariamente, o atual estado dos cursos em relação aos referidos indicadores.

Por ocasião do levantamento documental, observou-se que o Campus Bagé não contém os referidos relatórios de avaliação, por essa razão apresentaram-se os resultados dos outros nove *campi*.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir de agora serão apresentados os dados das matrizes de resultados constantes nos Apêndices desta dissertação. Além da apresentação será feita a análise conjunta e sistemática desses com outras fontes documentais, como os Relatórios de Autoavaliação da Unipampa no período e os resultados dos Planos de Desenvolvimento Institucional da Unipampa (Quadro 6). Tanto os relatórios quanto os planos estão disponíveis nos sites da Unipampa, bem como a parte discursiva dos relatórios de avaliação *in loco* organizada pelos avaliadores (Quadro 23).

**Quadro 6 - Principais documentos analisados no período**

Nome dos documentos	Descrição	Responsáveis	Ano de publicação
Relatórios de Avaliação Institucional 2015 a 2024*	Os relatórios apresentam os dados e as análises dos processos de autoavaliação da Unipampa	Comissão Própria de Avaliação da Unipampa	2015 a 2024
PDI 2014-2018	Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018	Gestão da Unipampa, Comissões dos <i>Campi</i> e Reitoria	2013
PDI 2019-2023 (prorrogado em 2024)	Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2024	Gestão da Unipampa, Comissões dos <i>Campi</i> e Reitoria	2019
Resultados do PDI 2014-2018	Demonstram parcialmente os resultados alcançados ante as metas e os objetivos estratégicos.	Gestão da Unipampa	2017
Resultados do PDI 2019-2024	Demonstram os resultados alcançados ante as metas e os objetivos estratégicos	Gestão da Unipampa	2024

\*Na Unipampa, os relatórios de autoavaliação institucional contêm o título de Relatórios de Avaliação. Fonte: Autoria própria (2025).

As análises foram organizadas a fim de responder às perguntas de pesquisa por meio dos próprios indicadores que retornaram das matrizes de resultado

constantes nos Apêndices D a I. A partir disso, as análises foram realizadas por meio das diferentes fontes documentais.

Por conseguinte, este estudo se propõe a saber quais os maiores desafios em termos dos processos avaliativos e dos processos regulatórios que estão vinculados entre si. Para isso, constituíram-se matrizes que contabilizaram os conceitos por indicador, no qual foram considerados os pesos atribuídos pelo INEP e o número de cursos avaliados. Assim, a elaboração das matrizes se deu a partir do preenchimento dos quadros modelos constantes no Apêndice C para cada um dos enfoques trazidos nas perguntas de pesquisa. No Quadro 26 foi descrito a porcentagem alcançada diante dos conceitos atingidos, ou seja, os percentuais revelaram as diferenças entre os conceitos alcançados pelos cursos avaliados em relação aos conceitos máximos que poderiam ser atingidos.

Após o preenchimento dos Quadros 25 e 26 do Apêndice C, os indicadores foram dispostos em ordem decrescente dos percentuais, revelando quais indicadores contêm as menores taxas em relação a 100% do conceito máximo.

#### **4.1 Resultados institucionais por dimensão**

Antes de abordar os resultados específicos dos indicadores conforme os enfoques propostos nas perguntas de pesquisa, foram observados os aspectos gerais relacionados às dimensões avaliadas que agrupam um conjunto de indicadores que foi constituído pelos instrumentos do INEP (Anexos I e II deste estudo). Assim, é possível ter uma visão geral sobre os resultados alcançados pela Universidade nas avaliações *in loco* a fim de melhor compreender os resultados específicos nos subitens subsequentes desta seção.

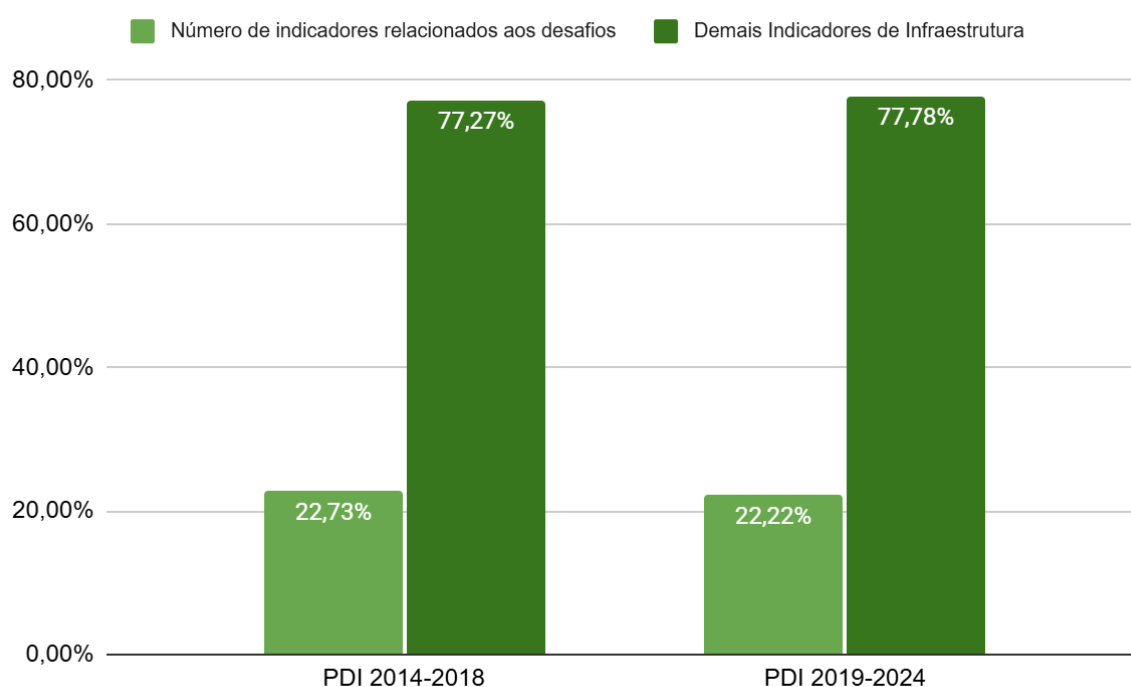
Considerando as médias das dimensões apresentadas no Apêndice A, a Dimensão 1 - Organização Didático-Pedagógica, com 4,371, e a Dimensão 3 – Infraestrutura, com 4,194, representaram iguais desafios em relação à Dimensão 2 - Corpo Docente e Tutorial, com 4,580, quando da aplicação de ambos os instrumentos do INEP de 2015 (Anexo I) e de 2017 (Anexo II).

Observando a Dimensão de Infraestrutura, notou-se que cada curso continha dificuldades variadas constantes nos relatórios de avaliação *in loco*, sendo as mais frequentes relacionadas ao espaço inadequado de trabalho para docentes e para os coordenadores de curso, à falta de sala coletiva para os docentes, à bibliografia

básica e complementar para todas as unidades curriculares, aos laboratórios de formação básica e específica em quantidade e espaços insuficientes para o número de vagas ofertadas, além de problemas na distribuição de material didático para os alunos do EaD. Esses indicadores foram responsáveis por 100% dos conceitos iguais ou menores que 3, a partir de setembro de 2018, quando ocorreu a primeira avaliação pautada no caderno do INEP de 2017. Assim, restaram 8 indicadores em que todos os cursos avaliados no referido período atingiram o conceito 4 ou 5. Pôde-se citar entre eles o acesso dos alunos a equipamentos de informática e o trabalho das comissões de ética em pesquisa (CEP) e de ética de uso na utilização de animais (CEUA), os quais evoluíram ao longo do tempo, conforme se verá na sequência do estudo.

No que se refere à infraestrutura, observou-se que, nos Planos de Desenvolvimento Institucional da Unipampa para os períodos de 2014-2018 (Unipampa, 2013) e 2019-2024 (Unipampa, 2019c), constavam listas de obras a serem executadas e concluídas, mas que, em sua maioria, não contemplavam os indicadores que representaram os maiores desafios dessa Dimensão nas avaliações dos cursos, conforme se pode visualizar nas Figura 7.

**Figura 7 - Totais de indicadores dos Instrumentos INEP 2015 e 2017 abordados no PDI 2014-2018 e PDI 2019-2024**



Fonte: Autoria própria (2025).

Assim, no PDI 2014-2018, somente 22,73% dos indicadores da Dimensão 3 foram abordados direta ou indiretamente. São eles:

- a) Bibliografia Básica e Complementar;
- b) Espaço de trabalho para docente em tempo integral;
- c) Distribuição de material didático para o EaD;
- d) Criação de laboratórios didáticos especializados (quantidade e qualidade).

No PDI 2019-2024 (Unipampa, 2019c), somente 22,22% dos indicadores da Dimensão 3 foram abordados direta ou indiretamente. São eles:

- a) Bibliografia básica e complementar;
- b) Laboratório didático de formação básica e específica;

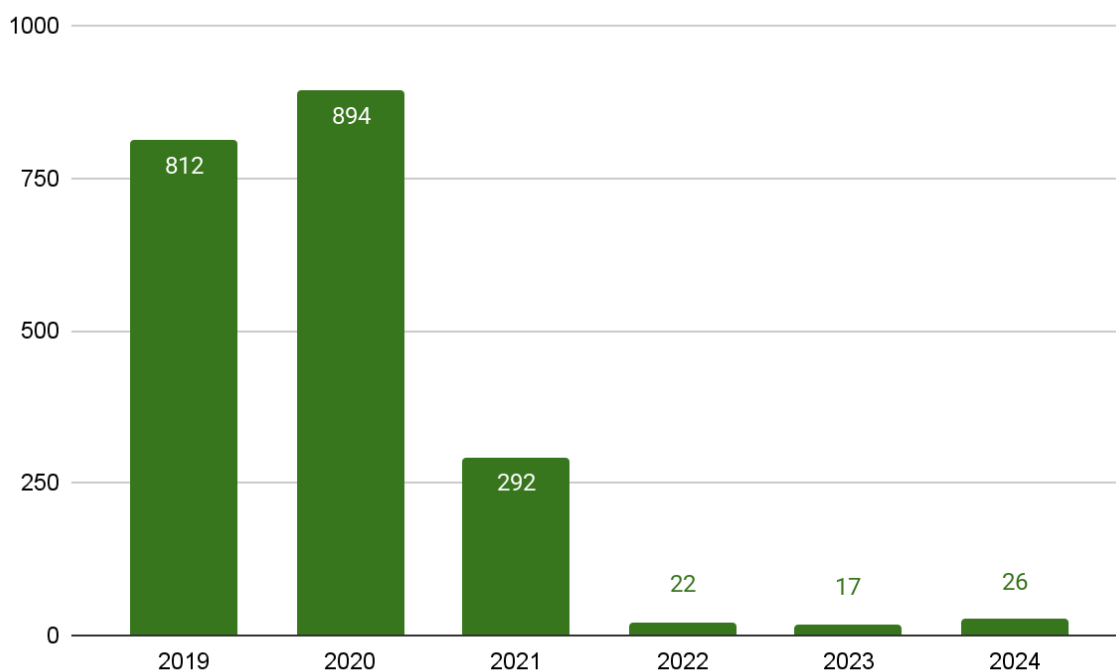
Assim, os referidos planejamentos não mencionaram questões como salas próprias para os coordenadores de curso e um espaço destinado ao lazer dos professores. Ao não constar metas relacionadas aos indicadores no planejamento institucional, não haveria uma atribuição de responsabilidade por meio de portaria<sup>4</sup>.

Na Dimensão 1 - Organização Didático-Pedagógica foi atribuída a nota média de 4,371, portanto, colocando-a em uma posição intermediária entre as demais dimensões. Nessa dimensão, somente 5 dos 24 indicadores obtiveram conceito 4 ou 5, e os piores resultados foram os relacionados ao estágio curricular supervisionado, ao número de vagas, aos conteúdos e estruturas curriculares, aos procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem, além de indicadores vinculados à oferta de cursos e disciplinas à distância, sendo os últimos abordados na Subseção 4.3.3 deste estudo.

Ao avaliar-se o gráfico de convênios de estágios firmados (Figura 8), percebeu-se a influência da aprovação da Resolução CONSUNI n.º 329/2021, que, segundo o Relatório de Gestão a Unipampa – Exercício de 2024 (Unipampa, 2025c), facultou a realização de convênios de estágio.

---

<sup>4</sup> Anualmente, a Unipampa gera portarias de responsabilidades sobre os indicadores e os objetivos estratégicos para o atingimento das metas dos PDI.

**Figura 8 - Número de convênios de estágios firmados por ano**

Fonte: Adaptado do Relatório de Gestão – Exercício 2024 (Unipampa, 2025c).

Nesse sentido, os relatórios de avaliação dos cursos obtiveram conceitos iguais ou menores a 3 no indicador de estágio curricular. No entanto, em alguns cursos, os avaliadores destacaram as dificuldades de se estabelecer convênios para fins de estágio curricular e a falta de materialidade por ser voluntário. Observou-se, porém, que a situação apresentada poderia ser esclarecida ao demonstrar o número de Termos de Compromisso de Estágio (TCE) firmados.

Sobre o número de vagas, ao se analisar os Relatórios de Gestão da Unipampa dos exercícios de 2023 e 2024 e o Painel do Núcleo de Inteligência de Dados (Unipampa, 2024c, 2025a, 2025c), representado no Quadro 7, percebeu-se o desafio de explicar o número de vagas ofertadas diante de sua baixa ocupação e a alta evasão dos cursos. Isso é demonstrado nos resultados alcançados na Iniciativa 2 - Maximizar a ocupação de vagas nos cursos de graduação, do primeiro Objetivo Estratégico - Aperfeiçoamento do Ensino de Graduação, do PDI 2019-2024 (Unipampa, 2024d).

**Quadro 7 - Número de vagas ofertadas, ingressantes por ano e o percentual de ocupação de vagas nos cursos de graduação**

<b>Ano</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
<b>Vagas Ofertadas</b>	3270	3125	2840	3471	2851	3455
<b>Número de ingressantes por ano</b>	3888	3040	3457	2994	3597	3527
<b>Percentual de ocupação de vagas</b>	68,40%	75%	71,97%	76,15%	63%	49,50%

Fontes: Unipampa (2024c, 2024b, 2025b, 2025c).

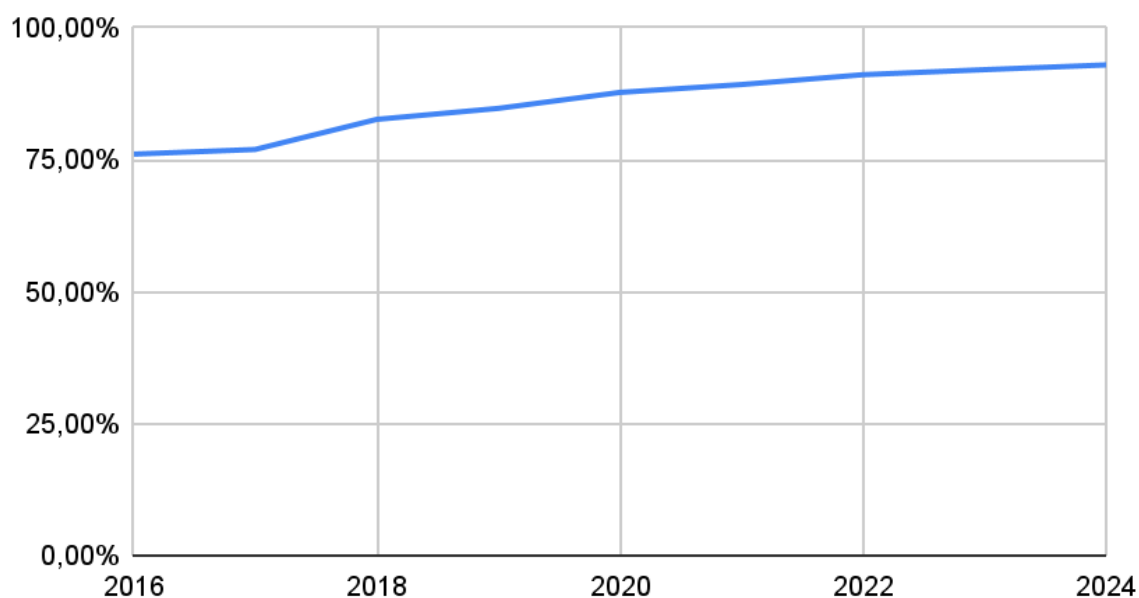
Além disso, o Relatório de Gestão da Unipampa de 2019 (Unipampa, 2020d, p. 50) registrou uma dificuldade de preenchimento de vagas nos cursos de graduação que enfatizava o descompasso entre o número de vagas ofertadas e o total de inscrições no SiSU.

[...] embora a Universidade tenha aumentado o número de vagas ofertadas, o total de inscrições no SiSU vem diminuindo anualmente, o que, embora reflita um cenário nacional, indica a necessidade de a Instituição diversificar as formas de ingresso para além do SiSU bem como realizar outras ações para dar maior visibilidade aos cursos ofertados.

Em relação à dimensão 2 - Corpo docente e tutorial, este obteve a melhor média constante no Apêndice A (4,580). De fato, ao se observar a qualificação da força de trabalho do corpo docente da Unipampa a partir dos consecutivos Relatórios de Gestão da Universidade entre os anos 2016<sup>5</sup> e 2024 (Unipampa, 2017b, 2018b, 2019b, 2020b, 2021b, 2022d, 2023b, 2024c, 2025c), verificou-se um número elevado de doutores e uma elevada produção científica, cultural, artística ou tecnológica em relação ao exigido pelos Indicadores 2.6., 2.14. e 2.13.(I37), 2.16.(I40) dos Anexos I e II, respectivamente. As afirmações foram respaldadas pela Figura 9 e pelo Quadro 8:

<sup>5</sup> A partir do ano de 2016 começaram a ocorrer as avaliações *in loco* dos cursos de graduação com base no Instrumento INEP 2015 - Anexo I.

**Figura 9 - Percentuais de doutores em relação ao total de docentes da Unipampa**



Fonte: Autoria própria (2025).

**Quadro 8 - Percentual de avaliações com conceitos 4 e 5 - produção científica dos docentes**

Instrumento do INEP	Conceitos	Quantidade de avaliações	Percentuais	Percentual dos conceitos 4 e 5
Instrumento INEP 2015	Outros conceitos	1	8,33%	-
	4	4	33,33%	<b>91,67%</b>
	5	7	58,34%	
Instrumento INEP 2017	Outros conceitos	1	3,70%	-
	4	2	7,40%	<b>96,30%</b>
	5	24	88,90%	

Fonte: Autoria própria (2025).

Observando a Figura 9 e o Quadro 8, percebeu-se que a Unipampa conseguiu atrair os melhores acadêmicos em função da estabilidade e da remuneração oferecida pela carreira docente do magistério superior federal, com maior produção científica em relação às universidades particulares, por isso os referidos indicadores elevaram os conceitos dos cursos. Vale dizer que, apesar da Dimensão 2 apresentar a melhor média em relação às demais, houve indicadores com resultados não satisfatórios que influenciaram os resultados institucionais e foram elencados nas Subseções 4.2 e 4.3.

## 4.2 Resultado institucional com base no Instrumento INEP 2015

Neste subitem do estudo, apresentam-se os maiores desafios das avaliações realizadas com base no Instrumento INEP 2015. Ao analisar o tamanho da amostra de 12 avaliações *in loco* dos cursos de graduação (Apêndice A) com a utilização do Instrumento INEP 2015, observou-se que somente 15,38% do total dos 78 cursos de graduação passaram por avaliação fundamentada no referido instrumento entre a primeira avaliação, em maio de 2016, até a última, em outubro de 2019. Assim, foi possível elaborar somente uma matriz com os resultados institucionais no período que ordenou as maiores dificuldades dos cursos (Apêndice D); pois, para os enfoques elencados nos demais apêndices, faltariam elementos pela baixa quantidade de cursos avaliados no respectivo instrumento de vigência do Instrumento INEP 2015. Por conseguinte, os documentos analisados neste tópico estão entre os anos 2015 e 2019 com pequenas amplitudes a fim de explicar situações que transcenderam o referido intervalo de tempo.

Com isso, o maior desafio identificado foi o Indicador 2.9. Experiência Profissional do corpo docente da Dimensão 2 – Corpo Docente e Tutorial, com 55% dos pontos atingidos. Esse indicador discorreu sobre o tempo de trabalho anterior à vida de docente do magistério superior, ou seja, sendo excluída a experiência do magistério superior. Além disso, foi um indicador quantitativo em que relacionou um percentual do corpo docente do curso avaliado em função do tempo de experiência profissional na área do curso. Assim, por ser uma Universidade nova, a maior parte de seus servidores apresentaram uma média de idade entre 20 e 40 anos em 2015, perfazendo 68,2% do quadro docente, sendo que 78% dos docentes possuíam formação de doutorado (Unipampa, 2016b). Isso contrasta com a idade média regular que leva para uma pessoa atingir o nível de doutorado, que em média é 37,4 anos (CGEE, 2024). Por isso, supõem-se que não houve tempo hábil para os docentes terem experiência em outros ambientes de trabalho. Esse indicador continuou sendo observado de maneira qualitativa por meio de conhecimentos, habilidades e atitudes no instrumento INEP 2017, por isso é imperioso que todos os concursos docentes levem em consideração e atribuam pesos relevantes à temática do indicador quando do processo de seleção.

Ainda em relação ao Indicador 2.9. Experiência Profissional do corpo docente, o Relatório de Avaliação 2016 (Unipampa, 2017a, p. 7) registra que um dos objetivos

da consulta é “aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional dos docentes e técnicos-administrativos”, porém a expressão está vinculada às lacunas apontadas pelo relatório que não contempla o indicador sob análise. Nos demais relatórios de autoavaliação dos anos de 2015, 2017, 2018 e 2019, não há qualquer menção ou interesse das políticas de gestão da Universidade em atrair profissionais com mais experiência no mercado de trabalho nas diversas áreas do conhecimento, havendo relação com os maus resultados alcançados. Quanto ao PDI 2014-2018, notou-se que, apesar de fazer parte de um dos princípios gerais do referido plano, conforme descreve: “Inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos usando novas práticas” (Unipampa, 2013, p. 22), o trecho a seguir denota uma compreensão limitada sobre o indicador de avaliação relacionado à experiência profissional, pois ele já existia anteriormente ao Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação: Presencial e a Distância (INEP, 2012), com a atualização da Portaria MEC/INEP nº 40/2007, ou seja, já fazia parte da legislação que se deve seguir:

Embora não exista a obrigatoriedade legal [mas existe] de experiências anteriores, é possível utilizar essas experiências para efeito de pontuação nos concursos. Na UNIPAMPA a experiência profissional é considerada na prova de títulos no momento do concurso público, considerando os últimos cinco anos. (Unipampa, 2014, p. 30).

A partir da análise dos trechos, observou-se um movimento inicial a partir do PDI 2014-2018, já que tais ideias não foram abordadas no PI 2009-2013, passando a influenciar os resultados institucionais sobre a temática do indicador. Importante dizer que os trechos não abordam os aspectos vinculados à experiência no ensino da educação a distância, o que foi abordado nos resultados alcançados pelos cursos nas avaliações com base no Instrumento INEP 2017 – Subseção 4.3.

Na segunda posição, há o Indicador 3.7. Biotérios com 60% dos pontos atingidos, respondido inicialmente pelo Curso de Biotecnologia no Campus São Gabriel. No período de aplicação do Instrumento INEP de 2017 também foi respondido pelo Curso de Medicina do Campus Uruguaiana.

Ao observar o Projeto Pedagógico Curricular de 2023 do Curso de Biotecnologia (2023a, p. 242), notou-se uma divergência em relação à finalidade do uso do Biotério:

[...] Este espaço não receberá aulas práticas com turmas grandes, somente visitas quando necessário. Os acadêmicos interessados em utilizar o biotério têm esta possibilidade a partir da realização de pesquisa neste espaço, por exemplo, durante o seu trabalho de conclusão de curso [...] O Biotério é utilizado como laboratório de aulas práticas em componentes curriculares como Fundamentos de Toxicologia, Biotecnologia Animal, dentre outros.

Além disso, o Relatório da Avaliação *in loco* do Curso de Biotecnologia descreve que existe um biotério para atender o respectivo curso no que diz respeito aos projetos de pesquisa, mas não menciona o ensino e a extensão<sup>6</sup>. A avaliação ocorreu de 17/03/2019 a 20/03/2019; porém, no Relatório de Gestão do Campus São Gabriel do exercício de 2020, descreve-se que “Em dezembro de 2020, o biotério do Campus São Gabriel foi cadastrado na nova plataforma do CIUCA (Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais) concluindo sua regularização.” (2020c, p. 12); e, no Capítulo de “Objetivos Estratégicos e Plano de Ação”, apresenta-se como um objetivo integrante do eixo da Pesquisa: “6. Regularizar a situação do biotério do campus, para seu pleno funcionamento” (2020c, p. 15). Assim, é provável que a falta de regularização do Biotério tenha impactado o conceito atribuído para o respectivo indicador.

Em relação ao Indicador 3.7. Biotérios, os relatórios da autoavaliação e os PDIs da Unipampa no período não trazem informações por se tratar de um documento que avalia a universidade como um todo. Os indicadores 3.11, 3.9 e 3.10, que tratam dos aspectos relacionados aos laboratórios, ocupam a sexta, a décima primeira e a décima segunda posição, respectivamente. Esses indicadores serão abordados em conjunto conforme a ordem de colocação.

Na terceira posição, há o Indicador 3.22. Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA), com 60% dos pontos alcançados e respondidos pelos Cursos de Aquicultura no Campus Uruguaiana, cuja avaliação ocorreu entre os dias 05/11/2017 e 08/11/2017, com conceito 4. Também na terceira posição, o curso de Biotecnologia no Campus São Gabriel, cuja avaliação ocorreu no período já mencionado (17/03/2019 a 20/03/2019), obteve o conceito 2 no referido indicador. Nesse sentido, o fato de o indicador ocupar a terceira colocação está principalmente relacionado à parada dos trabalhos da CEUA em 2018. Segundo o relato dos avaliadores, já

---

<sup>6</sup> Qualquer projeto cadastrado na Universidade que envolva a interação com a comunidade como a prestação de serviços.

constava no site da Universidade, como se pode verificar, no relatório de avaliação do Curso de Biotecnologia (INEP, 2019, p. 14), o seguinte:

“[...] Em virtude da falta de pessoal para atuar nas atividades administrativas da Comissão de Ética no Uso de Animais – Unipampa, a CEUA encontra-se em recesso por tempo indeterminado. Estamos buscando, junto à PROPP, alternativas para regularização das atividades da comissão. Contamos com a compreensão de todos. ⇒ CALENDÁRIO 2019 DE REUNIÕES DA CEUA [SUSPENSO POR TEMPO INDETERMINADO]”

É importante notar que, por mais que existam problemas, não se pode tomar posições que possam lesar um curso, o que dirá a totalidade dos cursos de graduação e de programas de pós-graduação que dependem dos trabalhos da mencionada comissão. É importante a Universidade acompanhar os trabalhos das comissões institucionais para que todos os colaboradores saibam o potencial de lesar ou contribuir com a organização à qual estão vinculados.

No Indicador 3.22. Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA), os relatórios da autoavaliação descrevem, por meio das caixas abertas, as seguintes expressões que podem ter relação com o baixo desempenho do indicador, mas necessitam de estudos específicos para confirmar: “[...] excesso de Comissões e burocratização dos processos.” (Unipampa, 2018a, p. 57); bem como,

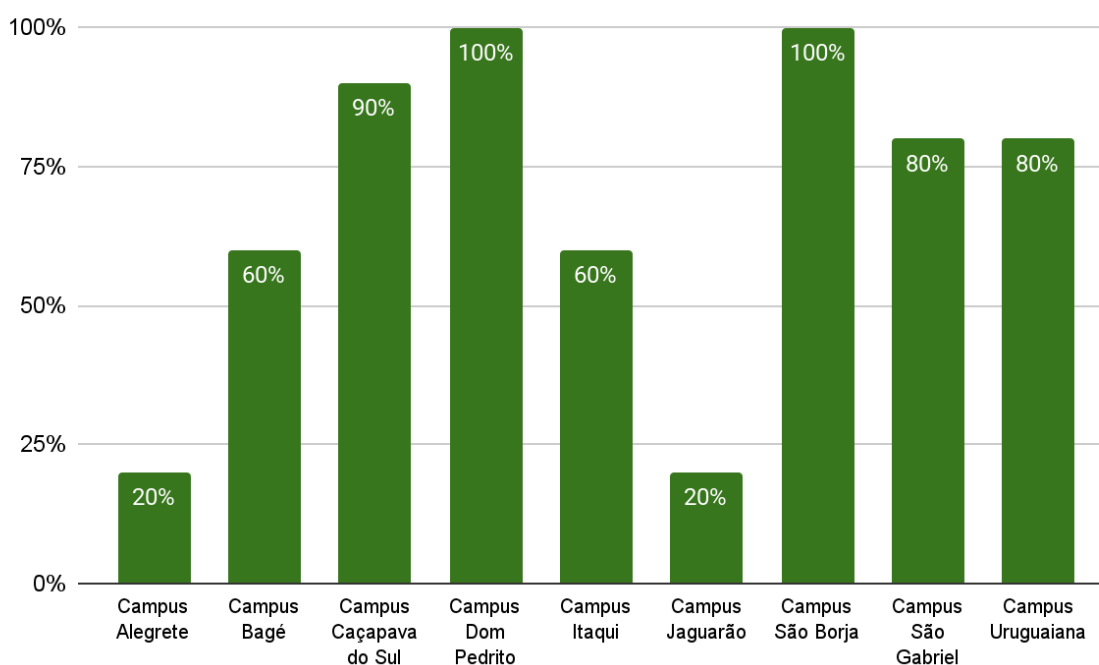
No que concerne às tomadas de decisão, foi sinalizado que é necessária a ampliação da participação discente, incluindo-se um aluno de cada curso em conselhos e comissões. Ainda neste sentido, apresenta-se que os representantes deveriam estabelecer um contato mais próximo com os grupos que representam. (Unipampa, 2018a, p. 59-60).

Além disso, “Também foram citados como aspectos negativos a estrutura de gestão e a composição de comissões e conselhos.” (Unipampa, 2020a, p. 46). As metas previstas de unificar e reorganizar as comissões, apesar de amplamente superadas no PDI 2019-2024, não foram suficientes para a melhoria dos resultados, haja vista que no PDI 2014-2019 somente 33% da meta foi atingida, ou seja, é provável que não tivesse tido tempo hábil para que se percebesse reflexos nos trabalhos das comissões.

Na quarta posição, o Indicador 3.2. Espaço de Trabalho para Coordenação do Curso e Serviços Acadêmicos atingiu 70% dos pontos em 12 cursos avaliados pelo Instrumento INEP 2015.

Ao observar os relatórios, os avaliadores atribuíram conceitos diferentes nas avaliações (1, 2, 3) para o mesmo problema: a falta de um espaço específico de trabalho para a coordenação do curso. Esse espaço se faz necessário, dentre outros motivos, para o compartilhamento de experiências com outros docentes em momentos de dificuldade, sendo possível o atendimento de indivíduos ou grupos de modo privativo. Na Figura 10, registrou-se os resultados alcançados por campus no Indicador 3.2 por meio das avaliações realizadas com base no Instrumento INEP 2015.

**Figura 10 - Resultados alcançados por campus no Indicador 3.2**



Fonte: Autoria própria (2025).

Como é possível observar na Figura 10, nas 12 avaliações realizadas em 9 *campi* da Unipampa, somente 2 *campi* atingiram o conceito 5 nos cursos avaliados, ou seja, não há institucionalmente uma atenção voltada ou um trabalho sistemático para atendimento do referido indicador.

Em relação ao Indicador 3.2, os relatórios da autoavaliação do período não expressaram com exatidão a sua temática, pois consideraram outros aspectos de infraestrutura, como as condições das salas de aula, dos laboratórios, das bibliotecas e dos acervos, dentre outros. No Relatório da Avaliação Institucional de 2018 (Unipampa, 2019a), as questões 9 e 10 abordaram o atendimento e a atuação da coordenação do curso com relação à orientação na organização e na seleção de

atividades. Em ambas, o desempenho foi considerado Suficiente, Bom, Muito Bom ou Excelente por grande parte da comunidade acadêmica, não havendo relação ou similaridade matemática entre os resultados. Os conceitos atribuídos, numa escala de 1 a 5, definiram-se como: 0 até 1,5 corresponde a Inexistente; entre 1,51 e 2,5 corresponde a Insuficiente; entre 2,51 e 3,5 corresponde a Suficiente; entre 3,51 e 4,5 corresponde a Muito Bom ou Muito Bem; e, entre 4,51 e 5 corresponde a Excelente.

Haja vista um resultado impactante na avaliação dos cursos de graduação, a Comissão Própria de Avaliação da Unipampa poderia englobar em uma pergunta relacionada à infraestrutura destinada ao coordenador do curso. Vale dizer que o Instrumento INEP 2015 considerou o número de funcionários e servidores que deram apoio à coordenação do curso. Tanto que era uma reclamação constante, nas caixas abertas dos relatórios de autoavaliação de 2018 e 2019, a falta de servidores para tal fim ou a insuficiência da coordenação para gerenciar os cursos.

Ainda quanto ao Indicador 3.2, os PDIs 2014-2018 e 2019-2024 não discutiram sobre o Espaço de Trabalho para Coordenação do Curso e Serviços Acadêmicos, somente as competências firmadas no art. 105 do Regimento Geral da Unipampa (2010) que definiram as competências das coordenações de curso.

Na quinta posição, o Indicador 3.6. Bibliografia Básica atingiu 70% dos pontos nos 12 cursos avaliados pelo Instrumento INEP 2015. Dentre os relatos mais comuns constantes nos relatórios de avaliação, apesar dos investimentos que a Universidade realizou, observou-se que a biblioteca não dispunha da bibliografia básica de todos os componentes curriculares ofertados pelos cursos ou os exemplares físicos não eram suficientes para o número de vagas ofertadas. O critério quantitativo exigia um exemplar para cada 6 vagas ofertadas, inclusive essa regra se estendeu para outros cursos que utilizavam a mesma obra.

Vale ressaltar que os exemplares já eram devidamente catalogados e tombados na época das avaliações, além dos empréstimos terem sido geridos por sistema informatizado, o que contribuiu positivamente para a avaliação de todos os cursos. Não obstante, somente um terço dos cursos atingiu o conceito máximo nesse indicador preponderantemente quantitativo, o que denotou a alta necessidade de investimento da época em acervo bibliográfico.

Em relação ao Indicador 3.6, o Relatório de Avaliação 2015 (Unipampa, 2016a) descreveu que o acervo físico e digital da maioria dos *campi* tinha sido

classificado como Suficiente. Os valores atribuídos iam de 1 a 5, sendo que o conceito Suficiente compreende a média das respostas entre 2,51 e 3. Esse resultado foi atingido por todos os campi, exceto o Campus Caçapava do Sul que obteve a classificação de Insuficiente, ou seja, abaixo de 2,50.

Em 2016, 48,81% dos entrevistados atribuíram conceitos Insuficientes, Suficientes e Muito Bom. Apenas 5,15% atribuíram o conceito de Excelente ao acervo (físico e digital). Os anos 2017, 2018 e 2019 apresentaram uma melhora progressiva nos percentuais de 61,76%, 80,32% e 88,41% em que os entrevistados julgaram o acervo Suficiente, Muito Bom e Excelente.

Nas avaliações, cujo Instrumento INEP 2015 foi aplicado, foi possível observar que os resultados da autoavaliação guardavam similaridade com os resultados das avaliações *in loco* dos cursos de graduação sobre a necessidade de investimento no acervo da Universidade.

Quanto ao Indicador 3.6, os PDIs 2014-2018 e 2019-2024 denotavam essa necessidade de investimento especializado para pessoas com deficiência por meio do Objetivo 3 (Unipampa, 2013), de uma maneira mais eficiente em relação às 3.300 vagas ofertadas, segundo o Termo de Adesão ao SISU de 2020 (Unipampa, 2019e). Segundo o PDI 2014-2018, em 2007, a Unipampa conservava 4.967 livros, e em 2019 esse número chegou a 216.000 (Unipampa, 2019c). Esse volume de livros, em tese, atenderia aos critérios do Indicador 3.6, o de 66 livros por vaga ofertada.

Na sexta posição, figurou o Indicador 3.11. Laboratórios Didáticos Especializados: Serviços, com 71,43% dos pontos atingidos em 7 cursos avaliados por meio do Instrumento INEP 2015, cujas prerrogativas principais foram avaliar os processos de manutenção dos equipamentos de laboratório e a prestação de serviços à comunidade. Os principais relatos dos avaliadores foram relacionados à falta de pessoal específico para a manutenção dos equipamentos de laboratório e a utilização dos laboratórios para atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão do campus sem a prestação de serviços à comunidade.

Além disso, em uma das avaliações de curso do Campus Jaguarão - Relatório de Avaliação do Curso de História, realizadas pelo INEP (2017d, p. 7) foi assinalado o seguinte:

Justificativa para o conceito 2: Embora uma sala tenha sido apresentada a esta comissão como local de funcionamento de 5 laboratórios, não existem normas de funcionamento e técnicos que atuam no local. Constatamos

ainda, certa complicação no uso do espaço diante da grande quantidade de atividades científicas ali desenvolvidas.

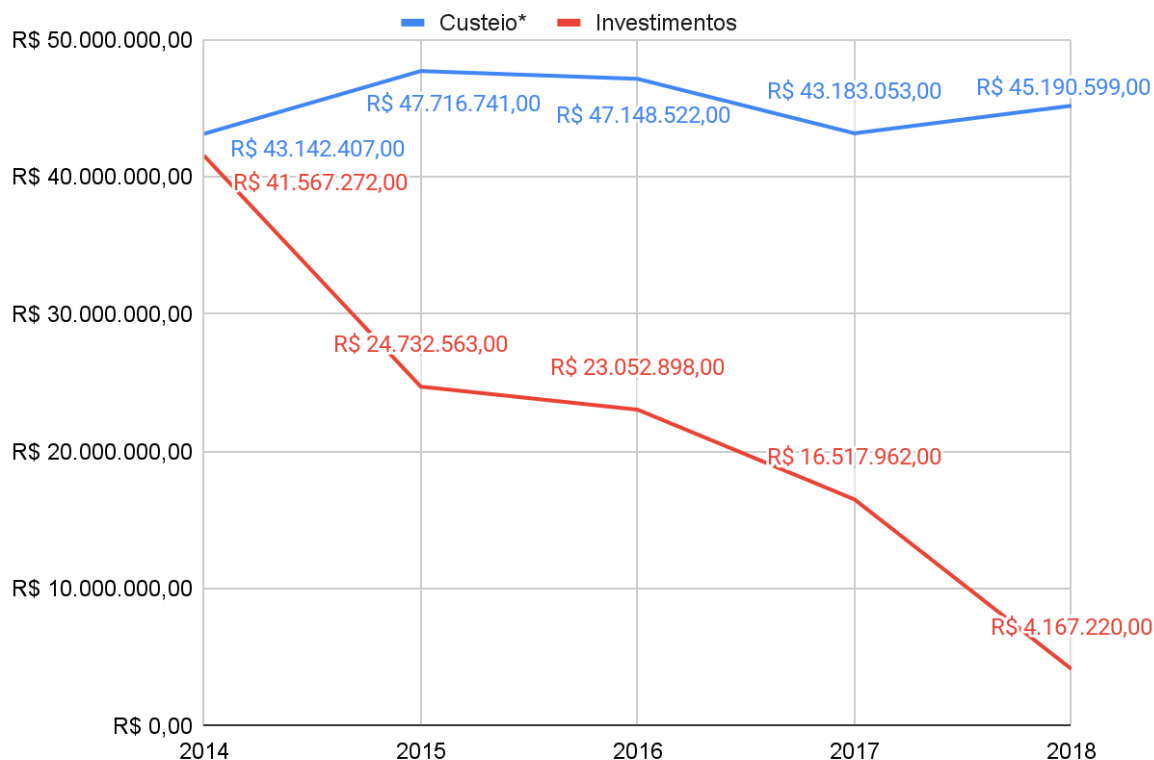
Nesse sentido, percebeu-se que até o surgimento da Resolução CONSUNI n.º 257/2019 (Unipampa, 2019d), alguns *campi* criaram normas próprias para a utilização dos laboratórios considerando suas particularidades, por isso não tiveram suas avaliações afetadas.

Logo, por ser um fator capaz de influenciar todas as avaliações, não se pôde esperar que cada coordenador de curso ou diretor de campus elaborasse tal normatização sem ter como referência uma norma institucional. Nesse sentido, a Universidade tomaria a frente e definiria uma base comum a fim de servir de ponto de partida para normativas locais.

Ainda, no Relatório de Gestão do Campus Alegrete (2020b, p. 24), afirmou-se:

“Infelizmente, demandas não faltam da comunidade, no entanto, o campus fica impossibilitado de executar tarefas remuneradas oriundas de seus laboratórios. Muito embora entendemos que seria uma excelente alternativa como fonte de recurso para a própria subsistência e manutenção destes, uma vez que com as prestações de serviço eles poderiam se auto gerir. No entanto, essa situação tende a mudar nos próximos anos, pois a UNIPAMPA credenciou uma fundação de apoio que poderia dar este subsídio para o recebimento de recursos financeiros através de seus laboratórios. Com isso, o conhecimento acadêmico poderá ser melhor aplicado para a sociedade, e a falta de recursos públicos poderá ser suprida com outra fonte perfeitamente legal.”

Nesse sentido, foi possível observar uma mudança de mentalidade e condições estruturais vinculadas ao trabalho das fundações de apoio quanto à prestação de serviços remunerados pelos laboratórios. Essa mudança, conforme relatado, esteve relacionada à situação orçamentária da Unipampa, conforme demonstrado pelo PDI 2019-2024 (Unipampa, 2019c, p. 89) e presente na Figura 11.

**Figura 11 - Histórico dos recursos orçamentários disponíveis à UNIPAMPA**

\*Refere-se a despesas do dia a dia como água, luz, serviços terceirizados e atividades acadêmicas no geral.

Fonte: Adaptado do PDI 2019-2024 (Unipampa, 2019c).

O valor de custeio apresentado na Figura 1 se manteve constante, mas não levou em consideração a inflação acumulada para o mesmo período, que foi 33,69%, conforme a Calculadora do Cidadão do Banco Central (2025), a qual impactou os custos da Universidade. Além disso, foi possível solicitar a troca de valores entre custeio e investimento, por isso a redução nominal sem considerar a inflação foi R\$35.351.860,00 de 2014 a 2018, ou seja, o valor nominal é 41,73% menor que no ano de 2014.

Importante dizer que, sem financiamento suficiente por parte do Estado, as atividades laboratoriais deixaram de acontecer, precarizando a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Porém, por vezes, os membros da comunidade externa pagariam para ter acesso aos serviços devido à impossibilidade de obtê-lo no próprio município. Nesse sentido, havia bons exemplos da UFSM e da UFPR com a disponibilização de um “catálogo” de serviços prestados pelos laboratórios<sup>7</sup>, que pode servir de evidência no ato da avaliação de um curso.

<sup>7</sup> Link do catálogo de laboratórios e serviços prestados à comunidade pela UFSM: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proinova/laboratorios-de-prestacao-de-servicos>

Ao analisar os relatórios da autoavaliação da Universidade no respectivo período (2015-2019), constatou-se que, a partir do ano de 2018, houve a prevalência do conceito Suficiente na opinião dos entrevistados em relação ao número de laboratórios e à adequação de seus espaços físicos. Considerando que a mediana entre 2,51 e 3 é o valor de 2,75, ou seja, de 55% do conceito total possível da autoavaliação, foi possível verificar que não há relação com os 71,43% dos pontos atingidos pelo indicador na avaliação dos cursos.

Em relação ao Indicador 3.11. Laboratórios Didáticos Especializados: Serviços, o PDI 2014-2018 estabeleceu-se as bases para um sistema de gestão, laboratórios interdisciplinares e um protocolo de descarte dos resíduos. Contudo, no PDI 2019-2024 se apresentou a necessidade da atualização dos laboratórios, o descarte adequado de resíduos e a finalização de construções que contemplassem salas e laboratórios.

Os resultados alcançados no período do PDI 2019-2024, como verificado no site do Planejamento e Acompanhamento da Unipampa (2024d), foram evidenciados pelas Iniciativas 46 (iniciativa 48 antes da revisão do PDI) e 52 (iniciativa 55 antes da revisão do PDI), foram implantados e atualizados 13 dos 7 laboratórios de informática planejados e 12.594 kg dos 15.000 kg planejados para o último ano. Apesar de os números terem sido favoráveis, o processo de manutenção dos equipamentos de laboratórios não se consolidou, o que levou à sua inclusão como o Objetivo Estratégico 2.13.4, do atual PDI 2025-2029 (Unipampa, 2024a), estando previsto para o ano de 2027.

Na sétima e oitava posição, figurou o Indicador 3.3. Sala de professores com 72,50% dos pontos atingidos e o Indicador 3.1. Gabinete de trabalho para professores Tempo Integral (TI) com 73,33% dos pontos atingidos em 8 e 12 cursos avaliados, respectivamente. Os dois indicadores versavam sobre a mesma temática, cujas principais prerrogativas foram avaliar a disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de professores, a dimensão da sala destinada aos professores, a ventilação, a acessibilidade, a conservação e a comodidade.

A partir disso, os principais relatos dos avaliadores se referiram a um descompasso entre o número de mesas, cadeiras, computadores e armários, além

de os espaços não terem acessibilidade e serem insuficientes para todos os docentes.

No indicador 3.3, foram identificados que, em dois *campi* – Itaquí e São Gabriel –, houve discrepâncias entre os conceitos recebidos por dois cursos do mesmo campus perante o Instrumento INEP 2015. Ou seja, constatou-se a existência de cursos numa mesma unidade acadêmica com estruturas diferentes de sala de professores.

Em um caso do Campus São Gabriel, a avaliação foi depreciada pela utilização do antigo espaço alugado no centro da cidade em endereço distinto do campus onde as obras ainda não haviam terminado. Essas situações estavam relacionadas a uma Universidade que foi construída do zero em termos de infraestrutura física. Não obstante, os cursos foram penalizados por vários anos devido ao funcionamento sem uma estrutura adequada durante a construção do campus.

Ao analisar os relatórios de autoavaliação institucional com o enfoque nesse indicador, identificou-se que em 2015 o Indicador Sala de professores (único relacionado à temática) recebeu o conceito Insuficiente apenas no Campus Itaquí e Suficiente nos demais. Assim, já havia um prenúncio por meio da autoavaliação dos possíveis resultados da avaliação externa do curso que recebeu o conceito 1 neste indicador, no Campus Itaquí. Na Universidade, no ano de 2016, somente 13,26% dos entrevistados atribuíram o conceito 4 ou 5 às salas dos professores. O restante dos entrevistados forneceu o conceito 3 (15,07%), ou 2 (14,83%), ou 1 (3,57%), ou 0 (14,26%), ou sem resposta (0,08%) ou não completou o questionário (38,93%). Portanto, não houve similaridade quantitativa com os resultados, somente qualitativa por meio dos depoimentos dos entrevistados nas caixas abertas.

É importante mencionar que, segundo o Relatório de Avaliação de 2017, o Indicador Sala de professores impactou negativamente em outros indicadores quando foi avaliado como Insuficiente ou Inexistente. Isso ocorreu porque tal indicador foi interpretado como representativo das condições das salas ou setores de atendimento aos alunos, sobretudo “onde não existem salas de professores que ofereçam estrutura adequada ao atendimento dos alunos” (Unipampa, 2018a, p. 52). O índice do conceito Suficiente, ou melhor, neste ano ficou em 66,55% com o seguinte comentário nas caixas abertas: “A adequação dos gabinetes de docentes para o melhor atendimento aos alunos também foi citada, uma vez que os gabinetes

coletivos são barulhentos e impossibilitam a privacidade nas conversas” (Unipampa, 2018a, p. 61).

Por fim, nos anos de 2018 e 2019, os entrevistados avaliaram como Suficiente, ou melhor, em 59,37% e 67,57%, nos respectivos anos.

Quanto aos PDIs 2014-2018 e 2019-2024, o primeiro mencionou a necessidade de prover a acessibilidade arquitetônica em todos os ambientes da Universidade (Unipampa, 2013, p. 54); e o Objetivo 5 do Eixo Aperfeiçoamento Institucional trouxe a iniciativa da construção de salas de trabalho para os docentes. Segundo o site que elencou os resultados do PDI 2014-2018 (Unipampa, 2017c), das 114 salas de docentes planejadas, somente 30 salas foram construídas nos anos de 2016 a 2017 do referido planejamento.

Nesse sentido, considerando o baixo índice de instalações entregues em relação à demanda inicialmente planejada, as salas de trabalho para docentes entregues não foram suficientes para a melhora do indicador dos processos de autoavaliação dos anos de 2018 a 2019, mencionado no parágrafo anterior. Assim, é provável que as insuficiências apontadas fossem o motivo do Indicador 3.1. Gabinetes de trabalho para professores em Tempo Integral - TI continuar como uma das maiores limitações identificadas institucionalmente a partir de 2019, o qual será comentado na seção seguinte.

Na nona posição, figurou o Indicador 1.15. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso com 75% dos pontos atingidos em 12 cursos avaliados por meio do Instrumento INEP 2015. Esse indicador teve como principais prerrogativas averiguar as repercussões dos processos avaliativos, fossem avaliações internas ou externas no âmbito do curso, além da organização do planejamento do curso. Se os processos de autoavaliação e planejamento não estivessem bem-organizados, não identificariam as principais necessidades do curso, conforme o relato dos avaliadores. Além disso, o curso deveria participar do ENADE e incluir a comunidade externa no processo, caso contrário não atingiria o conceito máximo nesse indicador.

Em relação ao Indicador 1.15, os relatórios da autoavaliação institucional serviam de apoio aos cursos quanto à avaliação interna, estratificando estatisticamente os resultados por unidade acadêmica e curso, conforme o número de respondentes. Assim, notou-se que somente parte do indicador foi atendida pelo referido trabalho executado pela CPA, resultante do processo de avaliação interna. Diante dessa lacuna, verificou-se que poderia haver uma contribuição a partir da

continuidade da geração das matrizes de resultado das avaliações *in loco* apresentadas nesta dissertação e outra proposta que considerasse os resultados do ENADE, os quais poderiam servir de base para a elaboração de novos estudos e pesquisas.

A partir de 2016, a CPA acrescentou dois itens para a Dimensão de Planejamento e Avaliação Institucional:

- a) atuação da Comissão Própria de Avaliação da Unipampa no diagnóstico e encaminhamento dos problemas; e
- b) divulgação, pela Comissão Própria de Avaliação, dos resultados do processo avaliativo para a Comunidade Interna e Externa.

Em todos os anos até 2019, período de influência do Instrumento INEP 2015, ambos os itens foram avaliados como Suficiente, Muito Bom ou Excelente pela maior parte da comunidade acadêmica. Nas caixas abertas, houve sugestões da divulgação das transformações dos resultados a partir do diagnóstico realizado; políticas de pesquisa e extensão que contemplassem os alunos do EaD assim como uma melhor divulgação no campus polo; e um melhor aproveitamento da autoavaliação institucional pelos cursos, o que pôde ser visualizado no Relatório de Avaliação Institucional 2018 (Unipampa, 2019a, p. 42):

Percebe-se a compreensão de que esse processo também possa ser aproveitado como forma de autoavaliação nos cursos de graduação, o que é comprovado quando alguns discentes das modalidades presenciais e a distância se referem à falta de perspectiva profissional e às carências de atividades práticas que aproximem os cursos do mercado de trabalho [...].

Ainda referente o Indicador 1.15, o PDI 2014-2018 mantém no Anexo I o elemento Planejamento Estratégico, o Eixo Excelência Acadêmica, Objetivo 1 - Aperfeiçoar o Ensino de Graduação, cuja primeira iniciativa descrevia: “Busca pela excelência nas Unidades Acadêmicas, pela qualidade dos cursos de graduação e pela melhoria dos índices de avaliação externa e autoavaliação.” e o indicador “Porcentagem (%) de crescimento por ano dos indicadores de avaliação dos cursos por dimensão: didático-pedagógica, corpo docente, recursos e infraestrutura, desempenho discente” (Unipampa, 2013, p. 60). Ao se analisar os resultados, verificou-se que 80% do que foi planejado foi realizado.

No âmbito do PDI 2019-2024, o Planejamento Estratégico contemplava o Eixo Aperfeiçoamento Institucional, no qual se inseria o Objetivo 8 - Desenvolver

mecanismos de aperfeiçoamento aos processos. A iniciativa correspondente descrevia “Apoio ao desenvolvimento do processo de gestão dos cursos de graduação e pós-graduação”, com o primeiro indicador “Número de ações voltadas à superação das fragilidades identificadas nos processos de avaliação institucional (CPA, ENADE, regulação de cursos, CAPES, etc.)” (Unipampa, 2019c, p. 115). Também nesse caso o número de ações planejadas (50 ações) ao longo do mencionado PDI foi amplamente superado (117 ações).

Além disso, o Inciso IV do Art. 105 do Regimento Geral da Unipampa, que descrevia as competências do Coordenador de Curso, o qual deveria “formular diagnósticos sobre os problemas existentes no Curso e promover ações visando à sua superação” (Unipampa, 2010, p. 27), pavimentou o caminho para que o indicador equivalente no Instrumento INEP 2017 - 1.13. Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa não se repetissem como desafio institucional.

Na décima posição, figurou o Indicador 3.7. Bibliografia complementar com 80% dos pontos atingidos em 12 cursos avaliados por meio do Instrumento INEP 2015. Esse indicador tinha como principal prerrogativa quantificar o número de títulos por unidade curricular, com um número mínimo de 2 exemplares de cada título ou com acesso virtual. De fato, observou-se que, na quinta posição, estava o Indicador 3.6. Bibliografia Básica, cujos documentos institucionais somente faziam a distinção entre o acervo físico e digital, não mencionando a bibliografia básica e complementar. Nesse sentido, todas as observações realizadas no indicador da bibliografia básica também poderiam ser consideradas para o indicador da bibliografia complementar.

A partir da apresentação dos dez indicadores que mais influenciaram negativamente as avaliações *in loco* dos cursos, notou-se que não havia indicadores vinculados à Educação a Distância. Os indicadores da Dimensão de Infraestrutura constavam em 8 das 10 primeiras posições nesse conjunto de avaliações, o que por si somente evidenciou a necessidade de mais investimentos, sendo indicadores que denotavam poucas possibilidades de melhora sem a aplicação dos recursos financeiros suficientes.

### 4.3 Resultados institucionais com base no Instrumento INEP 2017

De maneira semelhante ao tópico anterior, foram apresentados os resultados institucionais com base no Instrumento INEP 2017 (Anexo II). Para isso, realizou-se a padronização dos indicadores conforme estabelecido no Apêndice B, por causa da já mencionada diferença do número de indicadores, conforme consta no Quadro 2.

Além disso, conforme explicitado na Seção 3 - Procedimentos Metodológicos, foram geradas matrizes de resultado fundamentadas nos indicadores respondidos por 1, 5, 10 e 20 cursos (Apêndice E) entre os 27 cursos de graduação avaliados no período de 2018 a 2024 (Apêndice A). Nesse sentido, os resultados de duas matrizes foram apresentados: uma gerada a partir de indicadores respondidos por todos os cursos avaliados por meio do Instrumento INEP 2017 (Quadro 28); e outra gerada por indicadores respondidos por, pelo menos, 5 cursos (Quadro 31). Esta última apresentou as maiores dificuldades dos cursos, sem que as avaliações muito ruins de indicadores respondidos por um único curso se sobreposse aos resultados gerais. Os resultados dos indicadores respondidos por um único curso foram reunidos no Quadro 32.

Outro ponto a ser considerado para a escolha da matriz de indicadores respondidos por, pelo menos, 5 cursos foi o tamanho das amostras: 21 cursos na modalidade presencial, 6 cursos na modalidade EaD, 12 processos de reconhecimento, 12 de renovação de reconhecimento, 3 de autorização, 16 cursos de bacharelado, 10 cursos de licenciatura e 1 tecnólogo. A referida matriz contemplou a maioria das amostras, pois se 5 cursos ou mais respondessem ao mesmo indicador, esses constariam na matriz. Vale destacar que os cursos de cada amostra responderam aos mesmos indicadores em função da característica que definiu a amostra. Desse modo, existem indicadores próprios de cursos presenciais, indicadores próprios de cursos na modalidade EaD ou de cursos presenciais, que ofertam componentes curriculares na modalidade EaD; indicadores próprios para os cursos de licenciatura e de bacharelado e assim sucessivamente.

Os resultados das avaliações foram analisados em conjunto com os relatórios da autoavaliação institucional e com os resultados alcançados pelo PDI 2019-2024.

#### 4.3.1 Resultados dos indicadores respondidos por todos os cursos

Conforme os resultados expressos no Quadro 28, os indicadores que passaram por análise foram: I20. Número de vagas, I42. Espaço de trabalho para o coordenador, I4. Estrutura curricular, I5. Conteúdos curriculares, I41. Espaço de trabalho para docentes em tempo integral, I19. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem, I36. Atuação do colegiado de curso ou equivalente, I46. Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC), I47. Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC) e I10. Atividades complementares.

A primeira posição de maior desafio respondido por todos os cursos avaliados pautados no atual Instrumento INEP foi ocupada pelo Indicador I20. Número de Vagas, com 75,71% dos pontos atingidos. Esse indicador versou sobre o embasamento técnico por meio de estudos quali-quantitativos para o número de vagas ofertadas pelos cursos. O resultado revelou a dificuldade de os cursos aferirem as demandas da sociedade em relação ao número de vagas ofertadas quando da abertura de novos cursos ou da adequação da proposta de curso já existente.

Esse indicador ocupou a trigésima quarta posição na matriz de resultados institucionais, fundamentada no Instrumento INEP 2015, com 93,33% dos pontos alcançados, conforme detalhado pelo Quadro 27. Assim, observou-se um decréscimo percentual de 17,62% nas avaliações de cursos que ocorreram entre 2018 e 2024. Isso se apresentou como reflexo da dificuldade dos cursos em explicar o número de vagas ofertadas em relação ao número de vagas preenchidas.

Como o Indicador I20. Número de vagas representava um problema institucional, ele também constou nas dez primeiras posições das matrizes de resultados de 5 *campi*: Alegrete com 60% dos pontos atingidos (Quadro 33), Dom Pedrito com 70% (Quadro 35), São Gabriel com 20% (Quadro 40), São Borja com 81,05% (Quadro 39), Uruguaiana com 67,69% (Quadro 41). Tais variações percentuais ocorreram em função da amplitude da diferença entre os pontos atingidos e os pontos potenciais.

Além disso, o indicador ocupou a décima posição na matriz dos Atos de Autorização, com 80% (Quadro 44); a vigésima segunda posição nos Atos de Reconhecimento, com 90% (Quadro 45); e a terceira posição dos Atos de

Renovação de Reconhecimento, com 60% (Quadro 46). Nas matrizes relacionadas à modalidade de ensino, observou-se que o Indicador I20 ocupou a sexta posição dentre os cursos presenciais, com 70,91% (Quadro 42), e na vigésima quarta dentre os cursos EaD, com 93% (Quadro 43). De fato, os cursos totalmente EaD já continham a justificativa do dimensionamento de vagas ofertadas nos editais UAB e na proposta submetida para abertura de curso. As estratégias de fixação de um limite do número de alunos pelo quantitativo de docentes e de tutores, como um tutor para atender no máximo 20 alunos e de tutores presenciais em cada polo, também contribuíram para o recebimento de melhores conceitos no referido indicador.

Em relação ao tipo de graduação, o mencionado indicador figurou na quarta posição entre os cursos de licenciatura, com 78% (Quadro 47); na quinta posição entre os cursos de bacharelado, com 75,29% (Quadro 48); e na terceira posição o Tecnólogo de Gestão de Turismo, único tecnólogo avaliado *in loco*, no período de 2018 a 2024, com 60% (Quadro 49).

Entre os principais relatos dos avaliadores, nos relatórios de avaliação *in loco* dos cursos avaliados, destacaram-se a ausência de estudo qualitativo ou quantitativo para o número de vagas ofertadas. Foi criticada a mera exposição de dados sem demonstrar as repercussões que tais dados teriam em relação ao número de docentes, ao impacto de infraestrutura física e tecnológica ou ao quantitativo de vagas ofertadas. Além disso, foi descrito que esses estudos deveriam ser periódicos, e não limitados ao momento da aprovação do curso nos conselhos superiores da Universidade.

A justificativa, em 2022, para atribuição do conceito 3, do respectivo indicador, no processo de renovação de reconhecimento do Curso de Letras – Espanhol e Literatura Hispânica (INEP, 2022), foi esclarecedora. Além de trazer vários aspectos que deveriam ser observados, o documento sintetizou o que já foi descrito.

O número de vagas do curso está fundamentado em estudos qualitativos e quantitativos (PPC, p. 22-25), que justificam a demanda crescente por professores de língua espanhola na região, que se situa na fronteira com o Uruguai. Embora pareça sobredimensionado, considerando o elevado número de vagas ociosas, leva-se em consideração a dupla crise: da área de ensino de Espanhol, cuja obrigatoriedade foi extinta na Reforma do Ensino Médio, implementada de modo simultâneo com o início do funcionamento do curso, e a pandemia de COVID, que diminuiu, de um modo geral, o ingresso no Ensino Superior presencial entre 2020 e 2022. Contudo, deve-se constatar que, embora a realidade tenha se imposto, o

novo PPC não apresenta uma atualização dos estudos para o redimensionamento da oferta do curso, ainda recorrendo aos estudos sobre a região que datam de 10 anos atrás. Assim, não há estudos periódicos para a reavaliação dessa dimensão (INEP, 2022, p. 11).

Sobre o Indicador I20. Número de vagas, os relatórios da autoavaliação não abordaram especificamente a temática da oferta de vagas, somente nos anos de 2016 a 2018 foi questionado se a oferta de cursos atenderia às demandas da sociedade, neste item a resposta foi positiva pela maioria dos entrevistados.

Nas caixas abertas, identificaram-se, no Relatório de Avaliação de 2022 (Unipampa, 2022b, p. 45),

Outros aspectos sobre as políticas acadêmicas incluem a necessidade de revisar a oferta de vagas ou considerar o encerramento de cursos com dificuldade de recrutamento de alunos e a necessidade de melhorar a divulgação da Universidade e dos cursos. Desta forma, enfatizam a necessidade de melhor aproveitamento de laboratórios, equipamentos e capacitações fora de sala de aula, a fim de formar pesquisadores e gerar publicações que divulguem a Universidade e torne os cursos mais atrativos. Os servidores técnico-administrativos sugerem maior enfoque na divulgação de projetos de extensão, pesquisas e bons resultados de egressos alocados em grandes empresas nacionais e internacionais, concursados e empreendedores.

Do comentário, enfatizou-se novamente a necessidade de revisar a oferta de vagas de acordo com a dificuldade ou a necessidade do preenchimento de vagas, não detendo relação direta com o resultado apontado pela mencionada matriz de resultado em termos quantitativos, somente em termos qualitativos.

Ainda em relação a esse indicador, o PDI 2014-2018 (Unipampa, 2013, p. 60, 63) trouxe como iniciativas a “Ampliação da oferta de vagas através da criação de novos cursos”, constante no Objetivo 1 - Aperfeiçoar o Ensino de Graduação do Eixo Excelência Acadêmica e “Ofertar vagas no Ensino Superior através de cursos na modalidade EaD”, constante no Objetivo 5 - Aperfeiçoar as Ações de Educação a Distância, do Eixo Excelência Acadêmica, sem apresentar um modelo a ser adotado para o dimensionamento de vagas ofertadas pelos cursos.

Como resultados, na primeira iniciativa, a meta foi superada em 233% com a oferta de 580 vagas em cursos presenciais ante as 260 planejadas. Já quanto à segunda, a meta foi superada em 564% com a oferta de 2.400 vagas em relação a 425 vagas planejadas. Notou-se que essas iniciativas não procuravam a adequação da oferta de acordo com as demandas da sociedade, conforme estabelecido pelo

indicador I20, mas tão somente a expansão do Ensino Superior, sem contribuir com as avaliações dos cursos.

No PDI 2019-2024, constou no item 4.5. Perspectivas para o Futuro do Capítulo 4 - Organização Acadêmica (Unipampa, 2019c, p. 52) o seguinte:

Além da qualificação dos cursos de graduação existentes, prevê-se como perspectiva futura – e levando em consideração a realidade de cada campus – a reorganização de determinados cursos existentes para atender a demanda regional e nacional e, em casos específicos, a expansão de cursos/vagas [...].

No trecho transcrito, observou-se a tentativa de levar em consideração critérios técnicos a fim de ajustar a oferta de vagas às demandas da sociedade. Contudo, no que tange ao Planejamento Estratégico, as metas se limitavam ao preenchimento das vagas ofertadas, as quais não foram atingidas em nenhum ano do período do PDI 2019-2024, conforme constou no site que elenca os resultados do respectivo plano (Unipampa, 2024d).

Nesse indicador, foi essencial que a Universidade disponibilizasse para os cursos um modelo a ser elaborado que pudesse atender as evidências apresentadas no parágrafo anterior, um futuro estudo sobre avaliação externa poderia ter sugerido um modelo que dinamizasse o número de vagas ofertadas, conforme o número de vagas preenchidas nos anos anteriores. Outra sugestão foi a criação de uma política institucional que considerasse uma média móvel do número de vagas preenchidas para a projeção do número de vagas ofertadas. Isso aumentaria os conceitos dos cursos no referido indicador, pois as políticas institucionais que atendiam às demandas dos indicadores podem (e deviam) ser utilizadas pelos cursos quando das avaliações externas.

Por fim, coube ressaltar que o número de vagas ofertadas por cursos que já haviam contemplado o primeiro ciclo de formação exerceu um impacto indireto nos recursos destinados à Universidade, especialmente quando ocorria a diminuição do conceito final pela avaliação negativa do indicador. Em contrapartida, o número de vagas preenchidas e de formandos impacta diretamente no Orçamento de Custeio e Capital, estabelecido pela Portaria MEC n.º 651, de 24 de julho de 2013 (Brasil, 2013).

Na segunda posição, verificou-se que o Indicador I42. Espaço de trabalho para o coordenador atingiu 82,22% dos pontos, conforme Quadro 28, nas avaliações

*in loco* a partir da aplicação do Instrumento INEP 2017. Esse indicador já foi comentado, pois constou na quarta posição das avaliações realizadas com base no Instrumento INEP 2015. Naquele momento, identificou-se que a não observância dessa temática nos principais planos institucionais fazia com que o indicador continuasse como uma das principais problemáticas nas avaliações dos cursos de graduação.

Os principais relatos dos avaliadores continuava sendo a ausência de espaço de trabalho individual para os coordenadores de curso, ainda que o espaço reservado possibilitasse o desenvolvimento das atividades acadêmico-administrativas. Desde 2018, segundo os relatórios de avaliação dos cursos, esse espaço somente existiu para todos os cursos em quatro *campi* da Unipampa: Campus Alegrete, Dom Pedrito, São Borja e Uruguaiana, este último a partir de 2023. Alguns cursos dos referidos *campi* não atingiram o conceito máximo, uma vez que não foi demonstrada uma infraestrutura tecnológica diferenciada que promovesse formas distintas de trabalho. Nesse sentido, os cursos que conseguiram conceito 5, no Indicador I42, evidenciaram, além do uso de computadores, a utilização de impressoras, telefones institucionais e sistemas de gerenciamento e de gestão das informações acadêmicas, possibilitando outras formas de trabalho.

Esse indicador destacou-se entre as dez primeiras posições das matrizes de resultados de 4 *campi*: Dom Pedrito com 80% dos pontos alcançados (Quadro 35), Jaguarão com 77% (Quadro 37), São Gabriel com 60% (Quadro 40%), Uruguaiana com 85% (Quadro 41), cujos percentuais variaram a depender da amplitude da diferença entre os pontos atingidos e os pontos possíveis de serem atingidos. No que se refere aos atos regulatórios, o indicador ocupou a vigésima quarta posição na matriz de resultados dos Atos de Autorização, com 86,67% (Quadro 44); na quarta posição dos Atos de Reconhecimento, com 78,33% (Quadro 45); e na décima oitava posição nos Atos de Renovação de Reconhecimento, com 85% (Quadro 46).

Em relação à modalidade de ensino, os resultados o situaram na décima terceira posição entre os cursos presenciais, com 81,90% (Quadro 42), e na quinta posição nos cursos EaD, com 83% (Quadro 43). Já quanto ao tipo de graduação, o indicador figurou na quinta posição na matriz de resultados dos cursos de licenciatura, com 78% (Quadro 47); na décima quinta posição dentre os cursos de bacharelado, com 83,75% (Quadro 48); e na vigésima quinta posição no curso de tecnólogo, com 100% (Quadro 49). Além desse indicador, observou-se que outros

indicadores, vinculados à infraestrutura, apresentaram diferenças percentuais entre os cursos de licenciatura e bacharelado.

Quanto aos relatórios de (auto)avaliação, a única questão que se relacionava com o Indicador I42 foi o atendimento da coordenação de curso referente à orientação na organização e na seleção de atividades curriculares. A autoavaliação do atendimento da coordenação de curso foi melhorando progressivamente ao longo dos anos, conforme demonstrado no Quadro 9, elaborado através de uma média das respostas informadas de 1 a 5.

**Quadro 9 - Resultados por ano da questão do atendimento das coordenações de curso**

Ano	Média atingida
2022	3,82
2023	3,87
2024	3,93

Fonte: Relatório de Avaliação Institucional 2024 (Unipampa, 2025b).

Essa progressão também foi percebida comparando as matrizes de resultados das avaliações com base nos instrumentos INEP 2015 e 2017, que de 70% atingiu 82,22% nas avaliações seguintes, por isso houve similaridade matemática. Os relatórios de autoavaliação abordam somente o aspecto do atendimento discente pela coordenação que pode ser realizado em outras dependências da Universidade e não somente na sala da coordenação, mas de maneira geral os resultados da avaliação *in loco* guardam similaridade com os resultados da autoavaliação. Em relação aos PDI, as mesmas observações feitas anteriormente para o Indicador Espaço de Trabalho para o Coordenador continuaram válidas, principalmente em relação ao PDI 2019-2024, que não mencionou a temática do indicador em específico.

Na terceira posição, o Indicador I4. Estrutura curricular obteve 83,33% dos pontos atingidos nas avaliações *in loco* a partir da aplicação do Instrumento INEP 2017. Esse indicador não constava entre as dez primeiras posições do período anterior, avaliado pelo Instrumento INEP 2015. Naquela ocasião, ele estava na décima quinta posição, e era respondido por todos os cursos avaliados pelos mencionados instrumentos.

O indicador saiu da décima quinta posição e foi para a terceira mantendo o percentual de 83,33% dos pontos atingidos. Isso significou que não houve um motivo específico de piora, mas outros indicadores melhoraram mais em relação aos percentuais atingidos, tais como: Bibliografia Complementar, que subiu de 78,33% para 88,15%; Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral, que passou de 73,33% para 85,19%; Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa, que passaram de 75% para 89,05%, dentre outros.

Na Estrutura Curricular, deveriam ter sido observadas a interdisciplinaridade, a relação entre teoria e prática, a avaliação da articulação entre componentes curriculares e o eixo formativo do curso, além de manter elementos comprovadamente inovadores. Contudo, entre os principais relatos dos avaliadores nos relatórios, notou-se que não havia uma articulação explícita entre a teoria e a prática no PPC e a falta de articulação entre os componentes curriculares ofertados e os inovadores. O oferecimento de disciplinas básicas, como “Estatística Básica”, no penúltimo semestre, penalizou a avaliação do curso por causa desse indicador.

Dentre os elementos comprovadamente inovadores solicitados pelo indicador, destaca-se como exemplo a proposta de Resolução de Problemas (RP). Ela aborda os conhecimentos das disciplinas do semestre para a resolução de problemas relacionados com a área de conhecimento do curso, além de diferentes estratégias pedagógicas, tais como: a utilização de simuladores virtuais, gamificação, modelos didáticos, atividades práticas, desenvolvimento de portfólios, laboratório móvel e projetos de ensino, pesquisa e extensão.

O Indicador I4. Estrutura curricular constou nas dez primeiras posições das matrizes de resultados de 3 *campi*: Itaquí, com 60% (Quadro 36); Jaguarão, com 80% (Quadro 37); São Gabriel, com 60% (Quadro 40); e, no Campus São Borja, o indicador apareceu na décima primeira, com 87,37% (Quadro 39). Esse indicador também ocupou a quinta posição na matriz dos Atos de Autorização, com 73,33% (Quadro 44); a décima posição na matriz de Reconhecimento, com 86,67% (Quadro 45); e a décima terceira posição na matriz de resultados dos Atos de Renovação de Reconhecimento, com 83,33% (Quadro 46). Isso demonstrou que o indicador representava um desafio maior para os novos cursos que entraram em funcionamento.

Na modalidade de ensino, os cursos EaD apresentaram o Indicador I4 na terceira posição, com 83% (Quadro 43), e nos presenciais ocupou a décima quarta

posição, com 83,33% (Quadro 42). Observou-se uma dificuldade maior entre os bacharelados e o curso tecnólogo em Gestão de Turismo com o indicador na décima, com 80,78% (Quadro 48), e na quinta posição, com 80% (Quadro 49), respectivamente. Quanto aos cursos de licenciatura, o indicador ocupou a décima oitava posição, com 88% (Quadro 47).

Os relatórios da autoavaliação demonstraram resultados positivos, sendo o item mais bem avaliado pelos docentes, com conceitos Muito Bom e Excelente, ou seja, conceito 4 ou superior atribuído pela comunidade acadêmica em uma escala de 1 a 5. Além disso, a oferta de componentes curriculares progrediu com a maturidade dos cursos e seu funcionamento, conforme demonstrado no Quadro 10.

**Quadro 10 - Resultados por ano da questão da oferta de componentes curriculares**

<b>Temáticas do Indicador I4</b>	<b>Entrevistados</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
Oferta de componentes curriculares	Discentes presenciais*	3,47**	3,79**	3,90	3,70	3,76	3,87
Interdisciplinaridade entre os componentes curriculares	Discentes presenciais	3,50**	3,78**	3,93	3,65	3,65	3,65
	Discentes EaD	3,64	4,02	4,05	4,08	4,27	4,36
Relação teoria e prática	Discentes presenciais	3,52**	3,74**	3,90	3,86	3,79	3,83
	Discentes EaD	3,50	3,95	3,87	4,06	4,29	4,42

\*A CPA não realiza as mesmas perguntas para os discentes dos cursos presenciais e dos cursos EaD. \*\*Em 2019 e 2020, estes números contemplam a totalidade dos discentes da Unipampa (presenciais+EaD).

Fonte: Relatórios de Avaliação Institucional (Unipampa, 2020a, 2021a, 2022a, 2022b, 2024b, 2025b).

Por meio do Quadro 10, foi evidente uma melhora dos aspectos que compunham o indicador da estrutura curricular entre os anos 2019 e 2024. Segundo o Relatório de (Auto)Avaliação Institucional 2024 (Unipampa, 2025b), o diálogo próximo dos coordenadores de curso com os discentes forneceu informações sobre a necessidade de ofertas de disciplinas, o que se mostrou uma boa prática na gestão dos cursos. Além disso, a oferta dos componentes curriculares em cada período também considerou a proposta de sequência curricular dos PPCs a partir do itinerário formativo dos discentes. De fato, tanto o PDI 2014-2018 quanto o PDI

2019-2024 trouxeram princípios pedagógicos relacionados à interdisciplinaridade e à teoria e prática como um norte para a formação das estruturas curriculares.

No PDI 2014-2018 (Unipampa, 2013, p. 21), previa-se: “[...], torna-se fundamental ter estruturas curriculares flexíveis, que ultrapassem os domínios dos componentes curriculares, valorizem a relação teórico-prática e reconheçam a interdisciplinaridade como elemento fundante da construção do saber”. No Planejamento Estratégico, constou a iniciativa “Desenvolvimento de ações interdisciplinares entre os diferentes cursos da Instituição”, cujo indicador foi “Nº de PPCs entre *campi* que proporcionem o contato com diferentes áreas do conhecimento” pertencente ao Objetivo 1 - Aperfeiçoar o Ensino de Graduação do Eixo Excelência Acadêmica. Ao final do ciclo do referido planejamento, registrou-se o total de 60 projetos pedagógicos curriculares que contemplavam ações interdisciplinares<sup>8</sup>.

No PDI 2019-2024 (Unipampa, 2019c, p. 47), constatou-se a seguinte diretriz:

Esses elementos de inovação pedagógica e avanço tecnológico podem ser incentivados através da própria flexibilização curricular da matriz do curso, da interdisciplinaridade, da contextualização e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e da relação entre teoria e prática. Sugere-se que a estrutura da matriz curricular seja desenhada com eixos curriculares, que podem funcionar transversalmente, ou seja, atravessam todo o percurso curricular, atendendo à perspectiva generalista do profissional da área, evitando fragmentações.

Em relação aos objetivos e resultados deste PDI, notou-se a mesma iniciativa, objetivo e eixo do Planejamento Estratégico anterior. Como resultado, no final do ciclo de planejamento em 2024, há 73 PPCs que proporcionam o contato com diferentes áreas do conhecimento. Assim, apesar de o Indicador I4. Estrutura curricular ocupar a terceira posição entre os maiores desafios institucionais, existem convergências entre os instrumentos de planejamento e a avaliação para a sua melhoria.

Na quarta posição, o Indicador I5. Conteúdos Curriculares obteve 84,05% dos pontos atingidos (Quadro 28) nas avaliações *in loco*, a partir da aplicação do Instrumento INEP 2017. Esse indicador não constava nas dez primeiras posições no período anterior avaliado pelo Instrumento INEP 2015, novamente devido à

---

<sup>8</sup> Estes números variam ao longo dos anos conforme ocorrem modificações nas propostas pedagógicas dos cursos.

progressão de outros indicadores. No período em que foi avaliado pelo instrumento de 2015, o Indicador I5 esteve na décima sexta posição com 85% dos pontos atingidos (Quadro 27), ou seja, uma porcentagem próxima ao segundo período analisado.

Deveriam ser observados no Indicador I5 se os conteúdos curriculares previstos no PPC promoviam o desenvolvimento do perfil profissional do egresso em conformidade com a bibliografia e a carga horária. Além disso, verificou-se a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação de direitos humanos, de educação das relações étnico-raciais, do ensino de história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena, visando induzir o contato com o conhecimento recente e inovador.

Dentre os principais relatos dos avaliadores sobre esse quesito nas avaliações *in loco* dos cursos de graduação, destacaram-se a falta de um diferencial oferecido pelo curso em relação à área profissional e à de componentes obrigatórios que abordassem as políticas de educação ambiental no curso, além de conteúdos curriculares desatualizados. Como exemplos positivos que geraram boas avaliações, notou-se a possibilidade de os discentes escolherem, dentro da temática do curso, uma área de interesse que mantivessem mais afinidade para o desenvolvimento de um perfil profissional. Somado a isso, o oferecimento de componentes como Gestão de Pessoas e Sociologia, Extensão e Comunicação Rural fortaleceu a formação integral, uma vez que tais disciplinas abordavam os direitos humanos, a educação das relações étnico-raciais, o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, promovendo a autonomia discente.

O Indicador I5. Conteúdos Curriculares constou entre as dez primeiras posições das matrizes de resultados de 04 *campi*: Alegrete, com 50% dos pontos alcançados (Quadro 33); Itaqui, com 60% (Quadro 36); Jaguarão, com 77% (Quadro 37); São Gabriel, com 60% (Quadro 40); e, na décima primeira posição, Dom Pedrito, com 90% (Quadro 35). Esse indicador também constou na vigésima sexta posição na matriz dos Atos de Autorização, com 93,33% (Quadro 44); na décima terceira posição na matriz dos Atos de Reconhecimento, com 88,33% (Quadro 45); e na sétima posição na matriz dos Atos de Renovação de Reconhecimento, com 76,67% (Quadro 46).

Esses dados revelaram que, ao contrário do Indicador I4. Estrutura curricular, o Indicador I5. Conteúdos curriculares representava um desafio maior para os cursos

que estavam a mais tempo em funcionamento e que já haviam completado o primeiro ciclo formativo. Tal fenômeno aconteceu porque era mais fácil os cursos consolidados ficarem com os conteúdos dos componentes curriculares desatualizados do que um curso novo que teve seu PPC criado recentemente.

Em relação às modalidades de ensino, o Indicador I5 encontrou-se na décima segunda posição nos cursos presenciais, com 80,61% (Quadro 42), e apenas na trigésima segunda posição dos cursos à distância, com 97% (Quadro 43). Dentre os tipos de graduação, observou-se que o mencionado indicador se encontrava na vigésima sexta posição entre as licenciaturas, com 92% (Quadro 47); na décima segunda posição entre os bacharelados, com 81,96% (Quadro 48); e na primeira posição do tecnólogo 40% (Quadro 49).

Ao analisar os relatórios da autoavaliação, verificou-se que não havia uma avaliação dos conteúdos curriculares em específico, mas sim da formação dada pelos cursos em relação à expectativa de perfil profissional dos discentes. Isso ocorreu, a partir de 2019, quando a questão começou a ser formulada, os entrevistados avaliaram como Muito Boa ou Excelente, por isso não houve similaridade entre os resultados das avaliações de curso, os quais tiveram uma leve diminuição percentual de pontos atingidos de 85% para 84,05%, ao invés dos resultados da autoavaliação institucional que foram bem avaliados.

Em relação a esse indicador, o PDI 2014-2018 guardava uma seção específica para o tema, mas não abordava todas as temáticas do indicador, ficando de fora a acessibilidade metodológica e a educação ambiental. A acessibilidade metodológica esteve inicialmente voltada à capacitação de servidores; já a educação ambiental, segundo os resultados parciais do PDI 2014-2018 (Unipampa, 2017c), esteve vinculada à iniciativa de criação de um Comitê de Sustentabilidade ou Educação Ambiental. Tal ação, relacionada ao Objetivo Estratégico 7 - Promover a Sustentabilidade a Ambiental, foi alcançada em 2014 e reeditada em 2016. No entanto, Fagundes (2022, p. 68) ressaltou que a atuação desses comitês não gerou repercussões institucionais concretas.

Já o PDI 2019-2024 (Unipampa, 2019c, p. 44) mencionou o reconhecimento de saberes prévios dos alunos em conjunto com as metodologias ativas e o desenvolvimento de “competências linguísticas e interculturais através do estudo de conteúdos específicos de diversas áreas” (Unipampa, 2019c, p. 48), mas sem especificar os aspectos que o Indicador I5 solicitava.

No PPI, que faz parte do mencionado PDI 2019-2024 (Unipampa, 2019c, p. 28), previa-se o princípio de equidade de condições. Este descrevia que o ensino deveria ser pautado para o “acesso, permanência no âmbito da educação superior, considerando-a como bem público e direito universal do cidadão, capaz de contribuir para a redução de desigualdades sociais, regionais e étnico-culturais.” No Capítulo 11 das Ações Afirmativas, a Universidade assumiu para si os preceitos de Direitos Humanos e de Igualdade Étnico-Racial, não em um sentido de ensinar e de formar cidadãos, mas de operacionalizar o dia a dia da instituição. No Planejamento Estratégico 2019-2024 não foram encontradas iniciativas relacionadas às temáticas do mencionado indicador.

Na quinta posição, identificou-se o Indicador I41. Espaço de trabalho para docentes em tempo integral, com 85,19% dos pontos alcançados (Quadro 28) nas avaliações *in loco* a partir da aplicação do Instrumento INEP 2017. Esse item já constava na matriz de resultados baseada no Instrumento INEP 2015 (Quadro 27) por meio de indicador equivalente (3.1. Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI), ocupando a oitava posição com 73,33% dos pontos alcançados. Nesse sentido, observou-se uma melhora de 11,86% que corroborou a melhoria dos indicadores relacionados à infraestrutura, que anteriormente ocupavam 8 das 10 primeiras posições e, no período seguinte, entre os anos 2018 e 2024, passou a ocupar 4 das 10 primeiras posições.

Dentre os principais pontos negativos elencados pelos avaliadores, destacou-se a necessidade de utilizar outros espaços para a realização de atividades que deveriam (ou poderiam) ser realizadas no espaço destinado para os professores em tempo integral, como atendimento pedagógico e reuniões de trabalho dos projetos vinculados ao curso.

Por outro lado, dentre as boas práticas, constou um espaço equilibrado para o trabalho dos docentes, de 2 a 4 por sala. Esses ambientes contavam com climatização, mobiliário individual e armários para guardar itens pessoais com segurança, recursos de tecnologia da informação e comunicação (rede fixa e Wi-Fi). Todos estes itens mostraram-se apropriados para o desempenho de suas atividades acadêmicas e administrativas, além de possibilitar o atendimento privativo de discentes.

O Indicador I41. Espaço de trabalho para docentes em tempo integral também constou nas dez primeiras posições das matrizes de resultados de 4 *campi*:

Caçapava do Sul, com 66,67% dos pontos alcançados (Quadro 34); Dom Pedrito, com 80% (Quadro 35); Jaguarão, com 77% (Quadro 37); e São Gabriel, com 60% (Quadro 40). Além disso, o mencionado indicador situou-se na vigésima terceira posição dos Atos de Autorização, com 86,67% (Quadro 44); na sexta posição dos Atos de Reconhecimento, com 81,67% (Quadro 45); na vigésima terceira posição dos Atos de Renovação de Reconhecimento, com 88,33% (Quadro 46); na décima oitava e na décima segunda posições dos cursos presenciais, com 84,86% (Quadro 42); e dos cursos à distância, com 87% (Quadro 43), respectivamente.

Nos tipos de graduação, ele constou na primeira posição nos cursos de licenciatura, com 74% (Quadro 47); na trigésima quarta posição dos bacharelados, com 91,25% (Quadro 48); e na vigésima quarta posição em relação ao tecnólogo, com 100% (Quadro 49). Isso denotou uma relevante dicotomia entre as licenciaturas com 74% dos pontos alcançados e os bacharelados com 91,25% dos pontos atingidos, e mais ainda em relação ao tecnólogo de Gestão de Turismo com 100% dos pontos alcançados, presente no Campus Jaguarão com apenas 77% (Quadro 37), o que revelou discrepâncias dentro do mesmo campus.

No tópico anterior, o baixo número de obras entregues relacionadas às salas de trabalho para o corpo docente exerceu influência na continuação do Indicador I41 como uma das maiores dificuldades institucionais. Essas informações se basearam nos resultados do PDI 2014-2018 e nos relatórios de autoavaliação do ano 2015 a 2018. Por isso, neste tópico, analisou-se o PDI 2019-2024 e os relatórios de autoavaliação do ano 2019 até o ano 2024. Em relação ao PDI 2019-2024, o documento citou questões de acessibilidade<sup>9</sup>, mas não foram encontrados registros diretamente relacionados ao espaço de trabalho dos docentes.

Em relação ao Indicador I41, os relatórios da autoavaliação do mencionado período trouxeram somente uma questão relacionada aos espaços de atendimento discente que, muitas vezes, também incluiu o espaço de trabalho dos docentes. Os relatórios apresentaram as seguintes médias de resultados, Quadro 11 a seguir, com conceitos atribuídos pelos entrevistados que variam de 1 a 5.

---

<sup>9</sup> Ao contrário do Instrumento de Avaliação *in loco* dos Cursos de 2015 (INEP, 2015), o Instrumento de 2017 (INEP, 2017) não utiliza o termo acessibilidade, somente questiona se a estrutura viabiliza atividades acadêmicas e se fornece a capacidade de atendimento aos discentes.

**Quadro 11 - Média dos conceitos atribuídos pelos entrevistados**

Objeto de avaliação	Avaliação dos gabinetes de trabalho dos docentes*		Avaliação dos espaços de atendimento dos discentes**			
	Ano	2019	2020	2022	2023	2024
<b>Resultados</b>		3,16	3,16	3,58	3,57	3,66

\*Foram entrevistados somente os docentes. \*\*Foram entrevistados somente os discentes dos cursos presenciais.

Fonte: Autoria própria (2025).

Antes do ano de 2022, os espaços de trabalho dos docentes não estavam ocupados devido à pandemia de covid-19, por isso não constou o resultado referente ao ano 2021. Conforme o Quadro 11, até o ano de 2020 eram avaliados os gabinetes dos docentes. A partir do ano de 2022, passou-se a avaliar somente os espaços de atendimento dos discentes, e todos os resultados foram considerados Suficiente ou Muito Bom pelos entrevistados. Logo, nesse caso não houve relação entre a autoavaliação institucional e a posição do Indicador I41 na matriz institucional dos cursos avaliados a partir do ano de 2018 em diante.

Na sexta posição, o Indicador I19. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem obteve 85,24% (Quadro 28) dos pontos atingidos nas avaliações *in loco* a partir da aplicação do Instrumento INEP 2017. Verificou-se que esse indicador não constou como desafio institucional no período anterior avaliado pelo Instrumento INEP 2015 (Quadro 27) e que os processos de acompanhamento e avaliação utilizados atendem ao definido no PPC do curso. Além disso, esse indicador teve como finalidade conferir se existiam ações decorrentes dos processos avaliativos, considerando, ainda, os *feedbacks* aos alunos como parte formativa do processo pedagógico.

Entre os principais relatos dos avaliadores nos relatórios das avaliações *in loco* não está definido no PPC como os discentes são avaliados, ou quais são as ações voltadas ao acompanhamento do desempenho dos discentes que subsidiam estratégias concretas para a melhoria da aprendizagem pautadas no processo avaliativo.

No que concerne aos bons resultados alcançados nas avaliações, previa-se no PPC um período mínimo para a realização das atividades avaliativas e um mínimo a ser considerado em termos de desempenho do aluno. Apesar da

autonomia dos docentes, incentivou-se o uso da produção de e-books, diários de bordo, resolução de problemas, produção de mapas conceituais em conjunto com a utilização de ferramentas pautadas no uso de TICs como softwares online da Unipampa ou externos.

O Indicador I19 constou nas dez primeiras posições das matrizes de 2 *campi*: Alegrete, com 40% (Quadro 33), e Uruguaiana, com 80% (Quadro 41). Além disso, ocupou a vigésima posição nos Atos de Autorização, com 86,67% (Quadro 44); a décima segunda nos Atos de Reconhecimento, com 86,67% (Quadro 45); e a décima quarta posição nos Atos de Renovação de Reconhecimento, com 83,33% (Quadro 46). Em relação às modalidades de ensino, verificou-se que, nos cursos presenciais, o indicador ocupou apenas a quadragésima sétima posição, com 96,67% (Quadro 42); mas a décima posição dos cursos da modalidade EaD, com 87% (Quadro 43). Isso pôde evidenciar que a utilização massiva de tecnologias da informação por si só não garantiria avaliações mais diagnósticas e formativas.

Em relação ao tipo de graduação, o Indicador I19 ocupou a décima quinta posição entre as licenciaturas, com 86% (Quadro 47); a vigésima primeira posição entre os bacharelados, com 85,10% (Quadro 48); e a oitava posição no tecnólogo, com 80% (Quadro 49). Esse resultado mostrou-se no mínimo curioso, pois se esperava um *gap* maior nesse indicador entre os cursos de bacharelado e de licenciatura, tendo em vista que o último mantinha o fazer pedagógico como essência para a formação de professores.

Em relação a esse indicador, nos relatórios da autoavaliação do período de 2019 a 2024, não foram encontradas questões específicas que descrevessem os processos de avaliação de ensino e aprendizagem dos discentes. Identificaram-se apenas alguns relatos vinculados à avaliação dos servidores (Unipampa, 2025b, p. 42), tais como: “Poderia ter avaliação dos tutores presenciais e EAD” e “A avaliação dos professores precisa melhorar”.

Conforme estabelecido no Capítulo III do Título I, da Resolução Unipampa n.º 29/2011 (Unipampa, 2011), que definiu os critérios de desempenho acadêmico, o processo de avaliação pedagógica do discente fez parte tanto das políticas de ensino da Unipampa quanto da Política de Assistência Estudantil. A Resolução n.º 84/2014 (Unipampa, 2014), complementarmente, descreveu regras que visavam evitar a reprovação e a possível evasão do discente.

Quanto à avaliação das políticas de ensino de graduação e pós-graduação, descreve-se os seguintes resultados da autoavaliação no Quadro 12 a seguir.

**Quadro 12 - Resultados da autoavaliação das políticas de ensino**

Objeto de avaliação	Políticas Acadêmicas - Como você avalia as políticas de Ensino de Graduação e Pós-graduação da UNIPAMPA em relação à qualidade do ensino?					
Ano	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Resultados entre os Discentes*</b>	3,97	4,23	4,27	4,14	4,16	4,19
<b>Resultados entre os Docentes</b>	3,56	3,64	3,81	3,82	3,78	3,76
<b>Resultados entre os Técnicos-Administrativos em Educação</b>	3,68	3,78	3,83	3,87	3,93	3,89

\*Em relação aos resultados dos discentes foram considerados o número total de discentes, haja vista que a partir de 2021 a pergunta do quadro não foi realizada para os discentes do EaD.

Fonte: Relatórios de Avaliação Institucional (Unipampa, 2020a, 2021a, 2022a, 2022b, 2024b, 2025b).

Em relação à avaliação das políticas de assistência estudantil, verificou-se os seguintes resultados, conforme Quadro 13.

**Quadro 13 - Resultados da autoavaliação das políticas de assistência estudantil**

Objeto de avaliação	Políticas Acadêmicas - Como você avalia a política ou o funcionamento da assistência estudantil?					
Ano	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Resultados entre os Discentes*</b>	3,44	3,82	3,88	3,77	3,70	3,77
<b>Resultados entre os Docentes</b>	3,55	3,53	3,46	3,48	3,44	3,61
<b>Resultados entre os Técnicos-Administrativos em Educação</b>	3,68	3,77	3,63	3,76	3,76	3,76

\*Em relação aos resultados dos discentes foram considerados o número total de discentes, haja vista que, a partir de 2021, a pergunta do quadro não foi realizada para os discentes do EaD.

Fonte: Relatórios de Avaliação Institucional (Unipampa, 2020a, 2021a, 2022a, 2022b, 2024b, 2025b).

Observou-se, por meio dos Quadros 12 e 13, que os resultados da autoavaliação, apesar da melhora entre os anos 2019 e 2024, não repercutiram na melhoria do Indicador I19. Este, ao se comparar a matriz de resultados do Instrumento INEP 2015 (Quadro 27) com a matriz de resultados de indicadores comuns a todos os cursos com base no Instrumento INEP 2017 (Quadro 28), verificou-se que o percentual diminuiu de 88,33% para 85,24% dos pontos atingidos. Assim, notou-se que poderia ter havido um olhar específico para o processo de autoavaliação do ensino-aprendizagem dos discentes, além daquele que existia internamente. Essa ideia corroborou a sugestão incluída na caixa aberta do Relatório de (Auto)Avaliação de 2024 (Unipampa, 2025b, p. 67):

*‘Em relação aos cursos de graduação penso que deveria ter algum mecanismo de monitoramento do desempenho acadêmico por disciplina para verificar as fragilidades e tentar reduzir o número de reprovações e de evasão’ e também ‘em relação à política de assistência estudantil, considero que deve se investir mais em recursos humanos tanto na PRODAE quanto nos NuDEs, pois a política tem potencial para ampliar suas ações para o atendimento das também das necessidades imateriais dos discentes e assim reduzir o número de reprovações e evasão, pois atualmente está centrada quase que exclusivamente no atendimento das questões materiais, por meio de repasse financeiro e infraestrutura. Para qualificar a política é necessário o investimento em recursos humanos nos setores responsáveis pela política de Assistência Estudantil que é a PRODAE e os NuDEs;’*

Com isso, identificou-se que havia pouca ou nenhuma vinculação entre os resultados quantitativos dos relatórios da autoavaliação institucional e as avaliações externas do mencionado indicador.

Em relação ao PDI 2014-2018, a avaliação do ensino-aprendizagem constou em diversas partes, tais como: nos princípios específicos das Políticas de Ensino na página 22; no início do Capítulo 3, sobre a Implementação da Instituição e Organização Acadêmica na página 26; nos princípios metodológicos e na descrição do processo de avaliação discente, constante na página 27, dentre outros.

No Planejamento Estratégico, para o mencionado período de vigência do PDI, previu-se a “Criação de política de monitoramento e avaliação do desempenho acadêmico dos discentes ingressantes por meio das ações afirmativas, dos demandantes de acessibilidade e daqueles com vulnerabilidade socioeconômica.” (Unipampa, 2013, p. 67) a qual faz parte do Objetivo 1 - Acompanhar o discente, e ao Eixo do Compromisso Social, a partir de um viés da assistência estudantil. Segundo os resultados do PDI 2014-2018, identificaram-se ações de criação ou

atualização da referida política planejadas e realizadas nos anos 2014, 2016 e 2017, com 75% das metas alcançadas.

O PDI 2019-2024 (Unipampa, 2019c) também elencou a temática do Indicador I19 em várias partes do documento, como no tópico 4.2.1. Estrutura acadêmica da graduação, em que a avaliação fez parte de um *rol* de atividades acadêmicas descritas nas páginas 41 e 42. Além disso houve um descritivo atualizado do 4.3.3. Processo de Avaliação em que constaram diretrizes e concepções para averiguar o desempenho acadêmico entendido como um processo contínuo e cumulativo, com prevalência de aspectos qualitativos sobre quantitativos (Unipampa, 2019c). Novamente no Planejamento Estratégico de 2019-2024, o processo do desempenho acadêmico foi elencado como uma Política de Assistência Estudantil por meio da Iniciativa 57 do Objetivo Acompanhar o Discente da Universidade do Eixo Compromisso Social. Nesse sentido, as ações planejadas com a geração de relatórios semestrais sobre o desempenho discente não foram executadas sem que houvesse uma justificativa clara por parte dos gestores.

Conseqüentemente, as ações previstas nos PDIs mostraram-se insuficientes para a melhoria do Indicador I19 que regrediu percentualmente, conforme demonstrado. Considerando os relatos dos avaliadores designados pelo INEP, sugeriu-se que a avaliação sob o viés pedagógico fosse reforçada na Unipampa por meio de documentos orientadores e de estrutura de pessoal que acompanhasse e trabalhasse a temática na Universidade.

Na sétima posição, o Indicador I36. Atuação do colegiado de curso ou equivalente atingiu 87,62% (Quadro 28) dos pontos alcançados nas avaliações *in loco* a partir da aplicação do Instrumento INEP 2017. Esse indicador não constou como desafio institucional no período anterior avaliado pelo Instrumento INEP 2015 (Quadro 27), porque não figurava entre as dez primeiras posições na respectiva matriz de resultado. Quando da aplicação do instrumento INEP 2015, o indicador ocupou a trigésima posição, com 90% dos pontos atingidos, o que revelou um decréscimo de apenas 2,38% em relação à aplicação do instrumento seguinte.

Basicamente, o indicador avaliou se o colegiado de curso estava estruturado e em funcionamento, considerando a representatividade dos grupos envolvidos no funcionamento do curso, a periodicidade dos encontros, a definição do fluxo de deliberações, o acesso a um sistema de gestão de processos, além de acompanhar o funcionamento do curso de maneira geral.

O indicador constou nas dez primeiras posições da matriz do Campus São Borja, com 86,09% (Quadro 39), e com predominância de posições intermediárias em 8 *campi*, nos quais se situou o indicador entre a décima e a quadragésima posições de um total de 58 posições possíveis. Por conseguinte, ocupou a décima segunda posição da matriz de resultados dos Atos de Autorização, com 80% (Quadro 44); a trigésima quinta posição dos Atos de Reconhecimento, com 95% (Quadro 45); e novamente a décima segunda posição dos Atos de Renovação de Reconhecimento, com 81,67% (Quadro 46).

Sobre as modalidades de ensino, o indicador posicionou-se na vigésima primeira posição dentre os cursos presenciais, com 84,94% (Quadro 42), e na trigésima sexta posição entre os cursos à distância, com 97% (Quadro 43), o que denotou uma facilidade maior dos cursos EaD de atingir os melhores resultados no indicador. Em relação ao tipo de graduação, o indicador ocupou a trigésima primeira posição nos cursos de licenciatura, com 94% (Quadro 47); décima sexta posição nos cursos de bacharelado, com 83,93% (Quadro 48); e na décima posição no curso de tecnólogo, com 80% (Quadro 49). Esses dados revelaram uma dificuldade maior em relação ao Indicador I36 dos bacharelados e do tecnólogo em relação às licenciaturas.

Dentre os pontos negativos elencados pelos avaliadores, verificou-se a falta de evidências de avaliação periódica do desempenho, implementação ou ajustes de práticas de gestão dos cursos, bem como a falta de fluxos de informações determinado para o encaminhamento das decisões pelo colegiado. Observou-se, por vezes, que se cometia o erro de não evidenciar ou, o colegiado, não utilizar o sistema de suporte aos processos da Unipampa – o Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Na Unipampa, já existiam a Comissão de Curso definida pela Resolução CONSUNI n.º 5/2010 e o Núcleo Docente Estruturante de curso instituído pela Resolução CONSUNI n.º 97/2015. Tratava-se de estruturas já institucionalizadas para todos os cursos, o que facilitava o atendimento do indicador. O PDI 2019-2024 da Unipampa (2019c, p. 41) descreveu a estrutura acadêmica dos cursos da seguinte forma:

A Coordenação de Curso tem função executiva, a Comissão de Curso, deliberativa e o NDE tem função consultiva, propositiva e de

assessoramento com vistas à elaboração, implementação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

Sobre o referido PDI, verificou-se que não havia iniciativas e objetivos estratégicos relacionados à estrutura ou ao funcionamento dessas comissões, somente em relação à atualização contínua de membros de todas as comissões da Universidade. Da mesma forma, os relatórios da autoavaliação institucional, no período de 2019 a 2024, não avaliaram o funcionamento de tais comissões, somente o trabalho do coordenador de curso que presidia e participava da Comissão de Curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE), respectivamente.

Na oitava e nona posição (Quadro 28), os indicadores I46. Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC) e I47. Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC), respectivamente, alcançaram 88,15% dos pontos. Conforme mencionado no tópico anterior, que descreveu a matriz de resultados das avaliações com base no Instrumento INEP 2015 (Quadro 27), não houve o investimento suficiente para a atualização do acervo bibliográfico. Os mencionados indicadores continuaram como desafio institucional, embora os indicadores tivessem demonstrado uma melhora em relação ao período anterior de 18,15% em relação à bibliografia básica e de 9,82% à bibliografia complementar.

Antes de descrever as lacunas apontadas pelos avaliadores, fez-se importante entender as novidades entre os instrumentos de avaliação do INEP do ano de 2015 para o ano de 2017, no que se refere à disponibilidade do acervo digital, o qual muitas vezes se tornou um desafio para os sistemas de bibliotecas das universidades (Brasil; M. Ribeiro, 2024). Os indicadores deixaram de ser totalmente quantitativos em relação à disponibilidade do número de exemplares por componente curricular e por vagas autorizadas e passaram a observar aspectos qualitativos, como a disponibilidade do acervo a partir do gerenciamento de uma demanda com um plano de contingência.

Dentre os relatos dos avaliadores fundamentados no Instrumento INEP 2017, observou-se que, embora previstas no PDI 2019-2024, as atualizações do acervo, manutenção e melhorias na infraestrutura física das bibliotecas, em 28 a 30 de junho de 2023 (período de avaliação do curso de Ciências Exatas), não havia um contrato válido de periódicos especializados. Além disso, a desatualização do acervo e a falta de um plano de contingência em uma das avaliações, conforme explicitado no parágrafo anterior, penalizaram algumas avaliações *in loco*. Também houve

problemas de validação da bibliografia básica e complementar por unidade curricular pelos NDEs em três cursos, os nomes dos cursos não foram registrados para não expor desnecessariamente os servidores.

Os indicadores I46 e I47 ocuparam a sexta e a sétima posição na matriz de resultados do Campus Uruguaiana, com índices de 80% (Quadro 41). No Campus Caçapava do Sul, figuraram na décima primeira e décima segunda posição, registrando 66,67% (Quadro 34), enquanto em Campus Jaguarão apareceram na décima e na décima primeira posição, retomando o patamar de 80% (Quadro 37). Nos demais quatro campi, situaram-se em posições intermediárias, variando o indicador entre a décima e a quadragésima posição, de um total de 58 posições possíveis.

Por conseguinte, esses indicadores constaram na terceira e na quarta posição dos Atos de Autorização, ambos com 66,67% (Quadro 44) dos pontos alcançados; na trigésima oitava e trigésima nona posições dos Atos de Reconhecimento, com 95% dos pontos possíveis (Quadro 45); e na vigésima e vigésima primeira posição dos Atos de Renovação de Reconhecimento, atingindo 86,67% (Quadro 46). Observou-se que, no início do funcionamento dos cursos, ocorreram os piores conceitos em relação aos indicadores I46 e I47, o que revelou a criação de novos cursos sem a infraestrutura mínima ainda que atendam a outros indicadores de avaliação.

Em relação à modalidade de ensino, os indicadores I46 e I47 ocuparam a décima nona e vigésima posições entre os cursos presenciais, com 84,76% (Quadro 42), e a quadragésima sétima e quadragésima oitava posição entre os Cursos EaD, com 100% (Quadro 43). Essa diferença em prol dos cursos EaD deveu-se, principalmente, ao financiamento direto que os cursos receberam pelo programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). Com o financiamento, foi providenciada a contratação de empresas especializadas na disponibilização de livros virtuais, os quais dispõem de uma atenção maior dos avaliadores para essa modalidade. Sobre os tipos de graduação, os indicadores I46 e I47 ocuparam a oitava e nona posição entre os cursos de licenciatura, com 84% (Quadro 47); na vigésima quinta e vigésima sexta posições na avaliação dos cursos de bacharelado, com 90% (Quadro 48); e na vigésima oitava e vigésima nona posições no tecnólogo, com 100% (Quadro 49). Os números demonstraram novamente que os investimentos

realizados não convergiram para que os cursos de licenciatura e de bacharelados tivessem a mesma qualidade.

Quanto a esses indicadores, os relatórios da autoavaliação institucional do período trouxeram os seguintes resultados constantes no Quadro 14:

**Quadro 14 - Resultados da autoavaliação institucional sobre o acervo físico e digital**

<b>Pergunta relacionada aos Indicadores I46 e I47</b>	<b>Entrevistados</b>	<b>2019*</b>	<b>2020*</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
<i>Como você avalia o acervo físico da biblioteca do campus ou polo? (Quantidade, disponibilidade, estado de conservação, etc.)</i>	Discentes presenciais	-	-	4,11	4,13	4,05	4,16
	Discentes EaD	-	-	-	4,26	4,15	4,14
	Docentes	-	-	-	3,64	3,61	3,58
	Técnicos-Administrativos em Educação	-	-	3,79	3,92	4,05	3,92
<i>Como você avalia o acervo digital da biblioteca? (Disponibilidade)</i>	Discentes presenciais	3,86	3,66	3,91	3,99	3,94	4,08
	Discentes EaD	3,38	3,38	-	4,27	4,36	4,37
	Docentes	3,38	3,08	3,56	3,76	3,84	3,83
	Técnicos-Administrativos em Educação	4,01	3,33	3,60	3,86	3,93	4

\*Devido à pandemia de covid-19, a pergunta mencionou somente o acervo digital.

\*\*Avaliou o acervo e o funcionamento da biblioteca do polo.

Fonte: Relatórios de Avaliação Institucional (Unipampa, 2020a, 2021a, 2022a, 2022b, 2024b, 2025b).

Os resultados do Quadro 14 mostraram aumento na média das avaliações, o que guardou relação com a melhoria dos indicadores I46 e I47 ao longo do tempo, exceto na categoria docente para acervo físico.

Nos anos 2019, 2021, 2022, as caixas abertas relataram a necessidade de atualização do acervo. Apesar de os mencionados indicadores serem bem avaliados no ano de 2020<sup>10</sup> e no ano de 2023, foi ponderado sobre a necessidade de incrementar o acervo digital e a disponibilidade de acervo físico no polo para os cursos EaD. No Relatório de Avaliação Institucional de 2024 não foram encontradas ponderações nas caixas abertas ou sugestões pela CPA; identificou-se somente o acervo digital que foi classificado como Muito Bom, com média 4. Além disso, o documento descreve o seguinte:

A nota demonstra que a UNIPAMPA tem disponibilizado materiais digitais que atendem, de forma satisfatória, às demandas dos usuários, permitindo acesso remoto a conteúdos acadêmicos e científicos. A crescente digitalização de materiais tem sido fundamental para facilitar o aprendizado dos(as) discentes e a pesquisa dos(as) docentes e técnicos administrativos. (Unipampa, 2025b, p. 78).

Vale dizer que as mudanças sociais que representaram a parada da prestação de um serviço pela Universidade tiveram repercussão na autoavaliação deste serviço, como foi o caso da queda dos conceitos atribuídos para o acervo físico durante a pandemia. Logo, uma obra nos restaurantes universitários (RU) impactaria tanto os conceitos atribuídos ao fornecimento de alimentos pelos RU quanto o uso das áreas de convivência, já a pandemia impactou negativamente os conceitos atribuídos para o acervo digital que passaram a ser mais requisitados.

O investimento em acervo digital se mostrou insuficiente para garantir uma educação de qualidade, principalmente no que se refere à modalidade de ensino presencial. Nos resultados do PDI 2019-2024 (Unipampa, 2024d), visualizou-se um difícil cenário que persistiu ao longo dos anos, pois o Objetivo Estratégico 10 – que tratava da oferta de soluções da tecnologia da informação vinculadas à consolidação do acervo digital e multiusuário – não previu o investimento na compra de livros físicos. Houve ainda a iniciativa 4 do Objetivo Estratégico 1 que visava aperfeiçoar o ensino da graduação por meio da rotatividade do acervo físico entre os *campi*; o incentivo ao aumento do número de empréstimos de livros; e a atualização da resolução do sistema de bibliotecas relacionado ao acervo digital, no entanto, nenhuma das metas foi alcançada. Logo, os relatórios de avaliação *in loco* dos cursos de graduação, os relatórios de autoavaliação e as evidências do

---

<sup>10</sup> Ano de início dos efeitos da pandemia de covid-19.

acompanhamento das metas do PDI mostraram-se condizentes com os desafios encontrados nos processos de avaliação externa e interna.

Na décima posição, o indicador I10. As Atividades complementares alcançaram 88,57% dos pontos (Quadro 28), conforme os dados da avaliação *in loco*, a partir da aplicação do Instrumento INEP 2017. Esse indicador havia ficado apenas na vigésima oitava posição na matriz de resultados, fundamentada no Instrumento INEP 2015, com 90% dos pontos alcançados (Quadro 27).

O Indicador I10 avaliou em extensão e diversidade as atividades previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos que não faziam parte do eixo formativo e eram extracurriculares. Tratava-se de atividades não previstas na matriz curricular e que iam além das disciplinas tradicionais que compunham a carga horária obrigatória.

Dentre as principais lacunas encontradas nos relatórios de avaliação *in loco* dos cursos, destacou-se a não citação da institucionalização das atividades complementares pela Resolução CONSUNI n.º 29/2011 e, posteriormente, a Resolução CONSUNI n.º 337/2022 da Unipampa. Além disso, verificou-se a falta de mecanismos inovadores de gestão e regulação de tais atividades.

Caracterizaram-se como mecanismos inovadores de regulação e de aproveitamento as atividades de ensino, pesquisa, extensão, culturais, artísticas, sociais e de gestão, as quais eram obrigatórias e desenvolvidas ao longo do curso. Ademais, a disponibilização de formulários eletrônicos e de um manual de orientação a docentes e a discentes contribuíram para os cursos alcançarem o conceito máximo. Nesse sentido, pôde-se citar a existência de uma comissão que avalie o aproveitamento dessas atividades como Atividades Complementares de Graduação (ACG), evitando que a tarefa ficasse a cargo somente da coordenação de curso ou de um docente em específico.

O Indicador I10 ocupou a nona posição da matriz de resultados do Campus Uruguaiana, com 84,62% dos pontos alcançados (Quadro 41); a décima posição no Campus Alegrete, com 80% (Quadro 33); e as posições intermediárias nos demais *campi*, com o indicador entre a décima e a quadragésima posições. Além disso, figurou na nona posição dos Atos de Autorização, com 80% (Quadro 44); na décima quinta posição dos Atos de Reconhecimento, com 88,33% (Quadro 45); e na vigésima oitava dos Atos de Renovação de Reconhecimento, com 91,67% (Quadro 46). Devido a esses resultados, verificou-se uma facilidade maior em referenciar

políticas institucionais na gestão dos cursos que já passaram pelo primeiro ciclo formativo.

Quanto às modalidades de ensino, o referido indicador ocupou a nona posição entre os cursos à distância, com 87% (Quadro 43), e a vigésima oitava posição dentre os cursos presenciais, com 89,09% (Quadro 42). Tal cenário denotou a dificuldade de os cursos EaD citarem as políticas institucionais que atendiam essa modalidade. Sobre os tipos de graduação, o Indicador I10 ocupou a décima terceira posição entre os cursos de licenciatura, com 86% (Quadro 47); a trigésima posição entre os cursos de bacharelado, com 90,59% (Quadro 48); e a sexta posição no curso de Gestão de Turismo, com 80% (Quadro 49).

Em relação a esse indicador, os relatórios de autoavaliação somente entrevistaram discentes dos cursos presenciais nos anos 2020 e 2021 (Unipampa, 2021a, p. 35; 2022a, p. 18), a partir da pandemia de covid-19. A pergunta foi a seguinte: “Como você avalia que a instituição está proporcionando e coordenando as aulas remotas e as atividades extracurriculares no período de pandemia covid-19?” Em ambos os anos, as médias das respostas foram classificadas como Muito Boa, com 3,58 e 3,90, respectivamente. Com mediana de 3,74 e percentual de 74% em relação ao conceito 5 (maior conceito possível da autoavaliação institucional), os resultados se diferenciaram dos 88% dos conceitos alcançados nos resultados das avaliações *in loco* dos cursos de graduação, não guardando similaridade entre os resultados.

No PDI 2019-2024, as atividades complementares integraram os princípios metodológicos, de formação acadêmica e de inovação pedagógica, entendidas como uma das “possibilidades de formação (componentes curriculares obrigatórios, eletivos e atividades complementares)” capazes de promover a flexibilização curricular e superar os desafios impostos pelas transformações sociais (Unipampa, 2019c, p. 26, 47-49). Contudo, não foram encontrados objetivos estratégicos relacionados ao Indicador I10.

#### 4.3.2 Resumo dos resultados das análises com base nos indicadores respondidos por todos os cursos

Analisando os resultados de indicadores respondidos por todos os cursos que passaram pela avaliação *in loco*, com base no instrumento INEP 2017 (Quadro 28),

observou-se que houve uma dificuldade no reconhecimento de espaços de trabalho para o coordenador de curso e de docentes em tempo integral, especialmente dos cursos de licenciatura. Somaram-se a isso desafios históricos relacionados à falta de investimento no acervo bibliográfico. Ademais, indicadores de organização didático-pedagógica – tais como: conteúdos curriculares, estrutura curricular, objetivos do curso, processos de avaliação do ensino-aprendizagem – estagnaram com percentuais semelhantes à aplicação do Instrumento INEP 2015 e, por isso, passaram a figurar nas primeiras posições a partir da conclusão de obras de prédios acadêmicos na Universidade, o que melhorou os resultados obtidos no ciclo anterior dos indicadores de infraestrutura.

Analisando a maturidade dos cursos em relação a seu tempo de funcionamento, verificou-se que os indicadores I4. Estrutura curricular e I5. Conteúdos curriculares apresentaram resultados diferentes no início de funcionamento dos cursos (Quadro 44). O I4 estava mal posicionado e o I5, não; após o primeiro ciclo formativo (Quadro 46), o indicador I4 melhorou os percentuais e o I5 piorou. Isso ocorreu porque a estrutura curricular segue em pauta com sugestões de professores e discentes melhorando continuamente, enquanto os conteúdos das emendas foram deixados de lado ao longo do tempo, necessitando de atualizações. Esse caso denotou a necessidade de analisar os resultados das matrizes dos indicadores em diversos contextos a fim de saber o que de fato refletiu nas temáticas dos indicadores.

Comparando a referida matriz com os resultados da autoavaliação institucional, observou-se que não houve similaridades com os resultados dos indicadores: I20. Número de vagas, I5. Conteúdos Curriculares, I41. Espaço de trabalho para docentes em tempo integral, I19. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação, I36. Atuação do colegiado de curso ou equivalente e I10. As Atividades complementares. Dessa maneira, foi observado pouca ou nenhuma correlação quantitativa com 6 das 10 primeiras posições da mencionada matriz de resultados (Quadro 28).

Conforme mencionado, somente foi citado o número de vagas na parte discursiva por meio das caixas abertas. Os indicadores de infraestrutura tiveram melhora nos resultados da autoavaliação, assim como melhoraram os resultados das avaliações dos cursos para indicadores de infraestrutura. Desse modo, saíram de 8 indicadores entre as 10 primeiras posições, fundamentadas no instrumento

INEP 2015, para 4 indicadores entre as dez primeiras posições, com base no instrumento INEP 2017.

O planejamento institucional 2019-2024 apresentou falhas no dimensionamento dos riscos e das metas, por isso, em todos os anos, não foram cumpridas metas relacionadas ao preenchimento de vagas, o que impactou negativamente o conceito recebido pelos cursos que trata do dimensionamento de vagas ofertadas. Quanto aos indicadores vinculados à infraestrutura, há necessidade de os planejamentos da Universidade serem mais específicos em relação às temáticas relacionadas aos indicadores que as obras projetadas iriam contemplar.

#### 4.3.3 Resultados dos indicadores respondidos por pelo menos 5 cursos

Nesta seção, analisou-se a matriz de resultado dos indicadores respondidos por pelo menos 5 cursos (Quadro 31). Os indicadores foram: o I34. Experiência no exercício da docência na educação a distância, I20. Número de vagas, I8. Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica, I15. Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria, I35. Experiência no exercício da tutoria na educação a distância, I38. Experiência do corpo de tutores em educação a distância, I43. Sala coletiva de professores, I42. Espaço de trabalho para o coordenador, I4. Estrutura curricular e I5. Conteúdos curriculares.

Na primeira posição, entre os piores resultados, situou-se o indicador I34. Experiência no exercício da docência na educação a distância, com 72,73% dos pontos atingidos nas avaliações *in loco*, a partir da aplicação do Instrumento INEP 2017. Nesse caso, verificou-se que não existia um indicador idêntico no Instrumento INEP 2015. Observaram-se apenas semelhantes ao considerar os Indicadores 2.9. Experiência profissional do corpo docente e 2.11. Experiência de magistério superior do corpo docente, que alcançaram a primeira posição, com 55,56% dos pontos atingidos, e a quadragésima posição, com 96,67%, respectivamente.

Importante observar, por meio do Anexo II, que esse era um indicador qualitativo. É por meio dele que foram avaliadas as competências no exercício do ensino a distância, às quais poderiam ser desenvolvidas por meio da capacitação e da qualificação docente. O docente deveria ser capaz de identificar as dificuldades

de aprendizagem dos discentes, expor o conteúdo de forma multimodal, ser capaz de realizar avaliações diagnósticas, formativas e somativas e exercer a liderança quando necessária.

Nesse sentido, conforme se observou na descrição dos resultados pautados na aplicação do instrumento INEP 2015 - Subseção 4.2, a temática da experiência profissional passou a ser considerada nos concursos docentes somente no PDI 2014-2018. Dessa forma, melhorou o resultado do antigo Indicador 2.9. Experiência profissional do corpo docente, que ocupou a primeira posição na matriz de resultados institucionais das avaliações *in loco* com base no Instrumento INEP 2015. Entretanto, nem o referido PDI 2014-2018 nem o PDI 2019-2024 consideraram, na realização de concurso para docentes, as competências relacionadas ao ensino da educação a distância. Diante disso, o indicador I34 ocupou a primeira posição da matriz representada pelo Quadro 31, tendo relação com os resultados alcançados pelos cursos nas avaliações que ocorreram entre os anos 2018 e 2024, a partir da aplicação do Instrumento INEP 2017. Esse indicador também apareceu na primeira posição nas matrizes respondidas por ao menos 1 curso (Quadro 32) e por ao menos 10 cursos (Quadro 30), atingindo 72,73% dos pontos alcançados em ambas as matrizes.

Observou-se que o indicador I34 – critério de avaliação obrigatório para os cursos EaD, ou ainda aqueles que oferecem componentes curriculares na modalidade EaD – foi respondido por 11 cursos. Porém, existem somente 6 cursos na modalidade EaD na Unipampa, de modo que outros 5 cursos presenciais responderam ao mencionado indicador, sendo que 4 desses cursos obtiveram conceito igual ou inferior a 3. Verificou-se que as avaliações para os cursos presenciais, neste indicador, foram realizadas após o início da pandemia de covid-19. Já em relação aos cursos na modalidade EaD, 5 dos 6 cursos avaliados obtiveram o conceito igual a 5 no referido indicador, não representando um desafio para a modalidade, o que denotou que os cursos presenciais foram os mais afetados com a inclusão de componentes curriculares a distância. Nesse contexto, ao observar o Quadro 31 de indicadores respondidos por pelo menos 5 cursos, percebeu-se a predominância de indicadores exclusivos de cursos EaD ou de cursos presenciais que ofereciam componentes curriculares a distância, pois, das primeiras 5 posições, 3 estão vinculadas ao EaD.

O indicador I34 ocupou a primeira posição do Campus Alegrete, com 20% dos pontos alcançados (Quadro 33); a primeira posição no Campus Jaguarão, com 50% (Quadro 37); a segunda posição no Campus Santana do Livramento, com 60% (Quadro 38); a terceira posição do Campus Dom Pedrito, com 60%; a quinta posição do Campus São Borja, com 80%; a sexta posição no Campus Caçapava do Sul, com 40%, não ocupando posição relevante nos demais *campi*.

Nos processos regulatórios, o referido indicador não foi avaliado nos três processos de autorização. Ele ocupou somente a trigésima segunda posição nos processos de reconhecimento, com 94,29%; mas atingiu a primeira posição nos processos de renovação de reconhecimento, com 35% (Quadro 46). Quanto às modalidades de ensino, o indicador alcançou a primeira posição entre os cursos presenciais, com 48% (Quadro 42), e a vigésima quinta posição entre os cursos na modalidade EaD, com 93% (Quadro 43). Sobre os tipos de graduação, o indicador ocupou a décima posição entre os cursos de licenciatura, com 86% (Quadro 47); a primeira posição entre os cursos de bacharelado, com 50% (Quadro 48); e não foi avaliado no curso de tecnólogo em gestão do turismo.

Ainda sobre o indicador I34, os relatórios da autoavaliação não abordam a experiência docente para a EaD em específico. Contudo, conforme descrito anteriormente, as competências docentes poderiam ser desenvolvidas ao longo do tempo. Desse modo, destacou-se da autoavaliação docente a oferta de capacitação demonstrada no Quadro 15 a seguir.

**Quadro 15 - Resultado da autoavaliação sobre a capacitação ofertada ao docente**

Objeto de avaliação	Sobre a ofertas de programas de capacitação/formação docente?					
Ano	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Resultados entre os Docentes</b>	2,91	3,22	3,60	3,56	3,35	3,24

Fonte: Relatórios de Avaliação Institucional (Unipampa, 2020a, 2021a, 2022a, 2022b, 2024b, 2025b).

Observou-se, por meio do Quadro 15, que, na opinião dos docentes entrevistados pela Comissão Própria de Avaliação, não houve evolução (qualitativa ou quantitativa) na oferta de capacitação e formação docente. Teve-se a percepção de que, após a pandemia de covid-19 até o ano de 2024, houve uma involução dos

valores, o que mostrou similaridade com os baixos resultados alcançados pelos cursos nas avaliações *in loco*. Vale dizer que, nos relatórios de autoavaliação institucional (Unipampa, 2020a, 2021a, 2022b, 2024b, 2025b), excetuando o ano de 2021, manifestou-se a necessidade de investimento em formação docente ou a preocupação com a decrescente média das avaliações.

Quanto à oferta de capacitação docente prevista no PDI 2019-2024 (2019c) para suprir a demanda do Indicador I34, foram analisadas as iniciativas 76. Formação pedagógica do corpo docente e 80. Melhoria da formação acadêmica para o ensino do EaD, ambas vinculadas ao Objetivo Estratégico 17 - Promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de servidores. Após a revisão do Planejamento Estratégico ocorrida no ano de 2023, as iniciativas passaram a ser numeradas em 73 e 77 sem mudança de texto, conforme demonstrou os resultados do PDI (Unipampa, 2024d). Isso ocorreu em função de supressão de iniciativas vinculadas a outros objetivos quando do processo de revisão.

No Quadro 16, apresenta-se os resultados publicados pela Unipampa referente ao indicador relacionado ao percentual de docentes atingidos.

**Quadro 16 - Resultados de servidores que passaram por formação no ano**

Iniciativa	Fórmula de cálculo	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Formação pedagógica do corpo docente (indicador 1)	Somatório do número de servidores capacitados no período 2019-2024 dividido pelo somatório de servidores multiplicado por 100	40%	40%	90,47%	61,42%	35,69%	32%
Melhoria de formação acadêmica para o ensino EaD (Indicador 3)	Somatório do número de servidores que passaram por formação no ano dividido pelo total de servidores da instituição multiplicado por 100	5,69%	4,09%	10,06%	17,29%	22%	21%

Fonte: Autoria própria (2025).

A partir da análise do Quadro 16, percebeu-se que foram necessárias mais formações de capacitação voltadas ao ensino da EaD a partir do período pandêmico. Embora tenha havido mudanças percentuais a partir da pandemia, elas foram insuficientes para tirar o indicador da primeira posição.

Na segunda posição, o indicador I20. Número de vagas atingiu 75,71% dos pontos nas avaliações *in loco*, a partir da aplicação do Instrumento INEP 2017, respondido por ao menos cinco cursos.

O indicador I20. Número de vagas também apareceu na primeira posição nas matrizes de resultados de indicadores comuns a todos os cursos (Quadro 28) e de indicadores respondidos por ao menos 20 cursos (Quadro 29); na segunda posição nas matrizes de resultados de indicadores respondidos por 10 cursos (Quadro 30) e 5 cursos (Quadro 31); e na terceira posição na matriz de resultado de indicadores respondidos por ao menos 1 curso (Quadro 32), com percentual de 75,71% dos pontos alcançados. Esse indicador já foi abordado na perspectiva dos relatórios da autoavaliação institucional, na perspectiva dos PDIs e sua posição nas matrizes de resultados dos *campi*.

Na terceira posição, o indicador I8. Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica atingiu 78% dos pontos nas avaliações *in loco*, a partir da aplicação do Instrumento INEP 2017, respondido por ao menos 5 cursos (Quadro 27). Esse indicador ficou apenas na trigésima quinta posição na matriz de resultados com base no Instrumento INEP 2015 (Quadro 27), com 95% dos pontos alcançados, por isso se verificou um decréscimo percentual de 17,62% nas avaliações de curso. O indicador I8 também apareceu na terceira posição na matriz de resultados de indicadores respondidos por ao menos 10 cursos (Quadro 30) e na quarta posição de indicadores respondidos por ao menos 1 curso (Quadro 32), com 78% dos pontos alcançados.

Observou-se que, nas matrizes de resultados de indicadores respondidos por ao menos 1, 5 e 10 cursos, o indicador I8 ocupou posições superiores ao indicador I7, com 86,94%, relacionado ao estágio supervisionado respondido por todos os cursos que previam o componente curricular no PPC. Os estágios curriculares representaram um desafio maior para os cursos de licenciatura em relação aos cursos de bacharelado, com 81,90% (Quadro 48), o tecnólogo ficou com NSA no indicador (Quadro 49).

O indicador I8 ocupou a primeira posição no Campus São Borja com 70% dos pontos alcançados (Quadro 39), a terceira posição na matriz de resultados dos *Campi* Caçapava do Sul (Quadro 34) e Jaguarão (Quadro 37), com 40% e 75%, respectivamente. Em relação aos processos regulatórios, o indicador constou como NSA nos processos de autorização (Quadro 44) e ocupou a terceira posição nos processos de reconhecimento, com 77,14% (Quadro 45), e a oitava posição nos processos de renovação de reconhecimento, com 80% (Quadro 46). Sobre as modalidades de ensino, o indicador alcançou a sétima posição no ensino presencial, com 72% (Quadro 42), e a sexta posição na modalidade de ensino a distância, com 84% (Quadro 43).

Tratando-se de um indicador exclusivo das licenciaturas, observou-se que tiveram dificuldade em demonstrar materialmente documentos como registros acadêmicos, atas de participação dos estagiários em conselhos de classe ou reuniões pedagógicas e relatórios de estágio. Nesse contexto, o exercício de orientação aos cursos de licenciatura na organização desses documentos seria fundamental para o acompanhamento da evolução profissional dos futuros professores e, conseqüentemente, na melhoria da avaliação dos cursos. No caso das avaliações dos cursos de licenciatura, não foram encontradas evidências de que a aprovação da Resolução CONSUNI n.º 329/2021 – a qual facultou o estabelecimento de convênios de estágio – tenha prejudicado os conceitos obtidos pelos cursos.

Em relação a esse indicador, os relatórios da autoavaliação começaram a questionar, desde 2022, o estímulo institucional à participação de discentes em atividades de estágio, sem diferenciar os tipos de graduação. Obteve-se os seguintes resultados representados no Quadro 17.

**Quadro 17 - Resultado da autoavaliação sobre o estímulo institucional à participação em estágios**

Objeto de avaliação	Sobre o estímulo institucional à participação de discentes em atividades de estágio?		
Ano	2022	2023	2024
<b>Resultados entre os Discentes presenciais</b>	3,64	3,64	3,68

Fonte: Relatórios de Avaliação Institucional (Unipampa, 2022c, 2024b, 2025b).

Ao observar o Quadro 17, percebeu-se que a média dos conceitos evoluiu do ano 2022 ao ano 2024, sendo classificado como Muito Bom/Muito Bem. A análise dos resultados da autoavaliação institucional, em conjunto com o Quadro 18 a seguir, mostrou a evolução dos conceitos obtidos no Indicador I8 por número de cursos avaliados. Desse modo, foi possível observar a evolução dos resultados das avaliações e perceber que há similaridade em relação aos resultados da autoavaliação com os resultados obtidos pelo indicador.

**Quadro 18 - Evolução dos conceitos obtidos no indicador I8 por número de cursos avaliados**

Conceitos	2022	2023	2024
1	-	-	-
2	1	1	-
3	1	-	-
4	1	-	1
5	1	2	1

Fonte: Autoria própria (2025).

Em relação a esse indicador, tanto o PDI 2014-2018 (Unipampa, 2013, p. 28) quanto o PDI 2019-2024 (Unipampa, 2019c, p. 46) reconheceram a obrigatoriedade da realização dos estágios a partir do estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação. Ambos os documentos ressaltaram a importância do estágio para a aproximação do discente com a atividade profissional em ambientes de formação. Contudo, os mencionados planejamentos não elencaram objetivos para a evolução dessas atividades.

Na quarta posição, o indicador I15. Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria alcançou 78,33% dos pontos (Quadro 31) nas avaliações *in loco*, a partir da aplicação do Instrumento INEP 2017, respondido por ao menos 5 cursos. Nesse caso, não existia um indicador específico no Instrumento INEP 2015 que possibilitasse observar a evolução da temática ao longo do tempo, sendo um critério dos cursos da modalidade EaD ou que ofereciam componentes curriculares nessa modalidade.

O indicador I15. Conhecimentos, habilidades e atitudes também apareceu na quarta posição na matriz de resultados de indicadores respondidos por ao menos 10 cursos (Quadro 30) e na quinta posição de indicadores respondidos por ao menos 1 curso (Quadro 32). Ademais, verificou-se se os conhecimentos, as habilidades e as

atitudes das atividades exercidas pelos tutores foram acompanhadas pelos docentes do curso e estavam alinhadas ao PPC, às demandas comunicacionais e ao uso de tecnologias. Avaliaram-se também as necessidades de capacitação dos tutores com o estímulo institucional à adoção de práticas inovadoras para o sucesso dos discentes nos componentes.

O mencionado indicador ocupou a primeira posição na matriz de resultados do Campus Dom Pedrito, com 40% (Quadro 35); a terceira posição do Campus São Borja, com 75% (Quadro 39); a quarta posição do Campus Caçapava do Sul, com 40% (Quadro 34); e a nona posição do Campus Santana do Livramento, com 80% (Quadro 38). Sobre os processos regulatórios, o indicador registrou NSA para os processos de autorização (Quadro 44) e figurou na trigésima primeira posição nos processos de reconhecimento, com 94,29% (Quadro 45); e na segunda posição nos processos de renovação de reconhecimento, com 56% (Quadro 46). Nas modalidades de ensino, o indicador ocupou a terceira posição nos cursos presenciais, com 63,33% (Quadro 42), e a vigésima segunda posição nos cursos EaD, com 93% (Quadro 43). Quanto aos tipos de graduação, o indicador ocupou a sexta posição nos cursos de licenciatura (Quadro 47) e nos cursos de bacharelado (Quadro 48), com 80% e 76%, respectivamente; e NSA para o curso de tecnólogo em Gestão de Turismo (Quadro 49).

Dentre os pontos negativos elencados pelos avaliadores, nas avaliações *in loco*, com base no instrumento INEP 2017, destacou-se a falta de materialidade sobre o gerenciamento de fóruns, chats e webconferências entre outras ações executadas pelos tutores para o bom andamento das atividades no ambiente virtual. Somado a isso, assinalou-se a falta de disponibilidade de horários agendados com os estudantes, principalmente quando a tutoria foi exercida pelos próprios docentes. Em suma, quando um PPC afirmava que deveriam ser disponibilizados o agendamento de horários aos estudantes, o curso deveria conservar as evidências desse processo de atendimento.

Dentre os pontos positivos elencados, destacaram-se o treinamento periódico dos tutores, pautado na avaliação periódica realizada pelos discentes a cada semestre, e a seleção desses profissionais de acordo com a formação requerida para as atividades. As ações de tutoria foram alinhadas ao PPC do curso, às necessidades de comunicação e às tecnologias adotadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e no curso. Ademais, a comprovação do uso de metodologias

ativas serviu como referência para o estímulo ao êxito estudantil. Foi importante observar que o fato de os tutores serem os próprios docentes do curso, por si só, não configurou um ponto negativo nas avaliações.

Quanto às questões nos relatórios de autoavaliação respondidas pelos próprios tutores, as quais detinham relação com as temáticas do indicador I15, destacaram-se a política de capacitação e formação continuada dos tutores presenciais e à distância (Quadro 19) e a qualidade do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (Moodle) (Quadro 20).

**Quadro 19 - Resultado da autoavaliação sobre a política de capacitação e formação continuada dos tutores**

Objeto de avaliação	Sobre a pergunta que se refere a política de capacitação e formação continuada dos tutores					
Ano	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Resultados entre os tutores</b>	3,76	4,33	4,20	4,57	5,00	5,00

Fonte: Relatórios de Avaliação Institucional (Unipampa, 2020a, 2021a, 2022a, 2022b, 2024b, 2025b).

**Quadro 20 - Resultado da autoavaliação sobre a qualidade do Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem**

Objeto de avaliação	Sobre a qualidade do Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem - Moodle					
Ano	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Resultados entre os tutores</b>	4,53	4,33	4,44	4,57	4,66	5,00

Fonte: Relatórios de Avaliação Institucional (Unipampa, 2020a, 2021a, 2022a, 2022b, 2024b, 2025b).

A análise dos Quadros 19 e 20 revelou um comportamento semelhante ao do indicador do Planejamento Estratégico (Melhoria de formação acadêmica para o ensino EaD) do PDI 2019-2024, vinculado ao Objetivo Estratégico (Promover o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Servidores), apresentado no Quadro 16, que começou a ter melhoria a partir do ensino remoto emergencial em 2020, imposto pela covid-19. Logo, não houve similaridade entre os resultados das avaliações *in loco* dos diferentes instrumentos de avaliação com a autoavaliação institucional.

Na quinta posição, o indicador I35. Experiência no exercício da tutoria na educação a distância alcançou 80% dos pontos (Quadro 31) nas avaliações *in loco*,

a partir da aplicação do Instrumento INEP 2017, o qual foi respondido por ao menos 5 cursos. Nesse caso, não houve um indicador específico no Instrumento INEP 2015 que possibilitasse verificar a evolução da temática ao longo do tempo, sendo um critério observado pelos cursos na Educação a Distância ou que ofereciam componentes curriculares nessa modalidade.

O indicador I35 também figurou na segunda posição do Campus Caçapava do Sul, com 20% dos pontos alcançados (Quadro 34); na terceira posição do Campus Santana do Livramento, com 60% (Quadro 38); e na sexta posição do Campus São Borja, com 80% (Quadro 39); nos demais *campi* ou o indicador alcançou valores iguais a 100%, ou não participou da avaliação. Sob a perspectiva dos processos regulatórios, o indicador constou como NSA para os processos de autorização (Quadro 44) e ocupou a vigésima sexta posição para os processos de reconhecimento, com 91,43% (Quadro 45); e a quarta posição para os processos de renovação de reconhecimento, com 60% (Quadro 46); desse modo, provou-se um desafio maior para cursos maduros que optaram por incluir disciplinas na modalidade a distância. Nos cursos presenciais (Quadro 42), o indicador figurou na quarta posição com 68%; enquanto, nos cursos de modalidade a distância (Quadro 43), o referido indicador ficou apenas na décima quinta posição com 90%, o que reafirmou a dificuldade dos cursos presenciais nas avaliações *in loco* de curso a partir da inclusão de disciplinas na modalidade EaD. Sobre o tipo de graduação, o indicador I35 demonstrou ser um desafio maior para os bacharelados, com 70% (Quadro 48), ocupando a segunda posição, do que para os cursos de licenciatura, com 86% (Quadro 47), cujo indicador atingiu a décima primeira posição.

O indicador I35 avaliou se a experiência do corpo tutorial fornecia suporte às atividades dos docentes, demonstrava boa relação com os discentes a fim de incrementar processos de ensino-aprendizagem, além de sugerir leituras complementares para melhoria da formação discente.

Dentre os pontos negativos elencados pelos avaliadores, os próprios docentes exerciam as atividades de tutoria sem experiência no exercício dessa atividade. Os editais da UAB obrigatoriamente previam a contratação de tutores, mas nos cursos presenciais da Unipampa isso não acontecia na mesma frequência, possivelmente pela falta de recursos financeiros, conforme demonstrado na Figura 11. Em alguns casos, apesar de haver tutores em quantidade suficiente, não foi

demonstrado de maneira inequívoca o incremento dos processos de ensino-aprendizagem.

Entre os bons exemplos para o indicador, destacou-se a demonstração no PPC dos tutores. Estes podiam ser docentes do curso, desde que alocados em componentes curriculares vinculados à sua área de formação específica. Além disso, os tutores receberam formação e orientaram os discentes com leituras complementares, melhorando a formação. O uso do Moodle da Unipampa, de metodologias ativas e de diferentes tipos de avaliação para identificar as dificuldades dos discentes constaram como ações que contribuíram para uma boa avaliação no indicador.

Em relação a esse indicador, os relatórios da autoavaliação do período procuraram saber dos tutores entrevistados como era a interação com os docentes nas disciplinas em que atuavam. Os resultados foram descritos no Quadro 21 a seguir.

**Quadro 21 - Resultado da autoavaliação sobre a interação entre tutores e docentes no desenvolvimento das atividades**

Objeto de avaliação	Sobre a interação no desenvolvimento das atividades do tutor com os professores nas disciplinas na qual atua.					
Ano	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Resultados entre os tutores</b>	4	4,27	4,42	4,71	4,66	4,50

Fonte: Relatórios de Avaliação Institucional (Unipampa, 2020a, 2021a, 2022a, 2022b, 2024b, 2025b).

Ao observar o Quadro 21, notou-se um acréscimo durante o período pandêmico e um decréscimo nos anos seguintes, fornecendo um indício de que os resultados futuros poderiam piorar em relação à temática no processo de autoavaliação institucional. Considerando que todos os conceitos iguais ou menores que 3 foram nos anos de 2022 e 2023 com 5 dos 11 cursos que responderam ao indicador, e que no ano de 2024, 2 cursos foram avaliados e obtiveram conceito 5 no indicador, percebeu-se que não existia uma relação direta entre os resultados das avaliações *in loco* e os resultados da autoavaliação institucional na temática de interação entre docentes e tutores.

Em relação a esse indicador, o PDI 2019-2024 (2019c, p. 62) descreveu, na “Seção 6.2.3. Critério de seleção e contratação de tutores”, os critérios mínimos de

seleção como título de graduação, um ano de experiência de magistério, seja no ensino básico seja no superior. Apesar disso, observou-se que esses critérios foram contemplados por ocasião dos editais UAB financiados pela CAPES, e que 80% dos cursos que obtiveram conceito igual ou menor a 3 eram cursos da modalidade presencial, os quais não eram contemplados com bolsistas tutores. Além disso, tanto na já mencionada Seção 6.2.3 como na “Seção 4.5.1. Previsão da capacidade de atendimento do público-alvo EaD” havia pouca menção às atividades de tutoria para os cursos presenciais, o que evidenciou estreita relação com o desafio do indicador I35, haja vista que a Universidade não reconheceu a demanda no referido PDI. O Programa de Educação Tutorial (PET) na Unipampa pouco se relacionou às atividades e às práticas em EaD, sendo regulamentado pelas Leis Federais n.º 11.180/2005 e n.º 11.692/2008, e pela Resolução CONSUNI n.º 416/2024 da Unipampa.

Na sexta posição, o indicador I38. Experiência do corpo de tutores em educação a distância alcançou 80% dos pontos (Quadro 31) nas avaliações *in loco*, a partir da aplicação do Instrumento INEP 2017, respondido por ao menos 5 cursos. Nesse caso, o indicador equivalente ao Instrumento INEP 2015 (2.16. Experiência do corpo de tutores em educação a distância) não foi respondido por nenhum curso avaliado com base no Instrumento INEP 2015, visto que foi um critério observado pelos cursos na EaD ou que ofereciam componentes curriculares nessa modalidade.

Esse indicador continha um viés mais pedagógico quanto ao indicador anterior (I35), pois avaliava se os tutores eram capazes de identificar as dificuldades dos discentes, se apresentavam exemplos contextualizados em relação aos componentes curriculares aos quais estavam vinculados, além de elaborar atividades específicas, em conjunto com os docentes, para os discentes com dificuldades de aprendizagem e o desenvolvimento de práticas exitosas na EaD. Nesse sentido, o indicador I38 era similar ao indicador I34 que verificou a experiência no exercício da docência na EaD mas com o viés da tutoria (INEP, 2017a; 2017b). O tutor necessariamente deveria trabalhar em conjunto com o docente, mas a obrigatoriedade em contrário não era exigida em nenhum momento durante os componentes curriculares na modalidade EaD.

O indicador I38. Experiência do corpo de tutores em educação a distância também apareceu na sexta posição na matriz de resultados de indicadores respondidos por ao menos 10 cursos (Quadro 30) e na sétima posição de

indicadores respondidos por ao menos 1 curso (Quadro 32) com 80% dos pontos alcançados.

O referido indicador ocupou a quarta posição na matriz de resultados do Campus Santana do Livramento, com 60% dos pontos alcançados (Quadro 38); a sétima posição no Campus Caçapava do Sul, com 40% (Quadro 34); no Campus Dom Pedrito, com 80% (Quadro 35); e no Campus São Borja, com 80% (Quadro 39); na vigésima sétima posição no Campus Jaguarão, com 90% (Quadro 37); nas demais unidades o indicador ou alcançou 100% dos pontos ou não foi avaliado. Dentre os processos regulatórios, o Indicador I38 constou como NSA para os processos de autorização (Quadro 44) e figurou na vigésima sétima posição nos processos de reconhecimento de curso, com 91,43% (Quadro 45), e na quinta posição nos processos de renovação de reconhecimento, com 60% (Quadro 46).

Quanto às modalidades de ensino, o indicador I38 ocupou a quinta posição na matriz de resultado dos cursos presenciais, com 68% (Quadro 42), e na décima sexta posição entre os cursos EaD, com 90% (Quadro 43), outro indicador que os cursos presenciais tiveram uma dificuldade maior a partir da oferta de componentes curriculares EaD. Assim, considerando que a pandemia exerceu influência negativa nos cursos presenciais, o Governo Federal poderia ter disponibilizado uma compensação, principalmente para a seleção de tutores específicos para os cursos presenciais devido à queda de qualidade. Sobre os tipos de curso, o Indicador I38 ocupou a décima segunda posição entre os cursos de licenciatura, com 86% (Quadro 47); a terceira posição entre os cursos de bacharelado, com 70% (Quadro 48); e não foi avaliado (NSA) no Curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo (Quadro 49).

Dentre os pontos negativos elencados pelos avaliadores, a pouca experiência dos tutores comprometeu a apresentação de exemplos contextualizados de acordo com os componentes curriculares e a falta de materialidade no desenvolvimento de atividades específicas para discentes com dificuldades ou déficit de aprendizagem. Já, referente aos pontos positivos, estava a menção às evidências relacionadas à seleção de tutores com experiência de tutoria EaD para além da atuação do curso avaliado, o apoio do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) na elaboração de avaliações diagnósticas, formativas e somativas para a redefinição da prática tutorial exercida pelos docentes.

Sobre a relação com os relatórios da autoavaliação do período, notou-se principalmente o resultado já visto no Indicador I15. Conhecimentos, habilidades e atitudes, a partir do Quadro 19 (Resultado da autoavaliação sobre a política de capacitação e formação continuada dos tutores), no qual se percebeu que os resultados evoluíram com a pandemia de covid-19. Foi importante notar que houve a sugestão da CPA no Relatório de (Auto)Avaliação Institucional de 2020 (2021a, p. 60). Nas respostas discursivas no espaço denominado “caixa aberta”, os participantes sugeriram a ampliação no número de capacitações e a promoção de encontros para a troca de experiências.

De igual forma ao indicador I15, o indicador I38 se relacionou com os resultados do PDI 2019-2024 (Quadro 16 - Resultados de servidores que passaram por formação no ano) acompanhando a evolução no número de servidores que passaram por capacitação para o ensino a distância a partir da pandemia.

Na sétima posição, o indicador I43. Sala coletiva de professores atingiu 81,90% dos pontos nas avaliações *in loco* a partir da aplicação do Instrumento INEP 2017, respondido por ao menos 5 cursos. Esse indicador ficou na sétima posição na matriz de resultados com base no Instrumento INEP 2015, com 72,50% dos pontos alcançados (Quadro 27). Assim, observou-se uma evolução percentual de 9,40%. No entanto, apesar dessa evolução, o indicador continuou entre as dez primeiras posições na matriz de resultado de 3 *campi*: na segunda posição em Jaguarão, com 73% (Quadro 37); na quinta posição em Santana do Livramento, com 60% (Quadro 38); e na terceira posição em Uruguaiana, com 73,33% (Quadro 41).

Dentre os processos regulatórios, o Indicador I43 constou na trigésima terceira posição na matriz de resultado dos processos de autorização, com 80% (Quadro 44); na segunda posição nos processos de reconhecimento de curso, com 72,73% (Quadro 45); e na trigésima nona posição nos processos de renovação de reconhecimento, com 95% (Quadro 46).

Em relação às modalidades de ensino, o indicador ocupou a vigésima segunda posição na matriz de resultado dos cursos presenciais, com 85% (Quadro 42), e na primeira posição entre os cursos EaD, com 72% (Quadro 43). Sobre os tipos de curso, o indicador posicionou-se na segunda posição entre os cursos de licenciatura, com 78% (Quadro 47); décima quarta posição entre os bacharelados, com 83,33% (Quadro 48); e a vigésima sexta posição no Curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo, com 100% (Quadro 49).

Observou-se uma diferença de 5,33% entre os percentuais alcançados pelos cursos de licenciatura e de bacharelado. Enquanto a média dos bacharelados foi 4,16, a média dos cursos de licenciatura foi 3,87. Tal disparidade não deveria ser normalizada, haja vista que os cursos de licenciatura possuíam – ou deveriam possuir – um grau de importância igual ao dos cursos de bacharelado na Universidade. Essa dicotomia também se repetiu em um mesmo campus: em Jaguarão, o curso de Gestão de Turismo atingiu 100%, ao passo que a média geral do campus foi 73%.

O indicador I43. Sala coletiva de professores também constou na segunda posição na matriz de resultados de indicadores respondidos por ao menos 20 cursos (Quadro 29), na sétima posição na matriz de resultados de indicadores respondidos por ao menos 10 cursos (Quadro 30) e na nona posição de indicadores respondidos por ao menos 1 curso (Quadro 32), todos com 81,90% dos pontos alcançados.

No respectivo indicador, foram avaliadas a viabilidade do trabalho docente entre grupos de ensino, pesquisa e extensão, bem como verificados os recursos tecnológicos suficientes para o atendimento do trabalho docente, o suporte técnico-administrativo e o espaço para guarda de materiais. Além disso analisou-se se o ambiente possibilitava o descanso, o lazer e a integração entre os docentes.

Sobre os desafios elencados pelos avaliadores, destacaram-se a falta de apoio técnico administrativo durante o período da visita, a falta de uma sala ou espaço para descansar e realizar atividades de lazer. Além disso, observou-se que, quando tais espaços existiam, eram compartilhados por muitos docentes ou apresentavam recursos de tecnologia da informação e comunicação (TIC) insuficientes para a demanda acadêmica. Por vezes, quando não havia o gabinete do docente, este usava a sala coletiva para viabilizar o seu trabalho; contudo, tal prática não era considerada adequada, haja vista que o referido espaço se destinava para outras finalidades, conforme já mencionado, o que exigia que a Universidade providenciasse um espaço físico individual. Nos bons exemplos citados pelos avaliadores, não houve menções a soluções inovadoras, mas o atendimento do previsto no indicador.

Em relação ao indicador I43, os relatórios da autoavaliação do período traziam duas perguntas respondidas pelos docentes: “Como avalia o atendimento no setor administrativo em relação às demandas docentes? Como avalia a qualidade

dos espaços de convivência e alimentação?"<sup>11</sup> Sobre a infraestrutura, foi perguntado aos docentes somente em relação às salas de aula, não abordando outros aspectos como a infraestrutura de informação e comunicação das salas disponibilizadas aos docentes. Os resultados foram descritos no Quadro 22, a seguir.

**Quadro 22 - Resultado da autoavaliação atendimento às demandas docentes e espaços de convivência e alimentação**

Objeto de avaliação	Sobre o atendimento no setor administrativo em relação às demandas docentes					
Ano	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Resultados entre os docentes</b>	3,41	3,49*	3,73*	3,73	3,64	3,54
Objeto de avaliação	Sobre a qualidade dos espaços de convivência e alimentação (foi incluído o mobiliário que faz parte do indicador I43)					
Ano	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Resultados entre os docentes</b>	2,38	-*	-*	2,72	2,67	2,61

\*No ano de 2020 e de 2021, o atendimento técnico administrativo foi realizado de maneira online e os espaços de convivência e alimentação não foram avaliados pela comunidade acadêmica.  
Fonte: Relatórios de Avaliação Institucional (Unipampa, 2020a, 2021a, 2022a, 2022b, 2024b, 2025b).

Pôde-se visualizar no Quadro 22 uma melhora dos resultados até o ano de 2022, o que refletiu num esforço da Universidade em manter os serviços durante o período pandêmico. No retorno às atividades presenciais, os restaurantes universitários precisaram passar por reformas e, por isso, interromper a prestação de serviço. Sobre esse cenário, a Unipampa – ao analisar os resultados das autoavaliações institucionais entre os anos 2019 e 2022, no PDI 2025-2029 – esclareceu (Unipampa, 2024, p. 185):

É importante salientar que os espaços de convivência e alimentação foram demandados a partir da interrupção temporária da prestação de serviços dos Restaurantes Universitários, ou seja, os discentes e servidores traziam as refeições, mas não havia espaço adequado para consumir. A falta de espaços permanentes ou temporários adequados para alimentação deve ser evitada no futuro, haja vista o grande impacto que causa na comunidade acadêmica.

<sup>11</sup> Não foi considerada a autoavaliação dos gabinetes dos docentes, pois está relacionado ao I41. Espaço de trabalho dos docentes em tempo integral já foi estudado por meio do Quadro 28 matriz de resultados de indicadores respondidos por todos os cursos.

Portanto, a falta de um espaço físico de convivência e interação impactou de sobremaneira a comunidade acadêmica, pois esses espaços não eram utilizados somente para a alimentação, mas também para o lazer e o descanso. Além disso, todos os cursos que responderam ao indicador I43 e foram avaliados no ano de 2022 – ou antes –, segundo o Instrumento INEP 2017, obtiveram as piores avaliações (iguais ou menores que o conceito 3). A partir disso, todos os cursos avaliados receberam conceitos 4 e 5 nos anos de 2023 e 2024. Portanto, não havia correlação entre os resultados da autoavaliação (Quadro 22) e os resultados das avaliações *in loco* dos cursos nas temáticas abordadas pelo indicador I43.

Sobre o PDI 2019-2024 da Unipampa, existia o Anexo VII, que descrevia a necessidade de construção de prédios acadêmicos e espaços de convivência e cultural por campus. Tais ações estavam atreladas ao Objetivo “Estratégico Organizar e Desenvolver a Infraestrutura de Edificações Necessárias às Atividades Acadêmicas e Administrativas”, da Iniciativa 46 - “Conclusão das obras das Unidades Universitárias e da Reitoria iniciadas até 2019”, referente ao Indicador 1 - “Percentual de obras concluídas” (Unipampa, 2019c, p. 116). No entanto, não foi possível identificar quais dessas obras foram efetivamente concluídas por meio dos resultados do respectivo Planejamento Estratégico.

Na oitava posição, o indicador I42. Espaço de trabalho para o coordenador alcançou 82,22% dos pontos (Quadro 31) nas avaliações *in loco* a partir da aplicação do Instrumento INEP 2017, respondido por ao menos 5 cursos. Esse indicador já foi descrito, pois apareceu em todas as matrizes de resultados das seções anteriores.

Na nona posição, o indicador I4. Estrutura curricular atingiu 83,33% dos pontos (Quadro 31) nas avaliações *in loco* a partir da aplicação do Instrumento INEP 2017, respondido por ao menos 5 cursos. Esse indicador já foi detalhado da matriz de resultados de indicadores respondidos por todos os cursos segundo o Instrumento INEP 2017.

Na décima posição, o indicador I5. Conteúdos curriculares alcançou 84,05% dos pontos (Quadro 31) nas avaliações *in loco* a partir da aplicação do Instrumento INEP 2017, respondido por ao menos 5 cursos. Esse indicador já foi detalhado na matriz de resultados de indicadores respondidos por todos os cursos, fundamentado no Instrumento INEP 2017.

#### 4.3.4 Resumo dos resultados das análises com base nos indicadores respondidos ao menos por 5 cursos

Ao observar os resultados com base na matriz do Quadro 31 de indicadores respondidos por pelo menos 5 cursos, pôde-se destacar, entre os principais achados, a presença na matriz de resultado de indicadores vinculados à modalidade a distância a partir do período pandêmico. Nesse contexto, os cursos presenciais foram os mais prejudicados com a inclusão de disciplinas na modalidade EaD. Além disso, constatou-se uma dificuldade maior nos estágios curriculares dentre as licenciaturas em relação aos cursos de bacharelado. Contudo, as licenciaturas tiveram maiores problemas relacionados à organização dos diversos documentos gerados a partir dos estágios curriculares, diferentemente dos bacharelados, que tiveram problemas na materialidade comprobatória dos convênios de estágios. Já os cursos de bacharelado foram avaliados com conceitos inferiores aos de licenciatura pelos indicadores relacionados à EaD. Isso porque, enquanto as licenciaturas continham 3 indicadores entre as 10 primeiras posições, os bacharelados tinham 5 entre as 10 primeiras posições, além de percentuais menores de pontos alcançados.

Ao analisar em conjunto os Relatórios de (Auto)Avaliação Institucional dos anos de 2019 até o ano de 2024, os resultados do PDI 2019-2024 e dos conceitos atribuídos nas avaliações *in loco* no mesmo período, percebeu-se, na maioria dos casos, uma evolução conjunta das médias dos conceitos atribuídos pelos entrevistados nas autoavaliações e nos conceitos atribuídos às mesmas temáticas dos indicadores do Instrumento INEP 2017 até o ano de 2022. Nos anos seguintes (2023 e 2024), houve um declínio nos resultados das autoavaliações, mas houve evolução dos conceitos alcançados pelos cursos, não guardando similaridade entre os resultados dos instrumentos de avaliação. Isso aconteceu em relação às temáticas relacionadas à interação entre tutores e docentes, ao atendimento às demandas docentes e aos espaços de convivência e alimentação, o que pode ser um indicativo dos conceitos que os cursos poderão obter no futuro sobre esses temas.

Ainda sobre os relatórios de autoavaliação institucional, foi possível notar que os resultados mostraram correlação com as avaliações *in loco* dos cursos de graduação nas temáticas de capacitação de docentes para o ensino na modalidade EaD, na relação com a rede de escolas da Educação Básica para o estágio

curricular supervisionado, no espaço de trabalho para o coordenador de curso e na estrutura curricular. Por outro lado, não foi encontrada relação com o indicador de infraestrutura referente às salas coletivas dos docentes, pois os relatórios mencionavam entrevistas focadas apenas na infraestrutura das salas de aula.

Em conjunto com os resultados da Subseção 4.2, pôde-se constatar que não foram descritos critérios de contratação docente no Projeto Institucional 2009-2013 (Unipampa, 2009) (equivalente ao primeiro PDI da Unipampa), relacionados à experiência profissional docente fora dos muros da Universidade. Nesse contexto, foram previstos tais critérios no PDI 2014-2018 e no PDI 2019-2024, sem considerar a experiência docente para o ensino a distância. A falta dessa diretriz penalizou as avaliações dos cursos diante da necessidade de englobar disciplinas em EaD. Diante disso, percebeu-se que a capacitação docente para o ensino a distância somente começou a evoluir, abrangendo um número maior de docentes e tutores, a partir do período pandêmico, principalmente para docentes dos cursos presenciais.

Outro tema relevante esteve relacionado aos estágios, que não tiveram objetivos estratégicos no PDI 2019-2024 relacionados ao desenvolvimento dos estágios curriculares, embora os cursos de bacharelado e de licenciatura enfrentassem problemas sobre a temática, conforme apontado pelos resultados. Por fim, não houve reconhecimento da demanda de tutores para os cursos presenciais quando da EaD no PDI 2019-2024.

#### **4.4 Outras possibilidades de análise a partir das matrizes**

Pôde-se ainda observar as principais dificuldades enfrentadas pelos cursos presenciais, sob a ótica da avaliação *in loco*, no período de 2018 a 2024. Conforme foi possível observar no Quadro 42 - Indicadores das avaliações dos cursos na modalidade presencial, tais dificuldades estavam relacionadas ao dimensionamento do número de vagas ofertadas para atender às demandas da sociedade – com o indicador I20 na sexta posição (70,91%) –, à relação e integração com as redes públicas de ensino, por meio dos indicadores I8 e I21 (obrigatórios para as licenciaturas), ocupando a sétima (72%) e décima posição (80%), respectivamente. Além disso, os indicadores vinculados à EaD ocuparam 6 posições entre as dez primeiras da referida matriz de cursos presenciais.

Diante disso, tanto o PDI 2014-2018 (Unipampa, 2013, p. 63) quanto o PDI 2019-2024 (Unipampa, 2019c, p. 107) tiveram, em seus planejamentos estratégicos, iniciativas para a inclusão de componentes curriculares EaD nos cursos de graduação presenciais. No entanto, em nenhum dos dois documentos constou uma política clara para a referida modalidade, o que prejudicou a avaliação desses cursos. Vale mencionar que indicadores relacionados à Dimensão de Infraestrutura ocuparam 6 posições entre a décima e a vigésima posição do Quadro 42, denotando uma dificuldade dos cursos presenciais com essa dimensão.

Em relação às dificuldades dos cursos na modalidade EaD, embora esses apresentassem percentuais maiores em comparação a outras matrizes de resultado, foi possível observar, por meio do Quadro 43, uma dificuldade em relação aos indicadores relacionados às políticas institucionais. Estes ocuparam a segunda (83%), a quarta (83%) e a nona (87%) posições, as quais serão analisadas nos parágrafos seguintes.

Na segunda posição, estava o Indicador I1. Políticas institucionais no âmbito do curso, que descrevia a necessidade do Plano de Desenvolvimento Institucional prever políticas de ensino, pesquisa e extensão a serem implementadas no âmbito dos cursos. Nesse sentido, o Relatório de (Auto)Avaliação Institucional do ano de 2019 (Unipampa, 2020a, p. 44) já trazia a dificuldade de as políticas institucionais alcançarem os cursos da modalidade EaD:

Com relação aos cursos na modalidade a distância, é necessária a existência de política clara para sua aplicação, que propicie gerência sobre os aspectos qualitativos dos serviços ofertados e não se crie concorrência interna. A carência de recurso financeiro para que seja possível desenvolver o trabalho de forma adequada, faz com que muitos campi rejeitem a possibilidade de ofertarem cursos na modalidade EaD.

Ademais, foi apontada uma lacuna no Relatório de (Auto)Avaliação Institucional do ano de 2020 (Unipampa, 2021a, p. 56) pelos Discentes EaD entrevistados, a qual indicava a necessidade da “Realização de atividades de pesquisa e extensão” para o referido público. Como sugestão da CPA/usuário para melhoria do indicador, foi proposto “Estimular a participação dos discentes EaD em projetos de pesquisa e extensão, bem como promover mais eventos voltados ao Polo.”

Na quarta posição, estava o Indicador I12. Apoio ao discente, que englobava como principais prerrogativas acolher e acompanhar o discente, além de desenvolver ações que visassem à permanência e ao sucesso acadêmico. Tais atividades naturalmente ficaram prejudicadas, pois a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) não considerava os discentes da modalidade a distância (Lei n.º 14.914, de 3 de junho de 2024, Portaria MEC n.º 651/2013 e Portaria MEC n.º 748/2021), mas somente os discentes de cursos presenciais; por esse motivo, ações psicopedagógicas e do Programa de Apoio à Participação de Estudantes em Eventos (PAPE), por exemplo, restaram comprometidas.

Na nona posição, figurava o Indicador I10. Atividades Complementares já devidamente detalhada na Subseção 4.3.1. que descrevia a matriz de resultados de indicadores respondidos por todos os cursos.

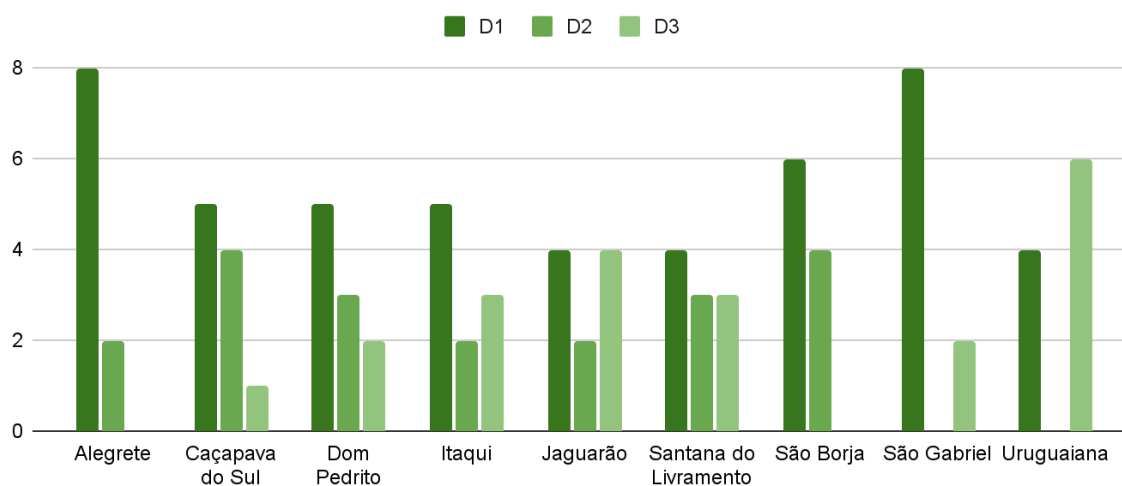
Além dos indicadores elencados, o conjunto das maiores dificuldades encontradas pelos cursos EaD nas avaliações *in loco* ocorridas entre os anos 2018 e 2024, foram aqueles indicadores que necessitavam do reconhecimento da infraestrutura física: I43. Sala Coletiva de Professores (72%) na primeira posição e I42. Espaço de trabalho para o coordenador (83%) na quinta posição. Somaram-se a esses as práticas de estágio, representadas pelos indicadores I8, I9 e I7, que constaram na sexta (84%), sétima (84%) e oitava (87%) posições, respectivamente. De fato, foi apontada no Relatório de (Auto)Avaliação Institucional do ano de 2020 (Unipampa, 2021a, p. 60), pelos tutores dos cursos EaD, a necessidade de atendimento dessa demanda, deixando como sugestão para melhoria da temática de estágios a “Realização de convênios e parcerias locais, regionais, nacionais e internacionais, para realização de estágios e práticas, bem como para atendimento da comunidade externa”.

Por fim, as mesmas dificuldades encontradas para os cursos da modalidade EaD (Quadro 43), ao não referenciar corretamente as políticas institucionais para o atendimento dos indicadores I1, I10 e I12, também apareceram na matriz de resultados dos Atos de Autorização (Quadro 44), apesar das matrizes não terem sido constituídas por cursos e avaliações em comum. Tal similaridade sugeriu que soluções adotadas poderiam servir para mais de um contexto.

Sobre as possíveis diferenças entre os *campi*, a partir da análise dos resultados do Apêndice F, composto pelos Quadros 33 a 41, gerou-se a Figura 12,

que relacionou o Número de ocorrências de indicadores das 3 dimensões avaliativas nas 10 primeiras posições por campus.

**Figura 12 - Número de ocorrência de indicadores nas 10 primeiras posições por campus**



D1 - Dimensão da organização didático-pedagógica.

D2 - Dimensão do Corpo docente e tutorial.

D3 - Dimensão de Infraestrutura.

Fonte: Autoria própria (2025).

Ao analisar a Figura 12, foi possível perceber a predominância de indicadores vinculados à Dimensão da Organização Didático-Pedagógica. Entretanto, nas avaliações dos *campi* Uruguaiana, Itaquí, Jaguarão e Santana do Livramento também se evidenciou apoio na infraestrutura dos cursos, com 3 ou mais indicadores da Dimensão de Infraestrutura constando nas 10 primeiras posições. Já os *campi* Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Santana do Livramento e São Borja demandam um trabalho específico em relação aos indicadores e às temáticas vinculados à dimensão do Corpo Docente e Tutorial, com 3 ou mais indicadores da referida dimensão entre as 10 primeiras posições.

Por fim, notaram-se fatores que naturalmente comprometeram os cursos nas avaliações *in loco*. Entre eles, destacam-se a troca de coordenação sem a transferência de memória sobre os procedimentos avaliativos de como responder aos indicadores no momento da avaliação *in loco*, a falta de internet no momento da visita *in loco*, os problemas de incompatibilidade de rede com os equipamentos dos avaliadores externos. Além disso, houve desencontros de servidores nos setores para atender os avaliadores e as mudanças consecutivas nos instrumentos fornecidos pelo INEP, o que prejudicou a avaliação formativa. Como exemplo cita-se

o Instrumento de INEP 2015 que permaneceu vigente por somente dois anos. Tais questões devem ser observadas por todos os envolvidos nas avaliações.

#### 4.5 Descrição do método de análise

Nas seções anteriores, foi descrita a análise a partir das matrizes desenvolvidas neste estudo. De forma complementar, nesta subseção buscou-se apresentar o método empregado para análise. Trata-se de um método de análise de dados dos relatórios de avaliação *in loco* dos cursos de graduação, cuja finalidade foi identificar e aprofundar a compreensão de fenômenos que guardassem relação entre si por meio de uma abordagem composta pelos seguintes elementos:

- a) Apropriação do processo e das temáticas: conforme demonstrado na Figura 6 - Mapa conceitual com o foco da pesquisa, o processo<sup>12</sup> de avaliação *in loco* dos cursos de graduação é complexo e, conforme já explicitado na Subseção 2.4, relacionava-se com outros processos do SINAES. Por esse motivo, a apropriação do processo e de suas temáticas mostrou-se essencial para evitar equívocos na análise.
- b) Delimitação da pesquisa: realizou-se o levantamento dos relatórios de avaliação *in loco* de um período pré-determinado. Esse recorte teve como base eventos que provocaram mudanças sociais na Universidade, no centro acadêmico ou no campus, tais como intempéries climáticas, financeiras e mudanças regulatórias, as quais serviram como marcos temporais para definir o ponto de início e fim do período aos quais os documentos pertencem.
- c) Coleta documental - 1ª parte: foram coletados os relatórios de avaliação compreendidos no período de delimitação da pesquisa.
- d) Organização dos documentos: os relatórios de avaliação foram organizados conforme os contextos e enfoques aos quais o pesquisador deseja estudar (por exemplo, campus, modalidade de ensino, tipo de graduação). Isso contribui para uma estratificação organizada dos dados, principalmente quando a universidade contém vários centros acadêmicos e campus. Além disso, a organização dos relatórios de acordo com os contextos facilitou a conferência dos dados caso surgisse essa necessidade durante a pesquisa.

---

<sup>12</sup> Processo em sentido amplo, compreendendo todos os atos regulatórios.

- e) Seleção e organização de dados: foi realizada uma seleção de dados efetivamente utilizados na análise, como o nome do curso ao qual o documento estava vinculado, o ato regulatório, o período ou o ano em que a visita *in loco* ocorreu, o indicador e o conceito obtido pelo curso e em cada indicador, a dimensão, todos esses foram elementos necessários para uma análise inicial. A organização ocorreu em formato de lista. Isso possibilitou o uso de softwares (RStudio, Microsoft Excel, SPSS) para a aplicação de fórmulas, códigos de contagem e aplicação de filtros.
- f) Coleta de dados: a coleta dos dados pode ser realizada um a um ou com a utilização de inteligência artificial com a posterior realização de conferência dos dados. Os relatórios de avaliação são geralmente imagens não uniformes em formatos PDF que dificultam até mesmo a utilização de inteligência artificial, por isso é necessário cuidado nessa fase para que não ocorram erros que possam distorcer os resultados.
- g) Geração de resultados: visando às temáticas dos indicadores, o método visou calcular a defasagem do conceito máximo em relação aos conceitos obtidos pelos cursos, considerando os pesos, os contextos e os demais elementos constantes no processo avaliativo em questão. Os dados estratificados e as informações selecionadas foram inseridos nos quadros do Apêndice C (Quadro de referência dos quantitativos e Quadro de apuração). O referido quadro de apuração atuou como uma ferramenta de processamento, padronizando a forma como os dados seriam tratados e preparando-os para a geração dos resultados. Após preenchida, foram ordenadas as linhas conforme os percentuais gerados em ordem crescente, visto que cada contexto ou enfoque gerou um quadro de apuração e uma matriz de resultado a partir dos referidos percentuais.
- h) Coleta documental - 2ª parte: a partir do conhecimento das temáticas, foi possível coletar documentos que faziam menção a elas, tais como resultados de planejamentos locais e da universidade, atas de conselhos do curso, de campus e do conselho universitário, os quais foram utilizados para triangular informações advindas das matrizes de resultados. Outras fontes mostraram-se úteis, como os relatórios de gestão de unidades acadêmicas e da universidade, relatórios da (auto)avaliação Institucional, relatórios de acompanhamento de egressos, relatórios de auditoria e painel da

universidade em números. Tais documentos serviram de referência a fim de contribuir para a análise de contextos sobre as temáticas dos indicadores. Diante disso, organizou-se os documentos conforme os tipos de acordo com o ano em que foi gerado, com a finalidade de facilitar a identificação de informações em duplicidade que, porventura, poderiam existir por anos consecutivos no mesmo relatório ou documento.

- i) Triangulação de informações: a partir da ordenação dos resultados gerados identificando as temáticas com as maiores defasagens no processo de avaliação *in loco*, buscou-se, nos documentos coletados na segunda parte, verificar se o comportamento dessas temáticas condizia com as defasagens encontradas. Além disso, procurou-se identificar possíveis causas dos desafios e tendências futuras. Nessa etapa, também foi possível aprofundar as análises por meio de comparações entre os resultados obtidos.
- j) Descrição dos resultados: os resultados puderam ser descritos de acordo com a posição nas matrizes, conforme as Subseções 4.3.1. e 4.3.3. deste estudo, ou visando diretamente os desafios ou o conjunto deles, como trabalhado na Subseção 4.4. Nesse contexto, foi importante seguir uma lógica para que o leitor pudesse se situar ao longo da descrição dos resultados.

A análise da temática dos indicadores em diferentes contextos foi fundamental para compreender sua posição e as variáveis que levaram a resultados distintos em cada contexto – fosse no início, no meio ou na consolidação do funcionamento de um curso, fosse pela localidade onde o curso se encontra, pela modalidade de ensino do curso ou por outras características. Diante disso, o método proposto considerou o contexto nos quais os cursos estavam inseridos, pois porcentagens próximas em um mesmo indicador poderiam representar posições distintas, conforme foi possível observar ao longo deste estudo.

Importante dizer que não houve parâmetros fixos de análise, pois sempre dependeu do contexto no qual as temáticas, que constituem o instrumento da avaliação *in loco* dos cursos de graduação, estavam inseridas. Por analogia, cita-se o seguinte exemplo: da mesma forma que se olha o boletim escolar e se identifica rapidamente as notas mais baixas, por vezes, não se dá atenção se a maioria das médias das notas foram iguais ou superiores a 90% quando há uma ou duas médias com 72% e 80%. Naturalmente o olhar dos pais cairá sobre as disciplinas com as médias mais baixas, que denotam as maiores defasagens de aprendizagem e,

consequentemente, precisam ser melhoradas. De outro modo, se as médias da turma inteira fossem baixas, o contexto pediria outros parâmetros de análise para demonstrar se houve ou não defasagem na aprendizagem dos alunos. Partindo dessa analogia, foi possível notar que as temáticas de análise deste estudo permaneceram constantes segundo os indicadores da avaliação *in loco* dos cursos de graduação, e os parâmetros foram variáveis a depender dos diferentes contextos.

Por fim, cabe mencionar que, embora a metodologia proposta tenha se referenciado nos preceitos da Análise de Conteúdo de Bardin (1977), na Análise Documental de André e Lüdke (1986) e de Cellard (2008), ela prioriza o tratamento de fontes diversificadas, a divisão da coleta de documentos e o emprego da triangulação de informações, demonstrando que o objetivo central foi a validação dos achados por meio de diferentes perspectivas e evidências materiais.

## 5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como propósito principal examinar os resultados das avaliações dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pampa, construindo um panorama histórico dessas análises a partir de um espaço de tempo específico. O estudo buscou identificar quais indicadores apresentaram desempenhos que impactaram negativamente na avaliação dos cursos de graduação, com base nos instrumentos do INEP 2015 e 2017. Além disso, verificou-se como os temas desses indicadores se relacionavam com os dados obtidos nas entrevistas realizadas durante o processo de autoavaliação institucional e como o planejamento da Universidade atuava sobre as temáticas dos indicadores apontados pelo método ora proposto.

Ainda assim, fez-se necessário realizar algumas observações preliminares. Pode ser contraintuitivo comparar resultados de avaliações de cursos diferentes; no entanto, observou-se que os cursos respondiam a indicadores comuns de acordo com características previstas em seus respectivos DCNs e nos PPCs, por isso a comparação em nível de indicador mostrou-se plenamente possível. Além disso, todas as conclusões consideraram 100% da amostragem a partir das estratificações estatísticas dos resultados da aplicação dos instrumentos do INEP.

Durante os anos de 2016 a 2024, desde a primeira avaliação até a última utilizada neste estudo, foi um período que compreendeu significativas mudanças tanto nacional quanto na Unipampa. Nesse intervalo, a Unipampa implementou dois PDIs, enfrentou a pandemia de covid-19 com o ensino remoto emergencial e governantes que não priorizaram todos os níveis de ensino, diminuindo drasticamente os recursos investidos nas universidades federais.

À primeira vista, essas questões poderiam ter comprometido esta pesquisa, mas foi justamente o contrário, enriqueceram o estudo. A partir das transformações sociais vivenciadas pela Unipampa e pelos seus cursos, foi possível observar o comportamento das temáticas que compunham o processo avaliativo a partir dessas mudanças – pandemia, desastres climáticos, piora e melhoria de índices econômicos, troca de instrumentos de avaliação, dentre outros. Fez-se igualmente importante observar as interligações entre os diferentes documentos que fizeram parte desse estudo, os quais mantinham relação entre si e abordavam as mesmas

temáticas, além de receberem e exercerem influência uns sobre os outros: PDI, autoavaliação institucional, avaliação de cursos e transformações sociais.

A pesquisa visou ranquear os problemas e não ranquear universidades e unidades acadêmicas (*campi*). Também não buscou determinar “quem tem mais problemas”, uma vez que cada dificuldade se reveste de importância e, em algum momento, deveria ser priorizada pela sociedade, pelos diferentes grupos e pelo facilitador na estruturação dos problemas (Montibeller *et al.*, 2009), serviço ao qual este estudo se prestou.

Nesse contexto, surgiram as principais perguntas que nortearam a pesquisa e foram respondidas ao longo deste estudo. A questão principal buscou identificar os indicadores cujos resultados influenciaram negativamente na avaliação dos cursos de graduação da Unipampa sob a ótica da avaliação *in loco*, avaliados pelos instrumentos INEP 2015 e 2017. Em relação ao primeiro instrumento e devido ao tamanho da amostra (12 avaliações), a resposta articulou-se por meio de uma matriz de resultados que demonstrou a prevalência de indicadores vinculados à infraestrutura. Tal cenário refletiu uma Universidade em construção, que iniciou suas operações com prédios alugados ou cedidos, sem equipamentos de laboratórios e outras necessidades básicas de comunicação, como telefones e impressoras. Os indicadores de infraestrutura ocuparam 8 das 10 primeiras posições com indicadores vinculados aos espaços de trabalho dos docentes (gabinetes, laboratórios, salas de professores e da coordenação de cursos), além da bibliografia básica e complementar quando da aplicação do instrumento INEP 2015, mesmo 10 anos após o início do funcionamento dos primeiros cursos de graduação.

Quanto às 27 avaliações baseada no instrumento INEP 2017, fez-se necessária a criação de diferentes matrizes, visto que a amostra apresentava características heterogêneas, como cursos EaD e presenciais, cursos avaliados em 9 dos 10 *campi*, diferentes avaliações por ato regulatório, por tipo de curso (bacharelado, licenciatura e tecnólogo). Diante disso, notou-se que uma matriz única que envolve indicadores respondidos por todos os cursos ignoraria indicadores vinculados a características específicas das mencionadas amostras; por outro lado, considerar indicadores respondidos por ao menos 1 curso geraria resultados extremos que não corresponderiam necessariamente à realidade das amostras.

Nesse sentido, optou-se pela análise de duas matrizes: a primeira formada por indicadores respondidos por todos os cursos a fim de buscar problemas comuns

a todas as graduações; e a segunda, constituída por indicadores respondidos por, ao menos, 5 cursos. Ou seja, se um indicador fosse respondido por 5 cursos ou mais, este iria fazer parte da referida matriz revelando as dificuldades de cada amostra.

Assim, os resultados dessas duas matrizes apontaram para a persistência de poucos indicadores vinculados à infraestrutura em relação à matriz segundo o Instrumento INEP 2015, como espaços de trabalho para o coordenador de curso e de docentes em tempo integral, além de desafios históricos relacionados à falta de investimento necessário à atualização do acervo bibliográfico. As métricas vinculadas à organização-didático pedagógica mantiveram os percentuais estáveis de avaliações anteriores com base no INEP 2015, por isso passaram a figurar entre as 10 primeiras posições com a melhoria dos percentuais de indicadores vinculados à infraestrutura.

Também foram respondidas as questões específicas da pesquisa. A primeira foi: existem diferenças entre os resultados dos indicadores por campus e modalidade de ensino?

De fato, em relação aos *campi*, percebeu-se a presença de 3 ou mais indicadores de Infraestrutura entre as 10 primeiras posições nas matrizes de resultados dos *campi* Uruguaiana, Itaqui, Jaguarão e Santana do Livramento. Já nos *campi* Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Santana do Livramento e São Borja também houve a mencionada dificuldade com a Dimensão do Corpo Docente e Tutorial.

Como desafios em comum entre os *campi*, constaram indicadores da Dimensão da Organização Didático-Pedagógica como a mais relevante, pois apareceu em 4 ou mais indicadores, entre as 10 primeiras posições em todas as unidades acadêmicas.

Sobre as modalidades de ensino, a partir do período pandêmico, os indicadores específicos do EaD começaram a influenciar negativamente na avaliação dos cursos presenciais com a inclusão de componentes curriculares na modalidade EaD. Já os cursos da modalidade a distância tiveram dificuldade com os indicadores mais vinculados às políticas institucionais, aos estágios e ao reconhecimento de algumas estruturas, como salas de professores e para as coordenações de curso.

A segunda pergunta buscou identificar diferenças entre os resultados dos indicadores nos diferentes estágios de funcionamento dos cursos: autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento?

Nesse sentido, percebeu-se que indicadores, como a estrutura curricular e conteúdos curriculares, tiveram percentuais aumentados e diminuídos conforme o tempo de funcionamento dos cursos. Isso porque o aprimoramento contínuo da estrutura curricular foi assegurado por meio das sugestões de professores e alunos, o que foi evoluindo ao longo do tempo. Em contrapartida, o conteúdo das emendas passou a ser negligenciado com o passar do tempo, segundo os relatórios de avaliação dos cursos.

Nos processos de autorização dos cursos, houve dificuldades relacionadas às políticas institucionais (I1, I10 e I12). Isso demonstrou que algumas das dificuldades encontradas são iguais às encontradas pelos cursos EaD, e ocorreram mesmo sem a existência de avaliações de cursos em comum. Portanto, a aplicação do método proposto neste estudo revelou a possibilidade de soluções que resolvessem os problemas de diferentes grupos e em diferentes contextos – cursos novos e cursos EaD. No início do funcionamento dos cursos, identificaram-se indicadores relacionados à bibliografia básica e complementar. É algo preocupante, pois, mesmo após 2018, a Universidade continuou a criar cursos sem a infraestrutura necessária. Diante disso, saber que esses problemas foram os mais recorrentes na abertura de novo curso pode significar a predição dos problemas e a antecipação de possíveis soluções.

Após a pandemia, as inclusões de componentes curriculares na modalidade EaD somente ocorreram em cursos que passaram pelo primeiro ciclo formativo – renovação de reconhecimento –, por isso somente cursos com mais tempo de funcionamento tiveram suas avaliações prejudicadas pelas mencionadas inclusões.

A terceira pergunta se referiu às maiores dificuldades dos cursos da Unipampa por tipo de cursos – licenciatura, bacharelados e tecnólogo.

As faltas de espaços de trabalho para o coordenador de curso e de docentes em tempo integral ocorreram principalmente nos cursos de licenciatura, não sendo tão recorrente entre os cursos de bacharelado e de tecnólogo. Além disso, o estudo apontou que algumas dessas diferenças destoavam dentro do mesmo campus, servindo de base para futuras pesquisas que pudessem explicar a origem de tais discrepâncias.

Também foi possível observar que os cursos de licenciatura enfrentaram mais dificuldades nos estágios curriculares do que os cursos de bacharelado. No Quadro 42, notou-se que, entre as dez primeiras posições, figuraram a relação e a

integração com as redes públicas de ensino com os indicadores I8 e I21, obrigatórias para as licenciaturas. Tais indicadores ocuparam a sétima (72%) e a décima posição (80%) entre os cursos presenciais. No entanto, enquanto os bacharelados apresentaram entraves principalmente na comprovação formal dos convênios de estágio, os desafios nas licenciaturas estiveram mais ligados à gestão e à organização dos diversos documentos produzidos durante esses estágios. Por outro lado, os cursos de bacharelado foram afetados quando da inclusão de disciplinas EaD em relação aos cursos de licenciatura.

Quanto às relações entre os resultados da autoavaliação institucional e a execução dos PDIs – temas que fundamentam a pergunta de pesquisa e o objetivo geral deste estudo –, observou-se que, no período de 2019 até 2022, os resultados de temáticas comuns entre as avaliações *in loco* e as autoavaliações institucionais obtiveram resultados progressivos nas médias atribuídas pelos entrevistados. Contudo, nos anos seguintes (2023 e 2024), os resultados de ambos os processos destoaram entre si, com bons resultados nas avaliações *in loco* e com médias descrentes nas autoavaliações relacionadas à capacitação docente e aos espaços de convivência e alimentação.

Diante disso, foi possível observar que, no período de abrangência do Instrumento INEP 2015 – que fundamentou a avaliação de 12 cursos de 2016 a 2019 –, 5 indicadores da matriz de resultados guardavam relação com os resultados das autoavaliações institucionais, descritas na Subseção 4.2 deste estudo. Em relação às avaliações, com base no Instrumento INEP 2017, 4 temáticas de indicadores constantes na matriz de resultado de indicadores respondidos por todos os cursos mantinham relação com os resultados da autoavaliação institucional. Essas temáticas foram analisadas e descritas na Subseção 4.3. Constatou-se, ainda, que os "avisos" deixados nas caixas abertas e presentes nos relatórios de autoavaliação institucional coincidiam com os tópicos que receberam as avaliações mais baixas pelos avaliadores externos nas avaliações, guardando intrínseca relação entre os dois processos na maioria dos casos descritos.

Em relação aos resultados da execução dos PDIs, não houve uma avaliação adequada dos riscos e das metas estabelecidas, resultando no descumprimento anual das metas de preenchimento de vagas. Isso afetou negativamente a avaliação dos cursos, especialmente nos critérios relacionados à oferta de vagas e ao atendimento às demandas da sociedade do indicador I20. Vagas ofertadas. Quanto

aos indicadores de infraestrutura, seria necessário que os planos da Universidade fossem mais detalhados e alinhados aos temas abordados por esses indicadores, garantindo que as obras previstas atendessem efetivamente os critérios do INEP.

Não obstante, no PDI 2019-2024 não foram identificados objetivos estratégicos e metas voltados ao desenvolvimento dos estágios e ao reconhecimento de tutores de disciplinas EaD em cursos presenciais. Além disso, embora nos PDIs 2014-2018 e PDI 2019-2024 tenham constado objetivos para a inclusão de componentes curriculares na modalidade EaD, observou-se a ausência de uma política para o desenvolvimento da referida modalidade em sintonia com os instrumentos avaliativos.

Ainda sobre os PDIs que compreenderam o recorte temporal do estudo, foi possível constatar que as abordagens previstas – ou a falta delas – no planejamento institucional exerceram influência sobre as temáticas que compunham as avaliações. Citou-se por exemplo a evolução do perfil docente que corroborou a inclusão de critérios de experiência na seleção docente, enquanto a falta de investimentos perpetuou os desafios dos cursos na transição entre a segunda e a terceira décadas do século XXI, dentre outros aspectos.

Igualmente relevantes foram as constatações, advindas principalmente dos relatos dos avaliadores externos de que políticas institucionais impactaram de forma variável sobre as avaliações dos cursos da Unipampa, a depender do caso concreto. Dentre as políticas positivas, destacaram-se o Programa de Apoio à Participação de Estudantes em Eventos (PAPE) – Resolução CONSUNI n.º 84/2014 – e a atuação dos colegiados dos cursos – Resoluções CONSUNI n.º 05/2010 e n.º 97/2015 –, que auxiliaram na avaliação de todos os cursos.

Em contrapartida, dentre as políticas que impactaram negativamente as avaliações, observou-se aquela que conferiu à faculdade a possibilidade de firmar convênios de estágio. Embora tal medida desburocratize o trabalho das coordenações dos cursos, o estabelecimento de convênios ainda constava na descrição de 3 indicadores - I7 (1.7), I21 (1.21), I22 (1.22), o que foi citado negativamente pelos avaliadores externos, principalmente nas avaliações dos cursos de bacharelado. Sobre as sugestões de novas políticas que ajudassem as avaliações dos cursos, estavam a criação de um estudo que definisse o dimensionamento do número de vagas ofertadas e o avanço da recém-criada política de EaD (Unipampa, 2024a, p. 76) para incorporar as recentes mudanças da modalidade.

De maneira geral, ao comparar as matrizes de resultados das avaliações baseadas nos Instrumentos INEP 2015 e INEP 2017, percebeu-se que a Universidade está se desenvolvendo devido à melhoria dos percentuais de maneira global, atingindo mais pontos nas avaliações *in loco*. O estudo também serviu para desmistificar o que são práticas inovadoras no âmbito de cada um dos indicadores, facilitando a compreensão de membros da comunidade acadêmica que não possuem experiência nas avaliações de curso.

Este estudo conclui-se com o cumprimento dos objetivos e a resposta às perguntas de pesquisa por meio dos referenciais teórico-metodológicos. O método de análise proposto se fez importante principalmente a partir das transformações sociais que insejaram novos comportamentos das temáticas dos indicadores e nas avaliações dos cursos. Além disso, a proposta é replicável em outros contextos de ensino, mesmo que haja inclusão de novos indicadores que modifiquem os atuais instrumentos avaliativos. Os resultados demonstram a viabilidade de aplicação em universidades de forma integral, em *campi* ou departamentos específicos, pois reconhece a existência dos diversos grupos que compõem a comunidade universitária, visando ao aprimoramento dos processos avaliativos da Unipampa e de outras instituições de ensino superior.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo Janela. Estado, mercado, comunidade e avaliação: esboço para uma rearticulação crítica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 69, p. 139-164, dez. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/6p6ZfHjR6RjLzQG3z3ZzQzQ/>. Acesso em: 20 dez. 2025.
- ALMEIDA, Douglas Flores de. **Proposta de padronização dos processos regulatórios de cursos de graduação no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/16644>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- ANDRÉ, Marli; LÜDKE, Menga. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- AVALIAÇÃO. In: **MICHAELIS**: moderno dicionário da língua portuguesa. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/avaliacao>. Acesso em: 29 out. 2024.
- BALZAN, Newton Cesar; DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do cidadão**. Brasília, DF: BCB, [2025]. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO>. Acesso em: 8 dez. 2025.
- BANDEIRA, Lidiane; SARTORI, Rejane; MENEGASSI, Claudia Herrero Martins. Práticas de gestão do conhecimento na avaliação de cursos de graduação do INEP/MEC. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 26, n. 2, p. 401-423, 2021.
- BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: UFSC, 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 13, n. 1, p. 131-152, 2008.
- BATISTA, Michelle Espíndola. **Possibilidades de (des)articulações entre autoavaliação e avaliação institucional externa no marco do Sinaes**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/38947>. Acesso em: 5 ago. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos**

**do Brasil de 1934.** Brasília, DF: Presidência da República, 1934. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946.** Brasília, DF: Presidência da República, 1946. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 4.024 de 20 de dezembro 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 jan. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 9.131, de 24 de novembro de 1995.** Altera dispositivos da Lei no 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9131.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9131.htm). Acesso em: 26 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC n.º 249, de 18 de março de 1996.** Brasília, DF: MEC, 1996a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/mec\\_legis/port0249\\_180396.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/mec_legis/port0249_180396.pdf). Acesso em: 26 out. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 19, de 04 de junho de 1998.** Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública. Brasília, DF: Presidência da República, 1998a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm). Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Os avanços da reforma na administração pública:** 1995-1998. Brasília, DF: MARE, 1998b. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/641>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm). Acesso em: 30 maio 2024.

BRASIL. **Lei n.º 11.180, de 23 de setembro de 2005**. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial - PET, altera a Lei n.º 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 1, 26 set. 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11180.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11180.htm). Acesso em: 9 dez. 2025

BRASIL. **Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 8 dez. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 11.640, de 11 de janeiro de 2008**. Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. Brasília, DF: Presidência da República, 2008a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11640.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11640.htm). Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 11.692, de 10 de junho de 2008**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei n.º 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei n.º 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis n.ºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 jun. 2008b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11692.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11692.htm). Acesso em: 9 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 651, de 24 de julho de 2013**. Institucionaliza a Matriz de Orçamento de Outros Custeios e Capital (Matriz OCC). Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: [https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/04/Forplad-Portaria-n\\_651-Matriz-OCC.pdf](https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/04/Forplad-Portaria-n_651-Matriz-OCC.pdf). Acesso em: 8 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica n.º 732/2015/CGLNRS/DPR/SERES/MEC, de 07 de maio de 2015**. Oferta de cursos superiores em fora de sede. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/ acesso\\_informacao/pdf-arq/nt\\_n732\\_2015\\_campus\\_fora\\_sede.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/ acesso_informacao/pdf-arq/nt_n732_2015_campus_fora_sede.pdf). Acesso em: 4 dez. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação

superior. Brasília, DF: Presidência da República, 2017a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm). Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC n.º 1.383, de 31 de outubro de 2017**. Brasília, DF: MEC, 2017b. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-1383-2017-10-31.pdf>. Acesso em: 26 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica n.º 13/2017/CGARCES/DIREG/SERES**. Sistematiza parâmetros e procedimentos para renovação de reconhecimento de Cursos. Brasília, DF: MEC, 2017c. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=64921-nt-13-2017-seres-pdf](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=64921-nt-13-2017-seres-pdf). Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC n.º 840, de 24 de agosto de 2018**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_institucional/legislacao\\_normas/2018/portaria\\_normativa\\_GM-MEC\\_n840\\_de\\_24082018.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/legislacao_normas/2018/portaria_normativa_GM-MEC_n840_de_24082018.pdf). Acesso em: 7 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC n.º 796, de 2 de outubro de 2020**. Brasília, DF: MEC, 2020. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-796-2020-10-02.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC n.º 165, de 20 de abril de 2021**. Brasília, DF: MEC, 2021a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-165-de-20-de-abril-de-2021-315215701>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC n.º 488, de 8 de julho de 2021**. Brasília, DF: MEC, 2021b. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=112&dta=09/07/2021&captchafield=firstAccess>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 748, de 22 de setembro de 2021**. Altera a Portaria MEC n.º 651, de 24 de julho de 2013, e cria a Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários. Brasília, DF: MEC, 2021c. Disponível em: [https://ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2024/10/Portaria-748-de-22-09-21\\_\\_compressed.pdf](https://ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2024/10/Portaria-748-de-22-09-21__compressed.pdf). Acesso em: 9 dez. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 14.375, de 21 de junho de 2022**. Altera a Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, para estabelecer a possibilidade de avaliação in loco na modalidade virtual. Brasília, DF: Presidência da República, 2022a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2022/lei/l14375.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14375.htm). Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC n.º 265, de 27 de junho de 2022**. Brasília, DF: MEC, 2022b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-265-de-27-de-junho-de-2022-410723410>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 11.651, de 17 de agosto de 2023**. Altera o Decreto n.º 6.092, de 24 de abril de 2007, que regulamenta o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE. Brasília, DF: Presidência da República, 2023a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/d11651.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11651.htm). Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica n.º 4/2023/CEI/CGGI/DAES**. Metodologia de cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) referente ao ano de 2022. Brasília, DF: Inep, 2023b. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/enade/notas\\_tecnicas/2023/nota\\_tecnica\\_n\\_5\\_2023\\_cei\\_cggi\\_daes.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/notas_tecnicas/2023/nota_tecnica_n_5_2023_cei_cggi_daes.pdf). Acesso em: 2 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Conjunta SERES/MEC/INEP n.º 1, de 20 de maio de 2024**. Brasília, DF: MEC/Inep, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2024/publicacao-da-resolucao-no-09-de-20-de-maio-de-2024.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n.º 4, de 29 de maio de 2024**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério. Brasília, DF: MEC, 2024b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-4-de-29-de-maio-de-2024-563084558>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC n.º 528, de 6 de junho de 2024**. Estabelece prazo para criação de novos referenciais de qualidade para EaD. Brasília, DF: MEC, 2024c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-528-de-6-de-junho-de-2024-564275259>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC n.º 610, de 27 de junho de 2024**. Institui o Enade das Licenciaturas e institui o novo ciclo avaliativo do Enade. Brasília, DF: MEC, 2024d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-610-de-27-de-junho-de-2024-569033072>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF: Presidência da República, 2024e. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm). Acesso em: 9 dez. 2025.

BRASIL, Heloisa dos Santos; RIBEIRO, Maria Edilene da Silva. Avaliação do Sinaes para as bibliotecas universitárias: o sentido das pesquisas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 35, p. e10544, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/10544>. Acesso em: 20 dez. 2025.

CARVALHO, Marly Monteiro de; PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão da Qualidade: Teoria e Casos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: ABEPRO, 2012.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues. **Guia prático de procedimentos técnicos para avaliação de cursos de graduação no Centro de Informática da UFPB, a**

**partir do SINAES.** Monografia (Especialização) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues; GUERRA, Maria Das Graças Gonçalves Vieira. Uso de modelo de utilidade para avaliação de cursos de graduação.

**Avaliação:** Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 27, n. 3, p. 513-530, 2022.

CAVIGGIOLI, Federico *et al.* The licensing and selling of inventions by US universities. **Technological Forecasting and Social Change**, Amsterdã, v. 159, p. 120189, out. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2020.120189>. Acesso em: 20 dez. 2025.

CELLARD, André. Análise documental. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Brasil:** mestres e doutores 2024. Brasília, DF: CGEE, 2024. Disponível em: <https://mestresdoutores2024.cgee.org.br>. Acesso em: 20 dez. 2025.

COHEN, Wesley M. *et al.* Industry and the academy: uneasy partners in the cause of technological advance. *In*: STEPHAN, Paula E.; LEVIN, Sharon G. (ed.). **Challenges to research universities.** Washington, DC: Brookings Institution Press, 1998. p. 171-199.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. **Uma Escola do Tamanho do Brasil:** caderno temático do programa de governo. São Paulo: Comitê Lula Presidente, 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/16-umaescoladotamanhodobrasil.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2024.

CUNHA, Luiz Antônio. O Legado da ditadura para a educação brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000200002>. Acesso em: 20 dez. 2025.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior.** Petrópolis: Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo I. (org.). **Avaliação e compromisso público:** a educação superior em debate. Florianópolis: Insular, 2003.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da educação superior: regulação e emancipação. **Avaliação:** Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 8, n. 2, p. 31-64, jun. 2003a. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1090>. Acesso em: 20 dez. 2025.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação:** políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003b.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar. 2008a.

DIAS SOBRINHO, José. Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 13, n. 3, p. 817-825, nov. 2008b.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.

DIAS SOBRINHO, José. Políticas y conceptos de calidad: dilemas y retos. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 17, n. 3, p. 601-618, nov. 2012.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: dilemas e conflitos institucionais e políticos. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 23, n. 1, p. 1-4, mar. 2018.

FAGUNDES, Aline Daiane Gonçalves. **Os desafios para elaboração do plano de logística sustentável**: um estudo de caso em uma universidade pública. 2022. 129 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/26749>. Acesso em: 18 dez. 2025.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de análise de dados**: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®. 1. ed. São Paulo, SP: Elsevier, 2017. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/Manual\\_de\\_An%C3%A1lise\\_de\\_Dados/VIs\\_DwAAQBAJ](https://www.google.com.br/books/edition/Manual_de_An%C3%A1lise_de_Dados/VIs_DwAAQBAJ). Acesso em: 6 dez. 2024.

FERNANDES, Alex De Oliveira; PEÑA, María Victoria González; GOMES, Suzana Dos Santos. POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E EM CUBA. In: NUNES, Andrea Karla Ferreira; REDONDO, Eva García (org.). **Políticas de Avaliação da Qualidade Educativa em Perspectiva Internacional**. [S. l.]: Editora Criação, 2024. p. 49–71. Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/politicas-de-avaliacao-da-educacao-superior-no-brasil-e-em-cuba/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

FERREIRA, Ana Gabriela Félix. **Política de acompanhamento de egressos no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul**: um estudo de caso. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019. Disponível em: <https://pergamum.ifms.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php>. Acesso em: 20 dez. 2025.

FERREIRA, Tânia Aparecida; CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Avaliação da educação superior: o Exame Nacional de Cursos (Provão) e os rankings acadêmicos e índices no contexto da avaliação para a regulação. **@ambienteeducação**, São Paulo, v. 12,

n. 3, p. 210-229, set./dez. 2019. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/ambienteeducacao/article/view/791>. Acesso em: 20 dez. 2025.

FERREIRA, Helder; CASSIOLATO, Martha; GONZALEZ, Roberto. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas**: o modelo lógico do Programa Segundo Tempo. Brasília, DF: IPEA, 2009. (Texto para Discussão, n. 1369). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/123456789/136>. Acesso em: 29 out. 2024.

FRANCISCO, Thiago Henrique Almino; MELO, Pedro Antonio de; NUNES, Rogério da Silva; MICHELS, Expedito; AZEVEDO, Maria Ines Nava. A contribuição da avaliação in loco como fator de consolidação dos princípios estruturantes do SINAES. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 17, n. 3, p. 851–876, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1968.

FREITAS, Luiz Carlos de *et al.* **Avaliação educacional**: caminhando pela contramão. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GARBIN, Fernanda Gobbi de Boer; KAMPFF, Adriana Justin Cerveira. O ensino e a aprendizagem de competências nos cursos superiores de engenharia: focos das pesquisas entre os anos 2001 e 2020. **Educitec**: Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, Manaus, v. 6, p. e143020, 2020. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1430/703>. Acesso em: 13 fev. 2025.

GARCÉS SILVA, Lorena; FUNARI DIAS, Lisete. Aprendizagem baseada em projetos no ensino de ciências da natureza com foco na colaboração: uma revisão sistemática da literatura. **Ensino de Ciências e Tecnologia em Revista – ENCITEC**, Santo Ângelo, v. 12, n. 3, p. 86-102, set./dez. 2022. Disponível em: <https://san.uri.br/revistas/index.php/encitec/article/view/528>. Acesso em: 20 dez. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. Pode a política pública mentir? A Base Nacional Comum Curricular e a disputa da qualidade educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, p. e0207906, 2019.

GOMES, Daniela Fernandes. **SINAES no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG)**: políticas, práticas institucionais e a visão de gestores e membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA). 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2021.

GRIBOSKI, Claudia Maffini. O Enade como indutor da qualidade da educação superior. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 23, n. 53, p. 178-195, dez. 2012.

GRIBOSKI, Claudia Maffini; FUNGHETTO, Suzana Schwerz. O Sinaes e a qualidade da educação. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 12, p. 49-63, jan./jun. 2013.

GRIBOSKI, Claudia Maffini; PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda; HORA, Paola Matos da. Avaliação externa, autoavaliação e o PDI. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 23, n. 1, p. 178-197, mar. 2018.

GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira; CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues. **Uso da análise SWOT e do ciclo PDCA para avaliação**: de cursos de graduação a partir do IACG – 2017. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

GUINDANI, Evandro Ricardo; KOGA, Yáscara Michele Neves; NASCIMENTO, Sandro Ben Hur Gonçalves Do. Desigualdades no Estado do Rio Grande do Sul: análise de indicadores sociais e educacionais. **Educação e Fronteiras**, [S. l.], v. 7, n. 20, p. 178–186, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento para reconhecimento de bacharelado e licenciatura**. Brasília, DF: Inep, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco/instrumentos-de-avaliacao>. Acesso em: 16 jun. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação**: presencial e a distância. Brasília, DF: Inep, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco/instrumentos-de-avaliacao>. Acesso em: 16 jun. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação**: presencial e a distância. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2015/instrumento\\_cursos\\_graduacao\\_publicacao\\_agosto\\_2015.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_cursos_graduacao_publicacao_agosto_2015.pdf). Acesso em: 25 nov. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação**: presencial e a distância: autorização. Brasília, DF: Inep, 2017a. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_autorizacao.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf). Acesso em: 25 nov. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação**: presencial e a distância: reconhecimento e renovação de reconhecimento. Brasília, DF: Inep, 2017b. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_reconhecimento.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf). Acesso em: 25 nov. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO

TEIXEIRA. **Nota Técnica n.º 16/2017/CGACGIES/DAES**: novos instrumentos de avaliação externa. Brasília, DF: Inep, 2017c. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/legislacao\\_normas/2017/nota\\_tecnica\\_sei\\_inep\\_0126132.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2017/nota_tecnica_sei_inep_0126132.pdf). Acesso em: 10 dez. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Relatório de Avaliação *in loco* do Curso de História da Unipampa, Campus Jaguarão**. Brasília, DF: Inep, 2017d. Documento de circulação restrita.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Relatório de Avaliação *in loco* do Curso de Biotecnologia da Unipampa, Campus São Gabriel**. Brasília, DF: Inep, 2019. Documento de circulação restrita.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Relatório de Avaliação *in loco* do Curso de Letras - Espanhol e Literatura da Hispânica da Unipampa, Campus Jaguarão**. Brasília, DF: Inep, 2022. Documento de circulação restrita.

KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara Pinheiro de Paula; HOHENDORFF, Jean von. **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014.

KOGA, Yáscara Michele; GUINDANI, Evandro Ricardo. A educação contemporânea diante dos determinismos econômicos. **Camine**: Caminhos da Educação, Franca, v. 8, n. 2, p. 1-18, 2016.

KOGA, Yáscara; GUINDANI, Evandro Ricardo. **O novo sucesso**: uma crítica à meritocracia. Curitiba: Appris, 2022. (Série Ciências Sociais).

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, Cristiane. Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados. **@ambienteeducação**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 11-26, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/ambienteeducacao/article/view/117>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MAGALHÃES, Heitor; BELLONI, Isaura. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

MARINHO, Ana Angélica Pereira. **Política educacional e instrumentos de avaliação**: contribuições para a reforma dos projetos pedagógicos da UFCG. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

MEDEIROS, Luciano Frontino de; MOSER, Alvino; SANTOS, Neri dos. A simulação computacional como técnica de pesquisa na administração. **Revista Intersaberes**, Curitiba, v. 9, n. 18, p. 463-485, maio/ago. 2014.

MINAYO, Maria Cecília (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed.

Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTIBELLER, G. *et al.* Structuring resource allocation decisions: a framework for building multi-criteria portfolio models with area-grouped options. **European Journal of Operational Research**, [S. l.], v. 199, n. 3, p. 846-856, 2009.

MORAES, Márcia Amaral Corrêa de *et al.* O SINAES nos Institutos Federais: adequação e pertinência no âmbito da avaliação institucional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 6, p. 30-39, 2016.

MOROSINI, Marília Costa. Qualidade da educação universitária: isomorfismo, diversidade e equidade. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 5, n. 9, p. 89-102, ago. 2001.

NASCIMENTO, Jaqueline Dourado do *et al.* Implantação dos instrumentos de avaliação do Sinaes: o que dizem os projetos pedagógicos de cursos de uma instituição federal de ensino superior. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria, v. 12, p. e83777, 2023.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. [S. l.]: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 22 maio 2024.

PAIVA, Marcos Vasconcelos. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): contribuições ao bacharelado em administração pública do Instituto Federal da Paraíba com vistas à melhoria do processo avaliativo**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br>. Acesso em: 7 jul. 2024.

PAVANI JUNIOR, Orlando; SCURUGLIA, Rafael. **Mapeamento e gestão por processos - BPM: gestão orientada à entrega por meio de objetos**. São Paulo: M. Books, 2011.

PEREIRA, Cleber Augusto; ARAÚJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves; MACHADO-TAYLOR, Maria de Lourdes. Remendo novo em roupa velha? SINAES de maturidade ou de saturação do modelo de avaliação do ensino superior brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, p. e250020, 2020.

PILLATT, Fábio Roberto; ARAÚJO, Maria Cristina Pansera de. Uma análise dos primeiros quinze anos de SINAES: dizeres e compreensões docentes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 317-338, ago. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed.

Novo Hamburgo: Feevale, 2012.

RIBEIRO, Ivana Leite. **Processo de reconhecimento do curso de graduação em Direito da UFPB - Campus Santa Rita: uma análise a partir do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal da Paraíba, Santa Rita, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24897>. Acesso em: 20 dez. 2025.

RIBEIRO, Wagner Leite. **Desvelando a autoavaliação institucional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) a partir da visão dos gestores**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. O Sinaes como sistema. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 193-213, dez. 2006.

ROTHEN, José Carlos; OLIVEIRA, Ivan dos Santos. Vinte anos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES no Brasil: trajetória, princípios, dilemas e tendências. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 29, p. e024013, 2024.

SGUISSARDI, Valdemar. Regulação estatal versus cultura de avaliação institucional? **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 13, n. 3, p. 857-862, nov. 2008.

SINAES: Seminário de 20 anos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. *In: Canal do Inep*. Brasília: Inep, 13 jun. 2024. 1 vídeo (4h 13min 50s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=74uaKRwWDn0>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SOARES, Tânia Aparecida. **Planejamento para o desenvolvimento do simulador de avaliação externa, à luz do instrumento de avaliação de curso de graduação (IACG) no contexto do novo marco legal regulatório**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Centro Universitário Internacional Uninter, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/462>. Acesso em: 3 jul. 2024.

SOARES, Tânia Aparecida. **Educação e novas tecnologias: uso de simulador na avaliação externa institucional e de cursos de graduação no Brasil**. Curitiba: Uninter, 2022. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/1290>. Acesso em: 3 jul. 2024.

SOUZA, Sandra Zákia Lian de; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 84, p. 873-895, set. 2003.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/Saberes\\_docentes\\_e\\_forma%C3%A7%C3](https://www.google.com.br/books/edition/Saberes_docentes_e_forma%C3%A7%C3)

%A3o\_profission/a9gbBAAAQBAJ. Acesso em: 3 out. 2025.

TENÓRIO, Robinson Moreira; ANDRADE, M. A. B. de. A avaliação da educação superior no Brasil: desafios e perspectivas. *In*: TENÓRIO, Robinson Moreira (org.). **Avaliação educacional: desatando e reatando nós**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 31-50.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Projeto Institucional 2009-2013**.

Unipampa, 2009. Disponível em:

[https://sites.unipampa.edu.br/pdi/files/2013/04/PROJETO\\_INSTITUCIONAL\\_16\\_AGO\\_2009.pdf](https://sites.unipampa.edu.br/pdi/files/2013/04/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AGO_2009.pdf). Acesso em: 08 dez. 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Regimento Geral da Unipampa**.

Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n.º 05, de 17 de junho de 2010. Bagé, RS:

Unipampa, 2010. Disponível em:

<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2024/06/7-regimento-geral-alterado-pela-resolucao-410-de-2024-com-hiperlinks.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Conselho Universitário. **Resolução n.º 29, de 28 de abril de 2011**: aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas. Bagé, RS: Unipampa, 2011. Disponível em:

<https://unipampa.edu.br/dompedito/sites/dompedito/files/documentos/resolucao29.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Resolução CONSUNI n.º 71, de 27 de fevereiro de 2014. Bagé, RS:

Unipampa, 2013. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/pdi/files/2018/04/pdi-2018.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Conselho Universitário. **Resolução n.º 84, de 30 de outubro de 2014**: aprova a política de assistência estudantil da UNIPAMPA. Bagé, RS: Unipampa, 2014. Disponível em:

[https://sites.unipampa.edu.br/prodae/files/2021/10/resolucao-no-84\\_2014.pdf](https://sites.unipampa.edu.br/prodae/files/2021/10/resolucao-no-84_2014.pdf). Acesso em: 8 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Avaliação Institucional de 2015**. [S. l.]: Comissão Própria de Avaliação - CPA da Unipampa, 2016a. Disponível

em: <https://sites.unipampa.edu.br/cpa/files/2016/05/versao-final-relatorio-cpa-2015.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Gestão do Exercício de 2015**. Bagé, RS: Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura, 2016b. Disponível

em: [https://sites.unipampa.edu.br/propladi/files/2022/03/idsisdoc\\_10835078v1-23-relatoriogestao-2015.pdf](https://sites.unipampa.edu.br/propladi/files/2022/03/idsisdoc_10835078v1-23-relatoriogestao-2015.pdf). Acesso em: 16 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Avaliação Institucional de 2016**. Bagé, RS: Comissão Própria de Avaliação, 2017a. Disponível em:

<https://sites.unipampa.edu.br/cpa/files/2017/05/relatorio-cpa-2016-versaofinal.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Gestão do Exercício de**

**2016.** Bagé, RS: Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura, 2017b. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/propladi/files/2011/04/relatorio-de-gestao-2016-final.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resultados PDI 2014-2018.** Unipampa, 2017c. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/pdi/pdi-2014-2018/resultados-14-18/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Avaliação Institucional de 2017.** Bagé, RS: Comissão Própria de Avaliação, 2018a. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/cpa/files/2018/05/relatorio-integral-cpa.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Gestão do Exercício de 2017.** Bagé, RS: Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura, 2018b. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/propladi/files/2018/05/relatorio-de-gestao-2017-tcu-compressed.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Avaliação Institucional de 2018.** Bagé, RS: Comissão Própria de Avaliação, 2019a. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/cpa/files/2019/04/relatorio-avaliacao-institucional-2018-unipampa.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório Integrado (RI) de Gestão - Exercício 2018.** Bagé, RS: Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura, 2019b. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/propladi/files/2019/07/relatorio-de-gestao-unipampa-2018.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução n.º 246, de 27 de junho de 2019 e Resolução n.º 401, de 05 de dezembro de 2023.** Plano De Desenvolvimento Institucional – PDI (2019 – 2024). Bagé, RS: Unipampa, 2019c. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/pdi/files/2024/01/pdi-2019-2023-publicacao-1.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Conselho Universitário. **Resolução n.º 257, de 21 de outubro de 2019.** Aprova a criação do sistema de laboratórios e seu regimento. Bagé, RS: Unipampa, 2019d. Disponível em: [https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/10/res--257\\_2019-sistema-de-laboratorios.pdf](https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/10/res--257_2019-sistema-de-laboratorios.pdf). Acesso em: 8 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Termo de Adesão - 1ª edição de 2020: Sistema de Seleção Unificada - SisU.** Bagé: Unipampa, 2019e. Disponível em: [https://sites.unipampa.edu.br/sisu/files/2019/12/termo\\_adesao\\_5322\\_unipampa-2020-01.pdf](https://sites.unipampa.edu.br/sisu/files/2019/12/termo_adesao_5322_unipampa-2020-01.pdf). Acesso em: 21 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Avaliação Institucional de 2019.** Bagé, RS: Comissão Própria de Avaliação, 2020a. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/cpa/files/2020/07/relatorio-de-avaliacao-institucional-unipampa-2019.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Campus Alegrete. **Relatório de Gestão 2019 e Planos de Ação 2020**. Alegrete, RS: Unipampa, 2020b. Disponível em: [https://unipampa.edu.br/alegrete/sites/alegrete/files/documentos/relatorio\\_de\\_gestao\\_2019\\_unipampa\\_campus\\_alegrete.pdf](https://unipampa.edu.br/alegrete/sites/alegrete/files/documentos/relatorio_de_gestao_2019_unipampa_campus_alegrete.pdf). Acesso em: 8 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Campus São Gabriel. **Relatório de Gestão 2020 e Planos de Ação 2021**. São Gabriel, RS: Unipampa, 2020c. Disponível em: [https://unipampa.edu.br/saogabriel/sites/saogabriel/files/documentos/relatorio\\_de\\_gestao\\_2020\\_-\\_campus\\_sao\\_gabriel.pdf](https://unipampa.edu.br/saogabriel/sites/saogabriel/files/documentos/relatorio_de_gestao_2020_-_campus_sao_gabriel.pdf). Acesso em: 8 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório Integrado de Gestão do Exercício de 2019**. Bagé, RS: Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura, 2020d. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/propladi/files/2020/09/1relatorio-integrado-de-gestao-2019-c.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Avaliação Institucional de 2020**. Bagé, RS: Comissão Própria de Avaliação, 2021a. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/cpa/files/2021/04/relatorio-de-avaliacao-institucional-unipampa-2020.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Gestão Integrado - Exercício de 2020**. Bagé, RS: Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura, 2021b. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/propladi/files/2021/04/rgi-2020-final.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Conselho Universitário (CONSUNI). **Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n.º 329, de 04 de novembro de 2021**. Aprova as Normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente é a Unipampa. Bagé, 2021c. Disponível em: [https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/11/res-\\_329\\_2021-nova-norma-estagios.pdf](https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/11/res-_329_2021-nova-norma-estagios.pdf). Acesso em: 8 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Avaliação Institucional de 2021**. Bagé, RS: Comissão Própria de Avaliação, 2022a. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/cpa/files/2022/04/relatorio-de-autoavaliacao-institucional-unipampa-2021.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Avaliação Institucional de 2022**. Bagé, RS: Comissão Própria de Avaliação, 2022b. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/cpa/files/2023/05/relatorio-de-avaliacao-institucional-unipampa-2022.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Gestão Integrado - Exercício de 2021**. Bagé, RS: Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura, 2022c. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/propladi/files/2022/04/rgi-2021.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Conselho Universitário. **Resolução n.º 337, de 28 de abril de 2022**: altera a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n.º 29, de 28 de

abril de 2011. Bagé, RS: Unipampa, 2022d. Disponível em: [https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2022/05/res-\\_337\\_2022-altera-a-res--29-acg.pdf](https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2022/05/res-_337_2022-altera-a-res--29-acg.pdf). Acesso em: 8 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Projeto Pedagógico do Curso de Biotecnologia - Bacharelado**. São Gabriel: Unipampa, 2023a. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/server/api/core/bitstreams/d2639ae5-100d-4b50-8f57-d850bdc22b96/content>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Gestão Integrado - Exercício de 2022**. Bagé, RS: Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura, 2023b. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/propladi/files/2023/03/relatorio-de-gestao-integrado-exercicio-2022.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2025-2029**. Resolução n.º 431, de 12 de dezembro de 2024a. Bagé, RS: Unipampa, 2024a. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/pdi/pdi-2025-2029/>. Acesso em: 3 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Avaliação Institucional de 2023**. Bagé, RS: Comissão Própria de Avaliação, 2024b. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/cpa/files/2025/03/relatorio-de-avaliacao-institucional-unipampa-2023.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Gestão Integrado - Exercício de 2023**. Bagé, RS: Pró-Reitoria de Planejamento, Administração e Infraestrutura, 2024c. Disponível em: [https://sites.unipampa.edu.br/propladi/files/2024/03/relatorio\\_geral\\_integrado\\_2023\\_\\_\\_unipampa\\_v3.pdf](https://sites.unipampa.edu.br/propladi/files/2024/03/relatorio_geral_integrado_2023___unipampa_v3.pdf). Acesso em: 16 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resultados PDI 2019-2024**. Unipampa, 2024d. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/pdi/pdi-2019-2023/resultados-19-24/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. **Resolução n.º 416, de 27 de junho de 2024**. Aprova o novo Regimento do Programa de Educação Tutorial (PET) da Universidade Federal do Pampa. Bagé, RS: UNIPAMPA, 2024e. Disponível em: [https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2024/07/res--416\\_2024-novo-regimento-pet.pdf](https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2024/07/res--416_2024-novo-regimento-pet.pdf). Acesso em: 9 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Núcleo de Inteligência de Dados Acadêmicos**. Bagé, 2025a. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/nida/ingresso/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Avaliação Institucional de 2024**. Bagé, RS: Comissão Própria de Avaliação, 2025b. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/cpa/>. Acesso em: 3 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Gestão - Exercício de 2024**. Bagé, RS: Pró-Reitoria de Planejamento, Administração e Infraestrutura, 2025c.

Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/propladi/files/2025/03/relatorio-de-gestao-v4f.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Unipampa em Números**. Bagé, RS: Unipampa, 2025d. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/numeros/>. Acesso em: 4 jan. 2025.

VALERIO, Danielle Magierski; PIZZINATTO, Nádia Kassouf. Análise da imagem organizacional de universidades por meio da matriz familiaridade-favorabilidade. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 26-37, 2003.

VERHINE, Robert E. Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do SINAES. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 603-619, out. 2015.

VERSPAGEN, Bart. University research, intellectual property rights and european innovation systems. **Journal of Economic Surveys**, Oxford, v. 20, n. 4, p. 607-632, set. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-6419.2006.00263.x>. Acesso em: 20 dez. 2025.

VIEIRA, Tales Társis Dantas. **Avaliação externa dos cursos de graduação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba**: da análise dos relatórios às propostas de melhoria dos cursos. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

WERNECK, Vera Rudge. Sobre o processo de construção do conhecimento: o papel do ensino e da pesquisa. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 51, p. 173-196, abr./jun. 2006.

## APÊNDICE A – Conceitos por dimensão e Conceitos finais

Legenda:

A: Autorização

R: Reconhecimento de Curso

RR: Renovação de Reconhecimento de Curso

P: Presencial

EaD: Educação a Distância (modalidade)

**Quadro 23 - Conceitos por dimensão dos cursos avaliados no período escolhido**

Curso	Tipo de avaliação	Campus/ Polo	Modalidade	Data da Visita	Tipo de Graduação (Grau)	Dimensão 1 - Organização didático-pedagógica	Dimensão 2 - Corpo docente e tutorial	Dimensão 3 - Infraestrutura	Conceito Final
<b>Avaliações realizadas por meio da aplicação do caderno INEP de 2015</b>									
Engenharia Ambiental e Sanitária	R	Caçapava do Sul	P	15/05/2016 a 18/05/2016	Bacharelado	4,1	4,5	3,8	4
Gestão Ambiental (2017)	RR	São Gabriel	P	22/03/2017 a 25/03/2017	Bacharelado	4,6	4,4	4,9	5
Letras – Línguas adicionais Inglês, Espanhol e respectivas literaturas	R	Bagé	P	17/05/2017 a 20/05/2017	Licenciatura	4,9	4,8	3,9	5
Ciências Humanas	R	São Borja	P	21/06/2017 a 24/06/2017	Licenciatura	5	4,9	5	5
História	RR	Jaguarão	P	06/08/2017 a 09/08/2017	Licenciatura	3,6	4,3	3,2	4
Engenharia de Agrimensura	R	Itaqui	P	23/08/2017 a 26/08/2017	Bacharelado	4,2	4,6	3,4	4

Curso	Tipo de avaliação	Campus/ Polo	Modalidade	Data da Visita	Tipo de Graduação (Grau)	Dimensão 1 - Organização didático-pedagógica	Dimensão 2 - Corpo docente e tutorial	Dimensão 3 - Infraestrutura	Conceito Final
<b>Avaliações realizadas por meio da aplicação do caderno INEP de 2015</b>									
Aquicultura	RR	Uruguaiana	P	05/11/2017 a 08/11/2017	Tecnólogo	3,8	4,5	3,3	4
Mineração	RR	Caçapava do Sul	P	25/04/2018 a 28/04/2018	Tecnólogo	4,73	4,73	4,2	5
Ciência e Tecnologia de Alimentos	RR	Itaqui	P	20/05/2018 a 23/05/2018	Bacharelado	4	4,64	3,9	4
Engenharia de Telecomunicações	R	Alegrete	P	13/06/2018 a 16/06/2018	Bacharelado	4	4,64	4,22	4
Biociência	RR	São Gabriel	P	17/03/2019 a 20/03/2019	Bacharelado	4,4	3,91	3,42	4
Educação do Campo	R	Dom Pedrito	P	23/10/2019 a 26/10/2019	Licenciatura	5	4,91	4,75	5
<b>Resultados - Média por Dimensão</b>						<b>4,361</b>	<b>4,569</b>	<b>3,999</b>	<b>-</b>
<b>Avaliações realizadas por meio da aplicação dos cadernos de 2017</b>									
Direito	A	São Borja	P	30/09/2018 a 03/10/2018	Bacharelado	4,79	4,5	4,63	5
Direito	R	Santana do Livramento	P	07/04/2019 a 10/04/2019	Bacharelado	4,71	4,89	3,89	5
Gestão de Turismo	RR	Jaguarão	P	23/10/2019 a 26/10/2019	Tecnólogo	4,08	4,78	4,8	5
Engenharia de Aquicultura	A	Uruguaiana	P	12/07/2021 a 13/07/2021	Bacharelado	4,21	4,13	4	4
Engenharia de Minas	A	Caçapava do Sul	P	18/10/2021 a 20/10/2021	Bacharelado	3,93	3,38	3,63	4
Medicina	R	Uruguaiana	P	01/05/2022 a 05/05/2022	Bacharelado	4,8	4,89	4,31	5
Letras Portugêses EaD	R	Jaguarão	EaD	17/08/2022 a 19/08/2022	Licenciatura	4,86	4,8	4,5	5

Curso	Tipo de avaliação	Campus/ Polo	Modalidade	Data da Visita	Tipo de Graduação (Grau)	Dimensão 1 - Organização didático-pedagógica	Dimensão 2 - Corpo docente e tutorial	Dimensão 3 - Infraestrutura	Conceito Final
<b>Avaliações realizadas por meio da aplicação do caderno INEP de 2015</b>									
Pedagogia EaD	R	Jaguarão	EaD	25/04/2022 a 27/04/2022	Licenciatura	4,55	4,8	4,4	5
Engenharia Agrícola	R	Alegrete	P	05/09/2022 a 08/09/2022	Bacharelado	3,64	4,33	4,82	4
Administração Pública EaD	R	Santana do Livramento	EaD	09/10/2022 a 11/10/2022	Bacharelado	4,17	4,47	4,25	4
Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa	R	Jaguarão	P	09/11/2022 a 11/11/2022	Licenciatura	4,33	5	2,67	4
Geografia EaD	R	São Borja	EaD	21/11/2022 a 23/11/2022	Licenciatura	4,64	4,87	4,7	5
Letras – Espanhol e Literatura Hispânica	R	Jaguarão	P	28/11/2022 a 30/11/2022	Licenciatura	4,11	4,56	4,56	4
Engenharia de Software	RR	Alegrete	P	20/03/2023 a 22/03/2023	Bacharelado	4,06	4,6	4,75	4
Enologia	RR	Dom Pedrito	P	12/04/2023 a 14/04/2023	Bacharelado	4,57	4,89	4,71	5
Ciências da Natureza	RR	Uruguaiana	P	26/04/2023 a 28/04/2023	Licenciatura	4,5	4,89	3,9	4
Ciências da Natureza	RR	Dom Pedrito	P	17/05/2023 a 19/05/2023	Licenciatura	4,64	4,67	4,67	5
Relações Públicas	RR	São Borja	P	21/06/2023 a 23/06/2023	Bacharelado	4,5	4	4,9	4
Ciências Exatas	RR	Caçapava do Sul	P	28/06/2023 a 30/06/2023	Licenciatura	4,14	3,8	4,11	4
Produção e Política Cultural	RR	Jaguarão	P	05/07/2023 a 07/07/2023	Bacharelado	4,38	4,5	4,33	4

Curso	Tipo de avaliação	Campus/ Polo	Modalidade	Data da Visita	Tipo de Graduação (Grau)	Dimensão 1 - Organização didático-pedagógica	Dimensão 2 - Corpo docente e tutorial	Dimensão 3 - Infraestrutura	Conceito Final
<b>Avaliações realizadas por meio da aplicação do caderno INEP de 2015</b>									
Direito	R	São Borja	P	11/09/2023 a 13/09/2023	Bacharelado	5	5	5	5
Gestão Ambiental	RR	São Gabriel	P	22/11/2023 a 24/11/2023	Bacharelado	3,5	4,44	4,13	4
História EaD	R	São Borja	EaD	20/03/2024 a 22/03/2024	Licenciatura	4,18	5	4,5	5
Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	RR	Itaqui	P	20/03/2024 a 22/03/2024	Bacharelado	4,46	4,33	4	4
Ciência Sociais - Ciências Políticas	RR	São Borja	P	03/04/2024 a 05/04/2024	Bacharelado	4,15	4,78	4,78	5
Ciências da Natureza EaD	R	Uruguaiana	EaD	10/04/2024 a 12/04/2024	Licenciatura	4,82	5	4,89	5
Geofísica	RR	Caçapava do Sul	P	15/04/2024 a 17/04/2024	Bacharelado	4,57	4,67	4,67	5
<b>Resultados - Média por Dimensão</b>						<b>4,381</b>	<b>4,591</b>	<b>4,389</b>	-
<b>Média das dimensões dos dois períodos</b>						<b>4,371</b>	<b>4,58</b>	<b>4,194</b>	-

Fonte: Autoria própria (2025).

## APÊNDICE B - Mapeamento e equivalência dos cadernos do Instrumento INEP 2017 - Portaria MEC n.º 1.383/2025

Quadro 24 - Padronização dos indicadores

Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento		-	Autorização	
Numeração inicial do indicador	Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica	Número do indicador padronizado	Numeração inicial do indicador	Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica
Indicador 1.1	Políticas institucionais no âmbito do curso	I1	Indicador 1.1	Políticas institucionais no âmbito do curso
Indicador 1.2	Objetivos do curso	I2	Indicador 1.2	Objetivos do curso
Indicador 1.3	Perfil profissional do egresso	I3	Indicador 1.3	Perfil profissional do egresso
Indicador 1.4	Estrutura curricular	I4	Indicador 1.4	Estrutura curricular
Indicador 1.5	Conteúdos curriculares	I5	Indicador 1.5	Conteúdos curriculares
Indicador 1.6	Metodologia	I6	Indicador 1.6	Metodologia
Indicador 1.7	Estágio curricular supervisionado	I7	Indicador 1.7	Estágio curricular supervisionado
Indicador 1.8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica	I8	Indicador 1.8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica
Indicador 1.9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática	I9	Indicador 1.9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática
Indicador 1.10	Atividades complementares	I10	Indicador 1.10	Atividades complementares
Indicador 1.11	Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)	I11	Indicador 1.11	Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)
Indicador 1.12	Apoio ao discente	I12	Indicador 1.12	Apoio ao discente
Indicador 1.13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	I13	Indicador 1.13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa
Indicador 1.14	Atividades de tutoria	I14	Indicador 1.14	Atividades de tutoria
Indicador 1.15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria	I15	Indicador 1.15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria
Indicador 1.16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem	I16	Indicador 1.16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem
Indicador 1.17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	I17	Indicador 1.17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)
Indicador 1.18	Material didático	I18	Indicador 1.18	Material didático

Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento		-	Autorização	
Numeração inicial do indicador	Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica	Número do indicador padronizado	Numeração inicial do indicador	Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica
Indicador 1.19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	I19	Indicador 1.19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem
Indicador 1.20	Número de vagas	I20	Indicador 1.20	Número de vagas
Indicador 1.21	Integração com as redes públicas de ensino	I21	Indicador 1.21	Integração com as redes públicas de ensino
Indicador 1.22	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS)	I22	Indicador 1.22	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS)
Indicador 1.23	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde	I23	Indicador 1.23	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde
Indicador 1.24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas	I24	Indicador 1.24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas
	<b>Dimensão 2 – corpo docente e tutorial</b>			<b>Dimensão 2 – corpo docente e tutorial</b>
Indicador 2.1	Núcleo Docente Estruturante – NDE	I25	Indicador 2.1	Núcleo Docente Estruturante – NDE
Indicador 2.2	Equipe multidisciplinar	I26	Indicador 2.2	Equipe multidisciplinar
Indicador 2.3	Atuação do coordenador	I27	-	-
Indicador 2.4	Regime de trabalho do coordenador de curso	I28	Indicador 2.3	Regime de trabalho do coordenador de curso
Indicador 2.5	Corpo docente: titulação	I29	Indicador 2.4	Corpo docente: titulação
Indicador 2.6	Regime de trabalho do corpo docente do curso	I30	Indicador 2.5	Regime de trabalho do corpo docente do curso
Indicador 2.7	Experiência profissional do docente (excluída a experiência no exercício da docência superior)	I31	Indicador 2.6	Experiência profissional do docente (excluída a experiência no exercício da docência superior)
Indicador 2.8	Experiência no exercício da docência na educação básica	I32	Indicador 2.7	Experiência no exercício da docência na educação básica
Indicador 2.9	Experiência no exercício da docência superior	I33	Indicador 2.8	Experiência no exercício da docência superior

<b>Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento</b>		<b>-</b>	<b>Autorização</b>	
<b>Numeração inicial do indicador</b>	<b>Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica</b>	<b>Número do indicador padronizado</b>	<b>Numeração inicial do indicador</b>	<b>Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica</b>
Indicador 2.10	Experiência no exercício da docência na educação a distância	I34	Indicador 2.9	Experiência no exercício da docência na educação a distância
Indicador 2.11	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância	I35	Indicador 2.10	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância
Indicador 2.12	Atuação do colegiado de curso ou equivalente	I36	Indicador 2.11	Atuação do colegiado de curso ou equivalente
Indicador 2.13	Titulação e formação do corpo de tutores do curso	I37	Indicador 2.12	Titulação e formação do corpo de tutores do curso
Indicador 2.14	Experiência do corpo de tutores em educação a distância	I38	Indicador 2.13	Experiência do corpo de tutores em educação a distância
Indicador 2.15	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância	I39	Indicador 2.14	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância
Indicador 2.16	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica	I40	Indicador 2.15	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica
	<b>Dimensão 3 – Infraestrutura</b>			<b>Dimensão 3 – Infraestrutura</b>
Indicador 3.1	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	I41	Indicador 3.1	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral
Indicador 3.2	Espaço de trabalho para o coordenador	I42	Indicador 3.2	Espaço de trabalho para o coordenador
Indicador 3.3	Sala coletiva de professores	I43	Indicador 3.3	Sala coletiva de professores
Indicador 3.4	Salas de aula	I44	Indicador 3.4	Salas de aula
Indicador 3.5	Acesso dos alunos a equipamentos de informática	I45	Indicador 3.5	Acesso dos alunos a equipamentos de informática
Indicador 3.6	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC)	I46	Indicador 3.6	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC)
Indicador 3.7	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC)	I47	Indicador 3.7	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC)
Indicador 3.8	Laboratórios didáticos de formação básica	I48	Indicador 3.8	Laboratórios didáticos de formação básica

<b>Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento</b>		<b>-</b>	<b>Autorização</b>	
<b>Numeração inicial do indicador</b>	<b>Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica</b>	<b>Número do indicador padronizado</b>	<b>Numeração inicial do indicador</b>	<b>Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica</b>
Indicador 3.9	Laboratórios didáticos de formação específica	I49	Indicador 3.9	Laboratórios didáticos de formação específica
Indicador 3.10	Laboratórios de ensino para a área de saúde	I50	Indicador 3.10	Laboratórios de ensino para a área de saúde
Indicador 3.11	Laboratórios de habilidades	I51	Indicador 3.11	Laboratórios de habilidades
Indicador 3.12	Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados	I52	Indicador 3.12	Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados
Indicador 3.13	Biotérios	I53	Indicador 3.13	Biotérios
Indicador 3.14	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística)	I54	Indicador 3.14	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística)
Indicador 3.15	Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais	I55	Indicador 3.15	Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais
Indicador 3.16	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	I56	-	-
Indicador 3.17	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)	I57	-	-
Indicador 3.18	Ambientes profissionais vinculados ao curso	I58	Indicador 3.16	Ambientes profissionais vinculados ao curso

Fonte: Autoria própria (2025).

## APÊNDICE C - Modelo das variáveis

Legenda:

A: Autorização

R: Reconhecimento de Curso

RR: Renovação de Reconhecimento de Curso

CC: Conceito de Curso

**Quadro 25 - Referência dos quantitativos a partir do Instrumento INEP 2017**

Referência	Total	Autorização (A)	Reconhecimento (R)	Renovação de Reconhecimento (RR)	R e RR	EAD (Há somente R)
Número de Avaliações	27	3	12	12	24	6
Valor Máximo por Indicador	5	5	5	5	5	5
Total de Pontos Possíveis por Ato Regulatório	135	15	60	60	120	30

Fonte: Autoria própria (2025).

**Quadro 26 - Quadro de apuração (exemplo do quadro de apuração do resultado institucional baseado no Instrumento INEP 2017)**

Dimensão	Indicador	Descrição do Indicador	Peso (A)	Peso (R e RR)	Contagem do NSA por Indicador (A)	Contagem do NSA por Indicador (R e RR)	Valor do Desconto Considerando os Pesos (NSA)	Valor Total Alcançado no relatório (A)	Valor Total Alcançado no relatório (R e RR)	Total de Pontos Possíveis com os Pesos	Total de Pontos Alcançados com os Pesos	Percentual alcançado do indicador
Dimensão 1	11	Políticas institucionais no âmbito do curso.	40	30	0	0	0	12	110	4200	3780	90,00%
Dimensão 1	12	Objetivos do curso.	40	30	0	0	0	13	108	4200	3760	89,52%
Dimensão 1	13	Perfil	40	30	0	0	0	12	110	4200	3780	90,00%

Dimensão	Indicador	Descrição do Indicador	Peso (A)	Peso (R e RR)	Contagem do NSA por Indicador (A)	Contagem do NSA por Indicador (R e RR)	Valor do Desconto Considerando os Pesos (NSA)	Valor Total Alcançado no relatório (A)	Valor Total Alcançado no relatório (R e RR)	Total de Pontos Possíveis com os Pesos	Total de Pontos Alcançados com os Pesos	Percentual alcançado do indicador
		profissional do egresso.										
Dimensão 1	14	Estrutura curricular.	40	30	0	0	0	11	102	4200	3500	83,33%
Dimensão 1	15	Conteúdos curriculares.	40	30	0	0	0	14	99	4200	3530	84,05%
Dimensão 1	16	Metodologia.	40	30	0	0	0	13	111	4200	3850	91,67%
Dimensão 1	17	Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	40	30	0	4	600	13	87	3600	3130	86,94%
Dimensão 1	18	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação	40	30	3	14	2700	0	39	1500	1170	78,00%

Dimensão	Indicador	Descrição do Indicador	Peso (A)	Peso (R e RR)	Contagem do NSA por Indicador (A)	Contagem do NSA por Indicador (R e RR)	Valor do Desconto Considerando os Pesos (NSA)	Valor Total Alcançado no relatórios (A)	Valor Total Alcançado no relatórios (R e RR)	Total de Pontos Possíveis com os Pesos	Total de Pontos Alcançados com os Pesos	Percentual alcançado do indicador
		Básica.										
Dimensão 1	I9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.	40	30	3	14	2700	0	44	1500	1320	88,00%
Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	40	30	0	0	0	12	108	4200	3720	88,57%
Dimensão 1	I11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	40	30	0	1	150	15	115	4050	4050	100,00%
Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	40	30	0	0	0	14	108	4200	3800	90,48%
Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	40	30	0	0	0	14	106	4200	3740	89,05%
Dimensão 1	I14	Atividades de tutoria.	40	30	3	12	2400	0	51	1800	1530	85,00%
Dimensão 1	I15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	40	30	3	12	2400	0	47	1800	1410	78,33%

Dimensão	Indicador	Descrição do Indicador	Peso (A)	Peso (R e RR)	Contagem do NSA por Indicador (A)	Contagem do NSA por Indicador (R e RR)	Valor do Desconto Considerando os Pesos (NSA)	Valor Total Alcançado no relatório (A)	Valor Total Alcançado no relatório (R e RR)	Total de Pontos Possíveis com os Pesos	Total de Pontos Alcançados com os Pesos	Percentual alcançado do indicador
Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	40	30	0	0	0	13	112	4200	3880	92,38%
Dimensão 1	I17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	40	30	3	12	2400	0	54	1800	1620	90,00%
Dimensão 1	I18	Material didático.	40	30	3	15	2850	0	39	1350	1170	86,67%
Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	40	30	0	0	0	13	102	4200	3580	85,24%
Dimensão 1	I20	Número de vagas.	40	30	0	0	0	12	90	4200	3180	75,71%
Dimensão 1	I21	Integração com as redes públicas de ensino.	40	30	3	14	2700	0	43	1500	1290	86,00%
Dimensão 1	I22	Integração do curso com o sistema local e regional de	40	30	3	23	4050	0	5	150	150	100,00%

Dimensão	Indicador	Descrição do Indicador	Peso (A)	Peso (R e RR)	Contagem do NSA por Indicador (A)	Contagem do NSA por Indicador (R e RR)	Valor do Desconto Considerando os Pesos (NSA)	Valor Total Alcançado no relatórios (A)	Valor Total Alcançado no relatórios (R e RR)	Total de Pontos Possíveis com os Pesos	Total de Pontos Alcançados com os Pesos	Percentual alcançado do indicador
		saúde (SUS).										
Dimensão 1	I23	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.	40	30	3	23	4050	0	5	150	150	100,00%
Dimensão 1	I24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas.	40	30	3	13	2550	0	54	1650	1620	98,18%
Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	30	40	0	0	0	10	116	5250	4940	94,10%
Dimensão 2	I26	Equipe multidisciplinar.	30	40	3	12	2850	0	57	2400	2280	95,00%
Dimensão 2	I27	Atuação do coordenador.	30	40	3	0	450	0	116	4800	4640	96,67%
Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	30	40	0	0	0	11	113	5250	4850	92,38%
Dimensão 2	I29	Corpo docente	30	40	0	0	0	10	120	5250	5100	97,14%
Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	30	40	0	0	0	13	117	5250	5070	96,57%
Dimensão 2	I31	Experiência profissional do	30	40	0	10	2000	13	64	3250	2950	90,77%

Dimensão	Indicador	Descrição do Indicador	Peso (A)	Peso (R e RR)	Contagem do NSA por Indicador (A)	Contagem do NSA por Indicador (R e RR)	Valor do Desconto Considerando os Pesos (NSA)	Valor Total Alcançado no relatórios (A)	Valor Total Alcançado no relatórios (R e RR)	Total de Pontos Possíveis com os Pesos	Total de Pontos Alcançados com os Pesos	Percentual alcançado do indicador
		docente.										
Dimensão 2	I32	Experiência no exercício da docência na educação básica.	30	40	3	14	3250	0	48	2000	1920	96,00%
Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	30	40	0	0	0	12	115	5250	4960	94,48%
Dimensão 2	I34	Experiência no exercício da docência na educação a distância.	30	40	3	13	3050	0	40	2200	1600	72,73%
Dimensão 2	I35	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	30	40	3	13	3050	0	44	2200	1760	80,00%
Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	30	40	0	0	0	12	106	5250	4600	87,62%
Dimensão 2	I37	Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	30	40	3	13	3050	0	51	2200	2040	92,73%

Dimensão	Indicador	Descrição do Indicador	Peso (A)	Peso (R e RR)	Contagem do NSA por Indicador (A)	Contagem do NSA por Indicador (R e RR)	Valor do Desconto Considerando os Pesos (NSA)	Valor Total Alcançado no relatórios (A)	Valor Total Alcançado no relatórios (R e RR)	Total de Pontos Possíveis com os Pesos	Total de Pontos Alcançados com os Pesos	Percentual alcançado do indicador
Dimensão 2	I38	Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	30	40	3	13	3050	0	44	2200	1760	80,00%
Dimensão 2	I39	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.	30	40	3	13	3050	0	51	2200	2040	92,73%
Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	30	40	0	0	0	15	116	5250	5090	96,95%
Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	30	30	0	0	0	13	102	4050	3450	85,19%
Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador	30	30	0	0	0	13	98	4050	3330	82,22%
Dimensão 3	I43	Sala coletiva de professores.	30	30	1	5	900	8	78	3150	2580	81,90%
Dimensão 3	I44	Salas de aula.	30	30	0	2	300	12	96	3750	3240	86,40%

Dimensão	Indicador	Descrição do Indicador	Peso (A)	Peso (R e RR)	Contagem do NSA por Indicador (A)	Contagem do NSA por Indicador (R e RR)	Valor do Desconto Considerando os Pesos (NSA)	Valor Total Alcançado no relatórios (A)	Valor Total Alcançado no relatórios (R e RR)	Total de Pontos Possíveis com os Pesos	Total de Pontos Alcançados com os Pesos	Percentual alcançado do indicador
Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	30	30	0	0	0	13	115	4050	3840	94,81%
Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	30	30	0	0	0	10	109	4050	3570	88,15%
Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	30	30	0	0	0	10	109	4050	3570	88,15%
Dimensão 3	I48	Laboratórios didáticos de formação básica.	30	30	1	8	1350	8	70	2700	2340	86,67%
Dimensão 3	I49	Laboratórios didáticos de formação específica.	30	30	1	6	1050	10	83	3000	2790	93,00%
Dimensão 3	I50	Laboratórios de ensino para a área de saúde.	30	30	3	23	3900	0	4	150	120	80,00%
Dimensão 3	I51	Laboratórios de habilidades.	30	30	3	23	3900	0	5	150	150	100,00%
Dimensão 3	I52	Unidades hospitalares e complexo	30	30	3	23	3900	0	5	150	150	100,00%

Dimensão	Indicador	Descrição do Indicador	Peso (A)	Peso (R e RR)	Contagem do NSA por Indicador (A)	Contagem do NSA por Indicador (R e RR)	Valor do Desconto Considerando os Pesos (NSA)	Valor Total Alcançado no relatório (A)	Valor Total Alcançado no relatório (R e RR)	Total de Pontos Possíveis com os Pesos	Total de Pontos Alcançados com os Pesos	Percentual alcançado do indicador
		assistencial conveniados.										
Dimensão 3	I53	Biotérios.	30	30	3	23	3900	0	5	150	150	100,00%
Dimensão 3	I54	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	30	30	3	17	3000	0	32	1050	960	91,43%
Dimensão 3	I55	Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.	30	30	2	22	3600	0	11	450	330	73,33%
Dimensão 3	I56	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).	30	30	3	15	2700	0	42	1350	1260	93,33%
Dimensão 3	I57	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).	30	30	3	22	3750	0	9	300	270	90,00%

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Descrição do Indicador</b>	<b>Peso (A)</b>	<b>Peso (R e RR)</b>	<b>Contagem do NSA por Indicador (A)</b>	<b>Contagem do NSA por Indicador (R e RR)</b>	<b>Valor do Desconto Considerando os Pesos (NSA)</b>	<b>Valor Total Alcançado no relatórios (A)</b>	<b>Valor Total Alcançado no relatórios (R e RR)</b>	<b>Total de Pontos Possíveis com os Pesos</b>	<b>Total de Pontos Alcançados com os Pesos</b>	<b>Percentual alcançado do indicador</b>
Dimensão 3	I58	Ambientes profissionais vinculados ao curso	30	30	3	21	3600	0	15	450	450	100,00%

Fonte: Autoria própria (2025).

## APÊNDICE D - Matrizes de resultado Institucional com o Instrumento INEP 2015

**Quadro 27 - Matriz de todos os cursos avaliados pelo Instrumento INEP 2015**

Posição	Dimensão	Indicador (Anexo I)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
1º	Dimensão 2	2.9.	Experiência profissional do corpo docente	55,56%
2º	Dimensão 3	3.17.	Biotérios	60,00%
3º	Dimensão 3	3.22.	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)	60,00%
4º	Dimensão 3	3.2.	Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos	70,00%
5º	Dimensão 3	3.6.	Bibliografia básica	70,00%
6º	Dimensão 3	3.11.	Laboratórios didáticos especializados: serviços	71,43%
7º	Dimensão 3	3.3.	Sala de professores	72,50%
8º	Dimensão 3	3.1.	Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI	73,33%
9º	Dimensão 1	1.15.	Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	75,00%
10º	Dimensão 3	3.7.	Bibliografia complementar	78,33%
11º	Dimensão 3	3.9.	Laboratórios didáticos especializados: quantidade	80,00%
12º	Dimensão 3	3.10.	Laboratórios didáticos especializados: qualidade	80,00%
13º	Dimensão 1	1.2.	Políticas institucionais no âmbito do curso	83,33%
14º	Dimensão 1	1.3.	Objetivos do curso	83,33%
15º	Dimensão 1	1.5.	Estrutura curricular	83,33%
16º	Dimensão 1	1.6.	Conteúdos curriculares	85,00%
17º	Dimensão 2	2.3.	Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do(a) coordenador(a)	85,00%
18º	Dimensão 3	3.5.	Acesso dos alunos a equipamentos de informática	85,00%
19º	Dimensão 1	1.17.	Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – no	86,67%

<b>Posição</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Indicador (Anexo I)</b>	<b>Descrição do Indicador</b>	<b>Percentual alcançado do indicador</b>
			processo ensino-aprendizagem	
20°	Dimensão 1	1.1.	Contexto educacional	88,33%
21°	Dimensão 1	1.4.	Perfil profissional do egresso	88,33%
22°	Dimensão 1	1.8.	Estágio curricular supervisionado	88,33%
23°	Dimensão 1	1.13.	Trabalho de conclusão de curso (TCC)	88,33%
24°	Dimensão 1	1.20.	Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	88,33%
25°	Dimensão 2	2.1.	Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE	88,33%
26°	Dimensão 2	2.14.	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica	88,33%
27°	Dimensão 1	1.7.	Metodologia	90,00%
28°	Dimensão 1	1.12.	Atividades complementares	90,00%
29°	Dimensão 2	2.10.	Experiência no exercício da docência na educação básica	90,00%
30°	Dimensão 2	2.13.	Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente	90,00%
31°	Dimensão 3	3.4.	Salas de aula	90,00%
32°	Dimensão 1	1.14.	Apoio ao discente	91,67%
33°	Dimensão 2	2.2.	Atuação do(a) coordenador(a)	91,67%
34°	Dimensão 1	1.21.	Número de vagas	93,33%
35°	Dimensão 1	1.9.	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica	95,00%
36°	Dimensão 1	1.10.	Estágio curricular supervisionado – relação entre licenciandos, docentes e supervisores da rede de escolas da Educação Básica	95,00%
37°	Dimensão 1	1.11.	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática	95,00%
38°	Dimensão 1	1.22.	Integração com as redes públicas de ensino	95,00%
39°	Dimensão 1	1.27.	Atividades práticas de ensino	95,00%

<b>Posição</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Indicador (Anexo I)</b>	<b>Descrição do Indicador</b>	<b>Percentual alcançado do indicador</b>
			para Licenciaturas	
40°	Dimensão 2	2.11.	Experiência de magistério superior do corpo docente	96,67%
41°	Dimensão 3	3.8.	Periódicos especializados	96,67%
42°	Dimensão 2	2.4.	Regime de trabalho do(a) coordenador(a) do curso	100,00%
43°	Dimensão 2	2.6.	Titulação do corpo docente do curso	100,00%
44°	Dimensão 2	2.7.	Titulação do corpo docente do curso – percentual de doutores	100,00%
45°	Dimensão 2	2.8.	Regime de trabalho do corpo docente do curso	100,00%
46°	Dimensão 3	3.21.	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	100,00%

Fonte: Autoria própria (2025).

## APÊNDICE E - Matrizes de resultado Institucional com o Instrumento INEP 2017

Quadro 28 - Indicadores comuns a todos os cursos

Posição	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
1º	Dimensão 1	I20	Número de vagas.	75,71%
2º	Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador	82,22%
3º	Dimensão 1	I4	Estrutura curricular.	83,33%
4º	Dimensão 1	I5	Conteúdos curriculares.	84,05%
5º	Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	85,19%
6º	Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	85,24%
7º	Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	87,62%
8º	Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	88,15%
9º	Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	88,15%
10º	Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	88,57%
11º	Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	89,05%
12º	Dimensão 1	I2	Objetivos do curso.	89,52%
13º	Dimensão 1	I1	Políticas institucionais no âmbito do curso.	90,00%
14º	Dimensão 1	I3	Perfil profissional do egresso.	90,00%
15º	Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	90,48%
16º	Dimensão 1	I6	Metodologia.	91,67%
17º	Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	92,38%
18º	Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	92,38%
19º	Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	94,10%
20º	Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	94,48%
21º	Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	94,81%
22º	Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	96,57%
23º	Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	96,95%

Posição	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
24°	Dimensão 2	I29	Corpo docente	97,14%

Fonte: Autoria própria (2025).

**Quadro 29 - Indicadores respondidos por pelo menos 20 cursos**

Posição	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
1°	Dimensão 1	I20	Número de vagas.	75,71%
2°	Dimensão 3	I43	Sala coletiva de professores.	81,90%
3°	Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador	82,22%
4°	Dimensão 1	I4	Estrutura curricular.	83,33%
5°	Dimensão 1	I5	Conteúdos curriculares.	84,05%
6°	Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	85,19%
7°	Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	85,24%
8°	Dimensão 3	I44	Salas de aula.	86,40%
9°	Dimensão 1	I7	Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	86,94%
10°	Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	87,62%
11°	Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	88,15%
12°	Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	88,15%
13°	Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	88,57%
14°	Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	89,05%
15°	Dimensão 1	I2	Objetivos do curso.	89,52%
16°	Dimensão 1	I1	Políticas institucionais no âmbito do curso.	90,00%
17°	Dimensão 1	I3	Perfil profissional do egresso.	90,00%
18°	Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	90,48%
19°	Dimensão 1	I6	Metodologia.	91,67%

<b>Posição</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Indicador (Apêndice B)</b>	<b>Descrição do Indicador</b>	<b>Percentual alcançado do indicador</b>
20°	Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	92,38%
21°	Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	92,38%
22°	Dimensão 3	I49	Laboratórios didáticos de formação específica.	93,00%
23°	Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	94,10%
24°	Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	94,48%
25°	Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	94,81%
26°	Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	96,57%
27°	Dimensão 2	I27	Atuação do coordenador.	96,67%
28°	Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	96,95%
29°	Dimensão 2	I29	Corpo docente	97,14%
30°	Dimensão 1	I11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	100,00%

Fonte: Autoria própria (2025).

**Quadro 30 - Indicadores respondidos por pelo menos 10 cursos**

<b>Posição</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Indicador (Apêndice B)</b>	<b>Descrição do Indicador</b>	<b>Percentual alcançado do indicador</b>
1°	Dimensão 2	I34	Experiência no exercício da docência na educação a distância.	72,73%
2°	Dimensão 1	I20	Número de vagas.	75,71%
3°	Dimensão 1	I8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica.	78,00%
4°	Dimensão 1	I15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	78,33%
5°	Dimensão 2	I35	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	80,00%
6°	Dimensão 2	I38	Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	80,00%

<b>Posição</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Indicador (Apêndice B)</b>	<b>Descrição do Indicador</b>	<b>Percentual alcançado do indicador</b>
7º	Dimensão 3	I43	Sala coletiva de professores.	81,90%
8º	Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador	82,22%
9º	Dimensão 1	I4	Estrutura curricular.	83,33%
10º	Dimensão 1	I5	Conteúdos curriculares.	84,05%
11º	Dimensão 1	I14	Atividades de tutoria.	85,00%
12º	Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	85,19%
13º	Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	85,24%
14º	Dimensão 1	I21	Integração com as redes públicas de ensino.	86,00%
15º	Dimensão 3	I44	Salas de aula.	86,40%
16º	Dimensão 3	I48	Laboratórios didáticos de formação básica.	86,67%
17º	Dimensão 1	I7	Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	86,94%
18º	Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	87,62%
19º	Dimensão 1	I9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.	88,00%
20º	Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	88,15%
21º	Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	88,15%
22º	Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	88,57%
23º	Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	89,05%
24º	Dimensão 1	I2	Objetivos do curso.	89,52%

<b>Posição</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Indicador (Apêndice B)</b>	<b>Descrição do Indicador</b>	<b>Percentual alcançado do indicador</b>
25°	Dimensão 1	I1	Políticas institucionais no âmbito do curso.	90,00%
26°	Dimensão 1	I3	Perfil profissional do egresso.	90,00%
27°	Dimensão 1	I17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	90,00%
28°	Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	90,48%
29°	Dimensão 2	I31	Experiência profissional do docente.	90,77%
30°	Dimensão 1	I6	Metodologia.	91,67%
31°	Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	92,38%
32°	Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	92,38%
33°	Dimensão 2	I37	Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	92,73%
34°	Dimensão 2	I39	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.	92,73%
35°	Dimensão 3	I49	Laboratórios didáticos de formação específica.	93,00%
36°	Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	94,10%
37°	Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	94,48%
38°	Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	94,81%
39°	Dimensão 2	I26	Equipe multidisciplinar.	95,00%
40°	Dimensão 2	I32	Experiência no exercício da docência na educação básica.	96,00%
41°	Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	96,57%
42°	Dimensão 2	I27	Atuação do coordenador.	96,67%
43°	Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	96,95%
44°	Dimensão 2	I29	Corpo docente.	97,14%

<b>Posição</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Indicador (Apêndice B)</b>	<b>Descrição do Indicador</b>	<b>Percentual alcançado do indicador</b>
45°	Dimensão 1	I24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas.	98,18%
46°	Dimensão 1	I11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	100,00%

Fonte: Autoria própria (2025).

**Quadro 31 - Indicadores respondidos por pelo menos 5 cursos**

<b>Posição</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Indicador (Apêndice B)</b>	<b>Descrição do Indicador</b>	<b>Percentual alcançado do indicador</b>
1°	Dimensão 2	I34	Experiência no exercício da docência na educação a distância.	72,73%
2°	Dimensão 1	I20	Número de vagas.	75,71%
3°	Dimensão 1	I8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica.	78,00%
4°	Dimensão 1	I15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	78,33%
5°	Dimensão 2	I35	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	80,00%
6°	Dimensão 2	I38	Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	80,00%
7°	Dimensão 3	I43	Sala coletiva de professores.	81,90%
8°	Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador.	82,22%
9°	Dimensão 1	I4	Estrutura curricular.	83,33%
10°	Dimensão 1	I5	Conteúdos curriculares.	84,05%
11°	Dimensão 1	I14	Atividades de tutoria.	85,00%
12°	Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.	85,19%
13°	Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	85,24%

<b>Posição</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Indicador (Apêndice B)</b>	<b>Descrição do Indicador</b>	<b>Percentual alcançado do indicador</b>
14°	Dimensão 1	I21	Integração com as redes públicas de ensino.	86,00%
15°	Dimensão 3	I44	Salas de aula.	86,40%
16°	Dimensão 1	I18	Material didático.	86,67%
17°	Dimensão 3	I48	Laboratórios didáticos de formação básica.	86,67%
18°	Dimensão 1	I7	Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	86,94%
19°	Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	87,62%
20°	Dimensão 1	I9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.	88,00%
21°	Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	88,15%
22°	Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	88,15%
23°	Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	88,57%
24°	Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	89,05%
25°	Dimensão 1	I2	Objetivos do curso.	89,52%
26°	Dimensão 1	I1	Políticas institucionais no âmbito do curso.	90,00%
27°	Dimensão 1	I3	Perfil profissional do egresso.	90,00%
28°	Dimensão 1	I17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	90,00%
29°	Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	90,48%
30°	Dimensão 2	I31	Experiência profissional do docente.	90,77%
31°	Dimensão 3	I54	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	91,43%

<b>Posição</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Indicador (Apêndice B)</b>	<b>Descrição do Indicador</b>	<b>Percentual alcançado do indicador</b>
32°	Dimensão 1	I6	Metodologia.	91,67%
33°	Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	92,38%
34°	Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	92,38%
35°	Dimensão 2	I37	Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	92,73%
36°	Dimensão 2	I39	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.	92,73%
37°	Dimensão 3	I49	Laboratórios didáticos de formação específica.	93,00%
38°	Dimensão 3	I56	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).	93,33%
39°	Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	94,10%
40°	Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	94,48%
41°	Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	94,81%
42°	Dimensão 2	I26	Equipe multidisciplinar.	95,00%
43°	Dimensão 2	I32	Experiência no exercício da docência na educação básica.	96,00%
44°	Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	96,57%
45°	Dimensão 2	I27	Atuação do coordenador.	96,67%
46°	Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	96,95%
47°	Dimensão 2	I29	Corpo docente.	97,14%

Posição	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
48°	Dimensão 1	I24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas.	98,18%
49°	Dimensão 1	I11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	100,00%

Fonte: Autoria própria (2025).

**Quadro 32 - Indicadores respondidos por pelo menos 1 curso**

Posição	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
1°	Dimensão 2	I34	Experiência no exercício da docência na educação a distância.	72,73%
2°	Dimensão 3	I55	Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.	73,33%
3°	Dimensão 1	I20	Número de vagas.	75,71%
4°	Dimensão 1	I8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica.	78,00%
5°	Dimensão 1	I15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	78,33%
6°	Dimensão 2	I35	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	80,00%
7°	Dimensão 2	I38	Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	80,00%
8°	Dimensão 3	I50	Laboratórios de ensino para a área de saúde.	80,00%
9°	Dimensão 3	I43	Sala coletiva de professores.	81,90%
10°	Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador	82,22%
11°	Dimensão 1	I4	Estrutura curricular.	83,33%
12°	Dimensão 1	I5	Conteúdos curriculares.	84,05%
13°	Dimensão 1	I14	Atividades de tutoria.	85,00%
14°	Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.	85,19%
15°	Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	85,24%

<b>Posição</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Indicador (Apêndice B)</b>	<b>Descrição do Indicador</b>	<b>Percentual alcançado do indicador</b>
16°	Dimensão 1	I21	Integração com as redes públicas de ensino.	86,00%
17°	Dimensão 3	I44	Salas de aula.	86,40%
18°	Dimensão 1	I18	Material didático.	86,67%
19°	Dimensão 3	I48	Laboratórios didáticos de formação básica.	86,67%
20°	Dimensão 1	I7	Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	86,94%
21°	Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	87,62%
22°	Dimensão 1	I9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.	88,00%
23°	Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	88,15%
24°	Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	88,15%
25°	Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	88,57%
26°	Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	89,05%
27°	Dimensão 1	I2	Objetivos do curso.	89,52%
28°	Dimensão 1	I1	Políticas institucionais no âmbito do curso.	90,00%
29°	Dimensão 1	I3	Perfil profissional do egresso.	90,00%
30°	Dimensão 1	I17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	90,00%
31°	Dimensão 3	I57	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).	90,00%
32°	Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	90,48%
33°	Dimensão 2	I31	Experiência profissional do docente.	90,77%
34°	Dimensão 3	I54	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	91,43%
35°	Dimensão 1	I6	Metodologia.	91,67%
36°	Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	92,38%
37°	Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	92,38%

<b>Posição</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Indicador (Apêndice B)</b>	<b>Descrição do Indicador</b>	<b>Percentual alcançado do indicador</b>
38°	Dimensão 2	I37	Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	92,73%
39°	Dimensão 2	I39	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.	92,73%
40°	Dimensão 3	I49	Laboratórios didáticos de formação específica.	93,00%
41°	Dimensão 3	I56	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).	93,33%
42°	Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	94,10%
43°	Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	94,48%
44°	Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	94,81%
45°	Dimensão 2	I26	Equipe multidisciplinar.	95,00%
46°	Dimensão 2	I32	Experiência no exercício da docência na educação básica.	96,00%
47°	Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	96,57%
48°	Dimensão 2	I27	Atuação do coordenador.	96,67%
49°	Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	96,95%
50°	Dimensão 2	I29	Corpo docente.	97,14%
51°	Dimensão 1	I24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas.	98,18%
52°	Dimensão 1	I11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	100,00%
53°	Dimensão 1	I22	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).	100,00%
54°	Dimensão 1	I23	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.	100,00%
55°	Dimensão 3	I51	Laboratórios de habilidades.	100,00%
56°	Dimensão 3	I52	Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados.	100,00%
57°	Dimensão 3	I53	Biotérios.	100,00%
58°	Dimensão 3	I58	Ambientes profissionais vinculados ao curso.	100,00%

Fonte: Autoria própria (2025).

## APÊNDICE F - Matrizes de resultado dos *campi* com o Instrumento INEP 2017

**Quadro 33 - Indicadores das avaliações do Campus Alegrete**

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
1º	Dimensão 2	I34	Experiência no exercício da docência na educação a distância.	20,00%
2º	Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	40,00%
3º	Dimensão 1	I5	Conteúdos curriculares.	50,00%
4º	Dimensão 1	I7	Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	50,00%
5º	Dimensão 1	I20	Número de vagas.	60,00%
6º	Dimensão 2	I39	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.	60,00%
7º	Dimensão 1	I1	Políticas institucionais no âmbito do curso.	80,00%
8º	Dimensão 1	I2	Objetivos do curso.	80,00%
9º	Dimensão 1	I3	Perfil profissional do egresso.	80,00%
10º	Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	80,00%
11º	Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	80,00%
12º	Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	80,00%
13º	Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	80,00%
14º	Dimensão 3	I44	Salas de aula.	80,00%
15º	Dimensão 3	I57	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).	80,00%
16º	Dimensão 1	I4	Estrutura curricular.	90,00%
17º	Dimensão 1	I6	Metodologia.	90,00%
18º	Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-	90,00%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
			aprendizagem.	
19°	Dimensão 2	I27	Atuação do coordenador.	90,00%
20°	Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	90,00%
21°	Dimensão 2	I31	Experiência profissional do docente.	90,00%
22°	Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	90,00%
23°	Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador.	90,00%
24°	Dimensão 1	I11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	100,00%
25°	Dimensão 1	I14	Atividades de tutoria.	100,00%
26°	Dimensão 1	I15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	100,00%
27°	Dimensão 1	I17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	100,00%
28°	Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	100,00%
29°	Dimensão 2	I26	Equipe multidisciplinar.	100,00%
30°	Dimensão 2	I29	Corpo docente.	100,00%
31°	Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	100,00%
32°	Dimensão 2	I35	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	100,00%
33°	Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	100,00%
34°	Dimensão 2	I37	Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	100,00%
35°	Dimensão 2	I38	Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	100,00%
36°	Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	100,00%
37°	Dimensão 3	I43	Sala coletiva de professores.	100,00%
38°	Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	100,00%
39°	Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	100,00%
40°	Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	100,00%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
41°	Dimensão 3	I48	Laboratórios didáticos de formação básica.	100,00%
42°	Dimensão 3	I49	Laboratórios didáticos de formação específica.	100,00%
43°	Dimensão 3	I56	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).	100,00%
44°	Dimensão 1	I8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
45°	Dimensão 1	I9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
46°	Dimensão 1	I18	Material didático.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
47°	Dimensão 1	I21	Integração com as redes públicas de ensino.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
48°	Dimensão 1	I22	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
49°	Dimensão 1	I23	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
50°	Dimensão 1	I24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
51°	Dimensão 2	I32	Experiência no exercício da docência na educação básica.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
52°	Dimensão 3	I50	Laboratórios de ensino para a área de saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
53°	Dimensão 3	I51	Laboratórios de habilidades.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
54°	Dimensão 3	I52	Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados.	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
55°	Dimensão 3	I53	Biotérios.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
56°	Dimensão 3	I54	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
57°	Dimensão 3	I55	Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
58°	Dimensão 3	I58	Ambientes profissionais vinculados ao curso.	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Fonte: Autoria própria (2025).

**Quadro 34 - Indicadores das avaliações do Campus Caçapava do Sul**

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
1°	Dimensão 1	I14	Atividades de tutoria.	20,00%
2°	Dimensão 2	I35	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	20,00%
3°	Dimensão 1	I8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica.	40,00%
4°	Dimensão 1	I15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	40,00%
5°	Dimensão 2	I26	Equipe multidisciplinar.	40,00%
6°	Dimensão 2	I34	Experiência no exercício da docência na educação a distância.	40,00%
7°	Dimensão 2	I38	Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	40,00%
8°	Dimensão 1	I17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	60,00%
9°	Dimensão 1	I18	Material didático.	60,00%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
10°	Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	66,67%
11°	Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	66,67%
12°	Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	66,67%
13°	Dimensão 2	I31	Experiência profissional do docente.	68,57%
14°	Dimensão 1	I4	Estrutura curricular.	70,00%
15°	Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	74,55%
16°	Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	74,55%
17°	Dimensão 1	I20	Número de vagas.	76,00%
18°	Dimensão 1	I7	Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	78,00%
19°	Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	78,18%
20°	Dimensão 2	I32	Experiência no exercício da docência na educação básica.	80,00%
21°	Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador.	80,00%
22°	Dimensão 3	I56	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).	80,00%
23°	Dimensão 1	I3	Perfil profissional do egresso.	84,00%
24°	Dimensão 1	I2	Objetivos do curso.	86,00%
25°	Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	86,00%
26°	Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	86,00%
27°	Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	86,00%
28°	Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	89,09%
29°	Dimensão 2	I29	Corpo docente.	89,09%
30°	Dimensão 1	I1	Políticas institucionais no âmbito do curso.	92,00%
31°	Dimensão 1	I6	Metodologia.	92,00%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
32°	Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	92,00%
33°	Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	92,00%
34°	Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	92,73%
35°	Dimensão 3	I44	Salas de aula.	93,33%
36°	Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	93,33%
37°	Dimensão 3	I48	Laboratórios didáticos de formação básica.	93,33%
38°	Dimensão 1	I5	Conteúdos curriculares.	94,00%
39°	Dimensão 1	I9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.	100,00%
40°	Dimensão 1	I11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	100,00%
41°	Dimensão 1	I21	Integração com as redes públicas de ensino.	100,00%
42°	Dimensão 1	I24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas.	100,00%
43°	Dimensão 2	I27	Atuação do coordenador.	100,00%
44°	Dimensão 2	I37	Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	100,00%
45°	Dimensão 2	I39	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.	100,00%
46°	Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	100,00%
47°	Dimensão 3	I43	Sala coletiva de professores.	100,00%
48°	Dimensão 3	I49	Laboratórios didáticos de formação específica.	100,00%
49°	Dimensão 1	I22	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
50°	Dimensão 1	I23	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
51°	Dimensão 3	I50	Laboratórios de ensino para a área de saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
52°	Dimensão 3	I51	Laboratórios de habilidades.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
53°	Dimensão 3	I52	Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
54°	Dimensão 3	I53	Biotérios.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
55°	Dimensão 3	I54	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
56°	Dimensão 3	I55	Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
57°	Dimensão 3	I57	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
58°	Dimensão 3	I58	Ambientes profissionais vinculados ao curso.	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Fonte: Autoria própria (2025).

**Quadro 35 - Indicadores das avaliações do Campus Dom Pedrito**

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
1°	Dimensão 1	I15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	40,00%
2°	Dimensão 1	I14	Atividades de tutoria.	60,00%
3°	Dimensão 2	I34	Experiência no exercício da docência na educação a distância.	60,00%
4°	Dimensão 2	I39	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.	60,00%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
5º	Dimensão 1	I20	Número de vagas.	70,00%
6º	Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	80,00%
7º	Dimensão 2	I38	Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	80,00%
8º	Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	80,00%
9º	Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador	80,00%
10º	Dimensão 1	I1	Políticas institucionais no âmbito do curso.	90,00%
11º	Dimensão 1	I5	Conteúdos curriculares.	90,00%
12º	Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	90,00%
13º	Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	90,00%
14º	Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	90,00%
15º	Dimensão 3	I44	Salas de aula.	90,00%
16º	Dimensão 1	I2	Objetivos do curso.	100,00%
17º	Dimensão 1	I3	Perfil profissional do egresso.	100,00%
18º	Dimensão 1	I4	Estrutura curricular.	100,00%
19º	Dimensão 1	I6	Metodologia.	100,00%
20º	Dimensão 1	I7	Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	100,00%
21º	Dimensão 1	I8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica.	100,00%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
22°	Dimensão 1	I9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.	100,00%
23°	Dimensão 1	I11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	100,00%
24°	Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	100,00%
25°	Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	100,00%
26°	Dimensão 1	I17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	100,00%
27°	Dimensão 1	I18	Material didático.	100,00%
28°	Dimensão 1	I21	Integração com as redes públicas de ensino.	100,00%
29°	Dimensão 1	I24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas.	100,00%
30°	Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	100,00%
31°	Dimensão 2	I26	Equipe multidisciplinar.	100,00%
32°	Dimensão 2	I27	Atuação do coordenador.	100,00%
33°	Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	100,00%
34°	Dimensão 2	I29	Corpo docente.	100,00%
35°	Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	100,00%
36°	Dimensão 2	I31	Experiência profissional do docente.	100,00%
37°	Dimensão 2	I32	Experiência no exercício da docência na educação básica.	100,00%
38°	Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	100,00%
39°	Dimensão 2	I35	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	100,00%
40°	Dimensão 2	I37	Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	100,00%
41°	Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	100,00%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
42°	Dimensão 3	I43	Sala coletiva de professores.	100,00%
43°	Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	100,00%
44°	Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	100,00%
45°	Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	100,00%
46°	Dimensão 3	I48	Laboratórios didáticos de formação básica.	100,00%
47°	Dimensão 3	I49	Laboratórios didáticos de formação específica.	100,00%
48°	Dimensão 1	I22	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
49°	Dimensão 1	I23	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
50°	Dimensão 3	I50	Laboratórios de ensino para a área de saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
51°	Dimensão 3	I51	Laboratórios de habilidades.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
52°	Dimensão 3	I52	Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
53°	Dimensão 3	I53	Biotérios.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
54°	Dimensão 3	I54	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
55°	Dimensão 3	I55	Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
56°	Dimensão 3	I56	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
57°	Dimensão 3	I57	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
58°	Dimensão 3	I58	Ambientes profissionais vinculados ao curso.	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Fonte: Autoria própria (2025).

**Quadro 36 - Indicadores da avaliação do Campus Itaqui**

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
1°	Dimensão 1	I4	Estrutura curricular.	60%
2°	Dimensão 1	I5	Conteúdos curriculares.	60%
3°	Dimensão 2	I31	Experiência profissional do docente.	60%
4°	Dimensão 3	I44	Salas de aula.	60%
5°	Dimensão 3	I48	Laboratórios didáticos de formação básica.	60%
6°	Dimensão 3	I49	Laboratórios didáticos de formação específica.	60%
7°	Dimensão 1	I2	Objetivos do curso.	80%
8°	Dimensão 1	I3	Perfil profissional do egresso.	80%
9°	Dimensão 1	I6	Metodologia.	80%
10°	Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	80%
11°	Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	80%
12°	Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	80%
13°	Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	80%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
14°	Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador.	80%
15°	Dimensão 3	I43	Sala coletiva de professores.	80%
16°	Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	80%
17°	Dimensão 1	I1	Políticas institucionais no âmbito do curso.	100%
18°	Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	100%
19°	Dimensão 1	I11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	100%
20°	Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	100%
21°	Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	100%
22°	Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	100%
23°	Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	100%
24°	Dimensão 1	I20	Número de vagas.	100%
25°	Dimensão 2	I27	Atuação do coordenador.	100%
26°	Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	100%
27°	Dimensão 2	I29	Corpo docente.	100%
28°	Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	100%
29°	Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.	100%
30°	Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	100%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
31°	Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	100%
32°	Dimensão 1	I7	Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
33°	Dimensão 1	I8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
34°	Dimensão 1	I9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
35°	Dimensão 1	I14	Atividades de tutoria.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
36°	Dimensão 1	I15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
37°	Dimensão 1	I17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
38°	Dimensão 1	I18	Material didático.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
39°	Dimensão 1	I21	Integração com as redes públicas de ensino.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
40°	Dimensão 1	I22	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
41°	Dimensão 1	I23	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
42°	Dimensão 1	I24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas.	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
43°	Dimensão 2	I26	Equipe multidisciplinar.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
44°	Dimensão 2	I32	Experiência no exercício da docência na educação básica.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
45°	Dimensão 2	I34	Experiência no exercício da docência na educação a distância.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
46°	Dimensão 2	I35	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
47°	Dimensão 2	I37	Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
48°	Dimensão 2	I38	Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
49°	Dimensão 2	I39	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
50°	Dimensão 3	I50	Laboratórios de ensino para a área de saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
51°	Dimensão 3	I51	Laboratórios de habilidades.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
52°	Dimensão 3	I52	Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
53°	Dimensão 3	I53	Biotérios.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
54°	Dimensão 3	I54	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
55°	Dimensão 3	I55	Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
56°	Dimensão 3	I56	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
57°	Dimensão 3	I57	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
58°	Dimensão 3	I58	Ambientes profissionais vinculados ao curso.	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Fonte: Autoria própria (2025).

**Quadro 37 - Indicadores das avaliações do Campus Jaguarão**

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
1°	Dimensão 2	I34	Experiência no exercício da docência na educação a distância.	50%
2°	Dimensão 3	I43	Sala coletiva de professores.	73%
3°	Dimensão 1	I8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica.	75%
4°	Dimensão 1	I5	Conteúdos curriculares.	77%
5°	Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	77%
6°	Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	77%
7°	Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador.	77%
8°	Dimensão 1	I4	Estrutura curricular.	80%
9°	Dimensão 2	I37	Titulação e formação do corpo	80%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
			de tutores do curso.	
10°	Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	80%
11°	Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	80%
12°	Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	83%
13°	Dimensão 1	I9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.	85%
14°	Dimensão 1	I21	Integração com as redes públicas de ensino.	85%
15°	Dimensão 1	I6	Metodologia.	87%
16°	Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	87%
17°	Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	87%
18°	Dimensão 1	I14	Atividades de tutoria.	87%
19°	Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	87%
20°	Dimensão 1	I20	Número de vagas.	87%
21°	Dimensão 3	I49	Laboratórios didáticos de formação específica.	88%
22°	Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	90%
23°	Dimensão 1	I18	Material didático.	90%
24°	Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	90%
25°	Dimensão 2	I31	Experiência profissional do docente.	90%
26°	Dimensão 2	I35	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	90%
27°	Dimensão 2	I38	Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	90%
28°	Dimensão 3	I48	Laboratórios didáticos de formação básica.	90%
29°	Dimensão 3	I56	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).	90%
30°	Dimensão 3	I44	Salas de aula.	92%
31°	Dimensão 1	I1	Políticas institucionais no âmbito do curso.	93%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
32°	Dimensão 1	I15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	93%
33°	Dimensão 1	I17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	93%
34°	Dimensão 2	I27	Atuação do coordenador.	93%
35°	Dimensão 1	I2	Objetivos do curso.	97%
36°	Dimensão 1	I3	Perfil profissional do egresso.	97%
37°	Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	97%
38°	Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	97%
39°	Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	97%
40°	Dimensão 1	I7	Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	100%
41°	Dimensão 1	I11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	100%
42°	Dimensão 1	I24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas.	100%
43°	Dimensão 2	I26	Equipe multidisciplinar.	100%
44°	Dimensão 2	I29	Corpo docente.	100%
45°	Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	100%
46°	Dimensão 2	I32	Experiência no exercício da docência na educação básica.	100%
47°	Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	100%
48°	Dimensão 2	I39	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.	100%
49°	Dimensão 3	I54	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	100%
50°	Dimensão 3	I58	Ambientes profissionais vinculados ao curso.	100%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
51°	Dimensão 1	I22	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
52°	Dimensão 1	I23	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
53°	Dimensão 3	I50	Laboratórios de ensino para a área de saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
54°	Dimensão 3	I51	Laboratórios de habilidades.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
55°	Dimensão 3	I52	Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
56°	Dimensão 3	I53	Biotérios.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
57°	Dimensão 3	I55	Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
58°	Dimensão 3	I57	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Fonte: Autoria própria (2025).

**Quadro 38 - Indicadores das avaliações do Campus Santana do Livramento**

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
1°	Dimensão 3	I55	Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.	20%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
2º	Dimensão 2	I34	Experiência no exercício da docência na educação a distância.	60%
3º	Dimensão 2	I35	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	60%
4º	Dimensão 2	I38	Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	60%
5º	Dimensão 3	I43	Sala coletiva de professores.	60%
6º	Dimensão 3	I54	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	60%
7º	Dimensão 1	I7	Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	80%
8º	Dimensão 1	I14	Atividades de tutoria.	80%
9º	Dimensão 1	I15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	80%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
10°	Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	80%
11°	Dimensão 1	I17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	80%
12°	Dimensão 1	I18	Material didático.	80%
13°	Dimensão 1	I20	Número de vagas.	80%
14°	Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	80%
15°	Dimensão 2	I37	Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	80%
16°	Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador.	80%
17°	Dimensão 3	I44	Salas de aula.	80%
18°	Dimensão 3	I56	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).	80%
19°	Dimensão 1	I1	Políticas institucionais no âmbito do curso.	90%
20°	Dimensão 1	I2	Objetivos do curso.	90%
21°	Dimensão 1	I3	Perfil profissional do egresso.	90%
22°	Dimensão 1	I4	Estrutura curricular.	90%
23°	Dimensão 1	I5	Conteúdos curriculares.	90%
24°	Dimensão 1	I6	Metodologia.	90%
25°	Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	90%
26°	Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	90%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
27°	Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	90%
28°	Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	90%
29°	Dimensão 1	I11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	100%
30°	Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	100%
31°	Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	100%
32°	Dimensão 2	I26	Equipe multidisciplinar.	100%
33°	Dimensão 2	I27	Atuação do coordenador.	100%
34°	Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	100%
35°	Dimensão 2	I29	Corpo docente.	100%
36°	Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	100%
37°	Dimensão 2	I31	Experiência profissional do docente.	100%
38°	Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	100%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
39°	Dimensão 2	I39	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.	100%
40°	Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	100%
41°	Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.	100%
42°	Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	100%
43°	Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	100%
44°	Dimensão 1	I8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
45°	Dimensão 1	I9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
46°	Dimensão 1	I21	Integração com as redes públicas de ensino.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
47°	Dimensão 1	I22	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
48°	Dimensão 1	I23	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
49°	Dimensão 1	I24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
50°	Dimensão 2	I32	Experiência no exercício da docência na educação básica.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
51°	Dimensão 3	I48	Laboratórios didáticos de formação básica.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
52°	Dimensão 3	I49	Laboratórios didáticos de formação específica.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
53°	Dimensão 3	I50	Laboratórios de ensino para a área de saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
54°	Dimensão 3	I51	Laboratórios de habilidades.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
55°	Dimensão 3	I52	Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
56°	Dimensão 3	I53	Biotérios.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
57°	Dimensão 3	I57	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
58°	Dimensão 3	I58	Ambientes profissionais vinculados ao curso.	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Fonte: Autoria própria (2025).

**Quadro 39 - Indicadores das avaliações do Campus São Borja**

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
1º	Dimensão 1	I8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica.	70,00%
2º	Dimensão 1	I9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.	70,00%
3º	Dimensão 1	I15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	75,00%
4º	Dimensão 1	I21	Integração com as redes públicas de ensino.	80,00%
5º	Dimensão 2	I34	Experiência no exercício da docência na educação a distância.	80,00%
6º	Dimensão 2	I35	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	80,00%
7º	Dimensão 2	I38	Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	80,00%
8º	Dimensão 1	I20	Número de vagas.	81,05%
9º	Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	86,09%
10º	Dimensão 1	I18	Material didático.	86,67%
11º	Dimensão 1	I4	Estrutura curricular.	87,37%
12º	Dimensão 3	I44	Salas de aula.	88,00%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
13°	Dimensão 1	I7	Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	88,75%
14°	Dimensão 1	I1	Políticas institucionais no âmbito do curso.	89,47%
15°	Dimensão 1	I17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	90,00%
16°	Dimensão 2	I32	Experiência no exercício da docência na educação básica.	90,00%
17°	Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador.	90,00%
18°	Dimensão 1	I2	Objetivos do curso.	90,53%
19°	Dimensão 1	I5	Conteúdos curriculares.	92,63%
20°	Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	92,63%
21°	Dimensão 1	I24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas.	93,33%
22°	Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.	93,33%
23°	Dimensão 3	I43	Sala coletiva de professores.	93,33%
24°	Dimensão 3	I48	Laboratórios didáticos de formação básica.	93,33%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
25°	Dimensão 3	I54	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	93,33%
26°	Dimensão 1	I3	Perfil profissional do egresso.	93,68%
27°	Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	93,68%
28°	Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	94,78%
29°	Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	94,78%
30°	Dimensão 2	I37	Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	95,00%
31°	Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	96,52%
32°	Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	96,67%
33°	Dimensão 1	I6	Metodologia.	96,84%
34°	Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	96,84%
35°	Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	96,84%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
36°	Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	96,84%
37°	Dimensão 1	I11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	100,00%
38°	Dimensão 1	I14	Atividades de tutoria.	100,00%
39°	Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	100,00%
40°	Dimensão 2	I26	Equipe multidisciplinar.	100,00%
41°	Dimensão 2	I27	Atuação do coordenador.	100,00%
42°	Dimensão 2	I29	Corpo docente.	100,00%
43°	Dimensão 2	I31	Experiência profissional do docente.	100,00%
44°	Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	100,00%
45°	Dimensão 2	I39	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.	100,00%
46°	Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	100,00%
47°	Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	100,00%
48°	Dimensão 3	I49	Laboratórios didáticos de formação específica.	100,00%
49°	Dimensão 3	I55	Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.	100,00%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
50°	Dimensão 3	I56	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).	100,00%
51°	Dimensão 3	I58	Ambientes profissionais vinculados ao curso.	100,00%
52°	Dimensão 1	I22	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
53°	Dimensão 1	I23	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
54°	Dimensão 3	I50	Laboratórios de ensino para a área de saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
55°	Dimensão 3	I51	Laboratórios de habilidades.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
56°	Dimensão 3	I52	Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
57°	Dimensão 3	I53	Biotérios.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
58°	Dimensão 3	I57	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Fonte: Autoria própria (2025).

#### Quadro 40 - Indicadores das avaliações do Campus São Gabriel

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
1°	Dimensão 1	I20	Número de vagas.	20%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
2º	Dimensão 1	I2	Objetivos do curso.	60%
3º	Dimensão 1	I3	Perfil profissional do egresso.	60%
4º	Dimensão 1	I4	Estrutura curricular.	60%
5º	Dimensão 1	I5	Conteúdos curriculares.	60%
6º	Dimensão 1	I7	Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	60%
7º	Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.	60%
8º	Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador.	60%
9º	Dimensão 1	I1	Políticas institucionais no âmbito do curso.	80%
10º	Dimensão 1	I6	Metodologia.	80%
11º	Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	80%
12º	Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	80%
13º	Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	80%
14º	Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	80%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
15°	Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	80%
16°	Dimensão 2	I27	Atuação do coordenador.	80%
17°	Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	80%
18°	Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	80%
19°	Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	80%
20°	Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	80%
21°	Dimensão 3	I44	Salas de aula.	80%
22°	Dimensão 3	I48	Laboratórios didáticos de formação básica.	80%
23°	Dimensão 3	I49	Laboratórios didáticos de formação específica.	80%
24°	Dimensão 1	I11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	100%
25°	Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	100%
26°	Dimensão 2	I29	Corpo docente.	100%
27°	Dimensão 2	I31	Experiência profissional do docente.	100%
28°	Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	100%
29°	Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	100%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
30°	Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	100%
31°	Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	100%
32°	Dimensão 1	I8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
33°	Dimensão 1	I9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
34°	Dimensão 1	I14	Atividades de tutoria.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
35°	Dimensão 1	I15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
36°	Dimensão 1	I17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
37°	Dimensão 1	I18	Material didático.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
38°	Dimensão 1	I21	Integração com as redes públicas de ensino.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
39°	Dimensão 1	I22	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
40°	Dimensão 1	I23	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
41°	Dimensão 1	I24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
42°	Dimensão 2	I26	Equipe multidisciplinar.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
43°	Dimensão 2	I32	Experiência no exercício da docência na educação básica.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
44°	Dimensão 2	I34	Experiência no exercício da docência na educação a distância.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
45°	Dimensão 2	I35	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
46°	Dimensão 2	I37	Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
47°	Dimensão 2	I38	Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
48°	Dimensão 2	I39	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
49°	Dimensão 3	I43	Sala coletiva de professores.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
50°	Dimensão 3	I50	Laboratórios de ensino para a área de saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
51°	Dimensão 3	I51	Laboratórios de habilidades.	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
52°	Dimensão 3	I52	Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
53°	Dimensão 3	I53	Biotérios.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
54°	Dimensão 3	I54	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
55°	Dimensão 3	I55	Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
56°	Dimensão 3	I56	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
57°	Dimensão 3	I57	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
58°	Dimensão 3	I58	Ambientes profissionais vinculados ao curso.	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Fonte: Autoria própria (2025).

**Quadro 41 - Indicadores das avaliações do Campus Uruguiana**

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
1°	Dimensão 3	I48	Laboratórios didáticos de formação básica.	66,67%
2°	Dimensão 1	I20	Número de vagas.	67,69%
3°	Dimensão 3	I43	Sala coletiva de professores.	73,33%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
4º	Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	80,00%
5º	Dimensão 1	I21	Integração com as redes públicas de ensino.	80,00%
6º	Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	80,00%
7º	Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	80,00%
8º	Dimensão 3	I50	Laboratórios de ensino para a área de saúde.	80,00%
9º	Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	84,62%
10º	Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador.	85,00%
11º	Dimensão 3	I44	Salas de aula.	85,00%
12º	Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	85,00%
13º	Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	85,33%
14º	Dimensão 2	I29	Corpo docente.	88,00%
15º	Dimensão 1	I1	Políticas institucionais no âmbito do curso.	89,23%
16º	Dimensão 1	I2	Objetivos do curso.	89,23%
17º	Dimensão 1	I3	Perfil profissional do egresso.	89,23%
18º	Dimensão 1	I4	Estrutura curricular.	89,23%
19º	Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.	90,00%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
20°	Dimensão 2	I31	Experiência profissional do docente.	91,43%
21°	Dimensão 3	I49	Laboratórios didáticos de formação específica.	93,33%
22°	Dimensão 1	I6	Metodologia.	93,85%
23°	Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	93,85%
24°	Dimensão 1	I5	Conteúdos curriculares.	95,38%
25°	Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	95,38%
26°	Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	96,00%
27°	Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	96,00%
28°	Dimensão 1	I7	Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	100,00%
29°	Dimensão 1	I8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica.	100,00%
30°	Dimensão 1	I9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.	100,00%
31°	Dimensão 1	I11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	100,00%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
32°	Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	100,00%
33°	Dimensão 1	I14	Atividades de tutoria.	100,00%
34°	Dimensão 1	I15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	100,00%
35°	Dimensão 1	I17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	100,00%
36°	Dimensão 1	I18	Material didático.	100,00%
37°	Dimensão 1	I22	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).	100,00%
38°	Dimensão 1	I23	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.	100,00%
39°	Dimensão 1	I24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas.	100,00%
40°	Dimensão 2	I26	Equipe multidisciplinar.	100,00%
41°	Dimensão 2	I27	Atuação do coordenador.	100,00%
42°	Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	100,00%
43°	Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	100,00%
44°	Dimensão 2	I32	Experiência no exercício da docência na educação básica.	100,00%
45°	Dimensão 2	I34	Experiência no exercício da docência na educação a distância.	100,00%
46°	Dimensão 2	I35	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	100,00%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
47°	Dimensão 2	I37	Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	100,00%
48°	Dimensão 2	I38	Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	100,00%
49°	Dimensão 2	I39	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.	100,00%
50°	Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	100,00%
51°	Dimensão 3	I51	Laboratórios de habilidades.	100,00%
52°	Dimensão 3	I52	Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados.	100,00%
53°	Dimensão 3	I53	Biotérios.	100,00%
54°	Dimensão 3	I54	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	100,00%
55°	Dimensão 3	I56	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).	100,00%
56°	Dimensão 3	I57	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).	100,00%
57°	Dimensão 3	I55	Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
58°	Dimensão 3	I58	Ambientes profissionais vinculados ao curso.	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Fonte: Autoria própria (2025).

**APÊNDICE G - Matrizes de resultado por modalidade de ensino com o Instrumento INEP 2017**

**Quadro 42 - Indicadores das avaliações dos cursos na modalidade presencial**

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
1º	Dimensão 2	I34	Experiência no exercício da docência na educação a distância.	48,00%
2º	Dimensão 1	I14	Atividades de tutoria.	53,33%
3º	Dimensão 1	I15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	63,33%
4º	Dimensão 2	I35	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	68,00%
5º	Dimensão 2	I38	Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	68,00%
6º	Dimensão 1	I20	Número de vagas.	70,91%
7º	Dimensão 1	I8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica.	72,00%
8º	Dimensão 3	I55	Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.	73,33%
9º	Dimensão 1	I18	Material didático.	80,00%
10º	Dimensão 1	I21	Integração com as redes públicas de ensino.	80,00%
11º	Dimensão 3	I50	Laboratórios de ensino para a área de saúde.	80,00%
12º	Dimensão 1	I5	Conteúdos curriculares.	80,61%
13º	Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador.	81,90%
14º	Dimensão 1	I4	Estrutura curricular.	83,33%
15º	Dimensão 1	I17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	83,33%
16º	Dimensão 2	I39	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.	84,00%
17º	Dimensão 3	I48	Laboratórios didáticos de formação básica.	84,29%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
18°	Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	84,76%
19°	Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	84,76%
20°	Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	84,76%
21°	Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	84,94%
22°	Dimensão 3	I43	Sala coletiva de professores.	85,00%
23°	Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	85,15%
24°	Dimensão 3	I44	Salas de aula.	85,71%
25°	Dimensão 1	I7	Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	87,04%
26°	Dimensão 1	I3	Perfil profissional do egresso.	88,18%
27°	Dimensão 1	I2	Objetivos do curso.	88,48%
28°	Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	89,09%
29°	Dimensão 2	I26	Equipe multidisciplinar.	90,00%
30°	Dimensão 3	I57	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).	90,00%
31°	Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	90,12%
32°	Dimensão 2	I31	Experiência profissional do docente.	90,16%
33°	Dimensão 1	I1	Políticas institucionais no âmbito do curso.	91,82%
34°	Dimensão 1	I9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.	92,00%
35°	Dimensão 1	I6	Metodologia.	92,12%
36°	Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	92,12%
37°	Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	92,42%
38°	Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	92,84%
39°	Dimensão 3	I49	Laboratórios didáticos de formação específica.	92,94%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
40°	Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	93,33%
41°	Dimensão 3	I56	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).	93,33%
42°	Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	95,24%
43°	Dimensão 2	I27	Atuação do coordenador.	95,56%
44°	Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	95,56%
45°	Dimensão 2	I32	Experiência no exercício da docência na educação básica.	96,00%
46°	Dimensão 2	I29	Corpo docente.	96,30%
47°	Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	96,67%
48°	Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	97,04%
49°	Dimensão 1	I11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	100,00%
50°	Dimensão 1	I22	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).	100,00%
51°	Dimensão 1	I23	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.	100,00%
52°	Dimensão 1	I24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas.	100,00%
53°	Dimensão 2	I37	Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	100,00%
54°	Dimensão 3	I51	Laboratórios de habilidades.	100,00%
55°	Dimensão 3	I52	Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados.	100,00%
56°	Dimensão 3	I53	Biotérios.	100,00%
57°	Dimensão 3	I54	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	100,00%
58°	Dimensão 3	I58	Ambientes profissionais vinculados ao curso.	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Fonte: Autoria própria (2025).

**Quadro 43 - Indicadores das avaliações para os cursos na modalidade da Educação a Distância**

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
1º	Dimensão 3	I43	Sala coletiva de professores.	72%
2º	Dimensão 1	I1	Políticas institucionais no âmbito do curso.	83%
3º	Dimensão 1	I4	Estrutura curricular.	83%
4º	Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	83%
5º	Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador.	83%
6º	Dimensão 1	I8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica.	84%
7º	Dimensão 1	I9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.	84%
8º	Dimensão 1	I7	Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	87%
9º	Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	87%
10º	Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	87%
11º	Dimensão 2	I37	Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	87%
12º	Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.	87%
13º	Dimensão 1	I6	Metodologia.	90%
14º	Dimensão 1	I18	Material didático.	90%
15º	Dimensão 2	I35	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	90%
16º	Dimensão 2	I38	Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	90%
17º	Dimensão 3	I44	Salas de aula.	90%
18º	Dimensão 3	I54	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	90%
19º	Dimensão 1	I21	Integração com as redes públicas de ensino.	92%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
20°	Dimensão 1	I2	Objetivos do curso.	93%
21°	Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	93%
22°	Dimensão 1	I15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	93%
23°	Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	93%
24°	Dimensão 1	I20	Número de vagas.	93%
25°	Dimensão 2	I34	Experiência no exercício da docência na educação a distância.	93%
26°	Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	93%
27°	Dimensão 3	I49	Laboratórios didáticos de formação específica.	93%
28°	Dimensão 3	I48	Laboratórios didáticos de formação básica.	95%
29°	Dimensão 1	I24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas.	96%
30°	Dimensão 2	I32	Experiência no exercício da docência na educação básica.	96%
31°	Dimensão 1	I3	Perfil profissional do egresso.	97%
32°	Dimensão 1	I5	Conteúdos curriculares.	97%
33°	Dimensão 1	I14	Atividades de tutoria.	97%
34°	Dimensão 1	I17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	97%
35°	Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	97%
36°	Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	97%
37°	Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	97%
38°	Dimensão 1	I11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	100%
39°	Dimensão 2	I26	Equipe multidisciplinar.	100%
40°	Dimensão 2	I27	Atuação do coordenador.	100%
41°	Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	100%
42°	Dimensão 2	I29	Corpo docente.	100%
43°	Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	100%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
44°	Dimensão 2	I31	Experiência profissional do docente.	100%
45°	Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	100%
46°	Dimensão 2	I39	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.	100%
47°	Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	100%
48°	Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	100%
49°	Dimensão 3	I58	Ambientes profissionais vinculados ao curso.	100%
50°	Dimensão 1	I22	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
51°	Dimensão 1	I23	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
52°	Dimensão 3	I50	Laboratórios de ensino para a área de saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
53°	Dimensão 3	I51	Laboratórios de habilidades.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
54°	Dimensão 3	I52	Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
55°	Dimensão 3	I53	Biotérios.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
56°	Dimensão 3	I55	Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
57°	Dimensão 3	I56	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
58°	Dimensão 3	I57	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Fonte: Autoria própria (2025).

## APÊNDICE H - Matrizes de resultado por ato regulatório com o Instrumento INEP 2017

**Quadro 44 - Indicadores dos Atos de Autorização de Curso**

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
1º	Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	66,67%
2º	Dimensão 2	I29	Corpo docente.	66,67%
3º	Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	66,67%
4º	Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	66,67%
5º	Dimensão 1	I4	Estrutura curricular.	73,33%
6º	Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	73,33%
7º	Dimensão 1	I1	Políticas institucionais no âmbito do curso.	80,00%
8º	Dimensão 1	I3	Perfil profissional do egresso.	80,00%
9º	Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	80,00%
10º	Dimensão 1	I20	Número de vagas.	80,00%
11º	Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	80,00%
12º	Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	80,00%
13º	Dimensão 3	I43	Sala coletiva de professores.	80,00%
14º	Dimensão 3	I44	Salas de aula.	80,00%
15º	Dimensão 3	I48	Laboratórios didáticos de formação básica.	80,00%
16º	Dimensão 1	I2	Objetivos do curso.	86,67%
17º	Dimensão 1	I6	Metodologia.	86,67%
18º	Dimensão 1	I7	Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	86,67%
19º	Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	86,67%
20º	Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	86,67%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
21°	Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	86,67%
22°	Dimensão 2	I31	Experiência profissional do docente.	86,67%
23°	Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.	86,67%
24°	Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador.	86,67%
25°	Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	86,67%
26°	Dimensão 1	I5	Conteúdos curriculares.	93,33%
27°	Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	93,33%
28°	Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	93,33%
29°	Dimensão 1	I11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	100,00%
30°	Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	100,00%
31°	Dimensão 3	I49	Laboratórios didáticos de formação específica.	100,00%
32°	Dimensão 3	I55	Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.	100,00%
33°	Dimensão 1	I8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
34°	Dimensão 1	I9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
35°	Dimensão 1	I14	Atividades de tutoria.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
36°	Dimensão 1	I15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
37°	Dimensão 1	I17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
38°	Dimensão 1	I18	Material didático.	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
39°	Dimensão 1	I21	Integração com as redes públicas de ensino.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
40°	Dimensão 1	I22	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
41°	Dimensão 1	I23	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
42°	Dimensão 1	I24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
43°	Dimensão 2	I26	Equipe multidisciplinar.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
44°	Dimensão 2	I27	Atuação do coordenador.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
45°	Dimensão 2	I32	Experiência no exercício da docência na educação básica.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
46°	Dimensão 2	I34	Experiência no exercício da docência na educação a distância.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
47°	Dimensão 2	I35	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
48°	Dimensão 2	I37	Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
49°	Dimensão 2	I38	Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
50°	Dimensão 2	I39	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
51°	Dimensão 3	I50	Laboratórios de ensino para a área de saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
52°	Dimensão 3	I51	Laboratórios de habilidades.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
53°	Dimensão 3	I52	Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
54°	Dimensão 3	I53	Biotérios.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
55°	Dimensão 3	I54	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
56°	Dimensão 3	I56	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
57°	Dimensão 3	I57	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
58°	Dimensão 3	I58	Ambientes profissionais vinculados ao curso.	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Fonte: Autoria própria (2025).

**Quadro 45 - Indicadores dos Atos de Reconhecimento dos Cursos**

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
1°	Dimensão 3	I55	Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.	60,00%
2°	Dimensão 3	I43	Sala coletiva de professores.	72,73%
3°	Dimensão 1	I8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica.	77,14%
4°	Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador.	78,33%
5°	Dimensão 3	I50	Laboratórios de ensino para a área de saúde.	80,00%

6º	Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.	81,67%
7º	Dimensão 1	I9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.	82,86%
8º	Dimensão 1	I21	Integração com as redes públicas de ensino.	85,71%
9º	Dimensão 3	I44	Salas de aula.	86,00%
10º	Dimensão 1	I4	Estrutura curricular.	86,67%
11º	Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	86,67%
12º	Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	86,67%
13º	Dimensão 1	I5	Conteúdos curriculares.	88,33%
14º	Dimensão 1	I7	Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	88,33%
15º	Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	88,33%
16º	Dimensão 2	I37	Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	88,57%
17º	Dimensão 1	I1	Políticas institucionais no âmbito do curso.	90,00%
18º	Dimensão 1	I2	Objetivos do curso.	90,00%
19º	Dimensão 1	I6	Metodologia.	90,00%
20º	Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	90,00%
21º	Dimensão 1	I18	Material didático.	90,00%
22º	Dimensão 1	I20	Número de vagas.	90,00%
23º	Dimensão 3	I49	Laboratórios didáticos de formação específica.	90,00%
24º	Dimensão 3	I54	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	90,00%
25º	Dimensão 3	I57	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).	90,00%
26º	Dimensão 2	I35	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	91,43%
27º	Dimensão 2	I38	Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	91,43%
28º	Dimensão 3	I48	Laboratórios didáticos de formação básica.	91,43%

29°	Dimensão 1	I3	Perfil profissional do egresso.	91,67%
30°	Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	91,67%
31°	Dimensão 1	I15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	94,29%
32°	Dimensão 2	I34	Experiência no exercício da docência na educação a distância.	94,29%
33°	Dimensão 2	I27	Atuação do coordenador.	95,00%
34°	Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	95,00%
35°	Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	95,00%
36°	Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	95,00%
37°	Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	95,00%
38°	Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	95,00%
39°	Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	95,00%
40°	Dimensão 3	I56	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).	95,00%
41°	Dimensão 2	I31	Experiência profissional do docente.	96,00%
42°	Dimensão 1	I14	Atividades de tutoria.	97,14%
43°	Dimensão 1	I17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	97,14%
44°	Dimensão 2	I32	Experiência no exercício da docência na educação básica.	97,14%
45°	Dimensão 1	I24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas.	97,50%
46°	Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	98,33%
47°	Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	98,33%
48°	Dimensão 1	I11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	100,00%
49°	Dimensão 1	I22	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).	100,00%
50°	Dimensão 1	I23	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.	100,00%
51°	Dimensão 2	I26	Equipe multidisciplinar.	100,00%
52°	Dimensão 2	I29	Corpo docente.	100,00%
53°	Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	100,00%

54°	Dimensão 2	I39	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.	100,00%
55°	Dimensão 3	I51	Laboratórios de habilidades.	100,00%
56°	Dimensão 3	I52	Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados.	100,00%
57°	Dimensão 3	I53	Biotérios.	100,00%
58°	Dimensão 3	I58	Ambientes profissionais vinculados ao curso.	100,00%

Fonte: Autoria própria (2025).

**Quadro 46 - Indicadores dos Atos de Renovação de Reconhecimento dos Cursos**

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
1°	Dimensão 2	I34	Experiência no exercício da docência na educação a distância.	35,00%
2°	Dimensão 1	I15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	56,00%
3°	Dimensão 1	I20	Número de vagas.	60,00%
4°	Dimensão 2	I35	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	60,00%
5°	Dimensão 2	I38	Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	60,00%
6°	Dimensão 1	I14	Atividades de tutoria.	68,00%
7°	Dimensão 1	I5	Conteúdos curriculares.	76,67%
8°	Dimensão 1	I8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica.	80,00%
9°	Dimensão 1	I17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	80,00%
10°	Dimensão 1	I18	Material didático.	80,00%
11°	Dimensão 2	I39	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.	80,00%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
12°	Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	81,67%
13°	Dimensão 1	I4	Estrutura curricular.	83,33%
14°	Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	83,33%
15°	Dimensão 3	I48	Laboratórios didáticos de formação básica.	84,44%
16°	Dimensão 1	I7	Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	85,00%
17°	Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	85,00%
18°	Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador.	85,00%
19°	Dimensão 1	I21	Integração com as redes públicas de ensino.	86,67%
20°	Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	86,67%
21°	Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	86,67%
22°	Dimensão 2	I26	Equipe multidisciplinar.	88,00%
23°	Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	88,33%
24°	Dimensão 3	I44	Salas de aula.	88,33%
25°	Dimensão 2	I31	Experiência profissional do docente.	88,89%
26°	Dimensão 1	I2	Objetivos do curso.	90,00%
27°	Dimensão 1	I3	Perfil profissional do egresso.	91,67%
28°	Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	91,67%
29°	Dimensão 3	I56	Comitê de Ética em Pesquisa	92,00%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
			(CEP).	
30°	Dimensão 1	I1	Políticas institucionais no âmbito do curso.	93,33%
31°	Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	93,33%
32°	Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	93,33%
33°	Dimensão 2	I32	Experiência no exercício da docência na educação básica.	93,33%
34°	Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	93,33%
35°	Dimensão 3	I49	Laboratórios didáticos de formação específica.	93,33%
36°	Dimensão 1	I6	Metodologia.	95,00%
37°	Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	95,00%
38°	Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	95,00%
39°	Dimensão 3	I43	Sala coletiva de professores.	95,00%
40°	Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	96,67%
41°	Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	96,67%
42°	Dimensão 2	I27	Atuação do coordenador.	98,33%
43°	Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	98,33%
44°	Dimensão 1	I9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.	100,00%
45°	Dimensão 1	I11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	100,00%
46°	Dimensão 1	I24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas.	100,00%
47°	Dimensão 2	I29	Corpo docente.	100,00%
48°	Dimensão 2	I37	Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	100,00%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
49°	Dimensão 3	I54	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	100,00%
50°	Dimensão 1	I22	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
51°	Dimensão 1	I23	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
52°	Dimensão 3	I50	Laboratórios de ensino para a área de saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
53°	Dimensão 3	I51	Laboratórios de habilidades.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
54°	Dimensão 3	I52	Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
55°	Dimensão 3	I53	Biotérios.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
56°	Dimensão 3	I55	Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
57°	Dimensão 3	I57	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
58°	Dimensão 3	I58	Ambientes profissionais vinculados ao curso.	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Fonte: Autoria própria (2025).

**APÊNDICE I - Matrizes de resultado por tipo de graduação com o Instrumento INEP 2017**

**Quadro 47 - Indicadores referentes às avaliações das licenciaturas**

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
1º	Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.	74%
2º	Dimensão 3	I43	Sala coletiva de professores.	78%
3º	Dimensão 1	I8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica.	78%
4º	Dimensão 1	I20	Número de vagas.	78%
5º	Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador.	78%
6º	Dimensão 1	I15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	80%
7º	Dimensão 1	I14	Atividades de tutoria.	83%
8º	Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	84%
9º	Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	84%
10º	Dimensão 2	I34	Experiência no exercício da docência na educação a distância.	86%
11º	Dimensão 2	I35	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	86%
12º	Dimensão 2	I38	Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	86%
13º	Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	86%
14º	Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	86%
15º	Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	86%
16º	Dimensão 1	I21	Integração com as redes públicas de ensino.	86%
17º	Dimensão 3	I48	Laboratórios didáticos de formação básica.	87%
18º	Dimensão 1	I4	Estrutura curricular.	88%
19º	Dimensão 1	I9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.	88%
20º	Dimensão 1	I18	Material didático.	89%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
21°	Dimensão 1	I1	Políticas institucionais no âmbito do curso.	90%
22°	Dimensão 3	I49	Laboratórios didáticos de formação específica.	90%
23°	Dimensão 3	I56	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).	90%
24°	Dimensão 2	I26	Equipe multidisciplinar.	91%
25°	Dimensão 2	I37	Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	91%
26°	Dimensão 1	I5	Conteúdos curriculares.	92%
27°	Dimensão 1	I6	Metodologia.	92%
28°	Dimensão 1	I7	Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	94%
29°	Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	94%
30°	Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	94%
31°	Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	94%
32°	Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	94%
33°	Dimensão 1	I17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	94%
34°	Dimensão 2	I39	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.	94%
35°	Dimensão 3	I44	Salas de aula.	95%
36°	Dimensão 1	I2	Objetivos do curso.	96%
37°	Dimensão 2	I27	Atuação do coordenador.	96%
38°	Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	96%
39°	Dimensão 2	I32	Experiência no exercício da docência na educação básica.	96%
40°	Dimensão 3	I54	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	96%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
41°	Dimensão 1	I3	Perfil profissional do egresso.	98%
42°	Dimensão 1	I24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas.	98%
43°	Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	98%
44°	Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	98%
45°	Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	98%
46°	Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	98%
47°	Dimensão 1	I11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	100%
48°	Dimensão 2	I29	Corpo docente.	100%
49°	Dimensão 3	I58	Ambientes profissionais vinculados ao curso	100%
50°	Dimensão 1	I22	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
51°	Dimensão 1	I23	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
52°	Dimensão 2	I31	Experiência profissional do docente.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
53°	Dimensão 3	I50	Laboratórios de ensino para a área de saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
54°	Dimensão 3	I51	Laboratórios de habilidades.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
55°	Dimensão 3	I52	Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
56°	Dimensão 3	I53	Biotérios.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
57°	Dimensão 3	I55	Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
58°	Dimensão 3	I57	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Fonte: Autoria própria (2025).

**Quadro 48 - Indicadores das avaliações dos bacharelados**

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
1°	Dimensão 2	I34	Experiência no exercício da docência na educação a distância.	50,00%
2°	Dimensão 2	I35	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	70,00%
3°	Dimensão 2	I38	Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	70,00%
4°	Dimensão 3	I55	Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.	73,33%
5°	Dimensão 1	I20	Número de vagas.	75,29%
6°	Dimensão 1	I15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	76,00%
7°	Dimensão 1	I18	Material didático.	80,00%
8°	Dimensão 3	I50	Laboratórios de ensino para a área de saúde.	80,00%
9°	Dimensão 3	I54	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	80,00%
10°	Dimensão 1	I4	Estrutura curricular.	80,78%
11°	Dimensão 1	I7	Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	81,90%
12°	Dimensão 1	I5	Conteúdos curriculares.	81,96%
13°	Dimensão 3	I44	Salas de aula.	82,50%
14°	Dimensão 3	I43	Sala coletiva de professores.	83,33%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
15°	Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador.	83,75%
16°	Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	83,93%
17°	Dimensão 1	I17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	84,00%
18°	Dimensão 1	I3	Perfil profissional do egresso.	84,71%
19°	Dimensão 3	I48	Laboratórios didáticos de formação básica.	85,00%
20°	Dimensão 1	I2	Objetivos do curso.	85,10%
21°	Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	85,10%
22°	Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	87,84%
23°	Dimensão 1	I14	Atividades de tutoria.	88,00%
24°	Dimensão 2	I39	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.	90,00%
25°	Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	90,00%
26°	Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	90,00%
27°	Dimensão 3	I57	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).	90,00%
28°	Dimensão 2	I31	Experiência profissional do docente.	90,16%
29°	Dimensão 1	I1	Políticas institucionais no âmbito do curso.	90,59%
30°	Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	90,59%
31°	Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	90,82%
32°	Dimensão 1	I6	Metodologia.	90,98%
33°	Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	91,15%
34°	Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	91,25%
35°	Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	91,80%
36°	Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	92,16%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
37°	Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	92,55%
38°	Dimensão 3	I49	Laboratórios didáticos de formação específica.	94,55%
39°	Dimensão 2	I37	Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	95,00%
40°	Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	95,00%
41°	Dimensão 2	I29	Corpo docente.	95,08%
42°	Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	95,41%
43°	Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	96,07%
44°	Dimensão 3	I56	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).	96,67%
45°	Dimensão 2	I27	Atuação do coordenador.	96,92%
46°	Dimensão 1	I11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	100,00%
47°	Dimensão 1	I22	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).	100,00%
48°	Dimensão 1	I23	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.	100,00%
49°	Dimensão 1	I24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas.	100,00%
50°	Dimensão 2	I26	Equipe multidisciplinar.	100,00%
51°	Dimensão 3	I51	Laboratórios de habilidades.	100,00%
52°	Dimensão 3	I52	Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados.	100,00%
53°	Dimensão 3	I53	Biotérios.	100,00%
54°	Dimensão 1	I8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
55°	Dimensão 1	I9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
56°	Dimensão 1	I21	Integração com as redes públicas de ensino.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
57°	Dimensão 2	I32	Experiência no exercício da docência na educação básica.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
58°	Dimensão 3	I58	Ambientes profissionais vinculados ao curso.	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Fonte: Autoria própria (2025).

**Quadro 49 - Indicadores da avaliação do curso de tecnólogo (curso único)**

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
1º	Dimensão 1	I5	Conteúdos curriculares.	40%
2º	Dimensão 1	I13	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.	60%
3º	Dimensão 1	I20	Número de vagas.	60%
4º	Dimensão 1	I1	Políticas institucionais no âmbito do curso.	80%
5º	Dimensão 1	I4	Estrutura curricular.	80%
6º	Dimensão 1	I10	Atividades complementares.	80%
7º	Dimensão 1	I16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.	80%
8º	Dimensão 1	I19	Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	80%
9º	Dimensão 2	I28	Regime de trabalho do coordenador de curso.	80%
10º	Dimensão 2	I36	Atuação do colegiado de curso ou equivalente.	80%
11º	Dimensão 3	I44	Salas de aula.	80%
12º	Dimensão 3	I56	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).	80%
13º	Dimensão 1	I2	Objetivos do curso.	100%
14º	Dimensão 1	I3	Perfil profissional do egresso.	100%
15º	Dimensão 1	I6	Metodologia.	100%
16º	Dimensão 1	I11	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	100%
17º	Dimensão 1	I12	Apoio ao discente.	100%
18º	Dimensão 2	I25	Núcleo Docente Estruturante – NDE.	100%
19º	Dimensão 2	I27	Atuação do coordenador.	100%
20º	Dimensão 2	I29	Corpo docente.	100%
21º	Dimensão 2	I30	Regime de trabalho do corpo docente do curso.	100%
22º	Dimensão 2	I33	Experiência no exercício da docência superior.	100%

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
23°	Dimensão 2	I40	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	100%
24°	Dimensão 3	I41	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.	100%
25°	Dimensão 3	I42	Espaço de trabalho para o coordenador	100%
26°	Dimensão 3	I43	Sala coletiva de professores.	100%
27°	Dimensão 3	I45	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	100%
28°	Dimensão 3	I46	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	100%
29°	Dimensão 3	I47	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	100%
30°	Dimensão 3	I48	Laboratórios didáticos de formação básica.	100%
31°	Dimensão 3	I49	Laboratórios didáticos de formação específica.	100%
32°	Dimensão 1	I7	Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
33°	Dimensão 1	I8	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
34°	Dimensão 1	I9	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
35°	Dimensão 1	I14	Atividades de tutoria.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
36°	Dimensão 1	I15	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
37°	Dimensão 1	I17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
38°	Dimensão 1	I18	Material didático.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
39°	Dimensão 1	I21	Integração com as redes públicas de ensino.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
40°	Dimensão 1	I22	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
41°	Dimensão 1	I23	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
42°	Dimensão 1	I24	Atividades práticas de ensino para licenciaturas.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
43°	Dimensão 2	I26	Equipe multidisciplinar.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
44°	Dimensão 2	I31	Experiência profissional do docente.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
45°	Dimensão 2	I32	Experiência no exercício da docência na educação básica.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
46°	Dimensão 2	I34	Experiência no exercício da docência na educação a distância.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
47°	Dimensão 2	I35	Experiência no exercício da tutoria na educação a distância.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
48°	Dimensão 2	I37	Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
49°	Dimensão 2	I38	Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
50°	Dimensão 2	I39	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
51°	Dimensão 3	I50	Laboratórios de ensino para a área de saúde.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
52°	Dimensão 3	I51	Laboratórios de habilidades.	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Posição	Cálculo com indicadores respondidos por pelo menos 1 curso			
	Dimensão	Indicador (Apêndice B)	Descrição do Indicador	Percentual alcançado do indicador
53°	Dimensão 3	I52	Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
54°	Dimensão 3	I53	Biotérios.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
55°	Dimensão 3	I54	Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
56°	Dimensão 3	I55	Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.	NSA a todos os cursos avaliados do campus
57°	Dimensão 3	I57	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).	NSA a todos os cursos avaliados do campus
58°	Dimensão 3	I58	Ambientes profissionais vinculados ao curso.	NSA a todos os cursos avaliados do campus

Fonte: Autoria própria (2025).

**ANEXO A - Indicadores de Avaliação *in loco* dos cursos de graduação -  
Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de 2015**

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2015/instrumento\\_cursos\\_graduacao\\_publicacao\\_agosto\\_2015.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_cursos_graduacao_publicacao_agosto_2015.pdf)

**ANEXO B - Indicadores de Avaliação *in loco* dos cursos de graduação -  
Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de 2017.**

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_autorizacao.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf)

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_reconhecimento.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf)